UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Educação

Daniela Cristina Lopes de Abreu

AS ESTRATÉGIAS DE ESCOLARIZAÇÃO
PRIMÁRIA NA CIDADE DE
RIO CLARO - SÃO PAULO (1889-1920)

São Paulo
2013

DANIELA CRISTINA LOPES DE ABREU

**As Estratégias De Escolarização Primária Na Cidade De Rio Claro –
São Paulo (1889-1920)**

Tese apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo para a obtenção do título
de Doutor em Educação

Área de concentração: História e Historiografia da
Educação

Orientadora: Prof^a. Dra. Maurilane de Souza Bicas

São Paulo

2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

372.22 Abreu, Daniela Cristina Lopes de
A162e As estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro -
São Paulo (1889-1920) / Daniela Cristina Lopes de Abreu; orientação
Maurilane de Souza Biccás. São Paulo: s.n., 2013.

302 p. ils.; grafs.; tabs.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação.
Área de Concentração: História e Historiografia da Educação) - -
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Escolarização 2. Escola isolada 3. Grupo escolar 4. Escola
particular 5. História da educação (Rio Claro, SP; 1889-1920) I.
Biccás, Maurilane de Souza, orient.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Daniela Cristina Lopes de Abreu

Estratégias de Escolarização Primária em Rio Claro – São Paulo (1889-1920).

Tese apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo para a obtenção do título
de Doutor em Educação

Área de concentração: História e Historiografia da
Educação

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Alessandra Cristina Furtado

Universidade Federal de Grande Dourados

Assinatura: _____

Profª. Dra. Bernadete Aparecida C. de Castro Oliveira

Universidade Estadual Paulista

Assinatura: _____

Profª. Dra. Maria Ângela Borges Salvadori

Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Profª. Dr.ª Maurilane de Souza Biccas

Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Profª. Dr.ª Rosa Fátima de Souza Chaloba

Universidade Estadual Paulista

Assinatura: _____

Dedico este trabalho, investimento de quatro anos da minha vida aos grandes companheiros da minha trajetória acadêmica, minha mãe (Ivone), meu pai (Pedro), meus irmãos (Sandro – *in memoria* e Leandro) e minha avó (Diva). Pessoas que mesmo sem às vezes conhecer o verdadeiro sentido do doutorado me apoiaram incondicionalmente; e ao Jorge, meu marido, meu leitor, companheiro, que me acompanhou literalmente em todos os percursos do doutoramento.

Agradecimentos

Terminar uma tese não é fruto individual, em tese. Foram várias as pessoas, que contribuíram e participaram da construção deste projeto e, ao chegar ao final agradece-las aqui é também demonstrar que o ato da pesquisa não se faz só.

Inicialmente, agradeço a Deus pela sabedoria e oportunidades com que tenho sido agraciada, principalmente neste novo momento da minha vida. Não poderia deixar de agradecer imensamente a minha orientadora Prof^a Dra. Maurilane de Souza Biccas - a Lane -, pessoa que conheci no ingresso do doutorado, e que sempre se mostrou acolhedora, abrindo as portas da sua casa literalmente e fazendo na metrópole paulistana na qual quase ninguém se conhece, uma embaixada bem interiorana. Humilde, determinada em suas orientações e muito generosa na partilha de seus conhecimentos, características essas, típicas do jeito mineiro de ser, acredito eu. A experiência de duas orientadoras mineiras - no mestrado e agora no doutorado -, me trouxeram inúmeras contribuições e dessa forma, não poderia deixar de agradecer a Prof^a Dra. Rosa Fátima de Souza, minha primeira orientadora, paciente com as minhas “desorientações”. Pessoa que me iniciou na pesquisa, ainda na graduação e incentivou em mim o gosto pelas apresentações em congressos, simpósios e encontros, que espero, nunca mais parar. A ela também, agradeço por ter participado da qualificação, momento em que contribuiu para o aprimoramento da pesquisa e principalmente para definir o caminho a ser seguido.

Agradeço aos amigos e companheiros de pesquisa, componentes do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE), Diana Gonçalves Vidal, Maria Ângela Borges Salvadori, Alcides Caetano da Silva Junior, Ana Luiza Jesus da Costa, Ana Nicolaça Monteiro, Anderson Manoel Caleffi, Angélica Borges, Rachel Abdala, Fabiana Garcia Munhoz, Fernanda Franchini, Fernanda Mendes Resende, Fernanda Moraes dos Santos, Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira, Marlene Borges da Silva, Patrícia Coelho da Costa, Renata Duarte Simões, Rosângela Ferreira de Souza e Wiara Rosa, pela amizade e por compartilharem comigo as alegrias, as ansiedades e os desafios teóricos, contribuindo em cada fase do trabalho.

À amiga Rachel Abdala com quem desde o primeiro encontro no Niephe iniciei uma grande amizade. A afinidade com as temáticas, o modo simples e companheiro de ser, foram fundamentais para dividirmos as angústias da tese, as viagens de congresso, as trocas profissionais, telefonemas e mensagens em diversos momentos.

À Prof^a Dra. Diana Gonçalves Vidal, pela leitura do trabalho de qualificação apresentado ao Niephe e pelas observações realizadas apontando as fragilidades da pesquisa e evidenciando as possibilidades do bom texto.

À Prof^a. Dra. Maria Ângela Borges Salvadori, agradeço também, por ter participado da qualificação e, por ter feito na ocasião, importantes sugestões que contribuíram para o desenvolvimento deste.

Aos funcionários dos arquivos e museus visitados em especial o de Rio Claro, no qual passei grande parte da minha pesquisa. À Teresa Arruda, Superintendente do Arquivo, que abriu as portas e prontamente acolheu a temática estudada. Aos funcionários do setor de pesquisa, com os quais pude compartilhar grandes períodos de descobertas, Marigelma, Taciana, Artur Fernando, Vitor e Lucas. Essa equipe foi fundamental para execução deste trabalho, tanto pela dedicação oferecida a esta pesquisadora, quanto, particularmente, às cópias e mais cópias solicitadas. As funcionárias do Museu Histórico e Pedagógico de Rio Claro – Amador Bueno da Veiga, em especial a Maria Antonieta e Rô.

Ao Darci, secretario da Escola Estadual “Coronel Joaquim Salles”, cuja sensibilidade para a história da escola o torna um guardião do arquivo escolar. Agradeço pela abertura e pela confiança, já que passava horas lendo e procurando papéis em meio às inúmeras caixas de diversos documentos da escola.

À Prof^a Dra. Bernadete Castro com quem tive o prazer de conhecer e partilhar um pouco mais da história de Rio Claro. Pessoa que aprendi a admirar pela competência no trabalho, humildade e grande parceira nas capacitações da Secretaria da Educação de Rio Claro, momentos esses no qual pude compartilhar de suas orientações e aprendizados, e que generosamente aceitou o convite para participar da banca de defesa.

Ao grupo de pesquisa Africanidades do Arquivo Público de Rio Claro, ao qual faço parte e que sempre auxiliaram o trabalho de pesquisa, fazendo contribuições e proporcionando novos olhares para a temática.

À Prof^a Dra. Alessandra Furtado, amiga de trajetória acadêmica, companheira de congressos e eventos científicos, corajosa na busca de uma consolidação profissional desafiando os sertões de Mato Grosso do Sul, e, que gentilmente aceitou o convite para participar da banca de defesa.

Aos amigos da ASSER – Rio Claro, em especial ao Prof^o Dr. Artur Darezzo Filho, diretor da instituição, pela confiança em mim depositada. Sempre paciente, atento e com palavras sábias nos momentos certos. Aos meus amigos coordenadores e professores: Gica, Marcelo, Mônica, Kelly, Valéria, Luiz, Tereza Rios e Cristiano com os quais pude contar durante toda essa trajetória. Em especial à Gica que no final até

encarou a leitura do jornal “O Alpha” ao Luiz Cavamura que sempre dispendeu seu tempo para resolver os problemas da informática, criando programas e outras artimanhas para facilitar minha leitura do jornal e a Tereza Rios, que gentilmente revisou o texto de qualificação e a versão final.

Aos meus alunos que ficaram na torcida esse tempo todo, apostando no trabalho e respeitando as ausências nos momentos de cumprir os créditos e agora no final para entrega. A aluna Magda do curso de Arquitetura pela ajuda precisa na reta final do trabalho na execução do mapa de localização das escolas. Ao aluno Pedro do curso de Fisioterapia que digitou as tabelas dos jornais.

E, ao final, não poderia deixar de agradecer mais uma vez à minha família, o alicerce de todo esse projeto: meu pai (Pedro), minha mãe (Ivone), meus irmãos (Sandro e Leandro) e minha vó (Diva). Em especial a minha mãe que me acompanhou nos congressos, em palestras e nas aulas da FE/USP quando, às vezes ficava sentada no carro me esperando em outros momentos andando pela universidade. É o exemplo de mãe, que dispõe de amor incondicional.

Ao Jorge, ao qual não disponho de palavras para expressar a sua dedicação a minha pessoa. Cuidadoso com sua agenda, sempre organizava tarefas nos dias que eu também tinha encontros em São Paulo, apenas para me acompanhar. Inventava reuniões, criava situações e marcava compromissos. Desprendido de tudo sempre colocou a nossa união como prioridade, e como ele mesmo diz, priorizou o doutorado. Compartilhou muitos dos congressos em história da educação (pena que apenas os nacionais). Sempre presente ao meu lado, dando assistência em todos os momentos, mostrou-se muito mais que um marido. Leitor incansável do meu texto, sempre me ajudou nas revisões. Pessoa com quem a cada dia aprendo mais sobre o amor, o companheirismo e a partilha.

E antes de finalizar não poderia deixar de agradecer mais uma vez a Deus por ter me concedido mais este presente: terminar a tese e ainda receber a graça de ser mãe, projeto muito esperado e protelado pela vida acadêmica, mas que agora chega no momento certo. E claro, a esse bebê, que mesmo antes de chegar tem se mostrado muito tranquilo, sereno, e paciente, comportando-se exemplarmente para permitir o meu total esforço na finalização deste trabalho.

“Amo a história. Se não amasse não seria historiador. Fazer a vida em duas: consagrar uma à profissão, cumprida sem amor; reservar a outra a satisfação das necessidades profundas – algo abominável quando a profissão que se escolheu é uma profissão de inteligência. Amo a história – e é por isso que estou feliz por vos falar, hoje, daquilo que amo.”

Lucien Febvre

RESUMO

O presente trabalho “As Estratégias de Escolarização Primária na cidade de Rio Claro – São Paulo (1889-1920)”, busca mapear as organizações escolares na primeira república, procurando analisa-las nas suas múltiplas estratégias de escolarização primária. A partir da lei da obrigatoriedade do ensino (1874), procuramos entender como as cidades do interior paulista se organizaram para atender a esta imposição legal. O recorte temporal (1889 – 1920) foi escolhido por tratar-se de uma fase de efervescência na república, principalmente na difusão da escola primária, em 1920, a Reforma Sampaio Dória é indicada como marco delimitador para observar como estas estratégias foram sendo forjadas, por se constituir em um projeto que vai redefinir a estrutura educacional paulista do período, diminuindo o tempo de escolarização oficial ampliando o número de alunos atendidos. Ao utilizarmos o recurso da micro-história e observar com uma lente de aumento as particularidades dessa cidade interiorana, foi possível identificar a criação dos grupos escolares, a expansão das escolas isoladas, as iniciativas particulares implementadas e os sujeitos que circularam nesses espaços. Desta forma, ficou evidente que a escolarização primária nas cidades do interior não estava centrada nos grupos escolares. Os municípios tiveram um papel importante no processo de escolarização e as escolas isoladas, sejam estas municipais ou estaduais, assim como a iniciativa particular foram fundamentais para atender a população que estava nos locais mais distantes do centro urbano. Reconhecer o papel das organizações civis – imigrantes, negros, operários etc – e suas reivindicações educacionais, possibilitou discutir a escolarização em sentido mais amplo. Assim, foi possível encontrar uma multiplicidade de estratégias de escolarização primária em Rio Claro, abrindo novas perspectivas de estudos.

Palavras-Chave: Escolarização primária, escola isolada, grupo escolar, escola particular, estratégias de escolarização.

ABSTRACT

This paper "Strategies for Primary Schooling in the city of Rio Claro - São Paulo (1889-1920)", seeks to map the school organizations in the first republic, looking analyzes them in its multiple strategies for primary schooling. After of the law of compulsory education (1874), we seek to understand how the cities inside state of São Paulo organized to meet this statutory requirement. The time frame (1889 - 1920) was chosen because it is a phase of effervescence in the republic, mainly in the difusion of primary school in 1920, the reform of Sampaio Dória is indicated as the delimiter sign for observe how these strategies were being forged, for to be a project that will redefine the educational of São Paulo structure in the period, shortening the time of schooling and increasing the number of students served. By using the feature of the micro-history and observing with a magnifying glass the particularities of this town of inside, was possible to identify creation the school groups, the expansion of individual schools, private initiatives implemented and the subjects that circulated in these spaces. Thus, it became evident that the primary education in the inner cities was not centered in the group schooler. Municipalities had an important role in the schooling process and individual schools, of the state, local or the private initiatives, were essential to meet the people that were most distant from the urban center. Recognize the role of civil organizations - immigrants, blacks, workers etc. - and their educational demands, allowed discuss the schooling with the broadest sense. Thus, it was possible to find a multitude of strategies primary enrollment in Rio Claro, opening new studies perspectives.

Keywords: Primary Schooling, isolated school, a primary school, private school, strategies of the schooling.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Anúncio Pharmacia Italiana Jornal “O Rio Claro”.	38
Figura 2: Anúncio Cervejaria Jornal “O Rio Claro”.	38
Figura 3: Anúncio Banco Italiano Jornal “O Rio Claro”.	38
Figura 4: Anúncio Loja Syria Jornal “O Rio Claro”.	38
Figura 5: Mapa de Rio Claro – 1867.	40
Figura 6: Programação do Teatro São João	42
Figura 7: Mapa da Região Leste de Rio Claro – 1905	64
Figura 8: Charge Jornal O Alpha – 1902 – Rio Claro	79
Figura 9: Planta Baixa do Grupo Escolar Joaquim Salles (1900)	106
Figura 10: Grupo Escolar Joaquim Salles	107
Figura 11: Croqui para escolas isoladas - 1915	123
Figura 12: Anúncio Jornal Diário do Rio Claro (16/10/1895) – Escola Particular	137
Figura 13: Anúncio Scuola italiana – Rio Claro	146
Figura 14: Anúncio Escola Italiana – 1908	149
Figura 15: Anúncio Centro Espanhol - 1901	150
Figura 16: Charge sobre a Escola Alemã – Rio Claro	157
Figura 17: Símbolo da Escola Puríssimo Coração de Maria – Rio Claro	161
Figura 18: Escola Infantil – 1901 – Rio Claro	168
Figura 19: Atheneo Litterario – 1895 – Rio Claro	169
Figura 20: Instituto Ciências e Letras – Rio Claro - 1906	172
Figura 21: Boletim Mensal Colégio Brasil - 1912 – Rio Claro	176
Figura 22: Colégio Brasil – Rio Claro	177
Figura 23: Mapa da cidade de Rio Claro em 1893.	204
Figura 24: Mapas das Escolas primárias públicas e particulares de Rio Claro	208

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Escolas Vagas e Providas (1873-1908).	53
Gráfico 2: Condições pecuniárias do recenseamento de 1895 – Rio Claro	61
Gráfico 3: Condição Pecuniária por regiões – 1885 – Rio Claro.	61
Gráfico 4: Recenseamento de 1895: segundo a nacionalidade – Rio Claro	62
Gráfico 5: População escolar de acordo com as regiões - 1895	63
Gráfico 6: Distribuição de alunos de acordo com a modalidade escolar – 1909 – Rio Claro	100
Gráfico 7: Modalidades de escolas primárias em Rio Claro e número de matrículas.	215
Gráfico 8: Profissões dos pais de alunos – 1900 -1920 – 1º Grupo Escolar	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Padaria Alemã em Rio Claro.	37
Fotografia 2: Teatro Phenix – Rio Claro	43
Fotografia 3: Primeira Estação Ferroviária de Rio Claro – 1876.	44
Fotografia 4: Philarmônica Rioclarense – Fundada em 1879.	45
Fotografia 5: Levantamento das crianças em idade escolar – Bairro Coqueiro – 1911.....	68
Fotografia 6: Recibo de aluguel – Grupo Escolar Joaquim Salles.....	77
Fotografia 7: Grupo Escolar Marcello Schmidt.....	109
Fotografia 8: Grupo Escolar Barão de Piracicaba	110
Fotografia 9: Escola Isolada de Cascalho – 1929.	124
Fotografia 10: Gabinete de Leitura – Rio Claro	142
Fotografia 11: Escola Italiana – Rio Claro	147
Fotografia 12: Escola Italiana – Rio Claro – Professora Lucia Capri Pignatoro.	148
Fotografia 13: Primo Rivera e seus alunos de desenho.	152
Fotografia 14: Alunos da Escola Alemã em 1900.	154
Fotografia 15: Escola Alemã de Rio Claro.....	154
Fotografia 16: Postal 01 da Escola Alemã de Rio Claro	155
Fotografia 17: Postal 02 da Escola Alemã de Rio Claro	156
Fotografia 18: Colégio Puríssimo Coração de Maria – Rio Claro.....	160
Fotografia 19: Loja Estrela do Rio Claro.	165
Fotografia 20: Igreja de São Benedito – 1901.	174
Fotografia 21: Professora a caminho da Escola – 1912.....	193
Fotografia 22: Corpo Docente do 1º Grupo Escolar – 1920.....	194
Fotografia 23: Corpo Docente 2º Grupo Escolar – 1913.....	195
Fotografia 24: Vista aérea da Cidade de Rio Claro – 1920.	199
Fotografia 25: Mapa das estratégias públicas e particulares da zona rural	212
Fotografia 26: Alunos do 1º Grupo Escolar de Rio Claro – classe masculina – 1915.	221
Fotografia 27: Alunos do 1º Grupo Escolar de Rio Claro – classe feminina – 1915.	222
Fotografia 28: Alunos da classe masculina do 2º Grupo Escolar – 1918.	226
Fotografia 29: Escola Alemã – Rio Claro – 1902.....	228
Fotografia 30: Alunos do Colégio Puríssimo Coração de Maria – 1911.....	229

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População estrangeira em São João Batista do Ribeirão Claro em 1872.....	36
Tabela 2: Propriedade de negócios segundo a nacionalidade e setor - 1873	36
Tabela 3: Relação de escolas de Rio Claro no ano de 1873.	39
Tabela 4: Escolas Públicas no Estado de São Paulo: 1873-1908.....	50
Tabela 5: Alunos Matriculados no ano de 1909 – Capital e Interior	54
Tabela 6: População total - alfabetizados e analfabetos.	57
Tabela 7: Relação de Alunos nos municípios paulistas (1893-1924).	59
Tabela 8: Crescimento das matrículas nos Grupos Escolares 1898-1920.	96
Tabela 9: Matrícula nos Grupos Escolares de Rio Claro – 1900-1920.....	98
Tabela 10: Representação matrículas em escolas de Rio Claro – 1909.....	99
Tabela 11: Grupos Escolares no Estado de São Paulo – 1890-1920	111
Tabela 12: Grupos Escolares do Estado de São Paulo – 1894-1920	112
Tabela 13: Criação de Escolas Isoladas – Estado de São Paulo – 1890-1919	114
Tabela 14: Abertura de Escolas Isoladas Estaduais em Rio Claro – 1889-1918	116
Tabela 15: Porcentagem de escolas providas na área urbana e rural	127
Tabela 16: Escolas Estrangeiras em Rio Claro – 1883-1920.....	132
Tabela 17: Colégios, Institutos, Ginásios e Externatos – Rio Claro.	132
Tabela 18: Escolas de organizações de classes sociais – Rio Claro	133
Tabela 19: Escolas e projetos individuais - Rio Claro.....	133
Tabela 20: Mobilidade de professores em Rio Claro – 1889-1920.	190
Tabela 21: Escolas públicas (municipal e estadual) identificadas com endereço.	205
Tabela 22: Escolas Particulares de Rio Claro – Identificadas com Endereço.....	206
Tabela 23: Escolas Públicas de Rio Claro – Endereço não localizado.	210
Tabela 24: Escolas Particulares de Rio Claro – Sem localização de endereço.	211
Tabela 25: Matrícula no curso primário (1910-1929).	213
Tabela 26: Modalidades de Escolas Primárias e suas respectivas matrículas.....	214
Tabela 27: Profissões dos pais dos alunos do Grupo Escolar Joaquim Salles.	217
Tabela 28: Profissão dos pais dos alunos do Grupo Escolar Joaquim Salles.	222
Tabela 29: Profissões dos pais dos alunos da Escola Isolada Municipal - Samambaia.	223
Tabela 30: Profissões dos pais dos alunos da Escola Isolada Municipal – Cabeça.	224

SUMÁRIO

Introdução.....	17
Capítulo 1	
Rio Claro: história, educação, obrigatoriedade e estratégias de escolarização primária na Primeira República.....	31
1.1 Rio Claro seus nomes e sua história.....	31
1.2 A obrigatoriedade do ensino.	46
1.3 A obrigatoriedade do ensino e as reivindicações por escolarização primária em Rio Claro	57
1.3.1 As reivindicações por escola em Rio Claro.....	60
1.4 A Câmara Municipal de Rio Claro e a obrigatoriedade do ensino	71
Capítulo 2	
Rio Claro e as estratégias de Escolarização Primária Públicas.....	89
Escolas Preliminares.....	90
Grupos Escolares	91
Escolas Intermédias	92
Escolas provisórias	93
Escolas Ambulantes	93
Escolas Noturnas	93
2.1 O Grupo Escolar em Rio Claro	95
2.1.1 Joaquim Salles, Barão de Piracicaba e Marcello Schimdt.....	102
2.2 Escolas Isoladas em Rio Claro	113
Capítulo 3	
As estratégias primárias no âmbito particular.	132
3.1 Escolas subvencionadas	139
3.2 Escolas estrangeiras	144
3.3 Escolas confessionais	158
3.4 Escola Maçônica	162
3.5 Instituições e Aulas particulares.....	167
Capítulo 4	
Sujeitos Rioclarense: mobilidade e espaços escolares.	184
4.1 Mobilidade Docente nos espaços públicos e particulares.	184
4.2 Os espaços escolares: públicos e particulares de Rio Claro	198
4.3 Os alunos nos espaços públicos e particulares de escolarização primária.	213
Considerações Finais	230

Fontes.....	237
Referências Bibliográficas.....	246
Anexos.....	251
Anexo 01: Autorização da Assembleia de São Paulo para Construção do 1º Grupo Escolar de Rio Claro – 1900.....	252
Anexo 02: Solicitação de Verba para Construção do 1º Grupo Escolar de Rio Claro - 1901	254
Anexo 03: Quadro de honra – Alunos do Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles	256
Anexo 04: Exposição de trabalhos – Alunos do Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles	257
Anexo 04: Festa de Encerramento Grupo Escolar Barão de Piracicaba	258
Anexo 05: Festa da Escola Alemã	259
Anexo 06: Festa da Árvore – Grupo Escolar Joaquim Salles	260
Anexo 07: Ofício Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração do Estado de São Paulo	261
Anexo 08: Regulamento da Escola Primária – Loja Estrella do Rio Claro – Maçonaria	262
Anexo 08: Ficha de Tombamento do Gabinete de Leitura – Rio Claro	272
Apêndices	273
Apêndice 01: Jornal “O Rio Claro”	274
Apêndice 02: Jornal “O Alpha”	275
Apêndice 03: Direção e Professores do Grupo Escolar Joaquim Salles	283
Apêndice 03: Direção e Professores do Grupo Marcello Schimdt	286
Apêndice 04: Professores das Escolas Isoladas de Rio Claro – Estaduais e Municipais	289
Apêndice 05: Professores das Escolas Isoladas (zona rural e distrito) de Rio Claro – Estaduais e Municipais	292
Apêndice 06: Professores Rioclarenses 1889-1920.....	299

Introdução.

*mas a história não é relojoaria ou marcenaria.
É um esforço para um melhor conhecer:
por conseguinte, uma coisa em movimento
Bloch (1997).*

O presente trabalho, *As estratégias de escolarização primária em Rio Claro – São Paulo*, é fruto do processo de investigação desenvolvido no doutoramento¹. As disciplinas cursadas, os encontros do Niephe², as participações em congressos nacionais e internacionais, com apresentação de trabalhos relacionados à temática, as orientações de pesquisa e as diversas leituras realizadas ofereceram importantes subsídios para a escrita da tese.

O desenvolvimento dessa investigação percorreu diferentes caminhos, todos, contudo, centrados no estudo de nosso objeto de pesquisa, as estratégias de escolarização primária em um município pequeno, no interior do Estado de São Paulo. Assim, a tese resulta de um processo mais amplo de estudos, debates, reflexões, trocas de ideias, sistematizações, além do amadurecimento da própria pesquisadora.

Nesta pesquisa, mapeamos as instituições educativas criadas na Primeira República, procurando analisá-las nas suas múltiplas estratégias de escolarização primária. Para tanto, definimos como local de investigação a cidade de Rio Claro, situada no interior de Estado de São Paulo. O local escolhido para a pesquisa sempre teve relevância no cenário paulista, pois a cidade possuía uma importante militância do Partido Republicano Paulista – PRP.

A participação política de Rio Claro, desde os primórdios do movimento republicano em São Paulo, esteve condicionada não apenas pela proximidade da cidade com centros do republicanismo do Estado, como Campinas e Piracicaba, mas também – e talvez este seja o principal fator – pelas ligações que os membros do movimento naquelas cidades, respectivamente, Manuel

¹ Ao ingressar no programa de doutorado, apresentamos o projeto intitulado *República, Escola Primária e Negros: um estudo com imagens fotográficas da cidade de Rio Claro*, tendo como objeto de pesquisa as imagens escolares e a escolarização de negros. Pretendíamos, então, investigar a escolarização dos negros na cidade de Rio Claro, no início do período republicano. Após revisão bibliográfica sobre o tema e pesquisa nos arquivos em busca de fontes sobre a escolarização dos negros, verificou-se a escassez de material sobre o assunto, inviabilizando a elaboração da tese a partir do projeto inicial de pesquisa.

² Niephe - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP. Organiza-se a partir de projetos que investigam a história da educação no país, tematizando, prioritariamente, a construção dos processos educativos no Estado de São Paulo, em seus diversos momentos. O grupo funciona por meio de reuniões sistemáticas, durante as quais são debatidos os projetos de pesquisa de seus membros, alunos de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado, ou são promovidas discussões teórico metodológicas dos referenciais que fundamentam o trabalho historiográfico educacional.

de Campos Salles e Manoel de Moraes Barros mantinham com elementos da política local (DAVIDS, 1968, p.38).

No início do período republicano, Rio Claro, como muitas outras do interior do Estado, passou por diversas transformações, experimentando um acelerado desenvolvimento como produtora de café e com a chegada da linha férrea. O oeste paulista, região na qual se encontra Rio Claro, também se destacou pela participação na política regional.

O processo de ocupação e povoamento das terras do interior do Estado de São Paulo se esboça no século XVIII. Elas estavam no caminho que levava às minas de Mato Grosso e Goiás. Nesse percurso, formaram-se diversos pousos para o abastecimento das tropas. A localização dessas pequenas aglomerações humanas corresponderia, relativamente, mais tarde, à disposição das futuras cidades que emergiriam.

O recorte temporal escolhido para a pesquisa tem como marco inicial a instauração da República, 1889, e como referência final a Reforma de Sampaio Dória, 1920.

A República chama para si o desafio da escolarização e se compromete a alfabetizar a população brasileira, formando o cidadão e construindo um novo tempo. O projeto é frustrado. Assim, na primeira república surgem várias estratégias, empreendidas pelo setor particular e por movimentos sociais, para oferecer escola à população. Escolhemos a data da Reforma Sampaio Dória como marco final para o recorte temporal da pesquisa porque, após a reforma, a estrutura educacional paulista é redefinida, diminuindo o tempo de escolarização oficial e ampliando o número de alunos atendidos.

Outros estudos também abordam o tema da escolarização durante o mesmo recorte de tempo selecionado. De modo geral, esses estudos enfatizam os grupos escolares. Nossa proposta, contudo, é outra. Propusemo-nos a observar outras iniciativas, ainda pouco investigadas, que também contribuíram para a escolarização primária no mesmo período. No entanto, para a realização desta pesquisa, não deixamos de nos valer das contribuições de estudos centrados na análise dos grupos escolares, entendidos como “templos de civilização”. Eis alguns exemplos: Casemiro Reis Filho (1981), Heládio Cesar Antunha (1976), Ana Maria Infantsi da Costa (1983), Zelia de Brito Fabri Demartini (1989), Rosa Fátima de Souza (1998, 1999, 2000, 2004, 2008, 2012) e Luciano Mendes de Faria Filho (1998, 2000, 2009).

Dessa forma, ao operacionalizarmos, na tese, a ideia de escolarização não nos limitamos às iniciativas públicas, estendendo a ideia também para as estratégias de escolarização da iniciativa particular. Ademais, o termo “escolarização” não precisa ser entendido como restrito à instituição escolar. Vidal e Biccás (2008) consideram que a escolarização não é apenas uma estratégia instaurada pelo Estado. Diversos outros projetos educativos, de iniciativa de movimentos ou grupos sociais podem definir modelos educacionais, e funcionar em constantes diálogo como os investimentos oficiais.

Para Faria Filho (2009), ao ampliarmos a noção de escolarização, três aspectos se destacam, a saber, a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articular de seus sentidos e significados; o estabelecimento de processos e políticas concernentes à organização de uma rede, e o ato ou efeito de tornar escolar. Nesse trabalho, em especial, procuramos enfatizar essa forma escolar que cria uma identidade para a escola, assim como os estabelecimentos e as políticas que organizam esses espaços. Embora, não nos ocupemos, aqui, do ato ou efeito de se tornar escolar, a ideia acaba por perpassar todo o trabalho, uma vez que os aspectos indicados por Faria Filho não podem ser concebidos, de todo, indissociáveis.

As estratégias, segundo Certeau (1994), representam a capacidade de “produzir, mapear, impor” o “lugar de poder” almejado pelo estrategista, que busca meios de manutenção dentro de relações externas. Ao mapearmos as estratégias de escolarização primária em Rio Claro, procuramos identificar quais eram esses lugares de poder e como eles dialogavam com as instituições públicas, para sua própria manutenção.

Metodologicamente, utilizamos o referencial teórico da micro-história. Segundo Burke (1992, p. 136), “a micro-história com uma prática é essencialmente baseada na redução da escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental”. Logo, ao analisar a cidade de Rio Claro, a contribuição da pesquisa consiste em explorar a importância das escolas isoladas e das organizações civis para a escolarização republicana.

Levando em conta o jogo de escalas proposto por Revel (1998), a tese pode ser pensada pelo menos por meio de duas maneiras distintas. De um lado, ela deixa de se ocupar da implementação de escolas nas grandes cidades, deslocando a questão para a implementação de escolas em uma pequena cidade do interior. De outro lado, ao invés de concentrar suas atenções em uma instituição que se tornou objeto de inúmeros trabalhos em história da educação, os *grupos escolares*, a tese opta por ampliar a

maneira de conceber a ideia de escolarização, investigando outras modalidades de escolas, como as escolas isoladas, as escolas subvencionadas, as particulares, as confessionais, as maçônicas, as estrangeiras, entre outras.

A redução da escala — *colocar uma lente de aumento no objeto* — permite conhecer mais sobre essas estruturas, suas conexões e relações com a história em contexto mais amplo. Nem sempre a crença de que a visão microscópica irá nos relevar fatores previamente observáveis é verdadeira, uma vez que a dinâmica com o objeto estudado sofre alterações com os relacionamentos sociais.

(...) embora os costumes e o uso dos símbolos sejam sempre polissêmicos, não obstante eles assumem conotações mais precisas, a partir das diferenciações sociais variáveis e dinâmicas. Os indivíduos constantemente criam suas próprias identidades, e os próprios grupos se definem de acordo com conflitos e solidariedades, que, contudo não podem ser presumidos *a priori*, mas resultam das dinâmicas que são o objeto de análise (BURKE, 1992, p. 152).

Assim, não há como negar que há diferenças na dinâmica do movimento de escolarização primária observado no caso da capital paulista e no caso das cidades do interior. Fatores sociais, entre outros, moldam e alimentam essas dinâmicas. Para Revel (2000), a micro-história é uma tentativa de estudar o social, não como um objeto investido de propriedades inerentes, mais sim como um conjunto de inter-relacionamentos deslocados existentes entre configurações em constante adaptação.

A redução da escala, o interesse por destinos específicos, por escolhas confrontadas a limitações, convidam a não se deixar subjugar pela tirania do fato consumado —aquilo que efetivamente aconteceu— e analisar as condutas individuais e coletivas, em termos de possibilidades, que o historiador pode tentar descrever e compreender. (REVEL, 2000, p. 20).

Cabe então perguntar: As estratégias de escolarização primária empreendidas pelo governo paulista (escolas isoladas, ambulantes, intermédias, grupos escolares) de fato aconteceram em todas as cidades do interior? Como cada um dos municípios se organizou para implantar a lei de obrigatoriedade do ensino? O grupo escolar, como instituição modelar (administrativa e pedagógica), foi uma estratégia criada para também atender à lei da obrigatoriedade do ensino? Qual o impacto da criação do grupo escolar nas demais modalidades de educação já existente e nas posteriormente fundadas? Que população frequentava essas escolas? A sociedade civil se organizou e criou mecanismos para atender demandas por escolarização primária?

O referencial teórico-metodológico levantado, representado, sobretudo, nas obras de E. P Thompson, C. Ginzburg e M. de Certeau, subsidiaram o diálogo com as fontes de pesquisa e as questões por elas impostas.

A ideia de experiência e cultura é articulada por Thompson, construindo um ponto de junção entre estrutura e processo. Para o autor (1981, p. 189) “as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas com ideias, no âmbito do pensamento de seus procedimentos”, elas também a experimentam como sentimento, e lidam com isso na cultura. Se levarmos em conta essa tensão entre experiência e cultura no estudo do tema da escolarização, perceberemos que a escola não se restringe ao seu espaço escolar. A escola atua também para além de seus muros, funcionando como uma instituição que produz, divulga e legitima identidades, competências e modos de vida, e que, ao mesmo tempo, deslegitima outros.

O mapeamento das estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro propôs-se a identificar esses espaços que a todo o momento põe em jogo os costumes e as tradições locais. Para Thompson (1998), os costumes são o campo da mudança e da disputa, apresentam reivindicações conflitantes, enquanto a tradição sugere a permanência.

A partir do paradigma indiciário, Ginzburg introduziu uma nova maneira de fazer História, alimentando a ideia de transgredir as proibições da disciplina e ampliando seus limites, em uma abordagem que privilegia os fenômenos aparentemente marginais, intemporais ou negligenciáveis.

Certeau ofereceu apoios diretos para a pesquisa, já que nos valem de seus conceitos de “estratégias” e “táticas”. Se a estratégia é o lugar de poder, pode-se entender que a iniciativa pública, por meio da Diretoria da Instrução Pública, a qual estabelecia todas as regras e normatizações da escola primária, aparece como tentativa de controle das práticas escolares. O que então podemos dizer das demais iniciativas escolares? Esse trabalho ocupou-se justamente, por exemplo, das iniciativas particulares, as quais, organizadas, também criaram estratégias próprias de escolarização. Se as táticas são os espaços onde não há poder, as estratégias empreendidas, por exemplo, por imigrantes, movimentos negros, igrejas e maçons podem ser entendidas como táticas, como, de fato, o foram pelo poder Estatal.

O *corpus documental* selecionado para o estudo é composto por fontes de pesquisa de diversas naturezas, Relatórios de Presidente de Província, Legislação Educacional, Anuários do Ensino de São Paulo, Jornais da cidade de Rio Claro,

fotografias da cidade e das escolas, Correspondências entre a Câmara Municipal e a Assembleia Legislativa, Atas da Câmara Municipal, Recenseamento Escolar de 1895 da cidade de Rio Claro, Livros de Matrícula escolares, Atas de exames escolares, boletins escolares, entre outros. Foram visitados os seguintes arquivos: Arquivo de Estado de São Paulo; Biblioteca Sud Mennucci³; Arquivo Histórico e Pedagógico de Rio Claro – Oscar de Arruda Penteado; Arquivo do Grupo Escolar Joaquim Salles; Arquivo da Câmara Municipal e Museu Amador Bueno da Veiga.

Quanto aos Relatórios de Presidente de Província⁴, eis a lista dos documentos consultados: José Fernandes da Costa Pereira Junior – 1872; João Theodoro Xavier – 1873, 1874, 1875; Sebastião José Pereira – 1876; Francisco de Paula Rodrigues Alves – 1888, Pedro Vicente de Azevedo – 1889; J. de Moraes Barros – 1890; Bernardino de Campos – 1896; Campos Salles – 1897; Francisco A. Peixoto Gomide – 1898; Fernando Prestes de Albuquerque – 1899; Francisco de Paula Rodrigues Alves – 1901; Domingos Corrêa de Moraes – 1903; Bernardino de Campos 1904; Jorge Tibiriçá 1906; M. J. Albuquerque Lins – 1908; Fernando Prestes de Albuquerque – 1910; M. J. Albuquerque Lins – 1911; Francisco de Paula Rodrigues Alves – 1912 e 1913; Carlos Augusto Pereira Guimarães – 1914; Francisco de Paula Rodrigues Alves – 1915; Altino Arantes Marques – 1916, 1917, 1918 e 1919; Washington Luis Pereira de Sousa – 1920⁵.

Os Relatórios de Presidente de Província foram produzidos até o ano de 1930. Os relatórios produzidos após a publicação do primeiro Anuário de Ensino, 1907, informam os mesmos dados estatísticos presentes nos Anuários de Ensino, descrevem, também, a situação do ensino público, os investimentos utilizados e alguns dados de professores.

Consultamos, também, os Relatórios dos Inspectores de ensino, publicados nos Anuários de Ensino. Esse material não segue um padrão de apresentação. Alguns relatam fatos gerais das visitas empreendidas, outros, relatam fatos de visitas a localidades específicas. Sempre mencionam os dados relativos a fiscalização de ensino

³ A biblioteca Sud Mennucci, localizada em São Paulo, no Centro do Professorado Paulista, possui, para consulta, todos os exemplares do Anuário Paulista. No início dessa pesquisa, em 2009, eles ainda não estavam digitalizados no site do Arquivo Público de São Paulo.

⁴ Os Relatórios de Presidente de Província consistem nos discursos dos Presidentes de Província à Assembleia Legislativa Provincial.

⁵ Todos os Relatórios dos Presidentes de Província estão digitalizados e disponíveis no site: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>.

em grupos escolares, escolas isoladas, em instituições municipais e em particulares — no caso das escolas particulares, mencionam as informações se as recebiam.

A estrutura dos Anuários de Ensino seguia certo padrão. Apresentam o crescimento e investimento escolar da cidade de São Paulo e, depois, de outros municípios. Em seguida, citam nominalmente os municípios e arrolam suas escolas. Além disso, sempre registram os dados relativos às matrículas, à frequência dos alunos, aos professores e aos diretores de cada uma das escolas. Para a realização dessa pesquisa, foram consultados os Anuários do Ensino de 1907 à 1920, com uma única interrupção, o ano de 1912⁶, totalizando 13 volumes (o ano de 1917 possui dois volumes).

A Legislação Educacional consultada faz parte da coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo⁷. Aqui, utilizamos as Leis 88 de 1892; 160 de 1893; 295 de 1894; 930 de 1905; e os Decretos 144 B de 1892; 218 de 1893; 518 de 1898; 1216 de 1904; 1281 de 1905; 1577 de 1908; 2004 de 1911.

Além dessa coleção de Leis e Decretos, consultamos toda a legislação do governo Estadual que resultou na criação de escolas, e a legislação com temas afins da cidade de Rio Claro, publicadas entre os anos de 1889 e 1920. Esse material foi consultado na página da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo⁸.

As correspondências entre a Câmara Municipal e da dos Deputados Estaduais foram localizadas no Arquivo Público de Rio Claro; são documentos diversos, cartas de vereadores solicitando escolas, encaminhando abaixo-assinados, solicitando ajuda no provimento de escola, como também solicitando diferentes favores particulares, como a remoções de docentes.

⁶ O *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo* foi uma publicação da Diretoria Geral de Instrução Pública de tiragem anual, que circulou com interrupções nos anos de 1907 a 1921, de 1923 a 1926 e de 1935 a 1937, num total de 18 números (CATANI; SOUSA, 1999, p. 45). Toda a série documental utilizada nesta pesquisa encontra-se disponível no Arquivo do Estado de São Paulo, site: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/educacao/anuario.php>

⁷ Documentação disponível no DVD *Fontes para o estudo da história da escola primária no Brasil (1889-1930)*, organizado pela professora Rosa Fátima de Souza.

⁸ A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo disponibiliza, no link acervo histórico, as relações dos deputados eleitos, dos membros das comissões legislativas e dos integrantes da Mesa Diretora de cada legislatura, desde a instalação do Conselho de Província de São Paulo (1828) até o fechamento da Assembleia Legislativa de São Paulo (1937). Para todos os períodos históricos, há links disponíveis na página do Departamento de Documentação e Informação, com a íntegra das leis de São Paulo, desde o Império. Também é possível consultar a relação das ementas de discursos parlamentares entre 1947 e 1996, com a respectiva data dos pronunciamentos e de sua publicação. Todo esse material pode ser consultado em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.

As Atas da Câmara Municipal de Rio Claro encontram-se em processo de transcrição. Por isso, parte do material consultado estava já digitalizado, parte, contudo, foi consultado na forma manuscrita. Do material digitalizado, os volumes consultados foram os seguintes: 6 (livro 7, 1868–1873); 7 (livro 8, 1873–1874); 8 (livro 9, 1874–1875); 9 (livro 10, 1876–1877); 10 (livro 11, 1877–1880); 11 (livro 12, 1880–1883); 12 (livro 13, 1883–1886); 13 (livro 14, 1886–1887); 14 (livro 15, 1888–1890) e 15 (livro 16, 1890). As atas do período de 1891 à 1920 consultadas estavam manuscritas. Esse material está disponível para consulta no Arquivo Público e Histórico – Oscar de Arruda Penteado – de Rio Claro.

Tanto no arquivo da cidade como no museu, foram localizados um acervo iconográfico de 100 imagens, relacionadas às escolas e à cidade do Rio Claro, em vários períodos, ilustrando o desenvolvimento urbano, prédios, comércios e outros aspectos. As imagens foram fontes de pesquisa importantes para esse trabalho. As fotos não contem informações sobre os fotógrafos. Algumas, porém, na legenda, indicam o nome das pessoas retratadas, o ano e o local. A maior parte dessas imagens era fruto da doação de munícipes ou de instituições.

Dois livros de Recenseamento Escolar da cidade de Rio Claro, produzidos no ano de 1895 também foram úteis à pesquisa. O primeiro livro oferece dados de alunos do sexo masculino, o segundo, do sexo feminino. O recenseamento contemplou as crianças em idade escolar, 7 à 12 anos, conforme as leis educacionais vigentes. Nosso levantamento de fontes ocupou-se, por certo, da cidade de Rio Claro, e seus respectivos distritos, tais como: o de Annapolis, Morro Pelado e Santa Cruz da Boa Vista.

No arquivo do Primeiro Grupo Escolar da cidade “Joaquim Salles”, foram localizados os seguintes documentos, utilizados na pesquisa: Livros de matrícula e de frequência masculina e feminina do 1º Grupo de 1900 à 1920; Livro Oficial de correspondência entre o Grupo e a Inspeção do Ensino, 1905-1936; Atas de exames do Grupo Escolar, 1900-1914; Correspondências diversas (professor, diretor, inspetor) 1907-1931; Livro de compromisso de professores, 1905; Livro de registro de penas disciplinares, 1908; Livro de nomeação e licença dos professores de escolas isoladas, 1914; Livro de nomeação e licença de professores do 2º Grupo Escolar, 1911-1919.

Considerando o recorte temporal da pesquisa, foram selecionados para consulta oito jornais publicados na cidade de Rio Claro: *A Gazeta Rio-Clarense*; *Diário do Rio Claro*; *O Alpha*; *O Rio Claro*; *O Rio Clarinho*; *O Comércio*; *A Alvorada e A Picareta*. Outros periódicos foram localizados, mas as condições dos mesmos não

favoreciam a utilização, uma vez que, em muitos casos, existem apenas um ou dois exemplares. No quadro 1, informações sobre o material selecionado para a pesquisa:

Quadro 1: Jornais da Cidade de Rio Claro – 1877 – 1920.

Denominação	Ano de Fundação	Ano de encerramento	Proprietário/Diretor	Observações
A Gazeta Rio – Clareense	1877	Não localizado	Guilherme Kroenlein	Bisemanário, redação localizada na rua Formosa, nº 31.
Diário do Rio Claro	1886	Ativo até a presente data	José David Teixeira	Publicação diária teve o mesmo fundador e diretor de 1886-1934.
O Alpha	1878	1928	Augusto Cintra e Romeu Ferraz / Eduardo Leite	
O Rio Claro	1900	Não localizado	Manoel Fernandes de Oliveira	
O Rio Clarinho	1900	Não localizado	Manoel Fernandes de Oliveira/ Redator: José David Teixeira	
O Comércio	1906	Não localizado	H. Hermeto Motta	Professor do Atheneo de Rio Claro.
A Alvorada	1909	Não localizado	Anchises Luma e Nuto Sant’anna	Intitulava-se como jornal de literatura, humor e notícias.
A Picareta	1916	Não localizado	Antonio Eichenberg Filho	Propriedade de uma associação, publicação aos domingos. Redação ficava na rua 6, nº 73.

Esses jornais cobriam o período estabelecido para pesquisa (1889-1920), por isso, se constituíram em importantes documentos para obtenção de informações sobre a cidade, relacionadas, por exemplo, ao processo de transformação do espaço urbano, à criação de espaços culturais, educacionais, de lazer etc.

A *Gazeta Rio-Clareense*, fundada em 1877, era um bissemanário, impresso na Tipografia “Rio-Clareense”, de propriedade de Guilherme Kroenlein, publicava vários anúncios locais e notícias da região. Segundo programa extraído do dia 15 de julho de 1877, esse jornal tinha como objetivos cuidar dos interesses da agricultura e do comércio, além dos interesses da instrução pública, considerada importante para o engrandecimento da cidade.

Para esta pesquisa foram utilizados três exemplares, os de 15 de julho de 1877, de 23 de dezembro de 1877 e de 20 de fevereiro de 1878, localizados no Arquivo Público Histórico de Rio Claro – Oscar de Arruda Pentead. Por meio deles, foi possível compreender algo do espaço urbano da cidade.

O *Diário do Rio Claro* foi fundado em 1886. Segundo Fittipaldi (1986), originou-se do bissemanário *O Tempo*, e se concebia como um jornal imparcial. José David Teixeira, proprietário de uma tipografia na Avenida 2, nº 68, era o diretor. Há registros de que os primeiros exemplares do jornal foram marcados pela atuação na campanha pela Abolição e pela República. O jornal ainda existe, embora seu arquivo não tenha sido preservado. Da sua primeira fase, o Arquivo de Rio Claro possui somente alguns exemplares, completos e incompletos, que correspondem aos anos de 1894, 1887, 1898-1899, 1901, 1921, 1894, 1897-1899, 1912-1919, 1922, 1926-1930 e 1933 até os dias atuais. Para a pesquisa, consultamos os exemplares até o ano de 1920.

O jornal *O Rio Claro*, fundado em 1900, órgão semanal, dirigido por Manoel Fernandes de Oliveira⁹, também foi uma das fontes consultadas. Foram localizados diversos exemplares que permeiam o ano de 1900 a 1916¹⁰.

Consultamos, ainda, *O Rio Clarinho*, também fundado em 1900. Os exemplares usados na pesquisa foram os de 24 e 28 de dezembro de 1903 e de 16 de janeiro de 1904.

O Commercio, fundado em 1906, foi igualmente fonte de pesquisa. Como sugere o nome, era voltado às notícias do comércio local. Foram localizados os exemplares dos dias 03, 06, 10, 13, 17, 20, 24 e 27 de fevereiro, 26 de maio e 04 de junho do ano de 1908.

Do jornal *A Alvorada* utilizamos dois exemplares, os de 12 e 25 de dezembro de 1909. Foi lançado em 1909. Sobre seu proprietário, não encontramos registros.

Do jornal *A Picareta*, fundado em 1916, foram utilizados os exemplares de 22 de outubro, 05 e 26 de novembro, 24 de dezembro de 1916. Do ano de 1917 foram encontrados os seguintes exemplares: 21 de janeiro, 18 e 25 de março, 08 de abril, 20 de

⁹ Manoel Fernandes de Oliveira nasceu em São Paulo. Reconhecido como jornalista nato, fundou muito cedo, em Bragança Paulista, o Correio Bragantino, jornal bissemanal que, mais tarde, se tornou diário. Anos depois, juntamente com outros amigos, fundou A Voz do Povo, em Sorocaba. Sete anos depois retorna à cidade de São Paulo, para o bairro do Braz e funda o diário O povo, que defendia a classe proletariada. Perseguido em São Paulo, segue para Rio Claro e funda O Rio Claro. Pertencia ao Partido Republicano Histórico, do qual era defensor. Faleceu em 1915, ocasião em que seu filho assume a direção do jornal rioclarense. (O Rio Claro, 02/05/1915).

¹⁰ A tabela descrevendo os exemplares consultados pode ser vista em apêndice.

maio, 03 e 24 de junho e 19 e 27 de setembro. Também não há registros quanto ao proprietário.

O único jornal consultado com periodicidade completa foi *O Alpha*. Segundo os registros localizados no Arquivo Público Histórico – Oscar de Arruda Penteadado, da cidade de Rio Claro, o jornal *O Alpha* surgiu em 1878, editado por Augusto Cintra e Romeu Ferraz, e desapareceu no ano de 1881. Não há qualquer impresso desse período nos arquivos consultados. Para Maciel (2004), ele nasceu em 06 de janeiro de 1878, era semanal, possuía um caráter literário, científico, noticioso e industrial.

Maciel (2004), coordenadora do projeto de microfilmagem do jornal *O Alpha*, na apresentação dos microfilmes afirma que, no primeiro período de existência, o jornal contava com colaboradores como Diogo Eugênio Salles e Joaquim Salles, membro de uma família de grande prestígio na cidade. A impressão, de acordo com registros da época, acontecia na Tipografia “Rio-Clarense”.

Com a República, mais precisamente em 21 de julho de 1901, ele volta a ser editado como jornal diário. A responsabilidade da redação do jornal, nos primeiros números, era de Antonio de Campos e de Antonio Cordeiro de Lima, substituídos, em 9 de outubro de 1901, por Eduardo Leite¹¹, proprietário e fundador do jornal. Eduardo Leite apoiava o Partido Republicano Paulista e pertencia à maçonaria, permanece à frente do jornal até dezembro de 1916, quando falece. Em seguida, os créditos da redação são atribuídos à “Viúva Leite & Filhos”. Logo depois, (de 12 de dezembro de 1916 à 12 de maio de 1917), a redação fica a cargo de S. Camargo, e passa às mãos de Floriano Leite, em 13 de maio de 1917. O jornal permanece nas mãos da família Leite e sua direção e redação são alternadas pelos nomes dos filhos de Eduardo Leite.

A circulação era diária, como o próprio jornal se propunha “sem guardar domingos, dias santos e feriados, oferecendo sempre leitura variada e amena”. Somente a partir de 28 de junho de 1903 deixou de circular às segundas feiras.

Quanto ao conteúdo do jornal, era bem variado. Como era comercial, contava publicações de anúncios e assinaturas mensais. Fazia campanhas frequentes, quanto às assinaturas e pontualidade nos pagamentos.

¹¹ Nasceu em São Sebastião, em 28 de outubro de 1864; falece em 07 de dezembro de 1916. Com quatorze anos, mudou-se para Rio Claro. Foi cronista de vários jornais da cidade, entre eles O século XIX. Capitão, assume O Alpha como proprietário e diretor em 1901. Casado com Francisca do Carmo Leite, teve 14 filhos. Quanto faleceu, 11 vivos deles estavam vivos, Eduardo Leite Junior, Francisco Leite, Benedicto, Floriano Peixoto Leite, Plínio, Abigail, Nair, Heraclito, Nadir, Zuleika e Sebastião (na época com quatro anos) (O Alpha, 07/12/1916).

Com o objetivo e agradar tanto quanto o ouro verde de uma terra eminentemente cafeeira, o jornal trazia belos poemas, contos seriados ou não, divulgação dos espetáculos teatrais do Phoenix e do Variedades, informes sobre saúde, muita propaganda do comércio e da indústria local e da capital. Também publicava notícias principalmente da Europa, como os feitos de Santos Dumont, a tragédia do Titanic, o pânico causado no exterior por medo da passagem do cometa Harley e todas as ameaças e consequências da guerra de 1914 e seguintes. Também não faltam os destaques tecnológicos, sociais, cinematográficos e culturais da população local e internacional (MACIEL, 2004, s/p).

Embora se declarasse um jornal imparcial, afirmando, em capa, “não somos partidários de facção alguma política”, eram frequentes os anúncios políticos, apoiando o partido republicano paulista, o qual, na cidade de Rio Claro, era representado por Joaquim Salles, um dos colaboradores do jornal ainda no período Imperial. Eram recorrentes os anúncios e convocação de reuniões do partido publicados no jornal. O jornal constitui uma coleção de 1901 até 1927 — até 1925, praticamente completa; no período de 1925 a 1927, somente algumas edições dispersas. Aqui, em função de nosso recorte temporal, priorizamos a leitura da série de 1901 a 1920, no total 22.388 páginas de jornal¹².

Por se tratar de um dos jornais publicados no século XIX e início do século XX, pode ser compreendido como uma fonte de pesquisa importante para observar o registro social, econômico político, cultural e educacional da cidade de Rio Claro. O jornal possibilitou-nos conhecer algo da população rio-clarense, do processo industrial da cidade, os agrupamentos de imigrantes, alemães, italianos e portugueses, a organização do centro operário, as festas religiosas, as festas escolares e exames finais, as reuniões de iniciação da maçonaria, entre outras particularidades que compunham o cenário da cidade.

A análise conjunta de todas as fontes mencionadas, tornou possível identificar as estratégias de escolarização na cidade de Rio Claro, objeto desta pesquisa, evidenciando a relevância da temática. A análise do local, em relação à macro política, pode contribuir para a compreensão das prioridades educacionais, sobretudo, se considerarmos que o foco dessa investigação contemplou também diferentes modalidade escolares.

A tese esta organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo, *Rio Claro: história, educação, obrigatoriedade e estratégias de escolarização primária na*

¹² Em apêndice esta disponível a planilha com a edição de todos os jornais consultados detalhadamente.

Primeira República, apresenta um levantamento histórico da cidade de Rio Claro, destacando sua composição populacional, identificando a presença dos negros e imigrantes e suas contribuições para a educação e a urbanização da cidade. Nesse capítulo, discutimos, ainda, o modo como a lei da obrigatoriedade do ensino é recebida nas cidades do interior, em especial, em Rio Claro.

No segundo capítulo, *Rio Claro e as estratégias de escolarização primária públicas*, identificamos as iniciativas escolares do setor público, estadual ou municipal. Nesse capítulo são tematizados os grupos escolares, mas também as escolas isoladas.

O terceiro capítulo apresenta um mapeamento das estratégias de escolarização primária promovidas por instituições particulares, escolas subvencionadas, estrangeiras, confessionais, organizadas pela maçonaria, centros operários e iniciativas individuais. Foram mais de cinquenta as escolas catalogadas.

No quarto capítulo, *Sujeitos Rioclarenses: mobilidade e espaços escolares*, discutiremos sobre os sujeitos envolvidos no processo de escolarização, professores e alunos, assim como sobre a relação entre esses sujeitos e o espaços de escolarização. Centramos nossas atenções, sobretudo, na questão da mobilidade docente em Rio Claro. Ademais, o mapeamentos das escolas públicas e particulares nos permitiram observar os espaços que essas escolas ocuparam na cidade.

Em nossas considerações finais, apresentamos um balanço da pesquisa, apontando suas fragilidades, seus pontos fortes e novas perspectivas de estudos.

A escola é o primeiro reduto da defesa nacional; a menor falha no ensino, e o menor descuido do Professor podem comprometer, sem remédio, a segurança de destino do país ... o Professor, quando professa, já não é um homem, a sua individualidade anula-se: - ele é a Pátria, visível e palpável, raciocinando no seu cérebro e falando pela boca. A palavra que ele dá ao discípulo, é como a hóstia, que, no templo, o sacerdote dá ao comungante. É a eucaristia cívica. Na lição há a transubstanciação do corpo, do sangue, da alma e de toda nacionalidade.

Olavo Bilac

1 Rio Claro: história, educação, obrigatoriedade e estratégias de escolarização primária na Primeira República.

O estudo sobre a educação na cidade de Rio Claro, um município do interior paulista, na primeira república, tem por objetivo verificar quais foram as estratégias de escolarização primária empreendidas tanto pelo poder público, quanto por outras iniciativas organizadas por particulares e pela sociedade civil. Neste sentido, foi definido como ponto de partida verificar como a Lei de Obrigatoriedade do ensino, promulgada pela Província de São Paulo, em 1874, foi efetivada nesta cidade.

Neste capítulo busca-se trazer alguns elementos sobre a história da constituição da cidade do Rio Claro, na época de sua fundação denominada São João Batista do Ribeirão Claro. Além disso, procurou-se apresentar as transformações ocorridas na cidade no período do século XVIII ao século XX. Outro ponto de destaque refere-se a discussão da Lei de obrigatoriedade do ensino e seu processo de implementação no Estado de São Paulo e na cidade de Rio Claro.

1.1 Rio Claro seus nomes e sua história

O que inicialmente era apenas parada dos tropeiros, que seguiam para Mato Grosso à procura de ouro, começou a se tornar um vilarejo, em 1718. Segundo Penteado (1964), a parada em Ribeirão Claro não passava de um abrigo, coberto de folhas à beira de um riacho, que cortava a várzea. Como as tropas de mulas necessitavam de suprimentos, logo se instalaram neste ponto alguns negociantes. Começava assim um pequeno comércio para atender os viajantes.

Em 1770, o povoado instalado à beira do Ribeirão Claro foi elevado à categoria de paróquia. São João Batista do Morro Azul, São João Batista do Ribeirão Claro, São João do Rio Claro e Rio Claro, tais nomes contam um pouco da história da cidade. Localizada no oeste paulista, começou sua povoação de forma efetiva com a distribuição de sesmarias¹³. Em 1817, a primeira sesmaria do Morro Azul é distribuída à família Galvão, que vinha de Itú. Essa primeira sesmaria, segundo Ferraz (1922), foi

¹³ Sesmaria, instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção. A principal função do sistema de sesmarias era estimular a produção e isso era patente no seu estatuto jurídico. Quando o titular da propriedade não iniciava a produção dentro dos prazos estabelecidos, seu direito de posse poderia ser cassado.

dividida no mesmo ano à fazenda Ibicaba. Ibicaba e Angélica foram os nomes de duas fazendas comandadas pelo Senador Vergueiro¹⁴. Outras sesmarias foram se formando com a chegada da família Góes, Pereiras, Ferraz, Arruda, entre outras.

Segundo Dean (1977, p. 22), “na área de Rio Claro viviam algumas centenas de famílias. O recenseamento de 1822 registrou 1033 pessoas livres em 231 domicílios”. A população que a princípio vivia de pequenas produções agrícolas como milho, feijão e arroz, foi perdendo espaço com as distribuições de sesmarias a pessoas com maior poder aquisitivo.

Por volta de 1820, muitos moradores de Rio Claro foram subitamente expulsos por algumas poucas pessoas com suficiente dinheiro e influência política para conseguir títulos de posse sob a forma de sesmarias. A expropriação do valor adicional representado pela limpeza da terra e o cultivo anterior significava um ato inicial de acumulação de capital. Cedo, pessoas ainda mais ricas e influentes começaram a reunir recursos suficientes para a exploração agrícola em larga escala. Rio Claro tornara-se, na expressão local, uma “frente pioneira” (DEAN, 1977, p. 37).

Iniciam-se, dessa forma, as organizações das grandes fazendas, futuras produtoras de café. São João Batista ficou conhecida assim com a chegada do padre Delfino¹⁵, que trouxe a imagem de São João e celebrou a primeira missa da capela. Em 10 de junho de 1827, o povoado de Morro Azul passa à categoria de Capela Curada de São João Batista do Ribeirão Claro. A partir da sua primeira igreja, começam a se organizar seu primeiro centro urbano.

Segundo Santos (2000), por volta de 1830, a população total já era de 2.000 habitantes. O entorno da primeira igreja – construído de pau-a-pique, já havia servido

¹⁴ Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro nasceu em Portugal, em 20 de dezembro de 1776, faleceu no Rio de Janeiro, aos 81 anos, em 18 de setembro de 1859. Sua trajetória na cidade de Rio Claro começou com a compra das terras da sesmaria Galvão, onde fundou a fazenda Ibicaba. Formado em direito pela Universidade de Coimbra, teve vários cargos importantes no Brasil. Foi Juiz de São Paulo em 1811; Vereador da Câmara Municipal de São Paulo em 1813; Inspetor de Caminhos da Freguesia de Piracicaba em 1820; Membro do Governo Provisório de São Paulo em 1821; Deputado da Constituinte Brasileira de 1823; Senador pela província de Minas Gerais em 1828; Membro da Regência Provisória em 1831; Ministro do Império; Deputado Provincial de São Paulo 1835-36; Diretor da faculdade de Direito de São Paulo 1837-42; Ministro da Justiça em 1847; Presidente e Membro do Conselho de D. Pedro II (PENTEADO, 1978). Para a cidade de Rio Claro, deixou como legado a organização do traçado e cruzamento das ruas, além de ser pioneiro do trabalho livre. Em 1846, suas fazendas de Rio Claro (Ibicaba e Angélica) contavam com colonos livres de origem alemã, suíça e portuguesa, trabalhando em regime de parceria.

¹⁵ Padre Delfino da Silva Barbosa, cujo nome correto era Delfin da Silva Barbosa, ficou conhecido como um dos fundadores da cidade de Rio Claro e era chamado pela população de Delfino. Veio para as terras do Morro Azul a convite de Francisco da Costa Alves, fazendeiro que teve terras devolutas na região. Desde sua chegada a cidade, o padre atendia a população, celebrava missas, entre outras atividades. Conquistou os moradores do povoado e em pouco tempo conseguiu a construção da capela, que mais tarde se tornou a Igreja Matriz (PENTEADO, 1978).

como imã receptor de uma série de atividades comerciais, além de casas. Ao administrar as terras doadas pelo 1º Barão de Piracicaba, Antônio Paes de Arruda¹⁶, como patrimônio da igreja, a sociedade loteou o terreno à sua volta, destinando sua renda à construção da igreja, dessa forma, também delimitando onde seria o centro da futura cidade. No mesmo ano, 1830, a Capela Curada é elevada à Freguesia de São João Batista do Ribeirão Claro.

Como, neste período, não existia a figura de prefeito ou intendente, é criada a *Sociedade de Bem Comum*, com poderes de governo local, no ano de 1832. Dean (1977) destaca ainda que as decisões quanto ao processo de urbanização eram deliberadas por esta Sociedade, formada por fazendeiros da cidade.

José Romeu Ferraz¹⁷, historiador local, escreve em 1922 um Álbum de Rio Claro, no qual apresenta o papel dessa *Sociedade do Bem Comum* principalmente no tocante a educação.

A novata Sociedade, em seus estatutos estabelecia que o primeiro objetivo de seus cuidados seria a construção da Igreja Matriz, o culto divino, que também trataria de todas as outras obras, servidão e comodidade pública. Proveria dos bons costumes e a educação da mocidade. A educação da mocidade! Parece incrível que em tão atrasada época já fosse alvo de cogitações a educação dos moços, a formação do seu caráter. É que os de antanho entendiam que a mocidade é a maior força na consecução das pátrias livres, das grandes nacionalidades. É mister, se fazia, para tanto, que estivesse aparelhada moral e civicamente. É o que tencionava a *Sociedade do Bem Comum*: instruí-la e educá-la. (FERRAZ, 1922, p. 21)

Quanto aos objetivos da *Sociedade*, observa-se que, além da urbanização e a construção da Igreja, havia uma preocupação com a educação ou instrução da mocidade, pensada para os meninos. As palavras *instruir* e *educar* foram termos chaves no início do período republicano. Era necessário instruir a massa populacional e prepará-la para a sociedade que se organizava. Nesse sentido, a educação deveria ser a responsável por esse feito.

Chama atenção a existência de poucos documentos que mencionam dados quanto à criação e organização das escolas em Rio Claro, antes do período republicano.

¹⁶ Nasceu em Itu, em 04 de março de 1791, e faleceu em São Paulo, em 11 de outubro de 1876. Chegou a Rio Claro em 1825, como muitos, atraído pela terra roxa do Morro Azul. Foi proprietário de fazendas de café, deputado estadual, e em Rio Claro foi um dos fundadores da “Sociedade do Bem Comum”. Doou parte de suas terras para construção da Igreja Matriz (PENTEADO, 1978).

¹⁷ José Romeu Ferraz nasceu na cidade de Araraquara, em 1899. Diplomou-se na Escola Normal, em São Paulo, em 1920. Foi professor da escola isolada do Bairro da Assistência, em Rio Claro, e depois diretor do Grupo Escolar, em Santa Gertrudes. Por ocasião do centenário da Independência do Brasil, em 1922, escreveu uma monografia sobre Rio Claro, intitulada “Álbum Histórico de Rio Claro”. Foi um historiador local e escreveu em diversos jornais, revistas da cidade (PENTEADO, 1978).

Dos documentos consultados, foi possível identificar que, ainda no Império, a cidade contava com uma pequena estrutura escolar. A preocupação apresentada pela *Sociedade do Bem Comum* revela que essa educação não atingia a massa popular, até porque a população era composta por muitos escravos, os quais não eram considerados cidadãos com direito a instrução. Por volta de 1843, já havia uma significativa população em idade escolar, segundo dados do Almanak de Rio Claro de 1873¹⁸ e, nesse mesmo ano, foi criada a primeira escola, cujo regente era Tito Correa de Mello.

Segundo Molina (1981) a escola, instalada na casa de Gabriel Cunha, no bairro da Boa Morte, começou a funcionar em 7 de fevereiro de 1844, das 10h às 15h, com 30 minutos de folga para o aluno. Essa primeira escola a funcionar na cidade, não era frequentada por todas as crianças, como salienta o próprio texto do Almanak. As famílias de fazendeiros e negociantes entregavam a instrução dos filhos a professores particulares. Não foi possível localizar dados quanto ao número de alunos matriculados e sua nacionalidade.

Com o crescimento urbano em 1845, a Freguesia de São João Batista do Ribeirão Claro é elevada a Vila de São João do Rio Claro. E, em 1859, cria-se a comarca da cidade de Rio Claro. A cidade crescia com suas fazendas de café. Gradativamente, a demanda mundial por café sobrepunha-se à de cana; além dos custos de produção serem menores, exigindo menos mão de obra e conferindo lucro maior, também crescia o consumo de café nos mercados internacionais, justificando a plantação em larga escala. Por volta de 1840, o café representava 40% das exportações brasileiras, mas foi a partir de 1850 que seus preços se elevaram, a ponto de viabilizar a expansão do seu plantio em terras do Oeste Paulista. Esse novo cenário reorganizou o espaço urbano e as demandas por escolarização primária.

Na década de 1850, com o fim do tráfico de escravos e o aumento do consumo de café na Europa, foi preciso intensificar o processo de imigração. Segundo Dean (1977), a cidade de Rio Claro, em 1835, tinha 598 escravos e, em 1856, mesmo com a crise do tráfico, esse número chegava a 1.426. Logo, é importante destacar que, mesmo com o fim do tráfico de escravos, os centros urbanos, cujos focos principais eram a agricultura e o plantio de café, continuaram a manter um número significativo de escravos.

¹⁸ O Amanak de Rio Claro, foi organizado por Thomaz Carlos de Molina e publicado pela imprensa oficial em 1981.

Embora a região possuísse faixas de terras propícias ao plantio do café, o fim do tráfico de escravos não deixava de gerar problemas quanto a mão de obra necessária para a tarefa. Ademais, na ocasião, o transporte do café ao porto de Santos era realizado por animais de carga, tornando a operação muito cara e insegura. O problema do transporte resolveu-se em 1867, com a inauguração da ligação ferroviária entre Santos e Jundiaí. A partir de 1876, a cidade passou a ser ponto de baldeação das cargas que vinham de São Carlos, o que influenciara a organização urbana da cidade.

A influência da Cia. Rio Claro de Estradas de Ferro para a urbanização de São João Batista do Rio Claro foi considerável. Em primeiro lugar, porque sua sede foi instalada em Rio Claro; formou-se um entroncamento ferroviário na cidade para baldeação entre as duas bitolas. Em segundo lugar, instalaram ali um dos mais importantes segmentos que vinha somar-se ao já expressivo número de serviços oferecidos à população. Em terceiro lugar, e extremamente importante, demandar trabalhadores e ampliar a oferta de trabalho, direta ou indiretamente ligados a Cia. Rio Claro. (...) Com o prolongamento da linha férrea rumo a São Carlos, Rio Claro deixa de ser ponta de trilho e passa a condição de intermediária. (SANTOS, 2000, p. 94)

Para Santos, a organização urbana de Rio Claro sofre mudanças importantes quando a cidade deixa de ser "cidade fronteira" para ser "ponta de trilho". Esse processo altera significativamente a própria composição da cidade. O que levava semanas para chegar a Santos, chega, agora, em menos de um dia. E a capital, São Paulo, fica muito mais próxima do interior. Dois movimentos, então, se destacam: o avanço para escoar o café, com a diminuição de gastos com transporte; e a proximidade da capital faz com que muitos fazendeiros negociantes deixem suas casas no interior, mudando-se para São Paulo. O interior fica na mão dos administradores de fazenda e, conforme Dean (1977), da classe média. Esse movimento, ao mesmo tempo que esvazia a cidade de senhores, proporciona o incremento de serviços e de bens disponíveis na cidade.

O problema da mão de obra será resolvido com a imigração. O Estado de São Paulo subsidiou a imigração, e um grande número de europeus foram para Rio Claro, para o trabalho nas fazendas, mas também para os centros urbanos.

A transformação do regime de trabalho nas fazendas levou à diversificação da economia no Estado. Uma variedade muito maior de produtos se fazia necessária, a fim de satisfazer a demanda dos consumidores, e a natureza da economia dos bens de exportação brasileiros era tal que as importações não podiam dar conta da mesma. Alguns imigrantes abandonaram o trabalho agrícola e se dedicaram a ofícios. Pequenas indústrias multiplicaram-se no interior de São Paulo. O centro da cidade de Rio Claro industrializou-se notavelmente. Sua posição, primeiro como terminal ferroviário, depois como ponto de baldeação entre a Paulista e a linha de Rio Claro, de bitola estreita, aconselha a construção de depósitos de vagões de ambas as ferrovias. Uma usina hidroelétrica começou a funcionar ... Havia oficinas de construção de

carruagens, selarias, serrarias, olarias, fornos de cal, uma fábrica de sapatos, varias tipografias, oficinas mecânicas e de fundição. Estabelecimentos menores fabricavam massa, sabão, vinagre, colchões, chapéus de palha, charutos, foguetes e gelo. Uma grande cervejaria vendia 600 mil litros para todo o estado (DEAN, 1977, p. 154).

Em Rio Claro, a participação dos imigrantes, na década de 70 do século XIX, também contribuiu significativamente para a composição da urbanização. Segundo o recenseamento geral da população brasileira em 1872, Rio Claro se constituía da seguinte forma:

Tabela 1: População estrangeira em São João Batista do Ribeirão Claro em 1872

Nacionalidade	Homens	Mulheres	Total
Alemã	227	143	370
Belga	3	5	8
Francesa	11	2	13
Holandesa	5	1	6
Italiana	22	3	25
Norte – Americana	1	-	1
Portuguesa	171	85	256
Suíça	86	35	121
Africana	12	6	18
TOTAL	538	280	818

Fonte: Recenseamento Geral da população Brasileira – 1872.

As informações que aparecem na tabela 1 indicam que os alemães constituíam-se como o maior grupo de imigrantes que escolheram esta região para viver. Os portugueses, muitas vezes, considerados em pesquisas como brasileiros, aparecem em segundo lugar, seguido pelos imigrantes suíços, italianos, africanos e franceses.

A presença desses imigrantes na cidade resultou em uma organização também específica. Eles acabaram se aglomerando em vilas, constituindo serviços típicos de suas regiões, como as cervejarias, não por acaso, portanto, em grande número na cidade, entre outros.

Tabela 2: Propriedade de negócios segundo a nacionalidade e setor - 1873

Setor	Alemães	Portugueses	Brasileiros ou portugueses
Comércio	37	27	103
Comércio/Serviço	11	2	5
Serviço	55	7	118
Fábricas	6	-	4
Capitalista	2	-	5
Lavradores de Algodão	3	-	27
Fazendeiros	3	1	73

Fonte: Oscar de Arruda Penteado (1978, p. 205).

No setor de serviços e comércio, os alemães tem expressiva representação, seguidos dos portugueses. Os alemães e suíços, segundo Dean (1977), formavam uma população de artífices especializados, como pedreiros, ferreiros e carpinteiros. Essa característica dificultou a adaptação desses indivíduos nas grandes fazendas produtoras de café. Ao chegarem em Rio Claro, esses imigrantes acabaram por se dedicar às atividades de comércio, conforme aponta o a tabela 2.

Essa população alemã, quando no centro urbano, organizou-se em uma região cidade, conhecida como Bairro da Vila Alemã (existente até hoje). Para Santos (2000), o agrupamento favoreceu a ajuda mútua do grupo. Em 1863, por meio dessa união, já haviam construído um cemitério para enterrar protestantes e luteranos. O Cemitério Alemão, como é conhecido até hoje, continua ativo. Para o autor, a formação da Vila dos Alemães, a construção do Cemitério, a Escola de Língua Alemã e a Igreja Luterana, expressam a representatividade desse grupo na composição da cidade. Além disso, as instituições organizadas eram essenciais para a vida social do grupo. Outros serviços foram organizados por eles como cervejarias, padarias, hotéis, lojas de secos e molhados, frota de trollys etc.

Quando observamos os dados da tabela 2, fica evidente que grande parte do comércio e dos serviços da cidade estava nas mãos desses imigrantes. Os jornais locais publicavam periodicamente anúncios dessa população, como pode ser observado nas imagens a seguir:

Fotografia 1: Padaria Alemã em Rio Claro.

Fonte: Museu da Imigração – Acervo Digital.

Figura 1: Anúncio Pharmacia Italiana Jornal “O Rio Claro”.

Fonte: Jornal “O Rio Claro” – 30/11/1900.

Figura 2: Anúncio Cervejaria Jornal “O Rio Claro”.

Fonte: Jornal “O Rio Claro” – 30/11/1900.

Figura 3: Anúncio Banco Italiano Jornal “O Rio Claro”.

Fonte: Jornal “O Rio Claro” – 30/11/1900.

Figura 4: Anúncio Loja Syria Jornal “O Rio Claro”.

Fonte: Jornal “O Rio Claro” – 30/11/1900.

Da mesma forma que essa população estava envolvida com o comércio e os serviços locais, também participava ativamente da demanda por escolas. O documento “Anotações sobre Rio Claro¹⁹”, localizado no Arquivo Público Histórico e Pedagógico de Rio Claro, sem data de publicação, apresenta novos dados sobre a cidade, coletados a partir do Primeiro Recenseamento Geral do Brasil de 1872:

A Paroquia de São João Batista de Rio Claro conta com 12.203 habitantes (...) 684 prédios, 03 sobrados, 16 assobradados. Havia 02 dentistas, 04 médicos, 06 advogados, 02 farmacêuticos, **02 colégios**, 64 armazéns, 03 hospedarias, 08 tabernas e 4.073 escravos registrados. (ANOTAÇÕES SOBRE RIO CLARO, s/d, p.10, grifos nosso)

Os números contam algo da cidade. Em 1872, já possuía 684 prédios e diversos profissionais liberais, como advogados, médicos, dentistas e farmacêuticos. O número de armazéns e tabernas aponta um comércio promissor, mostrando a relevância do local estudado e a organização que tinha no período.

O recenseamento de 1872 indica a existência, agora, de dois colégios. Esse dado permite considerar que, com o crescimento urbano, a escolarização primária também passa a ser priorizada. Segundo Molina (1981), a instrução pública passa a ser representada por duas cadeiras masculinas e duas femininas — públicas —, além de seis escolas particulares, três femininas e três masculinas. É possível que entre essas escolas particulares esteja um dos colégios mencionados no recenseamento de 1872, uma vez que seu período de existência percorre todo o tempo da pesquisa.

A tabela 3, apresentada a seguir, foi elaborada a partir de informações coletadas no Almanak de Rio Claro de 1873, na qual é possível observar iniciativas públicas e particulares, relativas às escolas existentes.

Tabela 3: Relação de escolas de Rio Claro no ano de 1873.

Descrição da Escola	Professor Responsável	Endereço
1ª Cadeira Masculina – Pública	Julio Augusto de Paula Eduardo	Rua São João
2ª Cadeira Masculina – Pública	Alfredo da Silva Delduque	Rua São João
1ª Cadeira Feminina – Pública	Januária Cortez de Sá	Rua São João
2ª Cadeira Feminina – Pública	Francisca Hortência Cortez Ramalho	Rua São João
Particular – Masculino	Eduardo Bohn	Rua do Commercio
Particular – Masculino	Joaquim Bartholomeu de Carvalho	Rua Alegre
Particular – Masculino	Romoaldo Augusto d'Oliveira	Rua da Cadêa
Particular – Feminino	Maria Candia da Mota	Rua Municipal

¹⁹ O documento esta localizado no arquivo de Rio Claro, sob a identificação DA 338, fl.10.

O perímetro urbano de São João do Rio Claro, em 1867, compreendia 40 quarteirões, delimitados entre a Rua do Hospital (Avenida 7) e a Paissandu (Avenida 12), com a Rua da Palma (Rua 9) e a de São Benedito (Rua 2). Já havia sido construída a Capela de Santa Cruz, tendo sido benzida e entregue aos devotos, em abril de 1857. Já estava em funcionamento o Hotel do Oeste, localizado na Rua Municipal (Avenida 2) com a Rua São João (Rua 6). Esse hotel recebia um número significativo de pessoas que buscavam a cidade para a realização de seus negócios.

Embora não haja legenda no mapa, foi possível localizar as escolas pelos endereços. Perceber-se que elas estavam localizadas na área mais central da cidade, próxima dos principais pontos de referência, tais como igreja da matriz, da câmara, mercado, cemitério, hotel etc.

Segundo o Almanak de 1873, na década de 1860, a vida urbana de São João do Rio Claro já estava organizada, porém, ainda como uma extensão da vida rural. Essa situação se altera, gradativamente, com a chegada dos imigrantes e, mais tarde, da ferrovia. Esses elementos podem ser considerados como os impulsionadores do desenvolvimento local, pois a cidade cresceu e ganhou importância, tornando-se o centro das atividades econômicas em função do café.

Quanto à urbanização e os espaços sociais, é necessário enfatizar que, em maio de 1863, teve início à construção do Teatro São João²⁰, aberto ao público em 20 de janeiro de 1864. Possuía 63 camarotes, divididos em três níveis e uma plateia de 400 cadeiras. Foi um dos primeiros teatros da Província, apresentando, ao longo de sua existência, peças de grandes companhias teatrais nacionais e estrangeiras. O teatro permitiu, ainda, o surgimento de muitos grupos amadores na cidade, os quais faziam apresentações periódicas. As programações teatrais eram impressas, publicadas nos jornais locais e entregues no comércio.

²⁰ O Teatro foi construído em terreno doado pelo então 2º Barão de Piracicaba, Raphael Tobias de Barros, filho do 1º Barão de Piracicaba, Antonio Paes Barros. Sucessor do pai nas fazendas de Rio Claro, foi vereador da cidade no período de 1865-1868, pelo Partido Conservador. Participou da construção do Hospital de Leprosos da cidade, mais tarde a Santa Casa. Investiu na organização do teatro e, posteriormente, do Gabinete de Leitura. Doou também o prédio em que funcionou o Grupo Escolar Municipal “Barão de Piracicaba”, onde atualmente esta a sede do círculo Operário na Rua 2. (PENTEADO, 1977).

Figura 6: Programação do Teatro São João

Fonte: Rio Claro Sesquicentenária, p.280.

Este teatro, em 1888, sofreu uma complexa remodelação, passando a se chamar Teatro Phenix. Situava-se na Rua Direita (hoje Rua 3), esquina da Rua do Comércio (hoje Avenida 1). Esse espaço, por contar da colaboração de fazendeiros da época, era um espaço utilizado para reuniões e encontros do Partido Republicano. O mesmo aconteceu com o Gabinete de Leitura. O próprio Almanak de 1873 menciona a possibilidade do aluguel do espaço do teatro para outras finalidades.

Este edificio construído de tijolos, contém três ordens de camarotes, elevando-se o número destes a 63, um salão na frente tomando toda a largura do edificio e platéa de 400 pessoas. Aluga-se a 30\$000rs. por noite. O Theatro é propriedade dos acionista. Seu directório e o seguinte:
 Diretor: Antonio Henrique Flores.
 Thesoureiro: Antonio Gonçalves de Amorim.
 Procurador: Francisco Gomes Botão (MOLINA, 1981, p.15).

Fotografia 2: Teatro Phenix – Rio Claro

Fonte: Arquivo Público Histórico e Pedagógico – Oscar de Arruda Penteado - Rio Claro

A arquitetura do prédio expressa adequadamente a magnitude do teatro para a época, então considerado uma das mais belas construções de Rio Claro. Vale ressaltar que a imagem apresenta um centro urbano com calçamento, construções em várias quadras e carros, retratando uma cidade que não revela o seu aspecto rural, ainda forte neste período.

A construção da ferrovia, como se mencionou, foi importante para a estrutura econômica e social da cidade. Para Garcia (1992), sua instalação provocou uma série de transformações na paisagem urbana e nas atividades direta ou indiretamente ligadas a elas. Essas mudanças proporcionaram o desenvolvimento de armazéns, oficinas, escritórios etc., serviços que davam suporte ao funcionamento da empresa ferroviária.

Fotografia 3: Primeira Estação Ferroviária de Rio Claro – 1876.²¹

Primeira Estação da Cia. Paulista de Estradas de Ferro em Rio Claro, inaugurada em 11 de agosto de 1876. Demolida em 1910

Fonte: Arquivo Público Histórico e Pedagógico – Oscar de Arruda Penteado - Rio Claro

Na fotografia 3, vê-se, em frente a primeira Estação da Cia Paulista de Estradas de Ferro, pessoas circulando, provavelmente chegando ou saindo da cidade. Percebe-se também a presença de veículos de tração animal, transportando pessoas e mercadorias.

O número de imigrantes que chegavam a cidade teve um acréscimo significativo entre os anos de 1880 e 1900. O fim do tráfico negreiro e a abolição dos escravos foram fatores que contribuíram para o crescimento desse número. E, com a construção da ferrovia, Rio Claro passou a receber também moradores de outras regiões, atraídos pelo desenvolvimento da cidade que, em 1886, conforme Dean (1977), era o terceiro maior produtor de café da província.

Segundo dados apresentados por Santos (2000), a população de Rio Claro teve um acréscimo considerável se comparada com outras cidades. Em 1886, a população de São Paulo era de 47.697 habitantes; Santos contava 15.605 habitantes; Campinas, 41.253 habitantes e Rio Claro, 20.133 habitantes. Esse significativo número de habitantes, composto por imigrantes, brasileiros e ex-escravos, contribuiu para a organização dos espaços urbanos da cidade.

²¹ Esta foto foi localizada no Arquivo Público de Rio Claro. Não há indicativos quanto ao fotógrafo, mas sua legenda revela que se trata de um retrato da primeira Estação da Cia. Paulista, inaugurado em 1876.

Na década de 1870, além da ferrovia, foram fundados também o Gabinete de Leitura e a Philarmônica Rioclarense. O prédio da Philarmônica passou por diversas reformas. A obtenção de um espaço próprio se deu após a doação de um terreno pelo Visconde do Rio Claro, sócio da entidade. Na foto a seguir, o primeiro prédio da Philarmônica Rioclarense, fundado em 1879. Essa imagem faz parte do Álbum de Rio Claro, redigido por José Romeu Ferraz.

Fotografia 4: Philarmônica Rioclarense – Fundada em 1879.

Fonte: Álbum Histórico de Rio Claro – 1922

A sede própria do Gabinete foi inaugurada em 1890, em solenidade presidida por Prudente de Moraes²². Para esta pesquisa, o prédio do Gabinete de Leitura possui especial importância, já que ele abrigará uma escola noturna para a população masculina, a ser tematizada no capítulo três. O Gabinete de Leitura e a Philarmônica Rioclarense, tal como o Teatro, são organizações construídas por iniciativas particulares, na maioria das vezes, de cafeicultores e de grandes proprietários da cidade.

No Gabinete realizavam-se saraus, leituras de poemas e encontros literários. Na Philarmônica, davam-se saraus dançantes, musicais e literários e a apresentação dos melhores e mais reputados artistas da música e da oratória. Eram locais de reuniões e de encontros da sociedade rioclarense; segundo seus fundadores, espaços para a educação cultural do povo rioclarense.

²² A sede do Gabinete de leitura era motivo de orgulho para São João do Rio Claro, porque fora visitada pelo Imperador Pedro II, em 1886.

As duas organizações contavam com o pagamento de mensalidades de associados para a sua manutenção. O Gabinete conseguiu mesmo um orçamento da Câmara Municipal para a manutenção da escola noturna que abrigava. No entanto, ambas as organizações passaram por inúmeras crises financeiras, do que nos dão prova as notícias encontradas em páginas dos jornais locais.

O Gabinete de Leitura contava entre seus associados importantes figuras da sociedade rioclarense (figuras da política local, produtores de café, proprietários do comércio local). Periodicamente, publicava, no jornal da cidade, informações relacionadas às reuniões da diretoria, à festas, entre outras. Nos anos de 1901 e de 1902, no mês de seu aniversário, julho, as primeiras páginas do jornal *O Alpha* foram reservadas para homenagens ao Gabinete, destacando o papel que a organização desempenhava na sociedade. Nessas ocasiões, são mencionadas a biblioteca da organização, cujo acervo dispunha de obras raras, e a escola noturna.

Essas instituições, vinculadas ao lazer, à cultura e à educação podem ser compreendidas como sinais de modernização da cidade. Por certo, expressam uma vida social ativa e são reflexos do desenvolvimento e das mudanças então experimentadas pela cidade. Essas mudanças terão consequências também no campo educacional, principalmente após a lei da obrigatoriedade do ensino.

O estudo da história local pode, portanto, contribuir para entendermos a história macro e estimular a proposição de novos questionamentos para fatos ainda não estudados. Assim, discute-se, a seguir, em que medida a Lei da obrigatoriedade escolar alterou o panorama da educação primária no Estado de São Paulo e quais suas implicações para os municípios do interior paulista, em especial Rio Claro.

1.2 - A obrigatoriedade do ensino.

Estudar a obrigatoriedade do ensino no início do período republicano requer observar a composição da educação popular no final do século XIX. O Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 deixou sob a responsabilidade das Províncias o ensino primário e secundário. No caso da Província de São Paulo, a obrigatoriedade do ensino primário foi estabelecida pela Lei n. 9, de 22 de março de 1874, em cujo artigo 1º lemos:

O ensino primário é obrigatório para todos os menores de 7 a 14 anos do sexo masculino, e 7 a 11 do sexo feminino, que residirem dentro de Cidade

ou Villa em que houver escola publica ou particular subsidiada, não tendo elles impossibilidade physica ou moral.

A legislação paulista é semelhante à mineira, uma vez que as elites dirigentes também buscavam afirmar a importância da instrução pública como forma de garantir as condições necessárias para elevar a Província e o Brasil ao rol das nações consideradas avançadas. Segundo Faria Filho (2004), a legislação transformava e ressignificava concepções como escola e professor.

Tavares Bastos²³, em 1870, *apud* Faria Filho e Gonçalves (2004, p. 167), mencionava que:

Em verdade, não pode deixar de ser obrigatório o ensino onde existe escola: nada mais justo do que coagir, por meio de penas adequadas, os pais e tutores negligentes, e sobretudo os que se obstinam em afastar os filhos e pupilos dos templos da infância. Tão legítimo, com é legítimo o pátrio poder, o qual não envolve certamente o direito desumano de roubar aos filhos o alimento do espírito, - o ensino obrigatório é às vezes o único meio de mover pais e tutores omissos ao cumprimento de um dever sagrado. Nas cidades, por exemplo, onde haja escolas suficientes, como não sujeita-los a multas, ou a trabalho e prisão no caso de reincidência? (BASTOS, 1937, p. 224).

Consideremos o que menciona a legislação mineira sobre a obrigatoriedade escolar. A lei 13, de 1835, de Minas Gerais, determinava a obrigatoriedade escolar para a instrução primária do 1º grau. Em seu 12º artigo previa que:

Os Paes de Famílias são obrigados a dar a seus filhos a instrucção primaria do 1º grão ou nas Escolas Públicas, ou particulares, ou em suas próprias cazas, e não os poderão tirar dellas em quanto não souberem as matérias próprias do mesmo grão. A infracção deste artigo será punida com multa de dez a vinte mil réis, uma vez que aos infractores se tenham deito intimações no espaço de seus mezes, e não tenham elles apresentado rasões, que justifiquem o seu procedimento, ou apresentadas tenham sido julgadas inattendiveis pelo Governo a vista de informações dos Delegados. Nas reincidências a multa será dobrada. Considera-se reincidência a continuação da falta dous mezes depois da condenação

A lei 9²⁴, de 1874, de São Paulo também previa, em seu Artigo 4º, por meio dos Conselhos Municipais de Instrução, a cobrança de multa aos pais e tutores que não

²³ Formado em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi deputado pela província de Alagoas em 1860. Em 1864, foi reeleito e, em 1870, publicou o livro “A Província”, no qual combateu a centralização do poder. Era partidário do liberalismo.

²⁴ Lei 9 de 1874. Art. 1.º - O ensino primário é obrigatorio para todos os menores de 7 a 14 annos do sexo masculino, e 7 a 11 do sexo feminino, que residirem dentro de Cidade ou Villa em que houver escola publica ou particular subsidiada, não tendo elles impossibilidade physica ou moral. Art. 2.º - Antes da idade determinada nesta Lei, só poderão os menores deixar a escola se forem julgados habilitados em exame publico. Art. 3.º - Fica creado em cada Municipio, onde fôr obrigatoria a instrucção primaria, um - Conselho de Instrucção- composto do inspector do Districto, Presidente da Camara Municipal e um

matriculassem seus filhos nas escolas. Além disso, para a execução da Lei paulista, ficou determinado que os professores fossem obrigados a apresentar o mapa de frequência dos alunos matriculados e frequentes todo mês. Apenas se verificada a frequência de 20 alunos, o professor recebia seus vencimentos. Essa exigência era válida unicamente nos lugares onde o ensino fosse obrigatório, ou seja, nas cidades e vilas.

Os Relatórios de Presidente de Província do Estado de São Paulo que antecedem a Lei da obrigatoriedade traçam um panorama da situação educacional. Em 1872, o Relatório sobre a Instrução Pública, apresentado pelo Presidente da Província, Diogo de Mendonça Pinto, afirma que existiam, no Estado de São Paulo, 478 escolas (masculinas e femininas), nas quais encontravam-se matriculados 7.823 alunos e 4.038 alunas. O percentual de frequência dos alunos era de 73% à 70%. A informação, contudo, não poderia ser considerada de todo segura, uma vez que os mapas de frequência não eram sempre enviados pelos professores: “segundo informações dos inspectores de districto, quasi que não há professor ou professora que não desempenhe a contento do publico seu encargo, a verdade, porém, é que existem muitos que são omissos e negligentes, além de pouco aptos” (Relatório de Presidente de Província, p.5).

No Relatório de Província de 1873, Dr. João Theodoro Xavier apresenta o número de 508 escolas, mostrando um pequeno crescimento em relação ao ano anterior. Esse número de escolas, no entanto, era insuficiente para atender a uma população livre de 825.000 habitantes e de 75.000 escravos, totalizando 900.000 indivíduos. Das 508 escolas existentes, 437 estavam funcionando, as demais estavam vagas. Tinha-se, então, a proporção de 1.887 habitantes para cada escola. Francisco Aurélio de Souza Carvalho acrescenta que: “quanto ao número de escolas, bem longe de satisfazer as necessidades da população e as aspirações da época de haver uma aula a porta de cada cidadão, nem sequer aproximadamente está ele para com a nossa população em relação dos outros paizes” (Relatório de Presidente de Província, p.6). No mesmo relatório, o Inspetor Geral menciona que, no mesmo período, a Suíça, a Alemanha e os Estados Unidos

cidadão nomeado pelo Presidente da Provincia, que tambem designara seu substituto. Art. 4.º - Ao Conselho de Instrucção incumbe: § 3.º - Impor aos pais, tutores ou patronos a multa de 10\$000, podendo ser repetida e argumentada até 50\$000 em caso de reincidencia, se findo o prazo do paragrapho antecedente, não mandarem á escola os menores sob sua guarda ou não ministrarem-lhes por qualquer modo a instrucção primaria, nem apresentarem razões justificativas da omissão. Para a repetição da pena de multa ao mesmo infractor deve ser esperado o prazo de um mez, e da imposição da multa haverá recuso para o Presidente da Provincia, dentro dos dez dias da sua comminação, (...) § 4.º - Julgar dos motivos das faltas dos alumnos, e, quando não julgal-as justificadas, admoestar aos pais, tutores ou patronos, impondo-lhes na reincidencia a multa de 500 réis a 1\$000 por falta.

tinham uma escola para cada 300 a 160 habitantes, algo impossível na época para o Brasil.

O Relatório de 1876, realizado por Sebastião José Pereira, portanto, dois anos após a promulgação da Lei de obrigatoriedade, apresenta dados que indicam poucas mudanças positivas. Os problemas de frequência e falta de professores continuavam e, segundo ele, das 638 escolas do Estado de São Paulo (398 masculinas e 246 femininas), 259 estavam vagas (202 masculinas e 57 femininas). Nas escolas ativas constavam 12.962 alunos matriculados, cuja frequência era de 10.289 alunos (6.274 meninos e 4.015 meninas).

Tais informações mostram que, mesmo com a criação da Lei da obrigatoriedade do ensino, a sua efetivação e implementação estavam longe de serem alcançadas. Um fato interessante foi apresentado no Relatório de Província de 1880, pelo presidente Laurindo Abelardo de Brito. Segundo ele, quanto ao assunto da educação obrigatória:

Mas n'esta matéria, é necessário que o povo não espere tudo do governo e nem confie somente na promessa constitucional da instrução primária gratuita. N'ella como em todos os movimentos que interessam a felicidade geral pode muito a iniciativa particular (p. 58).

Lendo os Relatórios de Província e Legislação, pode-se dizer, com acerto, que a iniciativa particular poderia assumir um papel importante no setor educacional, uma vez que o próprio governo menciona não ser capaz de resolver todos os problemas do setor, como aqueles relacionados aos terrenos para construção das escolas, aos prédios, ao material pedagógico, aos móveis, ao provimento de professores etc.

Laurindo Abelardo Brito, ainda no Relatório de 1880, arrola o número de alunos e escolas:

A frequência das escolas, segundo dados coletados, não excede de 10,931 alunos, sendo 6,625 do sexo masculino e 4,306 do feminino, número por certo assaz desproporcional ao da nossa população, que é, em sua totalidade, conforme dados estatísticos, de 837,354 dos quais são analfabetos 255,327 homens e 284,348 mulheres livres, 87,959 homens e 68,549 mulheres escravos, do qual resulta a existência de 696,183 analfabetos, e de 81 homens e 23 mulheres escravos que sabem ler e escrever. (p. 63).

Os dados apresentados evidenciam o problema do analfabetismo. A população livre (homens e mulheres) representava 64% dos analfabetos, entre os escravos e 19% (homens e mulheres) eram analfabetos, totalizando uma população analfabeta de 83%. Logo, a população escolar não ultrapassava a porcentagem de 17%, pouco, para a

expectativa do governo. A lei da obrigatoriedade estava longe de atingir suas metas, apesar de todas as sanções, como multa aos pais que não matriculavam os filhos, e formalidades, como mapa de frequência mensal informado pelos professores, impostas para o seu descumprimento.

O Decreto 144-B, de 1892, dizia que os professores e diretores do ensino preliminar deveriam oferecer mensalmente aos inspetores de distrito mapas de movimento, frequência, das escolas. Tais documentos deveriam conter o nome dos alunos, as faltas (dia e mês), idade, filiação e endereço dos alunos, para fins de coleta de estatísticas escolares e os recenseamentos. Segundo o decreto, “só à vista desses mapas, que serão imediatamente enviados ao Diretor Geral, poderão os professores obter atestos, mediante os quais lhe serão pagos os vencimentos a que tiverem direito”.

O Relatório de Francisco de Paula Rodrigues Alves, em 10 de janeiro de 1888, mais uma vez atesta os problemas já mencionados. Neste ano, a província contava com 1.030 escolas, das quais, apenas 805 providas; 26.939 alunos matriculados e 20.596 frequentes. Para o então Presidente de Província, “comparada a matrícula e a frequência actual com os anos anteriores, verifica-se que é nullo o progresso realizado em tão importantes ramos do serviço público” (Relatório de Presidente de Província, p.11). Se, em 1876, havia 638 escolas, doze anos mais tarde, embora o seu número era de 412, mas a população que as buscavam também havia crescido, tornando o número de escolas ainda insuficiente.

Os dados coletados nos Relatórios de Presidente de Província foram organizados em forma de tabela. Assim, pode-se visualizar o crescimento do número de escolas criadas pela iniciativa pública, e o crescimento do número de escolas vagas.

Tabela 4: Escolas Públicas no Estado de São Paulo: 1873-1908

Ano	Nº Escolas	Providas	Vagas
1873	478	421	57
1874	508	437	71
1886	1039	836	203
1888	1030	805	225
1896	1954	819	1135
1897	2246	1013	1233
1899	----	1156	----

1900	2354	1050	1304
1901	2558	534	2024
1905	2616	808	1808
1906	2218	865	1353
1908	-----	1122	-----

Fonte: Relatórios de Província do Estado de São Paulo – 1873-1908.

A tabela 4 foi construída em cores diferenciadas, para destacar dois períodos importantes, o final do império e o início da república. Observa-se que o Império também investiu na criação de escolas, principalmente após a lei da obrigatoriedade. Em 1873, tinha-se 478 escolas públicas; em 1888, o número de escolas públicas chega a 1030. No total, 552 novas escolas são criadas nesse período. No entanto, o número de escolas vagas também cresce. Com a República, a criação de escolas tem uma efervescência jamais vista, mas quando se cruza essas informações com o número de escolas providas e de escolas vagas, verifica-se que os números se mantêm estáveis até os anos de 1906. Crescem o número de escolas criadas, na mesma medida em que crescem o número de escolas vagas. Nesse período, as escolas estavam identificadas à figura do professor. Se não havia professores em número correspondente às criadas, não havia como prover todas as escolas.

Segundo Tanuri (2000), a partir dos anos 1870, transformações de ordem ideológica, política e cultural foram acompanhadas de inúmeras ideias no setor educacional. A crença de que “um país é o que a sua a educação o faz ser” generaliza-se entre os homens de diferentes partidos e posições ideológicas. A obrigatoriedade da instrução elementar, a liberdade de ensino em todos os níveis e a cooperação entre o Poder Central e as províncias era fundamental. É nesse contexto que a popularização das escolas normais passaram a ser reclamadas, mas o número dessa modalidade escolar não era suficiente. Em 1867, o país contava apenas quatro desses estabelecimentos e, 1883, vinte e dois. Esses números impossibilitavam a formação a professores em número suficiente para atender todas as escolas primárias. Nisso, o número expressivo de escolas vagas visto na tabela anterior.

Com a República, o Estado de São Paulo investiu na Reforma da Escola Normal, tomando-a por prioritária na resolução dos problemas das escolas primárias. Inicialmente, foi prevista a criação de quatro escolas normais, porém somente a da

Capital funcionou nas primeiras décadas republicanas. Para minimizar esse problema, foram criadas as escolas complementares, com custo menor, que, por outro lado, proporcionavam apenas um ensino pouco mais aprofundado do que o do curso primário. Essa prática resultou em dualidade na formação do magistério.

A formação complementar influenciava nas adaptações curriculares feitas por esses professores no programa de ensino das escolas primárias. Como também eles não haviam recebido uma formação completa, previa-se que pudessem retirar parte do programa. Tal fato prejudicava, principalmente, o ensino nas escolas isoladas, como se verá no segundo capítulo.

Considerando os dados da tabela 4, em 1905, já havia 62 Grupos Escolares em atividade e, em 1906, eram 70 os grupos e 12 as escolas reunidas em atividade. Assim, o número de escolas ativas cai entre 1905 e 1906, pois uma mesma instituição, formada da reunião de várias escolas, era capaz de abrigar um número maior de alunos. No ano de 1908, temos apenas os dados das escolas providas. No mesmo ano, existiam 291 escolas preliminares, mantidas pela Municipalidade, 80 grupos escolares em funcionamento e um em construção. Desde o final do Império, vimos, a cooperação entre o Poder Central e as Províncias era fundamental para atender a população em idade escolar. Com a República, o Poder Municipal, principalmente, no interior paulista, ganha destaque, assumindo diversas responsabilidades na criação, manutenção e provimento de escolas primárias.

Na apresentação gráfica dos dados da tabela 4, fica evidente o crescente número de criação de escolas. Se analisados isoladamente, sem levar em consideração o número de escolas vagas, esses dados podem nos conduzir a uma interpretação equivocada. A produção do conhecimento estatístico pelos republicanos paulistas foi um recurso imprescindível para mostrar os “avanços” na educação, mas é necessário olhar com cautela para esses dados. Eram eles confiáveis? Há que se reconhecer o caráter impreciso dessa ciência de governo. As estatísticas eram neutras? Lembremos a opinião de Besson (1995 p. 18): “as estatísticas não refletem a realidade, refletem o olhar da sociedade sobre si mesma”. Qual a intenção desses dados? Qual o seu lugar de produção? Não há como descuidar dessas questões.

Gráfico 1: Escolas Vagas e Providas (1873-1908).

Fonte: Relatórios de Província de São Paulo.

Observando o gráfico 1, verifica-se que as escolas vagas, antes da lei da obrigatoriedade (1874), e nos primeiros anos após sua promulgação, eram a minoria. No entanto, após os anos 1893 (criação dos Grupos Escolares), passaram a constituir a sua maioria. Isso mostra que, mesmo com o esforço pela criação de novas escolas, a efetivação da lei era, por vezes, prejudicada, por falta de professores, de local para as escolas, entre outras variáveis. Há dois picos no gráfico que correspondem a dois momentos sobre os quais os dados não foram localizados, quanto ao número de escolas vagas (1899, 1908)²⁵.

A partir das publicações dos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, em 1907, esses dados ficam mais organizados, pois há uma preocupação da República em evidenciar o “progresso” na área educacional, palco para o possível “desenvolvimento” da nação.

Fernando Prestes de Albuquerque, em 14 de julho de 1910, observa que os serviços de estatísticas do Estado estavam em regularidade, apesar da deficiência de recursos para sua publicação. Acrescenta ainda que os Anuários do Ensino de 1907 e de 1908 estavam prontos e a impressão praticamente concluída. Já apresenta os dados escolares de 1909, posteriormente publicados nos Anuários.

²⁵ Para a elaboração desse gráfico consultamos os Relatórios de Presidente de Província do Estado de São Paulo. As datas mencionadas no gráfico dizem respeito ao ano da publicação do documento, e os dados apresentados, ao ano anterior ao da publicação do documento.

Matricularam-se nas escolas estaduais 80.469 alunos, sendo: 41.275 nos grupos escolares, e 39.194 nas escolas reunidas e isoladas. Nestas a frequência foi de 30.072 e naquelles de 33.130. Nas escolas municipais a matrícula elevou-se a 13.561 alunos, e nas particulares, a 28.648. A estatística relativa a estas últimas é incompleta por faltarem dados de diversos municípios (p. 6).

Dados estatísticos da população escolar em 1909, publicados no Anuário de Ensino, correspondem à mensagem de Fernando Prestes de Albuquerque (1910), no entanto, subdividem os tipos de escolas, sugerindo novas perspectivas de análise. Pode-se observar que, principalmente, no interior do estado, o maior número de alunos matriculados encontrava-se nas escolas isoladas.

Tabela 5: Alunos Matriculados no ano de 1909 – Capital e Interior

Alunos Matriculados	Capital	Interior	Capital e Interior
Grupos Escolares Estaduais	14.702	26.576	41.275
Escolas Isoladas Estaduais	3.272	35.922	39.194
Escolas Municipais	-	13.561	13.561
Escolas Particulares	4.394	9.451	13.845
Escolas Estrangeiras	6.537	2.170	8.707
Escolas Subvencionadas	3.083	3.013	6.096
Total	31.988	90.690	122.687

Fonte: Anuários do Ensino do Estado de São Paulo: 1909

A tabela 5 apresenta o crescimento de matrículas em diversas modalidades de escolas na Capital e no Interior paulista. Os Grupos Escolares enquanto modelo administrativo e pedagógico, na Capital, surgem como a escola com maior número de alunos matriculados, isso se repete no percentual total do Estado. Na capital, as escolas isoladas possuem números pouco expressivos. As escolas particulares e estrangeiras chamam a atenção, as particulares eram na sua maioria também estrangeiras e, se somadas, representavam uma parcela significativa das estratégias de escolarização na Capital e no Interior.

Enquanto na Capital o percentual de alunos nos Grupos Escolares era de 46%, no interior, o percentual era de 30%. Por outro lado, se, na capital, 10% dos alunos estavam nas escolas isoladas, no interior, 40% dos alunos recorriam às escolas isoladas. Na capital, o ensino municipal não é mencionado. No interior, era responsável por

atender a 15% dos alunos. A iniciativa particular atendia 23% da população escolar. Nos anos seguintes, esse número aumenta significativamente.

Era grande o número de crianças matriculados nas escolas isoladas²⁶, no interior, nisso sua participação relevante no processo de escolarização. Na capital, as escolas municipais não existiam; no interior, por sua vez, as Câmaras assumiam a responsabilidade de prover por escolas. A categoria particular refere-se à iniciativas da sociedade civil, individual e coletiva, que se organizavam para criar estratégias de ensino. As escolas estrangeiras eram organizadas pelos imigrantes (alemães, italianos, espanhóis entre outros). No que se refere às escolas subvencionadas, elas poderiam ser particulares ou estrangeiras, mas recebiam receita do Estado. Essas verbas eram orçadas e fixadas anualmente, a partir de aprovações dos deputados.

Em 1912, o Estado de São Paulo, por meio do Decreto 2225, de 16 de abril, manda observar a Consolidação de Leis e Decretos do Ensino. O capítulo I, do referido Decreto, tem como título “Da obrigatoriedade do Ensino” e, logo no seu primeiro artigo, de número 196, estabelece que: “As crianças em idade escolar obrigatória poderão receber o ensino nas escolas públicas ou em escolas particulares ou em suas próprias casas, sendo, porém, as últimas obrigadas a fazer exames nas escolas públicas, na época para isso marca”. Este artigo repete o que estava estabelecido no parágrafo único, do artigo 54, da Lei 88, de 1892. É evidente que, tanto o governo estadual como o municipal, sabiam que a demanda por escola era muito maior do que a ofertada. Assim, a iniciativa particular e outras organizações acabavam assumindo a responsabilidade pela escolarização em várias localidades — dados da tabela 5.

Era responsabilidade dos professores das escolas particulares, assim como os das escolas públicas, verificar a presença dos alunos e enviar mapas de frequência. No caso de mais de quinze dias consecutivos de faltas sem justificativa, deveriam comunicar a autoridade escolar do município. O envio dos mapas e comunicados cumpriam finalidades expressas, ou seja, garantir a obrigatoriedade de ensino, providenciar o pagamento do professor e, ainda, avaliar a manutenção ou não da escola, de acordo com o número de crianças matriculadas. Nos períodos de férias, esse documento também deveria ser enviado à inspetoria.

Mappas Escolares

²⁶ As escolas isoladas, segundo o regulamento de 1904, poderiam ser classificadas em: escolas ambulantes, escolas situadas em bairros ou sedes de distritos de paz e escolas situadas em sede de município.

Os srs. Diretores de grupos escolares devem enviar à inspetoria, mesmo no período de férias, os mapas de movimento mensal, conforme preceitua o artigo 96 do regulamento vigente. (O Alpha, 8/01/1907, p.1).

João Chrysostomo Bueno dos Reis Júnior, gestor da Diretoria Geral de Instrução Pública no período de 1912 a 1916, encaminhou a todos os municípios do estado um ofício, orientando os professores das escolas isoladas nos procedimentos do envio desses mapas.

Diretoria Geral da Instrução Pública
São Paulo, 4 de julho de 1912.
Sr. Prefeito Municipal de Rio Claro.
Remeto-vos, nesta data, algumas circulares destinadas aos professores das escolas isoladas desse município, solicitando a vossa providência, no sentido de serem entregues aos mesmos.
Referem-se essa circulares as remessas dos boletins que são obrigados os professores, no termo do Artigo 285 da Consolidação das Leis de Ensino.
Saúde e fraternidade.
João Chrysostomo Bueno dos Reis Júnior²⁷.

Os inspetores mencionavam nos relatórios de ensino que, apesar da lei da obrigatoriedade, nas escolas isoladas rurais era comum, em períodos de colheita, a redução do número de alunos. Em outras localidades, os professores acabavam se licenciando por vários meses e a escola ficava fechada. Há vários estudos que discutem a própria elaboração dos mapas. Como era um instrumento que garantia a abertura da escola, o número de alunos e frequência podia ser manipulado para manutenção da mesma.

Em 1906, o Jornal *O Alpha* publicou na primeira página uma nota com o título “Professor Incorreto”, com informações sobre a manipulação de dados em mapas de frequência.

Professor Incorreto
Foi demitido, nos termos do artigo 478 §§ 2º e 3º do regulamento de 27 de novembro de 1893, o Sr. Romeu de Oliveira Pinho, do cargo de professor da 1ª escola de São Paulo dos Agudos.
Esse professor foi processado administrativamente por falsificação de mapas e boletins escolares (O Alpha, 25/06/1906, p.1).

As sanções para cumprir a obrigatoriedade do ensino eram muitas, criando um clima de tensão entre os poderes (Estadual e Municipal), os docentes e os pais. Pouco se cumpria a cobrança de multas aos pais que não matriculavam os filhos nas escolas em idade escolar. A falta de fiscalização precisa, deixava lacunas, das quais todos os

²⁷ Documento disponível no Arquivo Público de Rio Claro.

envolvidos se valiam. A responsabilidade do ensino obrigatório cabia ao Governo Estadual. No entanto, era delegada a outros, tomando para si apenas o processo de fiscalização, também inoperante. No próximo item, verifica-se como o poder local e as reivindicações populares se organizaram para atender o quesito da obrigatoriedade do ensino.

1.3 - A obrigatoriedade do ensino e as reivindicações por escolarização primária em Rio Claro

Conforme vimos, houve um investimento no campo educacional no Estado de São Paulo tanto no período imperial como no republicano, mas os mesmos não foram suficientes para diminuir os altos índices de analfabetismo. Na tabela 6, esses dados podem ser observados:

Tabela 6: População total - alfabetizados e analfabetos.

Anos	População Total	Alfabetizados	Analfabetos
1872	837.354	141.171	696.183
1890	1.384.753	195.665	1.189.088
1900	2.282.279	564.392	1.717.887
1920	4.592.188	1.369.579	3.222.609

Fonte: Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo, 1939 apud Costa, 1983, p. 50

Os dados da tabela 6, apresentam os dados do Estado de São Paulo quanto ao número de pessoas alfabetizadas e analfabetas. Há uma pequena mudança, quanto ao número de alfabetizados de 1872 para 1890, se compararmos esses números com os de 1900. Não se pode negar o crescimento populacional também desse período, e das estratégias de escolarização primária implementadas em cada um desses momentos. Faz-se necessário observar que, mesmo até os anos de 1920, enquanto aumentava o número de alfabetizados, o número de analfabetos representava mais que o dobro e, em alguns momentos, até o triplo da população.

A escolarização primária não conseguia atingir a população da forma que era proclamada pelos republicanos. Para pensar a distância entre o almejado e o alcançado, Costa (1983) considera algumas cifras relativas ao ano de 1890, no Estado de São Paulo. Nesse ano, as escolas públicas primárias providas somavam 889 – 514 delas destinadas aos meninos e, 375, às meninas. Contavam-se, ainda, 18 cursos noturnos, voltados para a educação de jovens e adultos.

As primeiras 889, admitidos números médios, capacitavam-se ao atendimento de, aproximadamente, 22.225 crianças; tal quantidade representava, apenas, 7,9% da parcela populacional compreendida na faixa dos sete aos quatorze anos, estimada em 278.562 crianças escolarizáveis. Paralelamente, o peso relativo de analfabetos atingia 83%, computados 983.934 indivíduos iletrados com cinco ou mais anos de 195.665 alfabetizados. (COSTA, 1983, p. 67-68).

Os dados apresentados pela autora mostram a insuficiência do setor educacional e o descompasso entre o disposto na lei e a realidade. Não se pode negar que a abolição da escravidão e o regime republicano, ao introduzirem grandes parcelas da população na sociedade civil, contribuíram significativamente para o aumento da demanda por instrução. Porém, a difusão do ensino primário não conseguiu atingir o grau necessário para satisfazer toda população.

As publicações locais da cidade de Rio Claro, entre eles o jornal *O Alpha*, dispunham, durante anos, de colunas específicas sobre educação, apontando, por exemplo, o problema do analfabetismo.

A instrução

(...) É triste ver-se o homem analfabeto, é triste conversar-se com aquelle que nunca teve o seu espírito iluminado pela lâmpada da sciência.

O homem analfabeto não nos compreende; o profano que não entrou jamais no santuário da sciência, não entende aquelles que servem a verdade, e que ministram a sabedoria.

(...) um povo analfabeto é um povo sem vida, sem força, sem lei.

É um povo machina que não se move, mas que é movido, que não se governa, mas é governado (...) Hermes. (O Alpha, 13/11/1904, p. 1).

Em 1905, outro colaborador do jornal publica um artigo sobre o papel da escola entre aqueles que não tinham acesso a escolarização.

A instrução

O povo sem instrução é um povo infeliz! Só se move pelo estímulo da necessidade. (...) A escola é a solução do problema relativo a prosperidade dos estados, e a felicidade individual. “Luz! Luz!” eis as primeiras palavras do Criador ao animar a obra universal; esis o brado dos que pretendem rasgar a caligem da ignorância, zelosos pelo futuro da humanidade. Adolpho Prata (O Alpha, 17/10/1905, p. 1).

Para Costa (1983), as zonas de povoamento antigo, que tiveram seu apogeu demográfico-econômico com a cultura cafeeira, apresentaram os mais altos índices de escolarização no período republicano.

A pronunciada tendência à urbanização seria uma das mais fortes razões para explicar o rápido crescimento do índice de alunos matriculados em escolas públicas primárias por mil habitantes, verificando em alguns municípios,

como por exemplo, Limeira, Rio Claro, Piracicaba e Campinas (COSTA, 1983, p. 77).

Rio Claro estava entre essas regiões cafeeiras, e que tiveram a implementação da ferrovia. Este cenário gerou o crescimento de alunos, conforme a tabela 7:

Tabela 7: Relação de Alunos nos municípios paulistas (1893-1924).

Alunos por Mil Habitantes				
Municípios	1893	1908	1914	1924
Limeira	11	37	55	82
Rio Claro	14	26	59	75
Piracicaba	10	34	59	99
Sorocaba	16	39	70	47
Campinas	10	24	59	64

Fonte: Costa (1983), p. 78, grifo nosso

O “progresso”, segundo Costa (1983), no processo de escolarização, nestas cidades, se deveu a urbanização e a industrialização das mesmas. Rio Claro foi uma das cidades do oeste paulista que recebeu uma grande parcela de imigrantes. Segundo Dean (1977), em 1888, o consulado italiano de São Paulo calculou que já havia 650 italianos nas fazendas de Rio Claro, e outros 650 na cidade. A diversificação da economia no Estado se deveu também a transformação do trabalho nas fazendas e ao número de imigrantes nas cidades. Alguns dos imigrantes abandonaram o trabalho agrícola e se dedicaram a ofícios. A força do trabalho rural e um numeroso proletariado urbano forneciam usuários para um variado tipo de serviços: repartições públicas, hospitais, teatro, cinema e igrejas. Por outro lado, a cidade comercializava o excedente dos gêneros produzidos pelos pequenos proprietários.

O mercado e o matadouro vendiam produtos alimentícios enquanto os intermediários e comerciantes que possuíam maquinaria de beneficiamento trabalham com pequenas quantidades de café, milho, arroz, laticínio e aguardente. A acumulação de empresas comerciais e de pequena indústria gerou uma classe média urbana bastante ampla, cujas ambições e padrão de consumo diversificaram os empregos ainda mais. Rio Claro contava com uma das principais instituições desse grupo em expansão, um ginásio de língua alemã, para onde vinham estudantes de todos estados sulinos. Todas essas mudanças evidenciavam o revigoramento do crescimento urbano, que o sistema escravista inibia (DEAN, 1977, p. 156).

O aumento do número de alunos nas escolas — tabela anterior, na cidade de Rio Claro, deveu-se também em razão do aumento do número de crianças estrangeiras nas

escolas. A escola primária organizada pela iniciativa pública tinha propósitos bem definidos, a construção da nação. Neste sentido, nacionalizar o imigrante, educar as massas e combater o analfabetismo eram as metas do novo regime.

Na segunda metade do século XIX, a questão da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre dividiu a opinião de intelectuais e políticos brasileiros. A imigração é fortalecida, inicialmente, para suprir a mão de obra no campo e, depois, também nos centros urbanos. Em São Paulo, durante a Primeira República, a difusão do ensino primário apresentou-se como o mais importante problema educacional. Políticos locais reivindicam escolas para o governo estadual, do mesmo modo que faz a população em relação aos vereadores. Essa pressão por escolas é justamente o tema do próximo item.

1.3.1 - As reivindicações por escola em Rio Claro

No Arquivo Público da cidade de Rio Claro localizou-se dois livros com o Recenseamento da População Escolar (7 aos 12 anos)²⁸, em 1895. Os dados contemplam a cidade de São João do Rio Claro e as Freguesias de Annapolis, Morro Pelado e Santa Cruz da Boa Vista, todas pertencentes a Rio Claro. Os livros são divididos para recenseamento masculino e feminino. As categorias a serem preenchidas eram as seguintes: nome das crianças, filiação, idade, nacionalidade, condição pecuniária²⁹, distância quilométrica aproximada entre domicílio e escola, observações. Por tratar-se de um Recenseamento Escolar, acredita-se que foram localizadas todas as crianças que frequentavam as escolas públicas da cidade.

No gráfico 2, os dados sobre as condições financeiras das famílias que viviam na cidade de Rio Claro, no final do século XIX.

²⁸ Os livros estão disponíveis no Arquivo Público de Rio Claro. Neles, não há registro sobre as pessoas responsáveis pela coleta de dados. Os livros possuem carimbo da prefeitura de São João Batista do Rio Claro e uma folha padrão de abertura, não preenchida, que deveria indicar o número de páginas. Trata-se de um impresso específico para Recenseamento, é essa a nomenclatura nele identificável. Os livros estão em envelopes separados no arquivo. Anexo, cópia de uma página do exemplar masculino e do feminino.

²⁹ A condição pecuniária diz respeito às condições financeiras da família. Elas são divididas em três categorias: pobres, abastados e arranjados. Os abastados são os que têm melhores condições financeiras, os arranjados correspondem a uma classe média.

Gráfico 2: Condições pecuniárias do recenseamento de 1895 – Rio Claro

Fonte: Arquivo Público Histórico e Pedagógico – Oscar de Arruda Penteado – Rio Claro

Foram recenseadas 951 crianças, 522 meninos e 429 meninas, de 7 a 12 anos. A maioria das crianças era considerada pobre (346 meninos e 282 meninas); poucos eram os abastados. Assim, o número de crianças recenseadas pobres, que dependiam das instituições públicas, era significativo. As arranjadas, que figuram também de maneira expressiva, possivelmente eram filhos e filhas da população imigrante.

Não há registros de que esse recenseamento tenha sido solicitado pelo governo estadual a todos os municípios, e não há documentos que expliquem a motivação do memo. Talvez, o “entusiasmo pela educação” (Nagle, 2001) e o fato de cidades como Piracicaba, Araras, Araraquara, Campinas contarem já com grupos escolares, tenham motivado o recenseamento em Rio Claro, com vistas a receber também ela uma dessas escolas modelares.

Gráfico 3: Condição Pecuniária por regiões – 1885 – Rio Claro.

Fonte: Arquivo Público Histórico e Pedagógico – Oscar de Arruda Penteado – Rio Claro

Quando esses dados são distribuídos por regiões, novas informações se destacam. O maior percentual de crianças abastadas em escolas públicas, encontramos em São João do Rio Claro, 7%. Se, no gráfico geral, a maioria das crianças era pobre, esses números revelam que a porcentagem de arranjados era maior nas Freguesias do que na Cidade. Essas informações são indícios de que as escolas públicas, nesse período, não atendiam a classe mais privilegiada da sociedade em Rio Claro.

No tocante à nacionalidade das criança, a maioria se declara como filho de brasileiros, aparecendo uma pequena parcela de filhos de italianos em segundo lugar (64). Esses dados nos dão pistas que permitem supor que a maioria da população imigrante não estava nas escolas públicas. Rio Claro tinha uma grande população de imigrantes, sobretudo, alemães, porém, esses aparecem em terceiro lugar (10), juntamente com os portugueses.

Tendo em vista que, na cidade, neste período, existiam as escolas particulares estrangeiras, essa clientela, mesmo com a oferta de escolas públicas, preferia colocar seus filhos nas escolas organizadas por imigrantes, as quais ministravam, além dos ensinamentos necessários ao curso primário, o ensino de línguas estrangeiras.

Gráfico 4: Recenseamento de 1895: segundo a nacionalidade – Rio Claro

Fonte: Arquivo Público Histórico e Pedagógico – Oscar de Arruda Penteado – Rio Claro

Sobre as condições financeiras desses imigrantes, eram, na grande maioria, pobres; alguns, arranjados, mas nenhum era abastado. Cabe lembrar, também, que a área de concentração da população escolar não era na cidade, mas sim nas Freguesias,

conforme gráfico a seguir, sinalizando que os mesmos não frequentavam as escolas particulares.

Gráfico 5: População escolar de acordo com as regiões - 1895

Fonte: Arquivo Público Histórico e Pedagógico – Oscar de Arruda Penteado – Rio Claro.

As escolas de imigrantes já existiam em Rio Claro há muitos anos. Em 1873, a Escola Americana já anunciava em todos os jornais da cidade a abertura de matrícula. Dez anos depois, em 1883, a escola Alemã também já estava funcionando, recebendo inúmeros filhos de imigrantes. A escola do Centro Espanhol, e outras iniciativas particulares de língua italiana, também possuíam diversos alunos matriculados.

O gráfico anterior mostra que esses imigrantes que se valiam das iniciativas públicas eram os que não tinham boas condições financeiras, moradores das zonas rurais. No mapa a seguir, a região em que o Recenseamento foi realizado e a abrangência da cidade de Rio Claro³⁰ neste período — os locais do recenseamento estão

³⁰ Segundo dados do IBGE e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, pelo Decreto Estadual nº 105, de 17-12-1890, foi criado o distrito de Anápolis (ex-povoado), e anexado ao município de São João do Rio Claro. Pela Lei Estadual nº 505, de 21-06-1897, o distrito de Anápolis foi desmembrado de São João do Rio Claro e elevado à categoria de município. O distrito de Santa Cruz da Boa Vista foi criado pela Lei nº 262, de 30-04-1894, e anexado ao município de Rio Claro pela lei nº 262, de 30-04-1894. A Lei Estadual nº 884, de 31-10-1903, criou o distrito de Itaqueri da Serra, anexado ao município de Rio Claro. Em 1905, por meio da Lei Estadual nº 975, o município de São João do Rio Claro ganhou a denominação

indicados em vermelho. Como será abordado nos próximos capítulos, as reivindicações por escolas públicas eram frequentes. Devido ao espaço territorial, conforme aponta o mapa, a iniciativa particular era necessária para atender os clamores populares, os quais, nem sempre, eram atendidos pelo setor público, tendo em vista as exigências da lei da obrigatoriedade do ensino (número de alunos frequentes, distância em quilômetros de outra localidade etc).

Figura 7: Mapa da Região Leste de Rio Claro – 1905.

Região de Rio Claro – Leste. Por volta de 1905.

Fonte: Dean, 1977, p. 43

de Rio Claro. Um ano depois, em 1906, a Lei 1011, alterou a denominação do distrito de Santa Cruz da Boa Vista para Ipojuca. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município ficou constituído de 4 distritos: Rio Claro (ex-São João do Rio Claro), Ipojuca (ex-Santa Cruz da Boa Vista), Itaqueri da Serra e Itirapina. Em 1916, pela Lei Estadual nº 1527, foi criado o distrito de Santa Gertrudes e anexado ao município de Rio Claro. Em 1919, a Lei 1669 criou ainda o distrito de Corumbataí, o qual foi anexado ao município de Rio Claro. Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-09-1920, o município ficou constituído de 6 distritos: Rio Claro, Corumbataí, Ipojuca, Itaqueri da Serra, Itirapina e Santa Gertrudes, assim permanecendo até o ano de 1933.

Logo, a construção dos Grupos Escolares tinha um sentido amplo, ou seja, além de materializarem ostensivamente o poder do novo regime, representavam também as potencialidades do poder local. Como esse tipo de escola não era suficiente para atender a demanda por escolarização, as escolas isoladas cresciam em escalas substancialmente superiores à dos grupos escolares, principalmente, no interior paulista.

Na escola isolada, o professor ministrava o ensino para diferentes classes de alunos, numa mesma sala de aula, além de ter um tempo de curso menor — apenas três anos. No final do século XX, uma representação negativa em torno das escolas isoladas se disseminou no país, ao mesmo tempo em que crescia o fascínio pelos grupos escolares.

Segundo Souza (2008), essas escolas foram consideradas “um mal necessário”, e se tornaram em todo o Brasil a expressão da “escolinha” do bairro e da roça, a escola alfabetizante instalada predominantemente em zonas de população rarefeita, modesta em suas finalidades e marcada por muitas carências.

No relato do Inspetor escolar Antonio Morato de Carvalho (1908), as instalações das escolas isoladas ficavam em prédios, cujas condições pedagógicas e de higiene eram precárias. Algumas delas, sob pretexto de falta de acomodações nas sede dos bairros, achavam-se deslocadas por mais de léguas de onde deveriam funcionar, prejudicando os alunos.

Segundo José Monteiro Boanova (1910), as escolas isoladas devem ser entendidas como escolas transitórias, ou seja, deveriam desaparecer nos centros mais populosos, sendo absorvidas pelos grupos escolares.

A inovação representada pelos grupos escolares significou uma transformação importante na organização e constituição dos sistemas estaduais de ensino público no país. Para Souza (2009, p.129),

Esse tipo de escola exigia altos investimentos, pois supunha a edificação ou arrendamento de espaços próprios e adequados, professores habilitados, mobiliário moderno e abundante material didático. A racionalidade e uniformidade permeavam todos os aspectos da ordenação escolar, desde o agrupamento homogêneo das crianças (alunos) em turmas mediante a classificação pelo grau de conhecimento consolidando a noção de classe e série, o estabelecimento de programas de ensino (distribuição ordenada das atividades escolares), a atribuição de cada classe a um professor, a adoção de uma estrutura burocrática hierarquizada — uma rede de poderes, de vigilância e de controle envolvendo professores, alunos, porteiros, serventes, inspetores, delegados, inspetores de ensino. Perpassava também a ordem disciplinar impingida aos alunos — asseio, ordem, obediência, prêmios e castigos.

No caso de Rio Claro, uma cidade do interior de São Paulo, como no caso de muitos outros municípios, os Grupos Escolares não foram construídos em larga escala. Além de moeda política, os altos custos dessas edificações inviabilizavam a construção de unidades em quantidade suficiente. Se Rio Claro conseguiu seu primeiro Grupo Escolar em 1900, o segundo só foi organizado em 1911 (em prédio adaptado). Enquanto isso, as escolas isoladas se multiplicavam.

A procura por escolas era frequente. Atendendo a legislação vigente³¹ e a solicitação dos munícipes, as Câmaras Municipais acabavam constituindo uma rede de ensino municipal paralela à estadual, com grupos escolares, escolas isoladas e inspetores próprios. O fato era recorrente, e legislação o permitia (artigo 56, da Lei 1891).

Em 1908, o vereador Zulmiro Ferraz de Campos de Rio Claro protocola uma indicação à Câmara Municipal, solicitando a organização de um Grupo Escolar Municipal, já que considerava que no grupo a educação primária pudesse acontecer de forma mais efetiva.

Indicação

Considerando que existem na cidade quatro escolas públicas municipais isoladas, mas que é hoje público e notório que a instrução primária tem dados melhores resultados quando as escolas são reunidas ou em forma de Grupo. Considerando que existe na cidade prédio escolar de propriedade do Estado onde já funcionam três dessas escolas, e que esse prédio oferece todas as comodidades necessárias para que nele possa funcionar todas as escolas em forma de grupo.

Considerando mais que, pouco deseja em argumentar na reunião das ditas escolas. Indico que a Câmara autorize o intendente a estabelecer o Grupo Escolar Municipal com o nome do benemérito “Barão de Piracicaba”, abaixo para isso o crédito necessário.

Rio Claro, 06 de janeiro de 1908.

Zulmiro Ferraz Campos.

A indicação foi aprovada pela Câmara Municipal e o Grupo Escolar Municipal “Barão de Piracicaba” reuniu as quatro escolas isoladas municipais em um único

³¹ Lei n. 16, de 13 de novembro de 1891. **Artigo 56.** As municipalidades poderão tomar resoluções sobre instrução primaria profissional, creando escolas, museus e bibliothecas, adptando os methodos e programmas que lhes parecerem mais convenientes, contractando ou nomeando livremente os professores e fixando seus vencimentos e vantagens. § 1.º Poderão auxiliar os estabelecimentos particulares de ensino existentes no municipio. § 2.º Deverão por meio de commissões especiaes, visitar as escolas do Estado, para o fim de prestarem ás auctoridades competentes informações que concorram para a prosperidade e desenvolvimento dellas. **Artigo 57.** Os municipios que tiverem organizado um systema regular de ensino primario, poderão dispensar as escolas do Estado representando nesse sentido ao Congresso, que neste caso podera conceder aos municipios uma subvenção proporcional ás despesas, que o Estado faria si tivesse as suas escolas então existentes; mantida em todo o caso a fiscalização por parte do Governo.

espaço. Cabe ressaltar que essas escolas isoladas estavam localizadas na área central da cidade e que muitas outras reivindicações por escolas provinham da zona rural. Os abaixo-assinados e pedidos aos governantes por escolas indicam que a oferta do governo estadual não era suficiente para atender a demanda de crianças em idade escolar.

Em 1911, a Câmara de Rio Claro recebe um abaixo-assinado dos moradores do bairro do Coqueiro, distrito de Ipojuca, solicitando a criação de uma escola o mais rápido possível.

Ilmo. Sr. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Rio Claro.
Os abaixo assinados, moradores do bairro do Coqueiro desse distrito, vem respeitosamente, solicitar a V. Srs. a benevolencia de se designar e criar uma escola mista nesse lugar, visto que residimos distantes de Ipojuca e que nos é difícil instruir nossos filhos.
E contamos com o auxilio de V.Srs. para esse fim, o que desde já confessamos agradecido. Porque temos observado a boa vontade do poder municipal, tem sempre esforçado para instrução de seus munícipes.
Esperamos de V. Srs. favorável deferimento.
Ipojuca, 06 de janeiro de 1911.
Frederico Ferreira Arrais
Antonio Cordeiro Filho
Antonio C. De Camargo
Thomas Gomes Pinto
Angelo Del Cielo
João Batista Gomes
Manoel Florentino Penteado
Manoel Gomes Batão
José Cordeiro do Amaral
Felicio Vianna
Delfin Valeriano da Cunha
Sebastião Henrique da Costa
Lázaro de Camargo
Benedito José Barboza.

Além do abaixo-assinado, foi encaminhada uma lista com o nome de trinta e cinco alunos em idade escolar — Fotografia 5. A solicitação também não garantiu a efetivação da criação da escola. Nas fontes consultadas, foi localizada na região apenas uma escola masculina e uma feminina, mantidas pela municipalidade, com longos períodos de vacancia; não havia a escola mista. Em razão das dificuldades de encontrar um mapa do distrito de Ipojuca, pertencente ao municipio de Rio Claro no período, não foi possível aferir a real distância dos locais mencionados no documento.

Fotografia 5: Levantamento das crianças em idade escolar – Bairro Coqueiro – 1911.

Nome	Idade	Salvaguarda	Nome	Idade	Salvaguarda
Antônio Francisco de Paço	11	Menino	João Francisco de Paço	10	Francisco de Oliveira Paço
João Francisco de Paço	9	"	"	4	João Francisco de Paço
Rafael Sebastião	4	"	Sebastião Henrique de Paço	11	João Francisco de Paço
Rafael de Paço	4	"	Manoel Clementino de Paço	8	João Francisco de Paço
Remédito Francisco de Paço	10	"	Francisco Sebastião de Paço		
Rafael	4	"	"		
Manoel Rito	11	"	Pedro Propper Rito		
Sebastião	8	"	"		
Remédito Cardoso	9	"	José Cardoso de Paço		
Rafael	4	"	"		
João Gomes Rito	11	"	Estanislau Gomes Rito		
João	10	"	"		
Valério	9	"	"		
Redianetta Pereira	19	"	Francisco Pereira		
Sebastião Almeida de Paço	4	"	João Almeida de Paço		
Rafael Cardoso de Paço	8	"	Manoel Cardoso de Paço		
Manoel Cardoso de Paço	4	"	"		
João Cardoso	9	"	João Cardoso de Paço		
Theresa Porteiro	4	"	"		
João	8	"	"		
Estelão Cardoso	4	"	Angelo Cardoso		
Isabel Rito de Paço	10	"	"		
Manoel Cardoso	11	"	Isabel Rito		
Isabel	8	"	"		
Manoel	4	"	"		
João Cardoso de Paço	11	"	João Cardoso de Paço		
Rito	9	"	"		
Augusto	4	"	"		
Sebastião de Paço	8	"	"		
Rito de Paço	9	"	Estanislau de Paço		
João Paço	8	"	Francisco de Oliveira Paço		

Fonte: Arquivo Público Histórico e Pedagógico – Oscar de Arruda Penteado – Rio Claro

Em 1912, outro abaixo-assinado chega à Câmara Municipal, também da zona rural, do bairro do Sobrado, solicitando a abertura de escola. Neste caso, a comunidade oferece o espaço para que as aulas e arrola aproximadamente 70 crianças aptas para o ensino.

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhor José de Almeida Santos

15 de julho de 1912

Os abaixo assinados moradores deste município, sito no bairro do Sobrado, distante 6 (seis) quilômetros vem respeitosamente mostrar a V. Srs. a necessidade de uma escola no referido bairro e ao mesmo tempo faz lembrar que no dito Sobrado há uma sala apropriada para esse fim ficando assim cedido a 70 (setenta) crianças que moram distante do mesmo 1 (um) quilômetro. Certos que nosso presidente não se esquecerá desse nosso pedido, empregará todos seus esforços nesse sentido, fazendo assim um ato nobre a essas crianças.

Assim gratos.

Rio Claro, 15 de julho de 1912.

Zanetti Milano

Angelo Bortolin

Guilherme Pedersen

Pietro Bortolin

Marcos Makey

Angelo Ceccato
Luiz Nisson
Joaquim Arnost

No caso específico desse abaixo-assinado, foi localizado também o Parecer da Câmara:

Parecer

A Comissão de Instrução abaixo assinada reconhecendo a necessidade de uma escola mista no bairro do Sobrado é de parecer que sejam atendidos, em seu requerimento os moradores daquele bairro, assim oferece a aprovação da Câmara o seguinte projeto de Lei:

Artigo 1º: Fica criada uma escola mista no bairro do Sobrado neste município.

§ único: A provisão de uma escola será em 1º de janeiro de 1914.

Artigo 2º: Fica o prefeito autorizado a conseguir verba no orçamento para o futuro exercício.

Artigo 3º: Revogam-se as disposições em contrário.

Rio Claro, 15 de outubro de 1913.

Marcello Schmidt

Antonio Paes de Barros

Estevam Ferraz de Toledo

A solicitação popular aconteceu em 1912, somente um ano depois é organizado o parecer favorável à criação da escola, para funcionamento a partir do ano de 1914. Esses trâmites revelam a demora em atender a população, no caso da abertura de escolas. Tais informações reforçam a falta de escolas e professores para atender toda população, principalmente a que estava localizada nas regiões de zona rural. Francisco de Paula Rodrigues Alves, em mensagem enviada à Assembleia Legislativa, em 14 de julho de 1912, destaca que a instrução elementar havia prosperado, mas estava longe de corresponder ao almejado pelo Estado. Segundo ele, neste período, era dada instrução a 150 mil crianças, e os dados estatísticos apresentavam 300 mil à espera do benefício.

Os professores iniciantes eram encaminhados para as escolas isoladas e, embora diplomados, não possuíam experiência com crianças de várias idades e diferentes níveis de desenvolvimento, ocasionando o fracasso escolar. Eram comuns relatos de professores desistirem das escolas isoladas, por não conseguirem prédios adequados, materiais e condições mínimas de higiene, além de não terem incentivos financeiros.

Si o orçamento da despesa pública permitir a construção anual de 50 a 100 casas para escolas, de typo modesto, mas hygienicas e com acomodações apropriadas, em poucos anos estaremos aparelhados para acudir a todos os reclamos do ensino elementar. E o professor que estiver convencido de encontrar nos bairros melhores vantagens e a facilidade de uma decente instalação para a sua escola, não terá mais pretexto para receber mal a nomeação que lhe for ahi oferecida (SÃO PAULO, 1912, p. 546).

Ainda no Anuário do Ensino de 1911, novo destaque é dado à dificuldade das escolas isoladas. Os salários dos professores era baixo, 250\$ mensais, insuficientes para os custos de vida, significativamente altos, agora, com a valorização do café. A locação das casas para as escolas isoladas ficava a cargo dos professores, o que representava um terço de seus vencimentos. Na maioria das vezes, o professor não pertencia aquele bairro e devia alugar um lugar para morar, acarretando mais gastos. Some-se a esses fatores, a falta de experiência docente e o grande número de remoções.

No arquivo do 1º Grupo Escolar de Rio Claro – Coronel Joaquim Salles, foi possível localizar inúmeros bilhetes encaminhados pelas professoras das escolas isoladas mencionando que não deram aulas em determinados dias ou meses por diferentes motivos, moléstia, chuvas, mal tempo, falta de material, falta de alunos, entre outros.

O preenchimento dos ofícios quanto ao movimento das escolas era importante. Esses documentos eram entregues nominalmente aos professores e assinados pelo Diretor Geral da Instrução Pública. Abaixo, transcrição do documento recebido pela professora Esther da Costa Neves, da Escola Isolada do Bairro do Quilombo em Rio Claro.

São Paulo, 5 de junho de 1912.

Sra. Professora da Escola Mista Esther da Costa Neves

De acordo com o artigo 298§1º da Consolidação das Leis de Ensino, são os professores das escolas isoladas obrigados a organizar em duplicata, um boletim do movimento mensal das suas escolas, entregando um exemplar à autoridade municipal encarregada de atestar-lhes o exercício e remetendo outra à Diretoria Geral da Instrução Pública.

Recomendo-vos a constante observância desse dispositivo legal, fazendo-se regularmente a referida remessa até o dia 10 de cada mês, pois esta Diretoria não pode prescindir desse boletim, para os devidos lançamentos na secção de estatística escolar a seu cargo.

Saudações

João Chrysostomo Bueno dos Reis Júnior

Em 1914, Dr. João Chrysostomo B. Reis Junior sinaliza outros problemas, falta de escolas, e propõe parcerias municipais. Segundo ele, a cada ano aumentava o orçamento destinado para a educação, entretanto, as construções de grupos escolares e escolas normais comprometiam grande parte desse orçamento, inviabilizando a reforma de escolas isoladas dos bairros. Por isso, propunha às Câmaras Municipais se responsabilizem prover às escolas isoladas casas para seu funcionamento. A seguir, discutiremos, então, como essa parceria se viabilizou em Rio Claro.

1.4 A Câmara Municipal de Rio Claro e a obrigatoriedade do ensino

As Câmaras Municipais tiveram um papel importante na escolarização primária, no início do período republicano. Elas contribuíram não somente com provimento de professores, como também com doação de áreas para construção das escolas, criação dos Conselhos Municipais de Educação, nomeação de inspetores de ensino, entre outras atividades.

Pedro Vicente de Azevedo em janeiro de 1889, em seu relatório apresentado à Assembleia Legislativa, evidenciava o comprometimento dos Conselhos Municipais de Instrução, os quais deveriam fiscalizar as escolas, conforme o estabelecido na Lei 81 de 1887 (Art. 4º. Os presidentes dos conselhos municipais ficarão encarregados de atestar o exercício dos professores públicos que o tiverem nos termos legais).

Existiam poucos Inspetores Estaduais, e os inspetores municipais não tinham formação adequada, resultando na inadequação das escolas, segundo um padrão de uniformidade. Além de providenciar a formação dos Inspetores, outras medidas foram tomadas para que a uniformidade do ensino acontecesse de forma exemplar, entre elas a busca de professores norte-americanos e a criação da escola modelo em São Paulo, a qual deveria ser capaz de fornecer um paradigma para a organização de outros estabelecimentos similares.

Segundo Souza (2009), o sistema escolar paulista fundamentara-se na formação dos professores e na renovação dos processos de ensino. A reforma da instrução pública tem seu início com a Reforma da Escola Normal, pela ampliação dos programas e pela criação da Escola-Modelo.

A falta de uniformidade no ensino é saliente nos relatos dos inspetores. João Lourenço Rodrigues, no Anuário de 1907, em uma de suas inspeções constata:

Na inspeção que acabo de proceder, tive ocasião de notar uma incompreensível falta de uniformidade, quer no ensino, quer na disciplina das escolas isoladas.

Para explicá-la não me parece suficiente a diversidade dos títulos dos professores (...) essa anomalia só pode ser explicada pela deficiência do serviço de inspeção técnica, o qual foi substituído pela fiscalização, que deveria competir à municipalidade.

A remodelação, entretanto, de todas as escolas do Estado não poderá ser obtida sinão mediante um serviço regular de inspeção de ensino, ao qual deve presidir, naturalmente, um certo espírito de convergência, para poder imprimir orientações uniformes ao trabalho de tão grande número de escolas. Até os grupos escolares encontravam-se na mesma quebra de uniformidade. (SÃO PAULO: 1907, p. 10)

A uniformização do ensino, tão proclamada pelo Inspetor Geral, foi organizada pela Reforma de 1897, no entanto, para sua efetivação era necessário o trabalho de todos, com espírito de convergência e unidade: “Essa uniformização depende essencialmente de uma acção conjunta, centralizando numa corporação limitada, escolhida, tendo a visão clara do seu papel e dispondo da auctoridade precisa dirigir efficazmente a acção collectiva” (SÃO PAULO, 1907, p. 12). Essa ação coletiva contava a participação dos municípios, sob diversos aspectos, principalmente, no quesito da obrigatoriedade.

Há quem sustente ser a obrigatoriedade do ensino o único recurso efficaz contra a infrequencia. Não somos deste parecer. Em primeiro lugar a obrigatoriedade só se tornará admissível quando tivermos escolas em numero sufficiente para comportar todos os candidatos a matricula. Em segundo lugar, a obrigatoriedade do ensino é uma lei cuja execução, dados os nossos hábitos, offerecem sérias difficuldades e pode dar origem a graves injustiças (SÃO PAULO, 1907, p. 40).

Com relação à obrigatoriedade do ensino, a Lei 88, de 1892³² dividiu o ensino em primário, secundário e superior; o primário organizado em preliminar e complementar. O ensino primário preliminar era obrigatório para ambos os sexos, dos 7 aos 12 anos, e o complementar, destinava-se aos alunos que se mostrassem habilitados nas matérias do curso preliminar. A legislação mencionada organizava também a abertura de escolas, ou seja, onde existissem de 20 a 40 alunos, seria designada uma escola preliminar; se o número fosse inferior a 80, haveria duas; se superior, seriam criadas tantas escolas quanto o necessário. Assim, a legislação reafirmava o preceito do dever do Estado de promover o desenvolvimento da educação, criando e mantendo escolas de todos os níveis.

Aos presidentes das Câmaras Municipais, ficava a incumbência de publicarem na imprensa o dia da abertura das aulas das escolas públicas, com 15 dias de antecedência. A não declaração pelos “pais, tutores, curadores e patrões sobre o meio em que lançavam mão, afim de educar seus filhos, tutelados, curatelados ou empregados importaria em matrícula ex-officio”. Se as crianças faltassem às aulas, por 15 dias corridos, sem justificativa, os responsáveis incorriam em pena. A obrigatoriedade não

³² No início do período republicano, além do ensino profissional (marginalizado), o sistema de ensino paulista era organizado no nível primário em Jardim de Infância, funcionando anexo à Escola Normal, e o ensino primário era dividido em preliminar (duração de 4 anos) e complementar (duração 4 anos). No nível secundário, funcionavam o curso ginásial e o curso normal; no nível superior as escolas superiores (ANTUNHA, 1976).

compreendia os alunos que recebiam instrução em casa ou em escolas particulares, ou que residiam em distância maior de dois quilômetros da escola pública para meninos, e um quilometro para meninas.

O Decreto 144, de 1892, acrescentou ainda que ficavam isentas da obrigatoriedade, além das crianças que residiam longe das escolas, as que sofriam de incapacidades físicas ou intelectuais, atestadas pelo município. Os professores ficavam responsáveis por emitir relatório mensal do movimento das escolas, para fins de provimentos e estatísticas escolares — cobrado desde a lei de 1874.

Em 1893, a Lei 169, de 7 de agosto, e o Regulamento da Instrução aprovados pelo Decreto 218, do mesmo ano, modificaram algumas disposições estabelecidas no ano anterior, mas não alteram a organização administrativa. Tornavam-se, entretanto, mais explícitas as responsabilidades do município.

Segundo Reis Filho (1981, p. 30):

O Secretário do Interior passava a ser membro nato do Conselho Superior e seu presidente; e o Diretor Geral da Instrução Pública, o vice-presidente. As sessões do Conselho continuavam sendo ordinárias e extraordinárias; aquelas dar-se-iam semanalmente e esta quanto convocadas pelo Secretário do Interior. Às Câmaras Municipais atribuíam-se as funções de atestar o exercício dos professores primários e adjuntos, depois de verificada a exatidão dos mapas mensais apresentados; justificar até três faltas a cada um dos professores; e na falta dos inspetores de distrito, os presidentes das Câmaras nomeavam comissões examinadoras para escolha dos pretendentes às cadeiras vagas, na categoria de professores provisórios.

No primeiro Anuário de Ensino do Estado de São Paulo de 1907, o inspetor João Lourenço Rodrigues apontava a necessidade de fiscalizar e inspecionar as escolas, para que mantivessem o mesmo projeto em vigor. Fazia, ainda, críticas à formação profissional dos inspetores municipais. Para ele, os municípios poderiam contribuir com terreno, verbas para construções e reparos nas escolas, complemento de salário de funcionários, mas a fiscalização e inspeção deveria ficar a cargo do Estado, capaz de unificar os discursos e práticas dos inspetores de ensino.

O poder municipal foi chamado a prestar auxílio às autoridades escolares estaduais, em diversos aspectos e ainda criando Lei Municipal que exigisse a obrigatoriedade do ensino.

No jornal *O Alpha* de Rio Claro, várias notícias de cidades vizinhas começaram a ser publicadas. Em 14 de fevereiro de 1905, na segunda página, consta a seguinte nota: "Ensino Obrigatório. Ao Sr. Secretario do interior o Sr. Inspetor geral do ensino pediu que oficiasse a Câmara de Jaboticabal, para que ponha em execução naquella

localidade, medidas referente ao ensino obrigatório". No mesmo ano, na primeira página, temos outra notícia:

Ensino Obrigatório

A municipalidade do Descalvado acaba de criar a obrigatoriedade do ensino preliminar para as crianças de 8 a 12 anos. (...) A obrigatoriedade não compreende crianças que recebam instrução em escolas particulares ou em suas casas, e as que residem a distancia de mais de um quilometro de ambos os sexos. As crianças que recebem instrução em suas casas, nas escolas particulares, asylos, escolas mantidas por instituições pias ou religiosas, serão obrigadas a prestar exames em época combinada, perante uma comissão nomeada pela Câmara. Todo o patrão, chefe industrial, tutor ou detentor que tiver criança a seu cargo e não suspenderem o trabalho para elas durante o tempo necessário ao ensino, ficará sujeito à multa estabelecida. A lei não será aplicada aos mendigos, filhos ou filhas únicas de viúva ou nos casos de incapacidade physica ou moral, atestada por profissional ou autoridade. A multa que se refere a lei é de 20\$000 por ano e o dobro na reincidencia. (O Alpha, 15/06/1905, p. 1)

Essas notícias funcionavam como uma espécie de alerta à população local e aos políticos da cidade de Rio Claro, que passam a discutir a criação de uma legislação similar para a cidade. Em diversas edições, após a publicação da notícia, redatores e colaboradores do jornal cobravam a manifestação dos governantes rioclarenses³³. Desta forma, verifica-se que os municípios tiveram um papel importante na escolarização nas cidades do interior paulista. Vale lembrar que não havia apenas escolas públicas, uma vez que as crianças poderiam ser instruídas em casa, em organizações religiosas ou organizações de representações de classes, e também por meio de outras iniciativas particulares.

A participação das Câmaras Municipais foi definida no Regulamento da Instrução Pública de 1893. Transfere-se à elas a fiscalização do ensino e o dever de velar pela execução da lei do ensino público. Para tanto, deveria deliberar sobre a instrução primária profissional, criando escolas, museus, bibliotecas; adotando métodos e programas; nomeando e fixando livremente os vencimentos dos seus professores; auxiliando os estabelecimentos particulares de ensino do seu município.

O recenseamento dos municípios e a obrigatoriedade escolar passava a ser também de responsabilidade das Câmaras:

Fornecer todos os dados necessários ao recenseamento escolar dos municípios; mandar arquivar as informações obtidas no recenseamento para imposição de multas referentes à obrigatoriedade escolar; atestar a incapacidade física ou intelectual das crianças para isentá-las da frequência escolar. Pelo presidente da Câmara, fazer publicar pela imprensa o dia da

³³ Em Rio Claro, a Lei da obrigatoriedade só aparece em 1919.

abertura das aulas nas escolas públicas primárias, por esforço de quinze dias; decretação de matrícula ex-offício e de multas pelo não cumprimento da obrigatoriedade escolar (REIS FILHO, 1981, p. 126).

Há registros de que esse recenseamento ocorreu em Rio Claro em 1895. Quanto ao auxílio e manutenção de escolas e professores, a Câmara de Rio Claro recebeu vários ofícios de solicitações para provimentos de professores, pagamento de aluguel de casa, compra de material, entre outros.

Em 1892, a professora da 1ª Cadeira de Rio Claro, Francisca de Alcântara, envia uma solicitação à Câmara, com os seguintes argumentos:

Cidadão Sr. Presidente da Intendência Municipal desta Cidade
 Achando essa escola mal provida de mobília escolar, e esta pouca existente, consta apenas de 6 bancas, pertencentes a 4ª Cadeira do sexo masculino; e já havendo segundo consta-me arrecadado dinheiro para o fundo escolar, animo-me a pedir-vos que mandeis mobiliar esta escola, ou então ceder-me o restante da mobília da 4ª Cadeira masculina, visto achar-se vaga a respectiva cadeira.
 Faço-vos este pedido a fim de que os interesses da Instrução não pereçam desses materiais essenciais numa escola.
 Saúde e fraternidade.
 Rio Claro, 01 de novembro de 1892.
 Francisca de Alcântara – Professora da 1ª Cadeira³⁴.

A solicitação da professora mostra as dificuldades dos professores das escolas isoladas, além de evidenciar as escolas que ficavam vagas. A situação descrita no relato da professora era tão frequente que, em janeiro de 1893, a professora Isabel Von Atzingen, escreveu à Câmara:

Escola Pública do sexo feminino do bairro Santa Cruz desta cidade.
 Rio Claro, 24 de janeiro de 1893.
 Ilustres Cidadãos
 Tendo entrado em exercício no dia 19 e aberto a escola, para cuja regência fui nomeada por decreto em 9 do corrente, na rua 8, número 71 do bairro Santa Cruz, desta cidade, e tendo já matriculado 12 alunos e deixando de matricular outras por falta de acomodação, venho lembrar a ilustre corporação da Câmara Municipal a urgente conveniência de se providenciar no sentido de serem satisfeitas as necessidades da escola em relação a móveis e utensílios e outros objetos que deveriam ser oferecidos pelo Conselho Municipal de Instrução Pública que não existe aqui no Rio Claro.
 Saúde e fraternidade.
 A professora Isabel Von Atzingen³⁵.

A professora afirma que a cidade de Rio Claro ainda não tinha consolidado seu Conselho Municipal de Instrução, o qual deveria dar suporte aos problemas enfrentados pelos professores. Os ofícios acima transcritos referem-se a escolas localizadas na área

³⁴ Documento disponível no Arquivo Público de Rio Claro, Coleção JBC.

³⁵ Documento disponível no Arquivo Público de Rio Claro.

central da cidade. Todavia, é sabido que as escolas dos distritos e da zona rural também sofriam com a falta de material escolar. Em 1900, o professor David Carlos, da escola de Itaquery da Serra, distrito de Rio Claro, envia a seguinte correspondência à Câmara:

Ilmo. Sr. Major Mariano Guimarães

Digníssimo Intendente Municipal.

Cidadão

Desde o dia 03 de abril, que esta aberta a escola, porém com uma mobília muito insuficiente, pelo que peço a V. Sr. que faça efetiva a promessa que me fez quando eu fui tomar posse da cadeira, mandando-me uma mobília das antigas escolas dessa cidade, o que ficarei muito agradecido.

Peço-lhe não esquecer de incluir na mesma, mapas, quadro negro com respectivo cavalete, e esfera terrestre se houver, porque tudo é indispensável a boa organização de uma escola.

Saúde e fraternidade.

David Carlos – Professor da Escola de Itaquery

Itaquery, 03 de maio de 1900.³⁶

Sobre as respostas da Câmara a esses professores não localizou-se quaisquer documentos, com exceção de anotações na própria solicitação. Os pedidos não se restringiam à questão do mobiliário e dos materiais pedagógicos, eles também solicitavam recursos para reformas de casas, pagamentos de aluguel etc. Em Rio Claro, no arquivo da cidade, foi possível localizar correspondências, solicitando o pagamento de aluguel e orçamentos para construção de prédios.

Cidadão Presidente e mais membros da Câmara Municipal de São João do Rio Claro.

Diz o Barão de Araraquara por seu procurador abaixo assinado que não tem recebido os aluguéis do prédio onde funciona o Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles desde abril de 1901 a 31 corrente, totalizando 10 meses a 120\$, total 1:200\$000.

O abaixo assinado pede por meio deste o seu pagamento por ser de justiça. O mesmo requer a composição no mesmo prédio de dois quartos dormitórios que foram desmanchados por ordem da Câmara Municipal que findou.

Por Deferimento.

O procurador Antônio Pedro da Pelonia.

São João do Rio Claro, 30 de janeiro de 1902³⁷.

Conforme descrição acima, a Câmara ficava responsável pelo provimento dos aluguéis do prédio. Esse estabelecimento, em particular, estava sempre em débito, com diversas solicitações de pagamento de aluguel. Em fevereiro de 1902, há uma nova solicitação, o que comprova que a Câmara ainda não havia providenciado o pagamento do valor solicitado.

Ilmo. Sr. Mariano de Siqueira

³⁶ Documento disponível no Arquivo Público de Rio Claro.

³⁷ *idem*.

Intendente Municipal

O abaixo assinado, proprietário do prédio em que funciona o Grupo Escolar, sito a avenida 1, vem requerer a V.Sr. determinar o pagamento de seiscentos e vinte e cinco mil reis (625\$000), importância do aluguel desde 15 de dezembro do ano passado até 28 de fevereiro do corrente ano.

Por ser de justiça pede deferimento.

Rio Claro, 04 de março de 1902.

Marcello Schmidt³⁸.

Nesse mesmo documento, há um recibo do proprietário, acusando o recebimento de seiscentos mil réis. Foram localizados também alguns recibos de alugueis, comprovando a relação do provimento da Câmara e das escolas Estaduais.

Fotografia 6: Recibo de aluguel – Grupo Escolar Joaquim Salles.

Fonte: Arquivo Público Histórico e Pedagógico – Oscar de Arruda Penteadó - Rio Claro

³⁸ Documento disponível no Arquivo Público de Rio Claro.

Os debates políticos, quanto à obrigatoriedade do ensino, construção de escolas, inspeção escolar, provimentos de professores, material escolar, mobiliário, locação de casas, agrupamentos de escolas, analfabetismo, entre outros, estão presentes em todos os documentos analisados nesta pesquisa.

O Grupo Escolar poderia representar para muitas cidades apadrinhamentos políticos importantes, portanto, o prestígio da própria cidade. No caso de Rio Claro, a Câmara Municipal enviou, em agosto de 1900, à Assembleia Legislativa um ofício, solicitando a construção de um edifício apropriado para receber esta instituição educacional. Neste mesmo ofício, foi assinalado a existência de outras escolas, mas elas não ofereciam condições de conforto e higiene. Em setembro de 1901, a Câmara solicita à Assembleia uma verba para construção do novo prédio. Em 1902, é encaminhado ao Inspetor do Estado um orçamento para a sua construção³⁹.

Em 04 de setembro de 1901, o jornal *O Alpha*, de Rio Claro, publica, em sua primeira página, notícia afirmando que cidades como Araraquara e Jaboticabal, pequenas cidades do interior paulista, já tinham um Grupo Escolar, enquanto Rio Claro, embora tivesse um grupo funcionando, não dispunha de prédio específico para este fim. Menciona ainda, a confiança depositada pela cidade no coronel Joaquim Salles⁴⁰, político importante, membro do Partido Republicano Paulista, para as devidas providências.

A Câmara Municipal de Rio Claro se manifesta em 1902 e, segundo notícia do jornal *O Alpha*, de 05 de março do mesmo ano, o município ofereceu ao Estado um terreno (antigo cemitério) para a construção do prédio. O local para construção do Grupo Escolar foi objeto de inúmeros debates na cidade. A Igreja, por exemplo, sempre se posicionou contrária ao local. No entanto, como mostra a imagem, mesmo sob protestos, os políticos da cidade lograram destinar a área à construção do Grupo. No mesmo ano, em 25 de outubro, o jornal *O Alpha* publica a charge a seguir:

³⁹ Os documentos da solicitação de verba para a construção do primeiro Grupo Escolar de Rio Claro podem ser lidos em anexo.

⁴⁰ Coronel Joaquim Augusto Salles, filho de Francisco de Paula Salles e Ana de Campos Ferraz, nasceu em Campinas (26/06/1857), faleceu em São Paulo (23/05/1923). Foi casado com Francisca Ferraz de Negreiros. Casou-se em Rio Claro em 16 de setembro de 1882. Foi agricultor de café e chefe político de enorme influência no Oitavo Distrito Eleitoral da Assembleia Legislativa. Representava o Partido Republicano Paulista e esteve no comando da cidade de Rio Claro por muitos anos (PENTEADO, 1978).

Figura 8: Charge Jornal O Alpha – 1902 – Rio Claro

Fonte: Arquivo Público Histórico e Pedagógico – Oscar de Arruda Penteado - Rio Claro

O local escolhido funcionou como cemitério até os anos de 1878. Durante o início das obras, em 1902, há um surto de varíola na cidade. Imediatamente, os opositores à obra associam a remoção do cemitério a esta epidemia. Políticos e o vigário organizam protestos contra a construção. Para resolver o dilema, o Coronel Joaquim Salles encaminhou ao serviço Sanitário do Estado de São Paulo um ofício, solicitando uma parecer legal para investigar a ligação entre o início das obras e o surto de varíola. Segue-se a resposta enviada por Emilio Ribas.

Esta Diretoria acredita que o terreno do antigo cemitério pode ser utilizado para Construção do Grupo Escolar por tratar-se de terreno poroso e com declive natural. Dadas estas condições e o tempo decorrido, mais de 20 anos, é mais que suficiente para a eliminação dos germes e saprofitas. Não podendo portanto, o serviço feito por essa Prefeitura ter dado lugar ao aparecimento da varíola na cidade. No entanto, esta Diretoria lembra a conveniência de ser feita a desinfestação do terreno com leite de Cal, recentemente preparado. Saúde e fraternidade.

São Paulo, 12 de março de 1902.
Emílio Ribas – Diretoria Geral ⁴¹.

Neste sentido, a frase “Esta salva a Pátria”, define o ideário da construção dos Grupos Escolares, que no início do período republicano, foi um advento do regime,

⁴¹ Documento disponível no Arquivo Público de Rio Claro.

estratégia para sua consolidação. Construções que garantiam e mostravam o prestígio político local. Entre 1890 e 1920, cerca de 170 edifícios foram construídos. A maior parte deles instalada na capital, no entanto as cidades do interior, com desenvolvimento promissor e que possuísem representação política, também receberam estas construções.

Ainda quanto ao provimento das escolas, cabe destacar que não era apenas com mobílias e cessão de terrenos que as Câmaras ficavam responsáveis. Em 1904, foi localizado um requerimento dos professores do Grupo Escolar Joaquim Salles, solicitando ao poder municipal subvenção aos salários que recebiam do Estado.

Cidadão Presidente e Membros da Câmara Municipal de Rio Claro

Os abaixo assinados professores normalistas do Grupo Escolar “Coronel Joaquim Salles”, desta cidade, se dirigem a Câmara Municipal com intuito de lhe solicitar, como solicitam, uma subvenção pecuniária mensal. As dificuldades da vida aumentam cotidianamente, de modo que os professores devendo ter representação compatível com sua posição, precisam levar uma conduta irrepreensível, fora de qualquer suspensão ou maledicência. Este fato não é indiferente, mas ao revés é preponderante se for meditado e estudado aos outros países. Não será pois com ordenados exíguos, que essas dificuldades desapareçam, trazendo ao professor tranquilidade de espírito e emulação para o mesmo. As Câmaras Municipais, quase todas desse Estado, subvencionam convencidas que se acham do pouquinho que ganham os professores. Em consequência: a Câmara Municipal de Rio Claro encontra fundamento para tal pedido, em virtude do imposto de quinze por cento (15%) sobre os vencimentos dos professores; por mais respeitável que tenha sido a intensão governamental, não se legitima. Acarretando a diminuição dos vencimentos exíguos, vem desmoralizar o professor, criando uma situação de angústia, porque já era difícil. O educador não pode por dificuldade pecuniária, agir livremente, também não pode ensinar. Assim, pois os signatários, em vista do exposto esperam que a Câmara animando o ensino público como já tem dado várias provas, lhe dê uma subvenção mensal compatível com seus recursos.

São João do Rio Claro, 04 de fevereiro de 1904.

Joaquim Ladeira

Elisa Hummel

Leopoldina Ramalho

Leonor Ramalho

Isabel Von Atzingen

Carolina de Araújo

Helena de Vasconcellos

Albertina de Azevedo

Antonio Sebastião da Silva

Olivia Cesar de Almeida⁴².

Conforme as informações dadas pelos professores, era prática do Estado de São Paulo, as Câmaras Municipais auxiliarem também em seus salários. No caso específico de Rio Claro, não foi encontrado, nas atas da Câmara, aprovação de provimento para os

⁴² Documento disponível no Arquivo Público de Rio Claro.

normalistas do Grupo, no entanto, para os docentes das escolas isoladas e escolas municipais havia aprovações da Câmara.

Nas primeiras décadas do período republicano, a escolarização primária não havia conseguido se organizar no Estado de São Paulo, principalmente nas cidades do interior. As escolas estaduais não eram suficientes e a ajuda municipal foi fundamental para prover as escolas isoladas. Em 1916, Altino Arantes, em mensagem à Assembleia Legislativa, afirma que o ensino primário ainda não havia atingido o ideal desejado, uma vez que ainda não alcançava as populações rurais. Enfatizou, também, a importância do poder municipal, no exemplo das Câmaras Municipais:

(...) os municípios muito podem fazer no sentido de auxiliar a ação do Governo. As Câmaras Municipais de Guaratinguetá e Jahú acabam de dar um nobilíssimo exemplo dessa salutar orientação, autorizando a construção de casas para escolas rurais; e é de desejar que tão patriótica iniciativa seja imitada pelas demais Modalidades (SÃO PAULO, 1916, p. 9).

No Relatório de 1917, apresentado por João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, Diretor Geral da Instrução Pública ao Secretário do Interior, é afirmado que a ajuda da municipalidade era essencial para o cumprimento da lei da obrigatoriedade.

Sem a obrigatoriedade, não teremos ensino real e profícuo, principalmente entre as populações rurais, para as quais não valem o incitamento e a propaganda, que o seu espírito inculto e a rotina inveterada não lhes permite compreender.

Mesmo em muitos centros urbanos, nota-se a despreocupação de muitos pais pela instrução de seus filhos. Folheando-se as páginas dos “Anuários”, publicados por esta repartição, nota-se grande desproporção entre a população analfabeta e a que frequenta escolas, assim como verifica-se que a frequência, em média, corresponde, quando muito, a dois terços da matrícula geral.

Não se pode, exigir e nenhum paiz conseguiu ainda frequência absoluta dos alunos matriculados em suas escolas; mas a porcentagem precisa elevar-se mais para que dela resultem maior extensão do ensino e aproveitamento dos alunos.

A República, por meio de sua organização estatística, evidenciava os altos índices de analfabetismo, embora tivesse realizado grandes esforços, desde sua implementação, para erradicá-lo. Os inspetores não cessavam suas críticas à ausência de uniformização do ensino. Mesmo com programas de ensino definidos para todas as escolas preliminares, a viabilidade e aplicabilidade dos mesmos não se dava da mesma maneira.

Em sua segunda gestão na Diretoria Geral da Instrução Pública (1917 a 1920), Oscar Thompson desejava organizar os estabelecimentos de ensino paulista, tendo em vista que 71% da população era de analfabetos.

A eleição de Epitácio Pessoa, em 1919, para a presidência da República quebra a oligarquia do poder vigente entre São Paulo e Minas Gerais. O crescimento e fortalecimento da classe operária que geram alguns conflitos. Segundo Fausto (1976), somente no período de 1917 a 1920, ocorreu em Rio de Janeiro e em São Paulo, mais de 200 greves operárias.

Para Cavaliere (2003), a revolução socialista na Rússia e os movimentos operários em toda Europa também tiveram repercussão no Brasil. O agravamento das condições de vida da população, advindo dos problemas econômicos gerados pela Primeira Guerra Mundial, estimulava os movimentos e a organização da classe trabalhadora. Surgiram iniciativas operárias, inclusive no campo escolar e educacional.

Washington Luiz, eleito presidente do Estado de São Paulo em 1920, assume como meta de sua gestão o combate ao analfabetismo. Em mensagem enviada à Assembleia Legislativa, em 14 de junho de 1920, salienta que o ensino primário leigo, gratuito e obrigatório, tão proclamado pelo Estado, ainda não havia se efetivado. Reconhece a laicidade como etapa bem encaminhada, devido à organização dos programas de ensino. Porém, a gratuidade e a obrigatoriedade, apesar dos esforços nessa direção, não era uma realidade. A iniciativa particular ganhara espaço e a gratuidade estava longe de ser alcançada, presente apenas em 48% do Estado.

O ensino primário, além de gratuito, é obrigatório; ou melhor, sendo gratuito é que pode ele ser tornado obrigatório. Mas a obrigatoriedade tem duas faces: a primeira é essencial para o Estado que deve manter escolas em numero suficiente, para que nelas possam aprender todas as crianças de São Paulo; e a segunda referente à população, principalmente a pais, tutores, juizes, curadores de órfãos, enfim a todos os responsáveis pelo futuro dos menores, que devem providenciar iniludivelmente, para que todos eles recebam a instrução primária. (SÃO PAULO, 1920, p. 44)

As críticas quanto ao não cumprimento da obrigatoriedade escolar, nos anos de 1915 a 1920, foram marcadas por diversos artigos nos jornais locais da cidade de Rio Claro. Iniciativas de municipalidades próximas, com a criação de leis municipais de obrigatoriedade, eram noticiadas pelo jornal com frequência. O professor Armando Bayeux da Silva, diretor do Grupo Escolar da Cidade, escreveu vários artigos no jornal *O Alpha*, direcionados ao Dr. Oscar Thompson, Diretor Geral do Ensino, questionando a precariedade do ensino primário e a responsabilidade do estado.

Andam por até as municipalidades a adotar belas medidas em matéria de instrução, taes como ensino obrigatório, a assistência médico - escola, as caixas escolares, e não sei que mais, tudo muito bonito, não há dúvida, mas só para inglês ver. Na nossa terra tudo é assim. Projetam-se grandes coisas, mas elas não vão além do papel. (O ALPHA, 14 de junho de 1918).

Neste mesmo artigo, faz uma crítica ao trabalho nas fábricas que aceitam crianças em idade escolar, esvaziando as terceiras e quartas séries do ensino primário. Reforça que “quanto mais bronco e estúpido for o operário de amanhã, tanto melhor para os magnatas das fábricas (...) sem pesadelos das greves e das reivindicações sindicais” (O Alpha, 16/06/1918).

O Anuário do Ensino de 1918 informava que a população em idade escolar no Estado de São Paulo era de 480.164 crianças. Dessas, 247.543 crianças, de 7 a 12 anos, estavam fora das escolas e, por isso, não sabiam ler, escrever e contar.

Segundo Washington Luiz, com a então estrutura do estado, menos da metade da população recebia instrução primária. Para Cavaliere (2003), as metas estabelecidas por Washington Luiz estavam atreladas a dois momentos políticos e sociais que o Estado de São Paulo enfrentava: momento de instabilidade na política nacional, que poderia abalar a posição hegemônica de São Paulo na Federação, levando esse estado a preocupar-se com o colégio eleitoral; preocupação com a unidade nacional e com o controle social, devido à imigração que se verificava de maneira intensiva em São Paulo, associada ao processo de industrialização.

Ensinar a ler, escrever e contar passava a ser prioridade neste momento em que o número de analfabetos e as críticas à educação do estado se tornam mais evidentes. O jornal *O Alpha*, de 02 de março de 1918, destaca, em sua primeira página, a seguinte frase: “*O ensino público é um conto do vigário*”. Nas demais edições, aparecem vários artigos enfatizando a importância da instrução primária e a necessidade de escolas.

O próprio Washington Luiz, em 1920, afirmava que os centros urbanos estavam bem aparelhados de escolas, enquanto as escolas rurais ainda não eram suficientes.

O ensino urbano é realmente modelar e suficiente; não assim o rural, que dever ser disseminado ainda mais, por inúmeras escolas onde se ensine a língua pátria, as coisas pátrias. O ensino primário, por um preceito constitucional, já é obrigatório para o Estado que o deve fornecer a todos obrigatório para a população, que toda deve receber. Precisamos desempenhar-nos desse duplo dever. Há que estender a instrução primária a uma população maior do que atualmente ela beneficiada; há que estende-la principalmente à parte rural, em numerosas escolas (SÃO PAULO, 1920, p. 45-46).

Em 13 de março de 1920, mais uma vez os professores locais de Rio Claro, pedem a Câmara Municipal a criação da Lei Municipal da obrigatoriedade escolar.

É chegada boa oportunidade para os vereadores do município demonstrarem o seu desvelado interesse pelo engrandecimento da terra que representam,

zelando pelo desenvolvimento intelectual da juventude e pelo futuro das crianças em idade escolar, até agora presa nas trevas da ignorância. (...) Ainda ontem notificamos que em Rio das Pedras o prefeito municipal já fez distribuir boletins, scientificando aos pais de meninos em idade escolar que, no prazo de 20 dias, sob pena de multa devem fazer a matrícula de seus filhos em virtude da câmara ter votado a lei do ensino obrigatório. Faz juz ao mais calorosos encômios o ato altamente patriótico daquela edilidade, seguindo o exemplo refletido de outras muitas municipalidades do Estado. A adoção daquela medida, em pról do ensino, não deixara de ser um golpe fatal à escravidão do analfabetismo (O ALPHA, 13/06/1920).

Após uma série de notícias e artigos nos jornais locais, a Câmara Municipal de Rio Claro apresentou dois projetos de lei. Os projetos foram apresentados na Ata da Câmara Municipal e publicados no jornal *O Alpha*.

Os dois projetos da Câmara tinham muito em comum, diferenciavam-se quanto ao valor das multas a serem atribuídas às família que não matriculassem os filhos em idade escolar, e quanto ao fornecimento de material e fiscalização do trabalho das crianças em idade escolar. No projeto de Esperidião Prado ficava determinado, no artigo 15º, que “A Câmara fornecerá gratuitamente material escolar, com sejam livros, cadernos, etc. aos alunos reconhecidamente pobres cujas miserabilidades dos pais e tutores forem comprovadas”. Já o projeto de Waldomiro Franco da Silveira, no artigo 7º, estabelecia que “Fica expressamente proibido as crianças menores de 13 anos a trabalho nas fábricas, oficinas, casas comerciais ou particulares, durante as horas regularmente das aulas, salvo as que já tiveram concluído ou estiverem fazendo em estabelecimento particular”. Os maiores de 13 anos que trabalham nesses locais e comprovarem serem analfabetos, seriam obrigados a frequentar escolas noturnas públicas ou particulares.

Finalmente, as reivindicações locais faziam-se ouvir. Esse tipo de discussão não era apenas um problema local, uma vez que, nos anos 20, o Estado de São Paulo, tendo em vista o grande número de analfabetos e a impossibilidade de construir escolas para atender toda população em idade escolar, lança uma nova estratégia de escolarização, conhecida como Reforma Sampaio Dória.

Sampaio Dória foi convidado por Washington Luiz para assumir a Direção Geral da Instrução Pública em 1920. Representante da corrente liberal, defendia a igualdade

de oportunidades e a evolução pela educação. Estava vinculado a Liga Nacionalista⁴³ de São Paulo e via o analfabetismo como incompatível com a civilização.

(...) a alfabetização do povo é, na paz, a questão nacional por excelência. Só pela solução dela o Brasil poderá assimilar o estrangeiro que aqui se instala em busca de fortuna esquiua. Do contrário, é o nacional que desaparecerá absorvido pela inteligência mais culta dos imigrantes. (DÓRIA, 1923, p. 16).

Assim, entendia o analfabetismo como doença e como o maior inimigo da Pátria. Neste contexto, a proposta de escolarização primária prevista na Reforma de 1920, mais conhecida como Reforma Sampaio Dória, tinha como foco a reestruturação do ensino elementar, de modo a garantir a existência de vagas para as crianças paulistas que ainda se encontravam fora da escola.

A Lei 1.75 de 8 de dezembro de 1920 estabelecia o ensino primário de dois anos, gratuita e obrigatória para as crianças de 9 a 10 anos, a ser ministrado em escolas isoladas, reunidas e grupos escolares.

Essa medida foi tomada após o recenseamento realizado na gestão de Sampaio Dória, que mostrou dados bem maiores do que o imaginado (50%), ou seja, 70% da população em idade escolar era analfabeta. O Recenseamento ganhou destaque nos jornais da época na cidade de Rio Claro, que convocava a população para receber os recenseadores:

Iniciou-se já o recenseamento das crianças em idade escolar (6 – 12 anos) em todos os municípios do Estado, como preparativos para o ataque, como estudo estratégico do campo em que se vai agir, como reconhecimento do poder do adversário que se tem de enfrentar.

Que o povo coopere com todas as suas forças, sem vacilações e má vontade, nessa obra magnífica, abrindo de par e par as portas de seus lares aos recenseadores, prestando-lhes prontamente todas as informações necessárias e ajudando-os em tudo que for possível, para facilitar e apressar o seu trabalho e animá-los nessa tarefa penosíssima.

Ninguém negará o seu apoio e o seu auxílio a tão grandioso empreendimento, de que resultarão benefícios incalculáveis para a difusão do ensino na terra paulista (O ALPHA – 22/06/1920).

Segundo Mate (1991), essas medidas também foram tomadas para inibir a iniciativa particular, como as escolas estrangeiras, as escolas ligadas ao movimento anarquista e a entidades da cultura negra.

Na cidade de Rio Claro, nos anos de 1920, foi possível localizar uma expressiva organização desta natureza no setor educacional. Eram comuns anúncios de professores

⁴³ A Liga Nacionalista surgiu em 1917, no contexto da Primeira Guerra Mundial. Visava uma mobilização cívica que tinha como objetivos: o voto secreto e obrigatório, o serviço militar obrigatório e o combate ao analfabetismo.

autônomos, oferecendo aulas em casa. A comunidade negra, como a Irmandade de São Benedito, também oferecia aulas de primeiras letras. As iniciativas da maçonaria, do Centro Operário e Espanhol, dos imigrantes alemães e italianos, entre outras, foram também catalogadas e serão tematizadas nos próximos capítulos.

Antes da reforma de 20, segundo Antunha (1976), três tipos de escolas compunham o sistema escolar paulista: as escolas isoladas, de classes multisseriadas; as escolas reunidas, composta por agrupamentos de classes multisseriadas, sem direção, e os grupos escolares, no topo do sistema, com quatro classes seriadas, com professores e salas de aula específica para cada uma delas. Após a implementação da reforma, a estrutura do ensino passou a compreender o ensino primário de dois anos (9 e 10 anos, o único obrigatório e gratuito), oferecido nas três modalidades de escola pública, isolada, reunida e grupo escolar.

Segundo Cavaliere (2003), a reforma exigia que todas as escolas separassem os alunos em 1º e 2º ano, com programas e espaços distintos. Quanto à promoção, passaria a ser automática e a repetência vedada. O aluno que ao final dos dois anos de estudos não obtivesse o rendimento esperado, estaria automaticamente excluído do sistema.

No caso das escolas isoladas, havendo alunos suficientes, o professor, responsável passaria a trabalhar em dois turnos de duas horas e meia diárias de aula, cada qual com um nível de adiantamento. A seriação e a separação das turmas representavam um avanço na qualidade. A diferenciação dos programas e idades, isto é, a especialização do trabalho escolar fortalecia a identidade profissional do professor e tornava a escola uma instituição mais forte. (CAVALEIRE, 2003, p. 34).

Essa nova proposta de escolarização paulista motivou várias críticas e protestos. O próprio Sampaio Dória afirma, anos depois, que a sua regulamentação não respeitou sua proposta inicial. Mate (1991 p. 37) afirma que a oferta de vagas no momento de industrialização e universalização da escola pública foi uma proposta pretensiosa. O cumprimento da obrigatoriedade, contudo, ainda estava longe de ser alcançado. “Reduzi-la à faixa de 9 e 10 anos significava, na prática, excluir da escola crianças de 7 e 8 anos que tinham condições de ser por ela captadas”. Ao mesmo tempo, não era possível garantir que a totalidade das crianças de 9 e 10 anos seria escolarizada.

A reforma permaneceu de março de 1921 a dezembro de 1925, sofreu várias críticas, mas mescla um conjunto de ideias e influências intelectuais e ideológicas da época, que incluía tanto o ideário nacionalista (a educação como redenção dos problemas), como o ideal liberal democrático, que então ganhava destaque.

A pesquisa em questão tem como marco temporal o período entre o início da República e o de 1920, quando o Estado de São Paulo inicia uma nova estratégia de escolarização primária pública. Nos próximos capítulos, será possível identificar quais foram às estratégias implementadas na cidade de Rio Claro, além das modalidades de escola deste período, seu funcionamento e expansão.

A Escola da Mestre Silvina

*Minha escola primária ...
Escola antiga de antiga mestra
Repartida em dois períodos
para a mesma meninada,
das 8 às 11, das 1 às 4.
Nem recreio, nem exames.
Nem notas, nem férias;
Sem cânticos, sem merenda ...
Digo mal – sempre havia
distribuídos
alguns bolos de palmatória ...
A grandel?
Não, que a Mestra
Era boa, velha, cansada, aposentada.
Tinha já ensinado a uma geração
antes da minha.*

*A gente chegava “-Bença, Mestra”.
Sentava em bancos compridos,
escorridos, sem encosto.
Lia alto lições de rotina:
O velho abecedário,
lição salteada.
Aprendia a soletrar
(...)*

*Banco dos meninos.
Banco das meninas.
Tudo muito sério.
Não se brincava.
Muito respeito.
Leitura alta.
Soletrava-se
Cobria-se o debuxo.
Dava-se lição.
Tinha dia certo de argumento
com palmatória pedagógica
em cena.
Cantava-se em coro a velha tabuada.*

(Cora Coralina, 1985).

2 Rio Claro e as estratégias de Escolarização Primária Públicas

Este capítulo tem como objetivo apresentar as estratégias de escolarização públicas estaduais e municipais implementadas na cidade de Rio Claro, ou seja, verificar como a questão da obrigatoriedade do ensino se deu na cidade.

Definem-se como iniciativas públicas aquelas que nascem de ações do próprio governo, motivadas por representantes políticos ou, ainda, as iniciativas oriundas de reivindicações populares e organizadas pelo poder público. Na cidade de Rio Claro, foi possível localizar um número expressivo de iniciativas públicas de escolarização primária. Em levantamento, realizado entre os anos de 1889 e 1920, foram encontrados 03 (três) grupos escolares, 02 (dois) estaduais e 01 (um) municipal; 64 (sessenta e quatro) escolas isoladas, 52 (cinquenta e duas) estaduais e 14 (quatorze) municipais. Desta forma, as iniciativas públicas totalizavam 67 (sessenta e sete) escolas.

Embora o número de iniciativas fosse expressivo, essas escolas não conseguiam atender toda a demanda escolar. Cabe destacar que essas estratégias se referiam ao nível primário de escolarização, o qual, segundo o Regulamento da Instrução Pública do Estado de São Paulo, deveria ser gratuito e leigo em dois cursos: o preliminar e o complementar. O primeiro era obrigatório dos sete aos quinze anos, e facultativo até os dezesseis anos. Nas escolas mistas, as crianças do sexo masculino só eram admitidas até os dez anos.

Conforme Reis Filho (1981), para que esse tipo de ensino fosse difundido, previa-se a criação de vários tipos de escolas, tais como: grupos escolares, intermédias, provisórias, ambulantes, reunidas e noturnas.

Souza (2012) aponta que, na Primeira República, o ensino primário foi ministrado em vários tipos de escolas, as quais eram diferenciadas pela organização pedagógica, titulação de professores, idade de alunos, localização da escola, duração do curso, número de classes e clientela escolar. De modo geral, prevaleceram dois modelos de organização pedagógica, as unitárias e as graduadas.

Segue-se, abaixo, a definição das modalidades escolares, segundo os documentos legais e a indicação dos modelos escolares encontrados na cidade de Rio Claro no período de 1890 à 1920.

Escolas Preliminares

Segundo Reis Filho (1981), as escolas preliminares eram aquelas regidas por professores normalistas, ou habilitados em concurso pela Congregação da Escola Normal da Capital.

Esse modelo de escola costumava ser alocado em casas espaçosas, com salas apropriadas para trabalhos manuais e aparelhos necessários ao ensino intuitivo. A mobília da escola deveria facilitar a vigilância e o controle do professor. Dispunha de livros e objetos destinados ao ensino e de uma biblioteca escolar com manuais para uso do professor. As escolas de tipo preliminares eram exclusivas para cada sexo, somente em casos excepcionais poderiam ser mistas.

O curso preliminar de quatro anos, segundo o Artigo 62 do Regulamento da Instrução Pública de 1893, era dividido em séries, cada uma delas correspondendo a um semestre do ano letivo. As matérias ministradas eram as seguintes: Leitura e Princípios de Gramática; Escrita e Caligrafia; Cálculo aritmético sobre números inteiros e frações; Geometria prática, com noções necessárias para suas aplicações à medidas de superfície e volumes; Sistema métrico decimal; Desenho a mão livre; Moral prática; Noções de Geografia Geral; Cosmografia; Geografia do Brasil, especialmente do Estado de São Paulo; Noções de Ciências física, química e história natural, nas suas mais simples aplicações, especialmente à higiene; História do Brasil e leitura sobre os grandes homens da história; Leitura da música e canto; Exercícios ginásticos, manuais e militares apropriados à idade e ao sexo.

Essas matérias eram aplicadas em vários tipos de escola com curso preliminar, mas, como se observa nos relatórios dos inspetores, a forma e o tempo em que eram trabalhadas se modificava e era adequado à estrutura da escola.

De forma geral, as aulas deveriam ter duração de cinco horas, das 8h à 14h, com intervalo de trinta minutos, após duas horas de aula, durante o qual os alunos permaneciam sob vigilância dos professores. No verão, as aulas se davam das 9h às 15h. Durante o ano letivo, as aulas eram suspensas aos domingos, carnaval, dias de feriados nacionais e santos. As férias eram em julho, com duração de uma semana, e em dezembro, durante um mês, a contar da data do exame final.

Os exames finais eram presididos pelos Inspectores de Distritos. Além das crianças das escolas públicas, prestavam exames crianças que recebiam ensino em suas próprias casas. O exame era público, com prova oral e escrita, cujo conteúdo era todo o

programa, de acordo com a série em que o aluno estava. No quarto ano, as comissões do exame forneciam atestado de habilitação no curso.

A partir da Lei 930, de 13 de agosto de 1904, as escolas preliminares passaram a ser definidas de acordo com sua localização e subdivididas em Escolas ambulantes, Escolas isoladas (bairro ou distrito de paz; sede de município), Grupos Escolares, Escola Modelo.

Como salienta Souza (2012), de acordo com a legislação, com exceção da escola modelo anexa à Escola Normal da capital, todas as demais escolas preliminares se equiparavam aos grupos escolares, no que diz respeito ao quesito legal. Mas os relatórios de inspetores de ensino e de professores indicam que essa equiparação era somente legal. Na prática, as escolas preliminares não possuíam as mesmas condições dos grupos escolares.

Grupos Escolares

Os grupos escolares foram criados para reunir em um único prédio de quatro a dez escolas, compreendidas no raio da obrigatoriedade escolar (2 km para o sexo masculino e 1 km para o feminino, distantes da escola). Essa reunião de escolas era feita a critério do Conselho Superior de Educação. De acordo com Reis Filho (1981), em cada grupo escolar existia um diretor e tantos professores quantas fossem as escolas agrupadas (“classes” como, mais tarde, depois de reunidas, foram denominadas). Os grupos escolares contavam também com professores adjuntos e auxiliares, em número variável de acordo com a necessidade, a critério do diretor do Grupo Escolar.

De acordo com o Regimento das Escolas Públicas do Estado de São Paulo (1893), nos grupos escolares, as crianças eram divididas em quatro classes para cada sexo, correspondentes ao 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso preliminar. No mesmo edifício poderiam funcionar escolas do sexo masculino e do feminino, porém com completa separação dos sexos. O diretor do Grupo Escolar era um professor normalista, nomeado pelo governo, com diversas atribuições, tais como representar a escola em suas relações externas; fiscalizar as classes durante seu funcionamento; organizar o método de ensino das escolas-modelo do Estado; realizar as matrículas; elaborar e apresentar mapas de frequência mensais e semestrais; zelar pela guarda do prédio; anotar faltas de professores; organizar a folha de pagamento, dentre outras.

Nesse contexto, o Grupo Escolar destaca-se como modalidade capaz de reformar e modernizar o ensino.

Uma escola urbana, moderna e de melhor qualidade. A reunião de escolas trazia todos os princípios fundamentais que propiciaram as mudanças do ensino primário: a racionalização e a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios com a consequente constituição da escola como lugar, o estabelecimento de programas amplos e enciclopédicos, a profissionalização do magistério, novos procedimentos de ensino, uma nova cultura escolar (SOUZA, 1998, 49-50).

Faria Filho (2000b) refere-se à criação dos grupos escolares no estado de Minas Gerais não apenas como forma de “*organizar*” o ensino, mas, principalmente, como um modo de “*reinventar*” a escola, com o objetivo de tornar mais efetiva sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política. Reinventar a escola significava, dentre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos; formar, controlar e fiscalizar os professores; adequar espaços e tempo ao ensino; repensar a relação com as crianças, com as famílias e com a própria cidade.

Para Faria Filho,

(...) os grupos escolares e seu processo de organização significavam, portanto, não apenas uma nova forma de organizar a educação, mas, fundamentalmente, uma estratégia de atuação no campo do educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, enfim, impondo uma outra prática pedagógica e social dos profissionais do ensino através da produção e divulgação de novas representações escolares. (2000b, p. 37).

A implantação dos Grupos Escolares se deu por ocasião do projeto republicano de educação popular, com implicações profundas na educação pública do Estado de São Paulo e na história da educação do país (SOUZA, 1998).

Escolas Intermédias

As escolas intermédias eram regidas por professores não normalistas e habilitados pelo Regulamento de 1869 e 1887. Diferenciavam-se das escolas preliminares quanto ao nível de vencimentos dos professores, mais baixos, e quanto ao plano de estudo reduzido. Embora o programa fosse o mesmo do curso preliminar, os professores não eram obrigados a ensinar matérias para as quais não houvessem prestado exames.

Escolas provisórias

De acordo com Reis Filho (1981), as escolas provisórias eram regidas por professores interinos, habilitados por concurso, por inspetores de distrito. A classificação dessas escolas passava a ser preliminar, se provida por professores diplomados. O caráter de precariedade dessas escolas é indicado pelo plano de estudo reduzido, leitura, escrita, princípios de cálculo, geografia geral e do Brasil, princípios básicos das Constituições da República e do Estado.

Escolas Ambulantes

O Regimento das Escolas Públicas do Estado de São Paulo (1893) previa que, nos lugares em que as circunstâncias exigissem, conforme o ajuizamento do Conselho Superior de Educação, poderiam ser criadas as escolas Ambulantes.

No artigo 66, de mesmo regimento, previa-se que, nas escolas ambulantes, o professor deveria permanecer, em cada um dos pontos dos bairros sujeitos ao seu percurso, o tempo necessário para que, reunidos os meninos da vizinhança, fosse oferecido o ensino do curso preliminar, de tal modo que não restasse qualquer aluno sem receber lições com intervalo maior de oito dias.

Escolas Noturnas

Os cursos noturnos deveriam ter o mesmo rol de matérias do curso preliminar, com exceção dos trabalhos manuais e dos exercícios ginásticos. Nestes cursos, o professor deveria ainda ampliar o estudo de geometria, explicando os processos de desenho empiricamente empregados nos diversos ofícios.

Essas escolas foram criadas pela Lei 88, de 1892, eram gratuitas e instaladas em todos os lugares onde houvesse frequência provável de trinta alunos. Eram destinadas ao sexo masculino, maiores de dezesseis anos, com aulas regidas por professores preliminares, que recebiam gratificações quando acumulavam o cargo.

Esses diversos tipos de escola tinham de dar conta de atender à determinação da lei de obrigatoriedade do ensino público e promover a alfabetização do maior número possível de indivíduos. No entanto, nos discursos políticos, era comum a alusão à falta de professores habilitados e mesmo ao número insuficiente de escolas, as quais estavam aglomeradas nos centros urbanos.

Uma mensagem do Presidente Bernardino de Campos ao Congresso Legislativo ao Presidente do Estado, em 1896, informava que existiam 819 escolas preliminares funcionando no Estado de São Paulo. Embora, naquela altura, 1.954 escolas tivessem sido criadas, não havia professores suficientes para provê-las. Um ano depois, na mensagem de Campos Salles ao Legislativo, o número de escolas no Estado era de 2.246 escolas, 1.290 preliminares, 400 intermédias e 556 provisórias. Apesar do aumento do número de escolas, o número de escolas providas de professoras não era ainda suficiente para atender a população.

Acham-se providas 1.013, sendo, portanto, maior o número das que se acham vagas. Este fato é devido unicamente à falta de professores preparados na conformidade do regime estabelecida, falta que tende a desaparecer, à proporção que os nossos institutos forem habilitando o pessoal de que carecem as escolas (SÃO PAULO, 1897, p. 99).

Conforme Reis Filho (1981), embora freada pela carência de professores, a difusão do ensino primário apresentava-se de forma animadora. Na cidade de Rio Claro, das modalidades escolares acima mencionadas, foi possível localizar as escolas isoladas (providas e vagas), o Grupo Escolar e as escolas noturnas.

Com o início da República, as estratégias para a escolarização pública se intensificaram, uma vez que o valor social atribuído à escola também é modificado.

No programa do Partido Republicano, em 1874, a educação popular já figurava com ponto fundamental. O ideário republicano, calcado num sistema complexo e acabado de preceitos provenientes de países de estrutura democrática-capitalista, preconizava a instrução primária, obrigatória, universal e gratuita. Proclamada a República, o Estado de São Paulo preservou em seu texto constitucional os princípios de obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário (COSTA, 1983, p 29).

Manifestava-se a crença inabalável na aliança entre o “progresso” do Estado e a educação popular. Acreditava-se na necessidade de formar o cidadão da jovem República.

Diante das possibilidades de modalidades de escola que o governo estadual, individualmente ou em parceria com o município, podia criar, apresenta-se nos próximos itens quais as presentes em Rio Claro, sua organização, estrutura e funcionamento.

2.1 O Grupo Escolar em Rio Claro

De acordo com Souza (1998b), no estado de São Paulo, os Grupos Escolares consolidaram um modelo de escola graduada, fundamentada na classificação dos alunos, na divisão do trabalho docente e na racionalização do ensino. Tais estabelecimentos escolares tornaram-se símbolos da educação elementar e constituíram, de certa forma, uma identidade para o ensino primário no estado de São Paulo e em todo o Brasil.

A autora afirma que a implantação dos grupos escolares ratificou o princípio da igualdade da educação entre os sexos, ao estabelecer igual número de classes para meninos e meninas, princípio consignado na obrigatoriedade do ensino instituído na Reforma de 1892.

A imperiosa finalidade moralizadora, cívica e civilizadora da educação popular estendeu-se à educação feminina concebendo-a como um direito natural da mulher. É preciso ver nisto um fato significativo para a história da escolarização das mulheres. A educação pública feminina existente no Império era precária e ratificava a diferenciação nos programas de ensino, bem mais simplificado que os programas das escolas masculinas. A primeira reforma republicana da instrução pública favoreceu o acesso das mulheres à escola ao estabelecer a exigência do Estado e criar instituições educativas para ambos os sexos com um número mínimo de alunos. Todavia, foram os Grupos Escolares, os estabelecimentos que proporcionaram, efetivamente, o maior acesso das meninas à escola ao estabelecer igual número de salas para ambas as seções. Tal princípio foi incorporado na concepção arquitetônica dos primeiros edifícios construídos no Estado de São Paulo para abrigar as escolas primárias compreendendo a simetria das plantas em alas específicas para meninos e meninas. (SOUZA, 1998b, p. 47).

A formação do cidadão republicano, por meio do ensino primário, envolveu programas de ensino enciclopédicos, aliando as primeiras aprendizagens (leitura, escrita e cálculo) com noções das ciências naturais, físicas e sociais, bem como conteúdos capazes de moldar o caráter, converter as consciências e moralizar os costumes (Educação Moral, Educação Cívica, Ginástica, Música, Desenho e Trabalhos Manuais).

Antes mesmo da criação do 1º Grupo Escolar, a cidade de Rio Claro já possuía outras modalidades de escola, mas não se pode negar que a construção de um grupo escolar na cidade do interior representava muito mais do que o simples crescimento da rede de ensino, indicava também o crescimento da vida urbana na cidade.

Segundo Costa (1983), a criação e construção dos grupos escolares tinha um alto custo, mas, a partir de 1900, o governo começou a receber auxílio de municípios e particulares para a instalação dos prédios, proporcionando um crescimento acelerado.

Tabela 8: Crescimento das matrículas nos Grupos Escolares 1898-1920.

Ano	Nº de Matrículas	Nº de Grupos Escolares
1898	11.453	38
1899	12.555	34
1900	15.280	45
1901	16.840	49
1902	19.352	51
1903	21.673	58
1904	20.589	62
1905	22.779	68
1906	24.118	72
1907	25.498	76
1908	28.172	81
1909	41.275	92
1910	53.445	102
1911	63.030	110
1912	69.252	114
1913	79.932	129
1914	89.724	148
1915	96.631	157
1916	94.852	162
1917	99.057	170
1918	98.727	171
1919	111.115	187
1920	120.327	195

Fonte: Costa, 1983, p.118.

Os dados apresentados na tabela acima mostram que, de 1899 à 1908, as matrículas em grupos escolares cresceram 146%; entre 1908 e 1920, o incremento foi de 327% (Costa, 1983). Esse marcante crescimento das matrículas em grupos escolares parece altamente correlacionado ao aumento da demanda social por educação, derivado do processo de urbanização que se verifica em São Paulo, desde fins do século XIX .

Em relatório ao presidente do Estado de São Paulo, em 1904, o Secretário do Interior, Cardoso Almeida, afirmava que:

(...) a instituição dos grupos escolares tem produzido ótimos resultados, à vista dos quais não havia dúvidas a respeito da conveniência de novas criações. Edifícios apropriados, dotados de vastas salas, compartimentos acomodados aos diversos fins, oficinas de trabalho manuais, campos para exercício de ginástica, móveis adequados, professores capazes, disciplina rigorosa, metódica distribuição do ensino, inspeção rigorosa, direção

inteligente, permitem contar entre os melhores, os serviços desses estabelecimentos à causa da instrução pública do Estado.

Para Antunha (1976), a criação dos grupos escolares e seu funcionamento em São Paulo não podem ser de forma alguma subestimados pelo historiador da educação. Observando os relatórios de inspetores de ensino e as mensagens dos presidentes de província à Assembleia, o discurso é unânime quanto à eficácia dos grupos escolares.

A inovação representada pelos grupos escolares significou uma transformação importante na organização e constituição dos sistemas estaduais de ensino público no país. Consideremos os estudos de Souza (2009, p.129):

Esse tipo de escola exigia altos investimentos, pois supunha a edificação ou arrendamento de espaços próprios e adequados, professores habilitados, mobiliário moderno e abundante material didático. A racionalidade e uniformidade permeavam todos os aspectos da ordenação escolar, desde o agrupamento homogêneo das crianças (alunos) em turmas mediante a classificação pelo grau de conhecimento consolidando a noção de classe e série, o estabelecimento de programas de ensino (distribuição ordenada das atividades escolares), a atribuição de cada classe a um professor, a adoção de uma estrutura burocrática hierarquizada — uma rede de poderes, de vigilância e de controle envolvendo professores, alunos, porteiros, serventes, inspetores, delegados, inspetores de ensino. Perpassava também a ordem disciplinar impingida aos alunos — asseio, ordem, obediência, prêmios e castigos.

Quando se observa o caso de Rio Claro, fica evidente que os Grupos Escolares não seriam construídos em larga escala em todos os municípios. Além da moeda política, conforme ressaltado anteriormente, os altos custos envolvidos na edificação dos grupos escolares, inviabilizava a construção em quantidades suficientes para atender a demanda por ensino. Rio Claro conseguiu seu primeiro Grupo Escolar Estadual em 1900 (criação da Lei), o segundo foi organizado somente em 1911, e o terceiro, em 1925. Enquanto isso, o que se observava era um grande crescimento das escolas isoladas, escolas particulares, organizações de grupos de entidades de classes, entre outras.

Há um número significativo de alunos que frequentava os Grupos Escolares, conforme dados coletados nos livros de matrículas e Anuários de Ensino. No entanto, se comparados ao número de alunos matriculados em outras modalidades escolares, percebe-se que a maioria da população escolar não frequentava os grupos escolares.

Tabela 9: Matrícula nos Grupos Escolares de Rio Claro – 1900-1920

	Masculino	Feminino	Total
1900	168	213	381
1901	213	193	406
1902	219	218	437
1903	213	213	426
1904	212	208	420
1905	208	196	404
1906	214	208	422
1907	218	200	418
1908	222	220	442
1909	236	232	468
1910	291	284	575
1911	580	533	1.113
1912	577	541	1.118
1913	563	550	1.113
1914	600	568	1.168
1915	664	597	1.261
1916	625	583	1.208
1917	----	----	1.258
1918	797	781	1.578
1919	834	852	1.686
1920	709	727	1.436

Fonte: Livro de Matrícula do Grupo Escolar Joaquim Salles e Anuários de Ensino de São Paulo.

Entre os 1900 e 1910 são computados apenas os alunos do Grupo Escolar Joaquim Salles. A partir do ano de 1911, os alunos do Grupo Escolar Marcello Schimdt são também contados, dobrando o número de alunos contabilizados. O Grupo Escolar Municipal, criado em 1908, não aparece nos registros do Anuário de Ensino como Grupo Escolar, mas sim como Escola Municipal. A partir de 1909, com a publicação dos Anuários de Ensino, os dados estatísticos são apresentados de forma mais regular, possibilitando a comparação de dados relativos ao Grupo e às outras modalidades de escola.

Em 1909, Rio Claro tinha apenas um Grupo Escolar Estadual, contava ainda 27 escolas isoladas, 01 subvencionada, 06 particulares e 07 municipais⁴⁴. Na tabela a seguir, a distribuição dos alunos de acordo com as modalidades de escolas.

⁴⁴ Dados apresentados pelo Anuário de Ensino Paulista.

Tabela 10: Representação matrículas em escolas de Rio Claro – 1909.

População em idade escolar	População na escola	População Escola Municipal	População Escola Particular	População Grupo Escolar (estadual)	População Escola Isolada (estadual)
5.500	1.634	287	449	468	430
	100%	17,6%	27,5%	28,6%	26,3%

Fonte: Anuários do Ensino de Estado de São Paulo – 1909

Os dados acima, coletados dos Anuários do Ensino de 1909, indicam que a maior parte da população de Rio Claro não frequentava nenhuma modalidade de escola. Dos 5.500 munícipes em idade escolar, somente 1.634 estavam matriculados nas escolas, o que representava apenas 30% da população em idade escolar, ou seja, 70% dessa população continuava sem acesso à escolarização primária, mesmo com a legislação da obrigatoriedade em vigor. E aqueles que se encontravam matriculadas em escolas (30% da população) não estavam prioritariamente no Grupo, mas sim em outros tipos de escolas, as quais, somadas, representavam 71,4% das modalidades escolares da cidade. O fato nos remete as considerações de Souza e Faria Filho quanto a importância de investigar e questionar também o papel das demais modalidades escolares na escolarização brasileira.

Se considerarmos apenas o crescimento do número de construções dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo, desconsiderando os dados relativos as outras modalidades de escola, podemos ser levados a uma conclusão falsa, a do avanço das estratégias de escolarização. O caso de Rio Claro pode ilustrar também o de outras cidades menores do interior. Em Rio Claro, por exemplo, vimos, a construção de grupos escolares não se dava em número suficiente, embora a demanda por escolarização fosse grande. Se, em 1909, apenas 30% da população em idade escolar estava nas escolas, somente 8,5% dessa parcela participava do grupo escolar. Dos 21,5% restante da população escolar, 7,8% se encontrava nas escolas isoladas estaduais, 5,2% nas municipais e 13,4% na iniciativa particular. No caso de Rio Claro, portanto, dos 30% da população na escola, a maior parcela, 21,5%, estava em outras modalidades de escola e não no Grupo Escolar.

No gráfico a seguir é possível visualizar esses dados. Faz-se necessário enfatizar que, entre as várias modalidades de escolas primárias, os grupos escolares tiveram importância fundamental na consolidação da identidade da escola primária, não apenas no estado de São Paulo. Em realidade, o grupo escolar tornou-se, de certa forma,

sinônimo de escola primária nas representações dos educadores e na memória de gerações de brasileiros, particularmente os nascidos antes da década de 1970. Além do edifício-escola, em algumas localidades, edifícios majestosos e luxuosos, os grupos escolares ratificaram uma organização escolar temporal e espacial.

Gráfico 6: Distribuição de alunos de acordo com a modalidade escolar – 1909 – Rio Claro.

Fonte: Anuários do Ensino do Estado de São Paulo – 1909.

Souza (1998a) enfatiza que, embora a população brasileira rural no início do período republicano fosse maior do que a urbana, havia uma política de expansão e melhoria para as cidades.

De fato, a política educacional dedicou-se muito mais à criação de grupos escolares nos núcleos urbanos e à adoção dessas escolas de melhores recursos em detrimento de uma política de favorecimento das escolas isoladas. Além disso, os grupos possuíam uma organização mais complexa e implicavam custos mais elevados, tendo em vista os gastos com professores, prédios, mobiliário, equipamento de manutenção. Tudo isso induz à questão: por que esse privilégio urbano? (SOUZA, 1998a, p. 90).

A autora ainda destaca que, na primeira metade do século XX, foram privilegiadas as áreas urbanas do Estado, apesar da grande parte da população residir na zona rural. Isso ocorreu não apenas em São Paulo, mas também em outros Estados brasileiros. É preciso entender essa política educacional, direcionada para o espaço urbano, como uma medida empreendida em busca de algo para além do atendimento da demanda por escolarização primária. Outros fatores foram considerados, como as pressões políticas, a relação custo/benefício, a aglomeração de crianças nas cidades, a

visibilidade pública da ação do Estado e os interesses de modernização e de manutenção da ordem social. A difusão da educação no meio rural compreendia um investimento oneroso e de enfrentamento de inúmeros obstáculos de natureza econômica, política e social, os quais o Poder Público do Estado de São Paulo não ousou enfrentar.

De qualquer modo, o Estado de São Paulo acabou por ser reconhecido como referência na modernização escolar, no início do século XX. O Presidente Bernardino de Campos, em mensagem enviada ao Congresso Legislativo, em 1896, chegou a dizer que *“a legislação paulista, quanto à instrução primária e secundária, é completa”*.

Souza (2011) lembra que a imagem de aparelho escolar moderno associada, sobretudo, à instrução primária paulista atraiu a atenção política, visibilidade e reconhecimento, favorecendo visitas comissionadas, viagens de estudo, elaboração e publicação de relatórios, entre outros impressos. O Partido Republicano Paulista, PRP, teve forte influência nesses resultados. É evidente, no entanto, que a universalização do ensino primário não foi alcançada, devido às precárias instalações das escolas primárias.

Segundo Costa (1983), a cidade de Rio Claro, no início da República, por ter uma representação do PRP, vivenciou essa primeira etapa da “euforia” de criação de escolas preliminares. Para a autora, na expansão da escola primária paulista é possível vislumbrar três fases, subperíodos, bem definidos.

Costa (1983) define o período de 1890 à 1895 como o de “euforia”, quanto a criação de escolas preliminares. A menor taxa anual de aumento de criação de escolas foi de 72,4%. Os Grupos Escolares tiveram forte influência nestes dados. *“A ideia de instrução popular ou os esforços para realizá-la intensificaram-se a partir do momento em que se pôde utilizar o Grupo Escolar como modalidade mais eficiente para ampliar a rede escolar”* (Costa, 1983, p.93) ⁴⁵.

O segundo período, de 1896 à 1914, Costa divide em dois triênios, também de avanço na construção de escolas, mas de forma moderada, 23,1% de crescimento na construção de escolas no primeiro triênio e 7,06% no segundo. O terceiro e último subperíodo, 1915 à 1919, foi o mais regular, cuja taxa mínima de crescimento foi de 2,2%, e a máxima de 4,4%.

Além da organização escolar e do ensino propriamente, as construções dos grupos escolares tinham uma função específica, carregavam em si um projeto de representação escolar, a imagem de uma escola urbana e para as massas.

⁴⁵ Grifos nossos.

Conforme mencionado anteriormente, mapeou-se a existência de três Grupos Escolares em Rio Claro no período de 1890 à 1920. O Grupo Escolar Joaquim Salles (Estadual), o Grupo Escolar Barão de Piracicaba (Municipal) e o Grupo Escolar Marcello Schmidt (Estadual). Deles, somente um, o primeiro, possuiu um prédio planejado nos moldes da arquitetura escolar republicana, ou seja, um lugar pensado para a educação.

2.1.1 Joaquim Salles, Barão de Piracicaba e Marcello Schimdt.

Os nomes dos Grupos Escolares estavam associados ao poder político local. O primeiro Grupo de Rio Claro recebeu o nome de Coronel Joaquim Salles, proprietário de fazendas de café e político que representou o Partido Republicano Paulista na região, foi Intendente Municipal, deputado e, na época da construção do 1º Grupo Escolar, seu irmão, Campos Salles, era o presidente da República. Joaquim Salles assinou a Ata de abertura do Grupo, recebendo sua homenagem em vida. Antonio Paes de Barros, o 1º Barão de Piracicaba, foi um dos fundadores da cidade de Rio Claro, doou o terreno para construção da Igreja Matriz e outras quadras para a formação da área urbana da cidade. Foi fazendeiro e homenageado pela cidade com a criação, em 1908, do Grupo Escolar Municipal, que recebeu seu nome. Coronel Marcello Schimdt foi um dos fundadores do Partido Republicano Histórico e opositor do Coronel Joaquim Salles. Participou ativamente da política ativamente, foi vereador, intendente e deputado. O 2º Grupo Escolar Estadual da cidade recebeu seu nome e funcionava em uma de suas propriedades, herdada do Visconde do Rio Claro, avô de sua esposa.

A relação dos nomes dos Grupos Escolares com os personagens importantes da cidade reforça a ideia de poder e ostentação então conferido à escola. Verdadeiros palacetes, as construções dos grupos escolares destacavam-se entre as mais imponentes da cidade.

O 1º Grupo Escolar Estadual de Rio Claro foi instalado em 1900, construído devido as solicitações de Joaquim Salles. A construção do prédio foi demorada, concluído apenas em 1904 foi concluída. O acordo entre o poder Municipal e o Estadual sobre a dotação orçamentária da construção foi fechado somente após várias trocas de correspondência. Em meados 17 de agosto de 1900, a Secretaria do Estado dos

Negócios do Interior, enviou uma correspondência à Câmara Municipal mencionando que ainda não era possível conseguir a verba para a construção do prédio.

Secretaria do Estado dos Negócios do Interior
São Paulo, 17 de agosto de 1900.

Sr. Presidente e mais membros da Câmara Municipal de Rio Claro.

Respondendo ao vosso ofício de 7 do corrente, em que solicitas o auxilio de duzentos contos de reis para construção de um prédio destinado ao Grupo Escolar ali instalado, declaro-vos que não contemplando o atual orçamento a verba destinada a esse fim, torna-se impossível ao Governo atender a essa vossa solicitação, além de que em contrário a ella é o dispositivo do Artigo 55 §3º do Decreto 518 de 11 de janeiro de 1898, que dá as Câmaras esse primeiros encargos, a que vos referi. Saúde e fraternidade.

Secretaria de Negócios⁴⁶.

O documento informa a impossibilidade de dispor da verba solicitada pelo poder municipal e menciona ainda o disposto no parágrafo 3, do artigo 55, do Decreto 518, de 1898⁴⁷, segundo o qual cabia ao município fornecer o prédio para a organização da escola.

Desde o início do período republicano, era esperada a construção do grupo escolar nas cidades do interior paulista. Em Rio Claro, os jornais publicaram uma série de artigos que relatavam a dificuldade de encontrar um espaço para a escola. Em 18 de setembro de 1901, o Jornal *O Alpha* noticiou que o Intendente da cidade estava tentando alugar o barracão de Marcello Schmidt, na Avenida 1, para o funcionamento do Grupo Escolar Joaquim Salles. Enquanto o prédio definitivo não ficava pronto, a escola, de fato, permaneceu no barracão de Marcello Schmidt, na Avenida 1.

O prédio da Avenida 1 passou por reformas e adaptações para receber provisoriamente o Grupo Escolar. Em janeiro de 1902, foi encaminhado ao Intendente Municipal o ofício referente às obras que já estava ocorrendo:

Cidadão

Tenho a honra de fazer chegar as mãos de V. Sr. o orçamento das obras que estão sendo executadas na casa onde vai funcionar o Grupo Escolar Joaquim Salles, de acordo com o plano do Sr. diretor do grupo e Justino Viana,

⁴⁶ Documento disponível no Arquivo Público de Rio Claro.

⁴⁷ Decreto n. 518, de 11 de janeiro de 1898. **Artigo 55.** Nas sédes de municipio em que houver pelo menos seis escolas, no raio fixado para a obrigatoriedade, o Governo poderá reunil-as e fazel-as funcionar em um só predio. § 1.º Cada grupo escolar poderá comportar até ao numero maximo de dez escolas de ambos os sexos e funcionará sob uma só direcção, mas com completa separação de sexos. § 2.º Quando não for possivel reunir no mesmo predio, por não ter este a necessaria capacidade, as escolas de ambos os sexos, poderá o grupo ser dividido em duas secções - masculina e feminina, e funcionar em predios differentes; neste caso, a direcção da secção feminina poderá ser confiada a uma professora. § 3.º Os grupos escolares serão de preferencia creados pelo Governo, nas sédes de municipio, cujas municipalidades fornecerem os predios adaptados ao seu regular funcionamento. § 4.º Quando a qualquer grupo escolar faltarem os elementos necessarios para a sua manutenção e regular funcionamento, poderá ser elle supprimido pelo Governo.

inspetor escolar do Governo Estadual, que foram autorizados pelo ex-intendente municipal.

Saúde e fraternidade.

Cidadão Mariano de Siqueira – Intendente Municipal de Rio Claro.

Rio Claro, 15 de janeiro de 1902.

Braziliano Machado da Cruz.

Nota do orçamento das obras necessárias na casa da Av. 1, onde vai funcionar o Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles.

Demolição de três paredes e seus respectivos concertos. Construção de três tabiques de madeira e divisão também de madeira, com 8 portinhas, sendo duas com chave e outras com ferro pedreses, para as latrinas que deverão ser ladrilhadas e assimentadas internamente. Todas as divisões pintadas a óleo. Abertura no forro das latrinas. Caição dos cômodos estragados, menos a dispensa e a cozinha. Pintura dos vidros debaixo da vidraça que deem para avenida e para a rua. As vidraças deverão descer todas. 6 quadros negros de madeira (...) tirar as goteiras da casa (...). Tudo 1:650\$000.

Rio Claro, 15 de janeiro de 1902.

Braziliano Machado da Cruz.

Em tempo: este orçamento ficarão 1:500\$000, deixando-se de fazer as divisões de tábuas nas salas, conforme ordenado ultimamente o inspetor escolar do governo Justino Vianna.

Rio Claro, 15 de janeiro de 1902.

Braziliano Machado da Cruz⁴⁸.

Em 1902, no dia 05 de fevereiro, *O Alpha* noticiava, na primeira página, que a Câmara Municipal da cidade oferecia ao governo do Estado, para a construção do Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles, o terreno ocupado pelo velho cemitério da cidade, também localizado na área urbana central. No entanto, o Dr. Secretário da Agricultura, em ofício dirigido a mesma câmara, declarou que o governo ainda não havia se decidido sobre o assunto.

O jornal da cidade referia-se de modo recorrente à demora da construção do prédio do grupo escolar de Rio Claro e noticiava as inaugurações dos grupos escolares das cidades vizinhas, causando o encaminhamento de comentários dos leitores ao jornal, com pedidos de comprometimento dos políticos e de agilidade nos processos da cidade.

A criação de uma Escola Normal, para a formação de professores no interior paulista, também virou objeto de debate na cidade de Rio Claro. Ainda em 1902, antes mesmo do término da construção do primeiro grupo escolar, o jornal já noticiava a necessidade de criação de uma escola complementar para atender à demanda de formação de professores:

O digno do correspondente do correio Paulistano, nesta cidade iniciando a reabertura do grau escolar Coronel Joaquim Salles, faz notar ser enorme o

⁴⁸ O documento encontra-se no Arquivo Público de Rio Claro.

número de matriculados, muito superior no que competem aos respectivos professores lembrando a criação de um novo grupo nesta cidade fez nestes termos: A propósito, percebemos que o número de matriculados é enorme, muito superior ao número de seus professores, o que nos leva a dizer que seria de grande alcance, a criação de mais um grupo escolar nesta cidade. Neste fato está indicado a honra do governo do Estado a necessidade palpitante de criar nesta uma escola complementar, de modo a argumentar o número de professores tão inferiores as necessidades da instrução do Estado. (O Alpha, 02/02/1902).

No entanto, a escola a que se refere a notícia foi criada em Piracicaba. Em março de 1902, foi publicada a resposta do governo estadual quanto à criação do Grupo Escolar de Rio Claro: *“O Dr. Bento Bueno, secretário do interior, declarou aceitou o oferecimento feito pelo município desta cidade, do terreno ocupado pelo velho cemitério, no centro da cidade, para ser aproveitado na construção do grupo escolar Coronel Joaquim de Salles”* (O Alpha, 14/02/1902) ⁴⁹. Em 15 de novembro do mesmo ano, a cidade tem a resposta da dotação orçamentária *“A superintendência de obras públicas foi autorizada a desembolsar a quantia de 50.000\$000 com o início das obras de construção de um edifício destinado ao grupo escolar desta cidade”*. (O Alpha, 15/11/1902).

As construções terminam em 1904 e o então diretor do grupo, Joaquim A. Ladeira, envia um ofício à Câmara Municipal, devolvendo as chaves do prédio que ocupava. No mesmo ano, a escola passa a funcionar com dez salas. No ofício, fica evidente a participação do poder municipal no auxílio da manutenção das escolas.

Grupo Escolar “Coronel Joaquim Salles”

Rio Claro, 20 de abril de 1904.

Nº. 27.

Cidadãos,

Comunicando a esta benemérita corporação Municipal, a mudança desse Grupo Escolar para o edifício próprio do Estado, tenho a distinta honra de remeter as chaves do prédio instalado a Avenida Um, onde funcionara este estabelecimento de ensino e subvencionado por essa ilustre corporação, e agradecer em nome do Governo do Estado esse valioso auxílio prestado à instrução pública desta cidade.

Saúde e fraternidade.

Ilustres cidadãos Coronel Presidente e mais membros da Câmara Municipal desta cidade.

O Diretor,

Joaquim A. Ladeira⁵⁰.

⁴⁹ Grifos nossos.

⁵⁰ Documento disponível no Arquivo Público de Rio Claro.

A planta inicial do Grupo Escolar Joaquim Salles pode ser observada na figura abaixo. A construção seguiu o modelo indicado no Anuário de ensino, com salas grandes, ventiladas, simetricamente dividido para alas masculinas e femininas. Diferente das primeiras escolas projetadas, as salas do 4º e 5º ano eram menores, devido à evasão dos alunos. A escola já contava com uma biblioteca interna e sanitários. Observa-se ainda que, no período estudado, não foram encontradas matrículas de alunos do 5º ano, embora na planta baixa conste uma sala de aula destinada para essa série.

Figura 9: Planta Baixa do Grupo Escolar Joaquim Salles (1900)

Fonte: Corrêa, 1991, p.43.

O prédio, segundo o Anuário de Ensino de 1907, teria sido projetado pelo engenheiro Paulo Ramos. Em outras fontes, o projeto aparece sob a responsabilidade de José Van Humbeeck, arquiteto dos quadros da Superintendência que assinou, a partir do século XX, um grande número de plantas e ampliações de prédios escolares, com acomodações de oito classes em dois pavimentos na planta original e, depois, para doze salas.

Para Wolff (2010), os trabalhos de Van Humbeeck reafirmavam os modelos arquitetônicos produzidos por Ramos de Azevedo e por Victor Dubugras. Os prédios

tinham características bem comuns: simetria das plantas, dois pavimentos, oito salas de aula do mesmo tamanho, seção masculina e feminina, duas salas para administração⁵¹.

Será marca comum, sem exceção, a todos os primeiros prédios de grupos escolares, serem construções resolvidas em dois pavimentos. Um eixo de simetria perpendicular à fachada dividia o terreno, inclusive nos recreios posteriores, destinando-se cada metade a alunos e alunas. No interior do prédio, a separação das alas feminina e masculina se efetiva nos pavimentos. (WOLFF, 2010, p. 162).

A figura 10 apresenta a fachada do Grupo Escolar Joaquim Salles. É possível observar a grandiosidade do prédio e sua simetria, com entradas laterais, uma reservada aos meninos e outra as meninas. Segundo as atas escolares do período, no início do funcionamento da escola, meninas e meninos não se encontravam, já que estudavam em turnos específicos, os meninos no período da manhã e as meninas no período da tarde. Anos mais tarde, a demanda de alunos e a paralisação na construção de prédios escolares, fez com que meninos e meninas passassem a partilhar o mesmo turno. Entretanto, primeiro, ainda em classes diferentes, apenas, adiante, em classes mistas.

Figura 10: Grupo Escolar Joaquim Salles

Fonte: Corrêa, 1991, p 45.

A estrutura escolar expressa muito mais do que os olhos podem ver. Os Grupos Escolares eram tão importantes como as Igrejas, e seus prédios se destacavam nas construções das cidades.

Segundo Faria Filho (2000), no mundo da educação, os Grupos Escolares podem ser entendidos como o lugar de realização da forma capitalista de conceber e organizar o

⁵¹ Cabe acrescentar que, ainda segundo Wolff (2010), nesse período, os municípios se viram envolvidos numa corrida pela obtenção do grande prêmio de favorecimento, receber um prédio escolar.

trabalho, principalmente, fabril. O movimento que institui os Grupos Escolares, por sua vez, pode ser identificado como o que busca progresso, a superação do atraso.

Dessa forma, o espaço da escola se torna o lugar de praticar o ensino. Para Certeau (1994, p. 202), o “*espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, a circunstanciam, o temporalizam e levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais*”⁵². O grupo escolar organiza o espaço e o tempo da instrução. Ou seja, a escola para os centros urbanos deveria ser uma construção imponente, que produzisse impactos, nisso os grupos escolares; já, para as zonas rurais e espaços não urbanizados, as escolas isoladas eram a solução.

Um fragmento de um artigo do Jornal Diário de Rio Claro, de 1960, em coluna intitulada “*Rio Claro vai crescendo*” ilustra a importância dos grupos escolares ainda nesse período. Aqui, novamente, os grupos escolares são associados à ideia de modernidade:

Rio Claro está, na verdade, crescendo, o que significa dizer, Rio Claro está progredindo. Todos os empreendimentos documentando esse avanço em suas linhas gerais, os rioclarenses deixaram de ‘ouvir’, apenas porque agora estão ‘vendo’ que a cidade está crescendo.

Hoje temos mais uma alvissareira notícia: em solenidade realizada na manhã de ontem, no Palácio dos Campos Elísios, o nosso Prefeito Municipal Sr. Francisco Scarpa e nosso dinâmico deputado, o parlamentar que vem cuidando dos problemas de sua e de nossa terra, com carinho todo especial, tiveram a satisfação de receber o Sr. Governador Carvalho Pinto a primeira parcela da importância monetária destinada à construção do Grupo Escolar no Horto Florestal da Cia Paulista. (Diário do Rio Claro, 13/09/1960).

É notória a busca pelo progresso e pela modernidade; as construções imponentes sempre foram indícios dessa busca. Como menciona o artigo, era necessário “ver”, pois todos já tinham “ouvido” as notícias do progresso. O progresso, então, estava associado aos espaços construídos — ideia ainda presente em nossos dias, neste caso, aos grupos escolares.

O segundo Grupo Escolar Estadual foi instalado somente em 1911 e recebeu o nome de “Marcello Schmidt”. O prédio da Escola Marcello Schmidt foi construído por Amador Rodrigues Lacerda Jordão, Barão de São João do Rio Claro. Foi propriedade de José Estanislau de Oliveira, o Visconde de Rio Claro, que residiu no local até falecer. Em 1892, a casa foi cedida em testamento à neta do visconde de Rio Claro, Clementina Eugênia de Oliveira, casada com Marcello Schmidt. Até 1903, o prédio foi cedido para

⁵² Grifos nossos.

o funcionamento do grupo escolar Joaquim Salles. Em 1911, o segundo grupo foi instalado no local. Em 1929, a escola recebeu o nome de Marcello Schmidt, em homenagem ao último proprietário, na época, já falecido. No prédio funciona até hoje uma escola municipal.

Fotografia 7: Grupo Escolar Marcello Schmidt

Fonte: Arquivo Público Histórico – Oscar de Arruda Penteado – Rio Claro

Diferente do 1º Grupo Escolar Estadual, esse prédio tinha apenas um pavimento e foi uma construção adaptada para funcionar como escola. O Grupo Escolar Marcello Schmidt estava localizado no espaço central da cidade, organizando a urbanização local.

Do Grupo Escolar Municipal “Barão de Piracicaba”⁵³ não há muitos registros. Nas estatísticas escolares, publicadas pelo Anuário de Ensino Paulista, aparece pela primeira vez em 1913, no item “Estabelecimentos Mantidos Pela Municipalidade”, com a nomenclatura “Grupo Escolar Barão de Piracicaba”. O início de seu funcionamento foi em 1908, com a reunião de quatro escolas municipais que já funcionavam na área central da cidade. O jornal *O Alpha* também noticiava a abertura do ano letivo, as chamadas para matrícula, os exames e as festividades escolares de 1908 à 1920, período que compreende essa pesquisa. No arquivo da cidade de Rio Claro, foi possível localizar uma única imagem da escola. As notícias, contudo, permitiram concluir que o grupo ficou ativo por muitos anos.

⁵³ Segundo dados dos Anuários, o Grupo Escolar Municipal Barão de Piracicaba passa a ser escola reunida em 1911. Em 15 de janeiro de 1947, pelo Decreto Estadual 16.720, foi nomeado o 4º Grupo Escolar de Rio Claro “Barão de Piracicaba”, localizado na rua 8 com avenida 32.

O Grupo Escolar “Barão de Piracicaba” ao encerrar suas aulas no dia 12, realizou uma festa escolar numa das salas daquele estabelecimento, obedecendo ao seguinte programa Hymno Nacional, cantado por todos os alunos. Hymno à Tiradentes, além de um sarau. (O Alpha, 15/06/1913, p.3)

As notícias do jornal não fazem menção ao endereço do prédio, mas ofícios da Câmara Municipal mencionam que esse grupo foi organizado a partir das escolas municipais já existentes no centro da cidade, e inicialmente funcionou no prédio na Rua São Benedito (Rua 2), doado pelo próprio 2º Barão de Piracicaba.

Fotografia 8: Grupo Escolar Barão de Piracicaba

Fonte: Arquivo Público Histórico – Oscar de Arruda Penteado – Rio Claro

Quanto às iniciativas públicas para a construção de grupos escolares, pode-se dizer que elas não foram aceleradas em todo estado. Segundo informações publicadas no jornal *O Alpha*, em 1905, a situação dos grupos escolares no Estado de São Paulo era precária:

Ensino Público

Até o fim do ano de 1904, existiam no Estado 62 grupos escolares, dos quais 27 funcionavam em prédios especialmente construídos, 8 em prédios próprios adaptados, 7 em prédios alugados pelo Estado, 19 em prédios oferecidos pelas Câmaras Municipais e 1 oferecido por particular.

Desses grupos, 33 têm denominações especiais, 2 funcionam somente com a secção feminina e 3, com a masculina (O ALPHA, 12/02/1905, p. 2).

Embora o número de construções nos anos de 1920 chegasse a 195, elas estavam concentradas na Capital. Portanto, não foram todos os municípios que abrigaram esse

tipo de construção, o que evidencia a importância da escolha da cidade de Rio Claro como local de pesquisa. Em seu livro “Arquitetura Escolar Paulista 1890-1920”, Corrêa menciona que, dos 195 grupos escolares do estado de São Paulo, apenas 106 foram construídos segundo os moldes da arquitetura escolar paulista. Os outros 89 prédios que funcionaram neste período como grupo escolar estavam organizados em casarões alugados ou cedidos, adaptados para a finalidade da educação.

Em 1910, conforme dados do Anuário de Ensino, no Estado de São Paulo havia 103 Grupos Escolares, 26 na Capital e 77 no Interior. Esses grupos, juntos, possuíam 53.445 alunos matriculados. No mesmo ano, o Estado de São Paulo contava 1.161 escolas isoladas, 84 na Capital e 1.077 no Interior, com um total de 43.908 alunos matriculados.

Logo, no caso do interior paulista, de fato, é possível perceber a importância da participação das escolas isoladas na escolarização primária. A tabela a seguir expressa o número de construções de Grupos Escolares seguindo os moldes da arquitetura escolar republicana. Nota-se que poucos foram os prédios construídos para essa finalidade em todo o Estado.

Tabela 11: Grupos Escolares no Estado de São Paulo – 1890-1920

Construções - Arquitetura escolar paulista	
Ano	Nº de Construções
1894	1
1895	10
1896	4
1897	2
1901	6
1902	2
1905	7
1908	1
1909	16
1910	17
1911	27
1912	1
1913	1
1917	5
1919	6
Total	106

Fonte: Corrêa, 1981.

No período da pesquisa 1889 – 1920, a cidade de Rio Claro contou apenas com um grupo escolar, construído segundo o modelo da arquitetura escolar paulista, conforme já foi mencionando. Analisando a tabela anterior e os dados do Anuário Paulista, foi possível realizar um quadro quanto ao investimento de construções no Estado e o número de Grupos Escolares que funcionaram em prédios alugados ou cedidos, adaptados para estabelecimentos escolares.

Tabela 12: Grupos Escolares do Estado de São Paulo – 1894-1920

Ano	Nº de Construções	Nº de Grupos do Estado	Nº de Grupos em prédios alugados ou cedidos adaptados
1894	1	1	0
1895	10	11	0
1896	4	15	0
1897	2	17	0
1898	--	38	21
1899	--	34	17
1900	--	45	28
1901	6	49	26
1902	2	51	26
1903	--	58	33
1904	--	62	37
1905	7	68	36
1906	--	72	40
1907	--	76	44
1908	1	81	48
1909	16	92	43
1910	17	102	36
1911	27	110	17
1912	1	114	20
1913	1	129	34
1914	--	148	53
1915	--	157	62
1916	--	162	67
1917	5	170	70
1918	--	171	71
1919	6	187	81
1920	0	195	89

Fonte: Costa (1983) e Anuários de Ensino.

Segundo Wolff (2010, p. 173), o planejamento e a distribuição para os municípios dos grupos escolares não seguia critérios baseados em censos populacionais

ou na demanda por instrução. Mas, ao menos, a chegada do grupo escolar, salvo exceções, se mostrava proveitosa. *“Atenuando os resultados precários que esse procedimento poderia acarretar, pesa o fato de que essas escolas, tão ansiosamente esperadas, raramente permaneciam ociosas em algum lugar”*. Diante da escassez de verba para construções de prédios de tal magnitude, as construções obedeciam duas regras: as pressões políticas, a doação de terrenos pelos municípios e a contribuição financeira dos mesmos para a construção da escola.

Como nem todos os municípios do estado foram contemplados com a construção de grupos escolares, as escolas isoladas apresentavam-se como uma alternativa útil a demanda por escolarização primária. A sua implementação era muito menos onerosa, uma vez que dispensava a construção de prédios próprios ou de grandes adaptações. Assim, foram criadas em larga escala em todo o estado.

Rio Claro, como outras cidades do interior, como se disse, também contou com um número significativo de escolas isoladas, tema do próximo item.

2.2 Escolas Isoladas em Rio Claro

Com a proclamação da República e a ênfase da escolarização primária, as escolas isoladas tiveram um significativo crescimento, principalmente nas cidades do interior paulista.

Campos Salles, em 1897, em mensagem enviada à Assembleia Legislativa, menciona que existiam, na época, 2.246 escolas, 1.290 preliminares, 400 intermédias e 556 provisórias. O maior problema sempre foi o provimento das escolas. Do total de escolas, 1.013 estavam vagas, ou seja, sem professores e não funcionando.

Em 1901, quando os grupos escolares já haviam sido criados, Francisco de Paula Rodrigues apresentou, em mensagem enviada à Assembleia Legislativa, um quadro diferente das escolas isoladas no Estado de São Paulo. Segundo ele, existiam 2.558 escolas isoladas, das quais 524 providas. Do total de escolas isoladas, 547 haviam sido municipalizadas. Ademais, 11 grupos escolares haviam sido criados, absorvendo várias escolas isoladas.

Essas escolas, assim como os grupos escolares, também podiam ser criadas e mantidas pela municipalidade. Neste cenário, em Rio Claro, foram localizadas 65 escolas isoladas, 53 estaduais e 12 municipais. Das estaduais, uma era noturna e outra

estava vinculada ao setor da agricultura. As municipais estavam diretamente relacionadas à Câmara Municipal, responsável pela sua manutenção.

João Lourenço Rodrigues, no relatório de 1908, enfatizava que “(...) *as municipalidades diretamente interessadas na difusão do ensino pelas populações rurais, poderiam muito bem vir em auxílio ao Estado, com quantia necessária para este aumento de despesas. Pedir isso não seria demais*” (p.95). Acrescenta a sugestão de criação de decretos municipais para provimento de professores para as escolas isoladas, como já havia, em alguns municípios, para os Grupos Escolares.

O quadro a seguir, elaborado por Costa (1983), apresenta a evolução das escolas isoladas no estado de São Paulo. Embora o número das escolas fosse grande, é preciso atentar para o fato de que criá-las não significou torná-las todas providas. Costa (1983) e Souza (2012) destacam as dificuldades de encontrar professores dispostos a enfrentar as especificidades de ensino e de sobrevivência nas zonas rurais e nas regiões de povoamento recente. Além da precariedade das instalações físicas da escola, não havia residência para os professores.

Tabela 13: Criação de Escolas Isoladas – Estado de São Paulo – 1890-1919

Ano	Nº de criações	Criações Acumuladas	Taxa Anual de Crescimento (%)
1890	1	1	-
1891	1	2	100
1892	165	167	8.250
1893	121	288	72,4
1894	4	292	1,3
1895	519	811	177,7
1896	283	1.094	34,8
1897	143	1.237	13
1898	266	1.503	21,5
1899	63	1.566	4,1
1900	90	1.656	5,7
1901	68	1.724	4,1
1902	50	1.774	2,9
1903	54	1.828	3
1904	24	1.852	1,3
1905	111	1.963	5,9
1906	155	2.118	7,8
1907	122	2.240	5,7
1908	135	2.375	6
1909	159	2.534	6,6
1910	268	2.802	10,5
1911	143	2.945	5,1

1912	286	3.231	9,7
1913	228	3.459	7
1914	195	3.654	5,6
1915	156	3.810	4,2
1916	171	3.981	4,4
1917	155	4.136	3,8
1918	91	4.227	2,2
1919	190	4.417	4,4

Fonte: Costa, 1983, p.92.

O estabelecimento de leis autorizando a criação de escolas isoladas no Estado de São Paulo era um procedimento trivial nos despachos da Assembleia. No entanto, menos da metade dessas escolas chegaram a ser providas. No quadro anterior, é possível observar as fases de expansão do ensino primário paulista, no tocante as escolas isoladas. Segundo Costa (1983), os seis anos iniciais mostram uma “euforia” na criação de escolas preliminares, de acordo com as metas da República. De 1896 à 1898 há um aumento moderado na criação de escolas. Em seguida, tem-se os menores índices de crescimento. Apenas a partir de 1905 esses índices se modificam. De 1905 à 1914, há um período de recuperação do crescimento escolar e, finalmente, entre os anos de 1915 e 1919 as taxas de crescimento são mais regulares.

A oscilação dos percentuais de crescimento do número de criação de escolas, em parte, é reflexo do conflito referido por Antunha (1976), quanto aos aspectos quantitativos e qualitativos do desenvolvimento do ensino primário, mas também deriva da forma aleatória pela qual a política educacional decidia pela criação das escolas.

A legislação, previa a criação de unidades escolares independentes, de mestre único, destinadas a um ou outro sexo, em localidades onde houvesse de 20 a 40 alunos matriculáveis, ou uma escola mista, nos lugares onde o número de alunos matriculáveis fosse inferior a 20, ou, ainda, uma escola preliminar noturna, quanto houvesse frequência provável de 30 adultos (COSTA, 1983, p.94).

Segundo Costa (1983), o sexo e o volume da população eram os únicos critérios para a criação de escolas, ou seja, nenhuma outra disposição legal diferenciava uma escola da outra, como a localização, o provimento, a clientela, a duração do curso, o programa de ensino, entre outros aspectos. Somente em 1909, estabeleceu-se essa distinção entre as escolas localizadas na zona rural e as demais escolas isoladas.

Em Rio Claro, por meio da consulta ao acervo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, foi possível mapear todas as leis e decretos que deram origem à escolas isoladas na cidade. Das 4.417 escolas isoladas criadas no Estado de São Paulo,

52 se localizavam em de Rio Claro. Costa (1983) afirma que, dessas escolas existente no Estado, 43% eram masculinas, 29% femininas e 28% mistas. Tais dados revelam, assim, a predominância da criação de escolas masculinas, uma pequena participação do elemento feminino e a confirmação da mentalidade da época, desfavorável à coeducação dos sexos.

A tabela a seguir ilustra o movimento de abertura das escolas em Rio Claro. Aqui, vê-se regularidade nos índices. A exceção refere-se ao ano de 1916, no qual foram abertas dez escolas de uma só vez. Comparados esses dados aos dos grupos escolares, fica evidente que cabia à modalidade de escolas isoladas a responsabilidade pela escolarização.

Tabela 14: Abertura de Escolas Isoladas Estaduais em Rio Claro – 1889-1918

Ano	Quantidade
1889	3
1892	3
1893	3
1899	2
1900	4
1901	4
1905	1
1907	3
1909	4
1911	2
1913	4
1914	6
1915	1
1916	10
1918	2
TOTAL	52

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

A localização e a destinação (masculina, feminina ou mista) dessas escolas eram estabelecidas pela lei que as criava. A lei estabelecia, por exemplo, o bairro ou o distrito em que seriam localizadas. No entanto, o endereço dessas escolas não era preciso. A localização precisa dependia do professor, responsável por encontrar um espaço para alugar e dar início as atividades. Foi possível mapear as escolas que publicavam nos jornais da cidade os seus exames escolares e indicavam o endereço em que estavam estabelecidas, como será apresentado no capítulo quatro.

Em 1889, por meio da Lei nº 4, foram criadas uma escola para o sexo masculino, no bairro de Cordeiros, e outras duas escolas mistas, uma, no bairro de Santa Cruz da Invernada, e outra, na estação de Morro Pelado.

Em 1892, a Lei 101 estabeleceu a criação duas escolas, uma masculina e uma feminina, ambas no bairro de Annapolis, e outra feminina, no bairro Santa Cruz. Por meio da Lei 247, de 1893, a escola mista do bairro Santa Cruz da Invernada foi substituída por duas escolas, uma para cada sexo.

Em 1899, a Lei 613 transfere a escola do bairro de Cordeiros para o município de Limeira e cria, no bairro Samambaia, de Rio Claro, duas escolas, uma para cada sexo.

No ano de 1900, foram criadas quatro escolas pela Lei 706, duas masculinas e duas femininas na cidade e bairro da Boa Morte. Itaquery da Serra, Santa Cruz do Passa Cinco, Santa Gertrudes e Itirapina ganham escolas mistas, a partir de 1901, com a Lei 813.

Em 1905, mais uma escola mista foi criada em Itaquery da Serra, pela Lei 981. O bairro da Cabeça ganhou uma escola mista, em 1907, com a Lei 1066.

Santa Gertrudes e o bairro do Quilombo passaram a ter escolas mistas, a partir de 1907, pela Lei 1119. Em 1909, mais três escolas foram abertas, uma masculina e uma feminina, no bairro Cidade Nova, e uma mista, no Bairro dos Lopes (Lei 1182). No mesmo ano, Manoel Joaquim de Albuquerque Lins criou cinquenta escolas masculinas noturnas no Estado, das quais uma em Rio Claro, por meio da Lei 1195.

Dois anos mais tarde, foram criadas pela Lei 1297 mais três escolas no município, uma masculina no bairro da Boa Morte, uma feminina na Santa Cruz e uma mista no bairro dos Lopes.

O bairro do Quilombo conseguiu mais duas escolas em 1913, pela Lei 1401, uma masculina e outra feminina. A mesma lei criou também duas escolas mistas, uma no bairro Samambaia e outra na Cidade Nova, e converteu em escola masculina a escola mista de Santa Gertrudes.

Em 1914, a Lei 1430 criou uma escola masculina e uma escola feminina no bairro do Morro Grande. No mesmo ano, pela Lei 1452, foram criadas mais quatro escolas mistas, duas no bairro Cidade Nova e duas no bairro Santa Cruz. A Fazenda Santa Ignácia, recebeu em 1915 uma escola mista para funcionar como centro agrícola (Lei 2555).

Em 1916, dez escolas foram criadas pela Lei 1540, duas masculinas, localizadas nos bairros da Santa Cruz e Morro Pelado e oito femininas, nos bairros de São Benedicto, Boa Morte, Cidade Nova, Samambaia, Lavapés, São Vicente, Sobrado e Santa Gertrudes.

Itaquery da Serra conseguiu mais duas escolas mistas em 1918, Lei 1642, por iniciativa do governo estadual, no município de Rio Claro. Como o grupo escolar, as escolas isoladas poderiam ser criadas também por iniciativa municipal. Assim, a prefeitura de Rio Claro criou uma série de escolas para atender a população local.

Das iniciativas estaduais, no período de 1889 a 1920, Rio Claro possuía um conjunto de 52 (cinquenta e duas) escolas isoladas, conforme tabela anterior. Sendo uma delas escola noturna⁵⁴.

As escolas noturnas faziam parte da Reforma do Ensino de 1892, eram destinadas à população operária, principalmente do sexo masculino, maiores de 16 anos. Esse fato coincidia com o fortalecimento da atividade industrial manufatureira que já se anunciava no Estado de São Paulo e adquiriu maior importância a partir de 1910. Em Rio Claro, essa escola atendia, sobretudo, os operários da Cia Paulista (estrada de Ferro), além de trabalhadores de outras indústrias da cidade, como Cervejarias, Tecelagens, entre outras.

As escolas isoladas sempre foram alvo de muitas críticas, porque não dispunham do mesmo espaço e aparelhamento dos grupos escolares. É frequente encontrar relatos de precariedade relacionados às escolas isoladas. O próprio governo atestava a falta de verbas para prover essas escolas.

Falta de Verba

O governo do Estado, por falta de verba, não proverá neste ano nenhuma escola isolada, deixando de atender a qualquer pedido de inscrição.

Existem até ontem providas 1.020 dessas escolas, não se verificando nunca tão grande número de provimento com neste ano (O ALPHA, 03/10/1906, p.3).

Para Wolff (2010), as escolas isoladas eram tão precárias ou provisórias que jamais geraram espaços especificamente criados para elas. Dessas observações, pode-se concluir que vários aspectos da improvisação do sistema imperial de ensino ainda se mantinham.

No Relatório da Secretaria do Interior, elaborado por Dino Bueno, no período de 1896-1897, encontram-se considerações tais como:

⁵⁴ As escolas noturnas eram consideradas escolas isoladas.

As escolas (isoladas), com poucas exceções, estão mal instaladas: salas acanhadas, sem conforto, sem higiene e muitas delas mesmo sem área para recreação dos alunos. Isto se explica: salas espaçosas, sobretudo em alguns bairros, só podem pertencer a casas abastadas, e os proprietários ou inquilinos de tais casas dificilmente consentem em alugar salas para escola (...) Natural é pois, que os professores não achando para alugar salas amplas arejadas, instalem suas escolas naquelas que podem obter, cujos aluguéis estão mais ao alcance dos seus vencimentos. E exigir mais não seria razoável. (Relatório da Secretaria do Interior, 1896-1897, p. 29-30).

O conteúdo das considerações de Miguel Carneiro Júnior, inspetor escolar, no Anuário de 1908, corrobora o teor das informações de Dino Bueno. No Anuário, as escolas isoladas são descritas como mal instaladas em salas acanhadas, sem luz e ar. O fornecimento de material escolar para essas escolas não era regular. A maioria dessas escolas recebia apenas alguns livros didáticos e o livro de escrituração. Sem material adequado, em salas apertadas, com crianças acumuladas, não era possível conseguir um ensino regular, com rendimento satisfatório. Menciona o inspetor considerar que *“sem querer contestar a legitimidade do auxilio que o governo dá a estabelecimentos particulares de ensino, parece-me melhor seria empregada essa verba de subvenções na instalação e provimento de material das escolas isoladas”* (p.67).

Antonio Morato de Carvalho, inspetor de ensino, no Anuário de 1908, menciona a falta de higiene como característica das escolas isoladas e a falta de homogeneidade no emprego de métodos e processos mais convenientes à transmissão de conhecimentos aos alunos.

João Chrysostomo B. Reis Junior, inspetor de ensino, também do município de Rio Claro, ainda no Anuário de 1908, afirma que, uma vez mais, que as escolas isoladas, em sua maioria, eram mal instaladas e desprovidas de materiais e que, em sua grande maioria, não apresentavam resultado minimamente aceitáveis. O inspetor ainda acrescenta outro elemento ao quadro descritivo da situação das escolas isoladas. Veja-se:

É a substituição de professores, em caso de licença, por leigos, pessoas sem a mínima responsabilidade efectiva e, em geral, sem a mínima competência. Penso que, nos casos de licença do professor, será preferível o fechamento da escola, a sua entrega a pessoas inhabil, sem a mínima competência e sem escrúpulos, como geralmente se observa, e sem responsabilidade (SÃO PAULO, 1908, p. 31).

René Barreto, inspetor de ensino, no mesmo Anuário, reafirmava que as escolas isoladas, na Capital ou no interior, não dispunham de material escolar necessário ou de salas apropriadas, dificultando a missão do professor.

O próprio inspetor apresentava a classificação dos dois grupos das escolas isoladas (mistas e femininas ou masculinas), os quais foram localizados na cidade de Rio Claro.

1º Escolas mistas: com o cursos de dois anos, isto é, para o ensino de duas classes; três horas diárias, 8 as 11 da manhã, regidas exclusivamente por professoras.

2º a) Escolas femininas: com o curso também de dois anos, para continuar o ensino das alunas promovidas das escolas mistas. Funcionarão quatro horas por dia, sendo ministrado o ensino a uma classe das 8 às 10 horas da manhã, e a outra classe, de meio dia às 2 horas da tarde. Regidas só por professoras.

b) Escolas masculinas: para alunos promovidos das escolas mistas, obedecendo em tudo ao plano das escolas de igual tipo feminino. Regidas só por professores. (SÃO PAULO, 1908, p.83).

O Anuário de 1909 indica a presença de 1.333 escolas isoladas no interior do Estado. Em Rio Claro, elas eram, responsáveis por 430 alunos de ambos os sexos, representando 26% da população matriculada nas modalidades de escola.

Em 1910, o inspetor escolar José Monteiro Boanova destacava que as escolas isoladas tendiam a desaparecer dos centros populosos, sendo anexadas aos Grupos Escolares. Em Rio Claro, essa tendência pode ser sentida em 1918, com a reunião de três escolas estaduais, uma masculina, da Boa Morte, uma feminina, da Cidade Nova e uma mista, também da Cidade Nova, anexadas ao Grupo Escolar Joaquim Salles.

No mesmo ano, B. M. Tolosa, também inspetor de ensino, enfatizava que as escolas isoladas levavam uma existência precária, dificilmente reuniam casa, móveis, material escolar, alunos e professores. Quanto à situação do professor, acrescentava:

Ora os professores queixam-se da falta de alunos, ora da falta de materiais, ora de perseguições políticas, e quanto não tem mais alegações a fazer contra tudo e contra todos, queixam-se das colheitas, que desviam os alunos das escolas. Mas ao meu ver, entre muitas cousas prejudiciais para a vida das escolas isoladas, esta a instabilidade dos professores de bairro: estes, em geral, vão para os bairros mais com o fim de iniciar carreira que cuidar de sua única e especial missão de ensinar e educar. (SÃO PAULO, 1910, p. 107).

As queixas, quanto à carreira docente e a remoção dos professores nas escolas isoladas, eram frequentes. O texto anterior, do inspetor Tolosa, menciona também as perseguições políticas. No arquivo de Rio Claro, foram encontradas diversas cartas enviadas aos deputados Joaquim Salles e Marcello Schmidh solicitando favores políticos, tais como transferências de professores de escolas isoladas para grupos escolares e de outras cidades para Rio Claro.

São Paulo, 20/10/26
Amigo Cel. Marcello

Saudações

Há tempos quando o amigo andou aqui em S. Paulo, pedi-lhe um lugar no desdobramento do Grupo Escolar de Ityrapina, para minha noiva – Conceição Algodoal, que atualmente esta lecionando em Quatá na linha Sorocabana. Como lá é um lugar sem recursos e além de tudo muito longe, o amigo prometeu-me remove-la para este novo periodo que vão criar no grupo de Ityrapina, para o ano de 1927. Tenho certeza que o amigo não há de esquecer de sua promessa e agradecendo-lhe antecipadamente sou com muito estima e consideração amgio. Att, Tito de Siqueira Campos. Caixa Postal – 2268⁵⁵.

Outros muitos documentos similares foram encontrados, assim como documentos que colocavam à disposição cargos em escolas isoladas ou em grupos escolares, em troca de favores políticos. Com a mudança constante de professores nas escolas isoladas, a população não estabelecia vínculos com essas instituições, mesmo porque, muitas vezes, elas ficavam vagas. Na maioria das vezes, os professores permaneciam em cada localidade, no máximo, de um a dois anos, período durante o qual não deixavam de tirar licenças e afastamentos⁵⁶.

Segundo o inspetor Moysés Horta de Macedo, no Anuário de 1910, nas escolas isoladas a escassez era completa. O professor se via obrigado a distribuir, ao mesmo tempo, a atenção pelas muitas classes em que os alunos se achavam agrupados. Faltava material para realizar os programas das disciplinas; as classes não atendiam às condições pedagógicas e higiênicas. O desempenho das funções dependia, enfim, do esforço do próprio professor, uma vez que outros recursos estavam ausentes.

Aristides de Macedo, inspetor escolar, em seu relatório de 1910 ao Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, pede a atenção do poder público às escolas isoladas. Propunha que fossem organizadas em escolas reunidas, a fim de que possuíssem classes homogêneas, métodos de ensino mais organizados, instalação mais confortável e a direção de um professor mais experiente. Segundo ele:

Destinadas a educação de milhares de creanças que o grupo escolar não pode receber, por falta de lugar, ou cujos paes applicam a sua fecunda actividade em zonas agrícolas, cooperando directamente para o engrandecimento do Estado e prosperidade do paiz, devem as escolas isoladas continuar a receber os cuidados da administração (SÃO PAULO, 1910, p. 53).

Buscando enfatizar a importância da escola isolada na escolarização de grande parte da população escolar, o inspetor argumenta, lembrando que o Grupo não era capaz de receber toda a população escolar. Ademais, ele não poderia mesmo atender a

⁵⁵ Documento disponível no Arquivo Público de Rio Claro.

⁵⁶ Esse tema será desenvolvido com maior detalhamento no capítulo quatro.

população da zona rural, em função de sua localização. Nisso, a necessária atenção que as escolas isoladas deveriam merecer do poder público.

Maurício de Camargo, outro inspetor de ensino, em relatório publicado no Anuário de 1910, afirma que os professores de bairro, completado o seu ano no local, procuravam se remover para a sede, a fim de fazer carreira e melhorar os vencimentos. Os vencimentos eram estabelecidos no Regulamento da Instrução Pública, que determinava o pagamento diferenciado aos professores, de acordo com o tipo de escola ou cargo exercido. Segundo o Artigo 124, os vencimentos eram assim distribuídos:

Professores de escolas preliminares	3:600\$000
Professores de escolas intermédias	2:400\$000
Adjuntos de escolas preliminares	2:400\$000
Professores interinos de escolas providas	1:800\$000
Gratificação adicional aos professores ambulantes	1:800\$000
Gratificação adicional aos professores curso noturno	1:200\$000

Mauricio de Camargo explicava que:

Durante o tempo em que é obrigado a estar no bairro, não tem outra preocupação a não ser o cumprimento das exigências da lei: não se dedica a sua escola, porque tem em vista outra da sede, e mesmo ali quisesse permanecer não lhe conviria, porque marcaria passo, ficaria sempre com os mesmos vencimentos, sem uma recompensa para a sua dedicação e constância. (SÃO PAULO, 1910, p. 112).

Os provimentos dos professores das escolas isoladas sempre estiveram entre os temas das pautas dos inspetores. Os inspetores consideravam que, se os vencimentos fossem melhores, haveria um maior número de professores para essas escolas. Altino Arantes, em 1916, em mensagem enviada à Assembleia Legislativa, reforça:

(...) Concorrem ainda para essa irregularidade as diferenças de vencimento e as dificuldades a serem encontrados prédios, onde as escolas possam se instalar com proveito ao ensino e a hygiene. Seria conveniente que o Congresso melhorasse a sorte do professor do bairro, dando-lhe melhores vencimentos ou prédio para a aula, ao mesmo tempo que obrigasse a permanecer um certo tempo na escola para a qual tiver sido nomeado. (SÃO PAULO, 1916, p. 9).

No Anuário de 1915, o inspetor Joaquim Luiz de Barros, argumenta que além dos salários era necessária a edificação de prédios para as escolas isoladas com um aspecto arquitetônico higiênico e pedagógico. Outra vez, menciona que as escolas isoladas funcionavam, em sua maioria, em prédios impróprios, que não obedeciam a nenhum tipo oficial de estrutura. Geralmente, tratavam-se de locais oferecidos pela

municipalidade, mal adaptados ao fim que se destinam. Esses prédios não ofereciam também qualquer conforto à residência do respectivo professor. Neste caso, o inspetor apresenta uma planta que poderia trazer certa padronização a essa modalidade escolar.

Figura 11: Croqui para escolas isoladas - 1915

Fonte: Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1915, p. 43.

Não há dados que indiquem se o Estado criou esse ou algum outro padrão para as escolas isoladas. Wolff (2010) também alude à escassez de registros sobre a escola primária isolada, no que se diz respeito às suas instalações. Essas escolas, segundo a autora, eram lembranças das escolas públicas do período imperial. Ao contrário das construções exemplares dos grupos escolares, realizadas com projetos específicos, que podiam e deviam ser retratadas por meio de imagens, não convinha divulgar a precariedade não superada representada pelas instalações das escolas isoladas. Nos arquivos da cidade de Rio Claro, não foi encontrada nenhuma imagem dessas escolas, até os anos de 1920. Somente depois desse período, há registros fotográficos das escolas isoladas.

Fotografia 9: Escola Isolada de Cascalho – 1929.

Fonte: Cascalho, 2005, p.178.

A fotografia 9 retrata a escola isolada do Núcleo Colonial do Cascalho⁵⁷, que pertenceu ao município de Rio Claro. A criação da escola isolada data de 1893, por meio de uma solicitação a Inspetoria de Terras e Colonização do Estado de São Paulo, realizada pelos imigrantes italianos que ali residiam⁵⁸. As instalações são bastante simples e as duas lousas que aparecem na imagem marca a divisão das duas seções que lá existiam: escola isolada masculina e feminina. As crianças também estão divididas simetricamente e acompanhadas pelos seus professores. Ao ver pela lousa existente e a estrutura da casa, podemos imaginar que os recursos materiais e as questões de higienistas realmente eram precários nesses locais. Os alunos estão com trajes bem parecidos, todos enfileirados e de braços cruzados, posições organizadas para o retrato. Não se tem registro quanto à motivação para fotografar esse momento. Como era de costume essas imagens eram realizadas quase sempre no final do semestre letivo ou em dias de festas ou outras comemorações da escola.

⁵⁷ A escola isolada de Cascalho foi uma solicitação diferente de todas as outras localizadas no município de Rio Claro. Com a necessidade de escolarização para seus filhos os imigrantes italianos organizaram um abaixo assinado e enviaram à Inspetoria de Terras, colonização e imigração do Estado de São Paulo, reivindicando a construção de uma escola. O abaixo assinado contou com 165 assinaturas dos munícipes daquela região. Dentre todos os documentos localizados da mesma natureza, esse foi o que teve maior número de assinaturas da população. Em anexo a resposta quanto a criação dessa escola pode ser lida na íntegra.

⁵⁸ Foram localizadas apenas as fotos de duas escolas isoladas de Rio Claro, referentes as escolas de dois núcleos coloniais, Cascalho e Jorge Tibiriçá.

Imprescindíveis nas zonas rurais e em algumas localidades instaladas nas zonas urbanas, as escolas isoladas se consolidaram como um modelo permanente de escola primária no sistema educacional paulista. Símbolo de carência e necessidades, essas escolas representaram a face menos auspiciosa da moderna escola primária paulista. Contudo, a enorme contribuição que representam à democratização do ensino não pode ser desconsiderada. Para muitas crianças a escolinha da roça ou da cidade era a única, e na ausência de outra, a melhor opção para aquisição dos rudimentos da cultura escrita (SOUZA, 2009, p. 155).

Essas escolas tinham um único professor e crianças em níveis diferentes de desenvolvimentos. Assim, no Anuário de 1916, o Diretor da Instrução Geral sugeriu a divisão dos alunos dessas escolas por etapas do conhecimento. Ele acreditava que, se as crianças com pouco ou nenhum conhecimento frequentassem a escola isolada pela manhã, e o restante no período da tarde, essa organização facilitaria o trabalho do professor, inclusive com a aplicação do método individual, e o cumprimento dos programas de ensino se tornaria possível, uma vez que as classes não seriam tão heterogêneas.

Na leitura dos relatórios, é possível observar um certo descontentamento com as práticas utilizadas nas escolas isoladas, as quais impediriam o cumprimento dos programas de ensino das escolas primárias. Ademais, para Altino Arantes, em Mensagem enviada à Assembleia Legislativa, em 1916, as escolas isoladas eram comumente mal localizadas, dificultando a fiscalização regular do desenvolvimento dos métodos e dos programas de ensino.

Oscar Thompson, em 1917, complementa:

A fiscalização do ensino vem apresentando uma grave anomalia. Fiscalizamos, até o presente, os estabelecimentos de ensino que tem diretores e descuramos da fiscalização das escolas isoladas. Devemos fazer, agora, o inverso: - fiscalizar de preferência, o ensino nas escolas isoladas, cujos professores precisam ser guiados, e estimulados. Quanto aos Grupos, importa muito dar mais liberdade de ação aos diretores, acompanhando-os nos seus passos (SÃO PAULO, 1917, p. 19).

O jornal *O Alpha*, em 1917, noticia as dificuldades das escolas isoladas em Santa Gertrudes, um distrito da cidade de Rio Claro.

Iniciou-se hontem o anno lectivo em nossas escolas, comparecendo todos os candidatos a matrícula, mas deixando de apresentar-se a professora d. Elisa de Camargo que rege a 2ª escola feminina. Pobres crianças! Residindo a maioria em lugares distantes, fazendo esforços para comparecer, e, no entanto, a mestra não se apresenta, transformando desta maneira a ordem, ficando as pobres crianças em dúvidas e dispersando-se parte para esta cidade, parte para outra escola. Tudo por quê? Porque a professora desleixa, enquanto as mensalidades correm pontuais. Por que não seguir exemplo da 1ª escola masculina? Sendo assim, o Sr. Inspetor Escolar, se verá na

contingencia de suprimir a escola ou fazer cessar essas frequentes anormalidades (O ALPHA, 17/01/1917, p. 2).

A preocupação com a manutenção da escola era importante, uma vez que o Distrito de Santa Gertrudes acabava de ser elevado a Distrito de Paz. Dois dias depois desta primeira matéria, nova notícia sobre a situação da escola, então regida pela professora Elisa de Camargo, é publicada. Dos 22 alunos matriculados, 7 já haviam saído da escola em razão de faltas. Deles, 4 estavam na escola masculina do mesmo distrito e 3 no Grupo Escolar de Rio Claro. O episódio era problemático. Sem o número mínimo legal de alunos frequentes, a escola poderia ser fechada.

Desde o início do período republicano, as escolas isoladas não tinham conseguido criar uma identidade própria. Sempre comparadas aos grupos escolas, com características bem distintas, acabavam por passar a imagem de uma escola inacabada. Ainda em 1917, o Relatório de Oscar Thompson, evidencia que desde a sua primeira gestão (1909-1911) até o período atual não se conseguiu resolver o problema das escolas isoladas.

O conforto entre o Grupo Escolar e a escola isolada coloca esta em dolorosa inferioridade. Já não falamos do ensino que, nos Grupos, pela divisão do trabalho, uniformidade de classes, fiscalização constante, em muito, a sobrepuja; a própria formação do carácter infantil periclita nas escolas isoladas pela impontualidade do mestre. O exemplo que este dá, em menosprezo do horário, já ao começar, já ao terminar as suas aulas; as suas constantes faltas as aulas, geram na criança, a crença de que nada vale a pontualidade e consequentemente que pouco importa o cumprimento do dever (SÃO PAULO, 1917, p.264).

A falta de professores e seus afastamentos constantes também prejudicavam os resultados dos exames finais; segundo os inspetores, resultados distantes dos esperados. Nos jornais da cidade de Rio Claro, as notícias de licenças concedidas a professores de escolas isoladas era frequente. Segundo o Anuário Paulista, no ano de 1917, em que estavam providas 372 escolas, foram concedidas 130 licenças a professores do Estado. Em julho do mesmo ano, Altino Arantes sugere que as escolas isoladas tenham programas de ensino mais simples e práticos e que sejam classificadas em escolas urbanas e rurais. Sugere, ainda, o fortalecimento do ensino cívico, em consequência, fortalecendo a nacionalidade.

Ainda no mesmo ano, em dezembro, foi promulgada a Lei 1579, estabelecendo a classificação das escolas isoladas, subdividindo-as em rurais, distritais e urbanas. As rurais deveriam estar localizadas nas fazendas, núcleos coloniais e nos centros fabris distantes de sede ou município. As distritais, como o próprio nome sugere, deveriam

estar dentro dos distritos de paz, de preferência localizadas em espaços cedidos por donos de fazendas ou administradores, oferecendo casa ao professor e sala de aula. As urbanas, ou de sede, seriam criadas no município.

Segundo o jornal *O Alpha*, em 1917, das 52 escolas isoladas organizadas pela iniciativa do Governo Estadual em Rio Claro, havia 27 providas, 5 masculinas, 2 noturnas, 17 mistas, das quais 16 eram de sede e 11 de bairro. Portanto, 25 escolas isoladas estavam vagas em Rio Claro. O total de alunos matriculados nas escolas providas era de 915, 497 do sexo masculino e 418 do sexo feminino.

Para Costa (1983), o alto índice de escolas isoladas vagas nas zonas rurais pode ser explicado pelas condições de ensino e de vida que os professores encontravam nessas regiões, salário baixo, dificuldade de instalação, falta de ambiente propício ao ensino e à higiene, entre outros fatores.

**Tabela 15: Porcentagem de escolas providas na área urbana e rural
(para anos selecionados)**

Anos	Providas urbanas sobre o total de escolas urbanas	Providas rurais sobre o total de escolas rurais
1904	62,3	13,7
1909	76,7	29,3
1912	61,5	20,5
1914	65,1	21,9
1915	72,2	26,1
1916	41,1	13,6

Fonte: Costa, 1983, p. 111.

No quadro, vê-se que, no ano de 1904, enquanto 62,3% das escolas isoladas urbanas estavam providas, 86% das rurais estavam vagas. Esses dados devem ser compreendidos levando em consideração as especificidades dos municípios do interior paulista. No caso de Rio Claro, por exemplo, as escolas urbanas eram a minoria. Por outro lado, as escolas rurais estavam espalhadas por diversos núcleos colônias e distritos. Mas, embora as escolas rurais fossem a maioria, eram elas que restavam sem professores. Para Costa (1983, p. 112) “*não somente a falta de professores, mas também a insuficiência de recursos financeiros, a rarefação da população, a fraca demanda social por educação, eram responsáveis pelo subaproveitamento dos recursos educacionais na zona rural*”. Assim, a escola isolada também teve que organizar e adaptar seus programas de ensino, cuja duração do curso deixou de ser de quatro anos e

passou a ser de três anos. Foi essa a escola, afinal, que chegou aos operários urbanos e aos camponeses nos lugares mais distantes do Estado.

As categorias conforme as quais eram classificadas as escolas isoladas (sede de município, de bairro, distrito de paz ou rural) se modificavam de acordo com as legislações vigentes. Na cidade de Rio Claro, segundo as normas estaduais, houve uma única escola classificada como rural, a escola mista da Fazenda Santa Ignácia. As escolas distritais e de sede ou bairro também foram classificadas conforme registros nos Anuários de Ensino.

Como se disse, as escolas isoladas, como os grupos escolares, podiam ser Municipais. Em Rio Claro, foram localizadas 12 delas, Escola de Ityrápina, feminina e masculina; Ipojuca, feminina e masculina; Núcleo Colonial Jorge Tibiriçá – Ferraz, mista; Núcleo Colonial Jorge Tibiriçá – Corumbataí, mista e feminina; Santa Cruz Passa Cinco, masculina; Itaquery de Cima, masculina; Assistência e Santa Gertrudes, mista. Além dessas dez escolas, o documento abaixo, localizado no Arquivo da cidade, refere a existência de pelo menos mais duas escolas que não possuem nome e são identificadas apenas pelo endereço.

No tocante as escolas municipais, os inspetores estaduais enfatizavam que a falta de documentos sobre esses estabelecimentos prejudicava a organização de seus dados estatísticos. Mesmo assim, em 1916, o Anuário elogiou o comprometimento de muitos municípios do Estado, os quais estavam empenhados em ajudar o governo estadual a disseminar a educação.

Segundo João Chrysostomo B. dos Reis Júnior, em relatório publicado no Anuário de 1916, alguns municípios forneciam prédios e auxiliavam no provimento de professores. Dos 184 municípios aos quais foram solicitadas informações sobre a instrução, apenas 35 responderam satisfatoriamente.

As administrações municipais, imediatamente interessadas em tudo o que concerne ao progresso local, não devem cruzar os braços em face ao problema do ensino, esperando que o Estado faça tudo nesse ramo de serviço público. Por pequenas que sejam suas rendas, desde que haja vontade e interesse pela instrução, devem auxiliar o Estado, criando e custeando escolas, pelo menos, nos bairros afastados, onde impossível torne, pelas condições locais, instalar-se um professor do Estado. Assim fazendo, além de um auxílio ao Estado, prestarão meritório serviço à causa pública, que, em todos os sentidos, lhe cumpre o dever (SÃO PAULO, 1916, p.11).

Em 1917, constava do Anuário o seguinte relato: *“Ainda não conseguimos, apesar de nossos esforços, organizar a estatística completa das escolas municipais”* (p.

288)⁵⁹. Em 1916, as escolas isoladas perfaziam o número de 343, mas, e em 1917, só foram enviados dados de 57 delas.

As municipalidades podem e devem exercer grande influencia na disseminação do ensino rural, assim como devem localizar as suas escolas nos bairros em que não haja escola oficial. A acção combinada do Estado e das municipalidades, já com relação ao programma de ensino, já com a escolha de professores e já com a localização das escolas municipais, seria uma medida de alto alcance educativo. (SÃO PAULO, 1917, p. 288).

O município de Rio Claro, pode-se verificar, sempre procurou auxiliar nas questões educacionais, mantendo escolas, provimento de professores, cedendo espaços, adaptando prédios etc. E mantiveram em seus núcleos coloniais escolas isoladas. O Núcleo Colonial Jorge Tibiriçá na região de Ferraz e de Corumbataí aparecem nos Anuários de Ensino como escolas isoladas custeadas. Estas escolas faziam parte de um projeto maior do Estado, ou seja, o de educar os filhos de imigrantes das zonas rurais.

A solução, pois do problema da educação do imigrante reside na escola, que já deve esperar na localidade do seu destino, oferecendo-lhe todas as vantagens para a matrícula, e acomodando-se, ainda que nos seus primeiros tempos, às suas necessidades e aos seus hábitos. O escopo principal dessa escolas será o de ensinar a língua portuguesa para mais depressa estabelecer um intercambio affectuoso entre nacionais e estrangeiros (SÃO PAULO, 1917, p.131).

Em 1917, o Secretário Geral da Instrução do Interior, atento as iniciativas do Congresso, estabeleceu, na legislação paulista, as chamadas escolas rurais, cujo provimento não dependia de formalidades burocráticas e poderia ser feito nas zonas rurais em que vivia uma aglomerada população estrangeira. A Lei 1.185, de dezembro de 1909, já havia criado os centros agrícolas. Rio Claro contava com uma dessas escola, mista, na fazenda Santa Ignácia. As escolas rurais, por sua vez, foram criadas por uma parceria entre a Secretaria da Agricultura e Patronato Agrícola. Em 1917, deu-se a criação de 68 escolas rurais, que funcionavam em núcleos coloniais e fazendas, nas quais era ministrada a educação primária. O programa dessas escolas compreendia dois anos, com noções de língua portuguesa, leitura, caligrafia, aritmética elementar, geografia e história do Brasil e rudimentos de ensino agrícola. Essas escolas tinham um papel importante na escolarização dos imigrantes, pois poderiam funcionar no período diurno, atendendo as crianças e os jovens, e no período noturno, atendendo os adultos.

Foram consideradas custeadas, já que recebiam auxilio do Fundo Permanente de Imigração e Colonização. Recebiam também ajuda das Câmaras Municipais, no

⁵⁹ Grifos nossos.

pagamento de professores, procurando mantê-los nas fazendas em que lecionavam. O Fundo de Imigração e Colonização criava cooperativas para o ensino primário. Para receber esse provimento do fundo havia algumas condições especiais, tais como: matrículas de alunos em número não inferior a 50, e não superior a 80, nas fazendas. Era tolerada a matrícula de 40, nos núcleos colônias (como no caso de Rio Claro); oferecimento gratuito de casa para a residência da professora e sala apropriada à instalação escolar; dotação gratuita de mobiliário indispensável para os alunos; compromisso por parte da Cooperativa e dos fazendeiros, no sentido de ser garantida a assiduidade dos alunos matriculados.

Esses elementos reforçam a ideia de que os municípios tiveram participação ativa na criação e no provimento das escolas preliminares no estado de São Paulo.

Escola

*Escola! Templo divino!
 Ara santa do saber!
 É mau, é vila quem descrêr
 Das glórias que tens a flux,
 O progresso diz: - escolas!
 A sciencia da escola mãe,
 O sábio diz: - ensinae!
 Ensinae! Disse Jesus!*

*E sejam essas escolas
 Os santuários do menino
 Onde se possa ao menino
 Ensinar o a-b-c
 Da vida na imensa pugna,
 A instrução seja o incentivo,
 Pra essa raça de captivo,
 Pra esse povo que não lê.*

*Quantos homens não soluçam,
 Na primavera da vida,
 Por que não acham guarida,
 Sem saber o b-a-bá?
 Neste pleito assim inglório
 Se ergam levitas novos
 Abram escolas aos povos,
 Onde escolas não há.*

*Ah! Quanto é bello e sublime
 Ver a bastilha atrevida
 Da ignorância, oprimida,
 Pelo sopé desabar!
 Ver a luz rasgando as trevas,
 Ver o crime agonisante,
 Nesta lista assás constante
 Que só a instrução sabe dar.*

*E, haja por toda parte
 Escolas e mais escolas,
 Os livros sejam sacolas
 Do mendigo cidadão;
 Ao homem assim descrido,
 Dê-se-lhe o livro de graça,
 Vel-o-esmo despois na praça
 Sabendo ganhar o pão.*

*Olavo Menezes
 (O Alpha, 10/11/1916, p. 1).*

3 As estratégias primárias no âmbito particular.

Pensar em estratégias de escolarização primária significa também ter um olhar atento às iniciativas de ordem particular, referindo-se às modalidades de escolas não geridas pelo setor público estadual e municipal.

Em Rio Claro, no período estudado, 1889-1920, foram localizadas 55 (cinquenta e cinco) escolas de natureza particular. Dessas, 05 (cinco) estrangeiras, 02 (duas) subvencionadas; as demais, escolas de professores que se organizavam e se ofereciam para dar aulas particulares, ou organizações como institutos, colégios, externatos, entre outros.

As tabelas a seguir indicam o nome das escolas, o ano de fundação, o professor ou diretor responsável pelo estabelecimento e o endereço de seu funcionamento. Compete destacar também que, em algumas escolas, não foi possível localizar o nome do responsável ou o endereço. Para facilitar a compreensão, as escolas foram organizadas em categorias de análise.

Tabela 16: Escolas Estrangeiras em Rio Claro – 1883-1920.

Ano de Fundação	Nome da Escola	Diretor ou Professor Responsável	Endereço de funcionamento
1883	Escola Alemã	Theodoro Koëlle	Rua 5,1827
1899	Centro Espanhol	---	Rua 2, 70
1907	Escola Italiana	Faustino Coli	Rua 3, 81
1918	Escola Evangélica	Theodoro Koëlle	Av. 14
1918	Escola da Sociedade Beneficente Italiana	Paschoal de Giovanni	Rua 8 esquina av. 8 Rua 3 – segundo local.

Fonte: Jornais da Cidade e Anuário de Ensino.

Tabela 17: Colégios, Institutos, Ginásios e Externatos – Rio Claro.

Ano de Fundação	Nome da Escola	Diretor ou Professor Responsável	Endereço de funcionamento
1902	Collegio Sant'Anna	Anna de A. Campos.	Av. 1 n° 60 e 68
1903	Atheneo de Rio Claro: Internato e Externato	Honório Hermeto Motta	Av. 1, n° 76
1904	Instituto de Ciências e Letras	João Francisco da Cruz/ Prof. Joseph Cire Arollá	Av. 1 - Rua 5
1906	Externato Coração de Jesus	Luiza e Jose Lamenha	Rua 8, 59
1907	Colégio Brasil - Exexternato Brasil	Ernesto Napoleão Sette	Rua 5, n° 53
1909	Externato Fonseca	Manoel Caída da Fonseca	Rua 6, n° 42
1909	Externato/ Colégio Puríssimo Coração de Maria	Maria Clemente dos Anjos (irmã)	Largo da Matriz

1914	Externato São José	Emilio de Campos	Ityrapina
1914	Instituto Commercial	Salomão Ferraz	Gabinete de Leitura
1915	Gymnasio de Rio Claro	Diogo Cavalcanti de Albuquerque	Av. 5, nº 55
1918	Externato Bilac	Arthur Bilac	Av. 5 nº 14

Fonte: Jornais da Cidade e Anuário de Ensino.

Tabela 18: Escolas de organizações de classes sociais – Rio Claro

Ano de Fundação	Nome da Escola	Diretor ou Professor Responsável	Endereço de funcionamento
1894	Gabinete de leitura	João Torres Junior	Av. 4 nº 13
1906	Escola Maçônica	Estrela do Rio Claro	Av. 9 - rua 4
1906	Centro Operário Beneficente Instrutiva	-----	Rua 2. nº 30
1912	Escola Empregados da Cia Paulista	Architicleo Santos	Rua 9 nº 33

Fonte: Jornais da Cidade e Anuário de Ensino.

Tabela 19: Escolas e projetos individuais - Rio Claro

Ano de Fundação	Nome da Escola	Diretor ou Professor Responsável	Endereço de funcionamento
1902	Aulas diurnas e noturnas	Libero Braga	Av. 3 nº 42
1903	Escola Particular	-----	Rua 2, 71 Rua 5, 73
1904	Escola particular Hygino Martinez	Hygino Martinez	Rua 1, nº 50
1904	Escola São Benedito	Hygino Martinez	Igreja São Benedito
1904	Aula Particular Aparecida de Monte Alto	Vicente Picarelli	-----
1906	Aulas Particulares	João Aranha	Rua 8, 47
1907	Escola Primária	-----	Rua 7, n. 41
1909	Escola Particular	Candida de Sá Negreiros	Av. 4, nº 6
1909	Professor Particular	Manoel Fonseca	Avenida 1
1909	Professor Particular	Estudante de preparatório	Rua 8,nº 91
1910	Professor Particular	Laudelino de Oliveira Lima	Av. 10, nº 5
1910	Escola particular - fazenda	Francisco Ferraz Mesquita	Zona rural
1913	Escola Santa Gertrudes	-----	Zona rural
1913	Escola Particular Paulo Hintz (diurna)	-----	Rua 6, 75 esquina av.6
1913	Escola Particular Noemia Martins	Noemia Martins	-----
1913	Escola Mista Clotilde Bueno	Clotilde Bueno	-----
1913	Escola Maria Cavali	Maria Cavali	-----
1914	Escola Analia Franco	Analia Franco	Av. 1, nº 78

1915	Aulas Particulares	José Minervino	Rua 7, nº 27
1916	São Vicente de Paulo	1918 - Clara de Jesus (irmã) 1919 - Irmã Isabel	Vila de São Vicente
1916	Bairro dos Lopes	-----	Zona rural
1916	Escola Boa Vista	-----	Zona rural
1916	Escola noturna feminina	-----	Av. 5, nº 26
1918	Curso Preparatório e Comercial	José Minervino	Av. 1 nº 33 Av. 2 nº 62
1918	Curso Particular	Ernesto Napoleão Sette	Av. 3 nº 22
1918	Curso de Preparatórios	Architicleo Santos	Av. 3 nº 32
1918	Escola Elementar	Fausto Bordowsky	Fazenda Boa Vista
1919	Escola Santo Antônio	Martinho Hunger Filho	Horto Florestal
1919	Escola Sete de Setembro	Daniel Candido	Rua 1 nº 12
1919	Escola Lamenke	Francisca e L. Lamenha	Rua 8 nº 57
1919	Escola Saibreiro	Zozimo Ferraz	Saibreiro

Fonte: Jornais da Cidade e Anuário de Ensino.

As escolas de iniciativas particulares estavam previstas desde a lei da obrigatoriedade do ensino, que possibilitava aos pais matricular seus filhos em instituições da iniciativa particular ou promover a educação de seus filhos, em casa, com professores particulares.

De acordo com o artigo 197, da Lei 88, de 1892, “a obrigatoriedade de frequentar as escolas públicas não compreende as crianças quer receberem instrução em suas próprias casas ou em escolas particulares”. A determinação legal pode ser indício de que os governantes sabiam que o número de escolas providas e os grupos escolares de iniciativas públicas não seria suficiente para atender a demanda por escolarização.

Ademais, algumas vezes, foi possível localizar escolas públicas próximas à escolas particulares. Essa coincidência pode apontar para o fato de que a demanda por escolarização se fez sentir não apenas na iniciativa pública, mas também na iniciativa particular.

Chapoulie e Briand (1994) pensam a demanda por escolarização também como demanda social ou individual de educação, o que leva a considerar o tema da oferta de vagas. Consideram a existência de uma “oferta formal” de vagas e uma “oferta efetiva” de vagas. A primeira relaciona-se às vagas disponíveis, a segunda, à frequência escolar. No início do período republicano, as vagas disponíveis nas escolas de iniciativa estadual e municipal não eram suficientes para atender à demanda por escolarização. Ao mesmo tempo, com base na análise dos relatórios, pode-se afirmar que o número de alunos que

efetivamente frequentavam as escolas era muito menor do que a “oferta formal” de vagas. A iniciativa particular, contudo, se organizava em vista de outras demandas e conseguia manter uma oferta de vagas coerente. Para compreender o modo como a iniciativa particular se organizava é preciso investigar o público para o qual ela se destinava e os propósitos desse modelo de escolarização.

Wolff (2010, p. 71) afirma que, desde o Império, com a lei da obrigatoriedade escolar, já havia dados sobre a iniciativa particular no setor educacional.

A iniciativa particular compareceu ocupando-se de sanar as faltas do ensino público até certo ponto. (...) Mesmo para o aparelhamento do ensino básico de caráter público, em princípio mais incentivado pelos governantes, houve contribuições de particulares, por meio de doações ou iniciativas filantrópicas.

A autora afirma que na década de 1870, em São Paulo, proliferavam anúncios de jornal sobre estabelecimentos de ensino particulares, os quais tinham por público alvo, principalmente, as classes sociais mais favorecidas. Os anúncios mais comuns desse período, as escolas ofereciam, além do programa educacional (rudimentos de linguagem e de cálculo), línguas estrangeiras.

Como mencionado no capítulo 01, Rio Claro, em 1872, já possuía dois colégios particulares e, no ano de 1873, foi fundada a Escola Americana, pelo missionário português Rev. João Fernandes da Gama. Inicialmente, a escola funcionou na Rua São João nº 33, área central da cidade e, adiante, na Rua 8 com a Avenida 12, segundo registros localizados no Arquivo Público da cidade.

Escola Americana

A Escola Americana do Rio – Claro, começará a funcionar no dia 8 do corrente em diante, as 9 ½ horas da manhã, na casa nº 32 da rua São João.

Funcionará todos os dias, menos aos sábados. Ensina-se as primeiras letras – gramaticalmente. Ensina-se também todas as outras matérias do preparatório: sendo a língua inglesa um dos principais estudos. Havendo número suficiente para formar as classes. Música vocal também se ensina. As pessoas que quiserem estudar as segundas letras se entenderão com o abaixo firmado no escritório do mesmo edifício desde as 8 ½ da manhã até as 2 da tarde.

No mesmo escritório existe um grande depósito de livros religiosos uteis para as escolas de várias línguas.

O abaixo assinado recebe assinaturas para a Imprensa Evangélica.

Rio Claro, 03 de setembro de 1873.

João Fernandes da Gama – Diretor Superintendente. (Jornal Echo do Povo 11/09/1873).

O anúncio evidencia que a língua inglesa era um dos principais estudos. Esse tipo de divulgação das escolas particulares foi o que marcou o tom dos relatórios de

inspetores de ensino no início do período republicano, ou seja, o descuido com a língua portuguesa e os ensinamentos relacionados ao Brasil, como história e geografia.

Em 1877, o Colégio Santa Cruz, dirigido pelo Capitão Carlos da Silva Araujo, inicia suas atividades em Rio Claro. Esses dados, relativos às atividades das escolas particulares, indicam o quão marcante foi a iniciativa particular no setor educacional. Na verdade, desde o Império, esse setor atuava no campo educacional, o que era perceptível, sobretudo, na capital paulista, mas também em Rio Claro.

Collegio

C. C. Knuppel, professor particular, participa ao estimável publico desta cidade, que ate o dia 8 de janeiro p. abrirá um collegio de meninos na rua do Commercio, nº 15, no qual se propõe lecionar o alemão, francês, português, aritmética, geometria, physica, enfim todas as matérias necessárias para formar um bom e perfeito negociante, industrial ou técnico.

A matrícula dos alunos começa no dia 26 deste mês de dezembro na sua casa, o seu número será limitado.

(Jornal Gazeta Rio – Clarence, 20/12/1877)

O anúncio do jornal *Gazeta Rio – Clarence*, mais uma vez mostra os conteúdos ministrados e a preocupação com língua estrangeira. Mesmo com a proclamação da República e com o incentivo para a criação de escolas públicas, o ensino particular continuou atuante na capital paulista e em muitas cidades do interior, como indicam os anúncios abaixo.

AO PUBLICO

A professora substituta abaixo assinada participa aos senhores chefes de família que sua escola esta funcionando na Rua 2, casa nº 5.

Maria E. de Moura Mendes.

(Jornal Diário do Rio Claro, 22/11/1894)

Gabinete de Leitura

Achando-se funcionando no pavimento térreo do edificio desta sociedade uma aula primária gratuita das 10 horas da manhã as 3 da tarde, dirigida por hábil professor, a Diretoria do Gabinete de Leitura convida os senhores pais e tutores matricular seus filhos e pupilos.

Nota: os alunos que possam frequentar a aula diurna não serão aceitos na noturna.

A Diretoria.

(Jornal Diário do Rio Claro, 22/11/1894)

Embora existissem diversas críticas às escolas particulares, principalmente quanto a ausência de fiscalização do Estado, não se pode negar sua participação efetiva na escolarização primária no Estado de São Paulo. As escolas particulares, em sua maioria, pretendiam atender a demanda por escolarização dos imigrantes e a do ensino de línguas estrangeiras. Nesse sentido, o seguinte anúncio é ilustrativo.

Figura 12: Anúncio Jornal Diário do Rio Claro (16/10/1895) – Escola Particular

ESTÃO FUNCIONANDO AS SALAS
—DO—
COLLEGIO BRAZILEIRO FRANCEZ
— PARA MENINAS
DE INSTRUÇÃO PRIMARIA E SECUNDARIA
~~ARRIGIDA POR~~
D. VICTORINA COUSIN DE ALMEIDA
EM RIO CLARO

PESSOAL EFFECTIVO :—a professora e directora D. Victorina Cousin de Almeida, D. Maria Coelho e o sr. L. Coelho de Almeida.
PESSOAL EXTERNO :—professor de piano e canto, D. Janna de Molina Cintra, e professoras de allemão e de italiano.

As materias de ensino são :
Portuguez, Francez, Inguez, Arithmetica, Historia, Geographia, Musica vocal e trabalho de agulha.

Os trimestres serão pagos adiantados, não havendo desconto por falta de frequencia, salvo por doença.

Preços dos trimestres :

Alumnas internas	180\$000
Semi-pensionistas	90\$000
Externas	45\$000

Piano trimestre	45\$000	Italiano	30\$000
Desenho	30\$000	Allemão	30\$000
Pintura	30\$000		

As crianças de 5 a 7 annos trimestre 30\$000

Coza de entrada das alumnas internas, 60\$—Joa das semi-pensionistas, 20\$

O enxoval á vontade dos srs. paes

B N.—O collegio funciona provisoriamente á rua 3 esquina avenida 7

Fonte: Arquivo Público e Histórico – Oscar de Arruda Penteado - Rio Claro

Outro ponto bem interessante do anúncio, é que o corpo docente tanto efetivo como externo da escola era todo feminino, as quais atuavam em diferentes áreas do conhecimento. Além disso, a escola mesmo se intitulando de instrução primária e secundária, se dispunha a receber crianças anteriores à idade da obrigatoriedade escolar, ou seja, de 5 a 7 anos. No caso de internas o enxoval ficava de acordo com a vontade dos pais. Quanto aos valores cobrados se comparados aos outros anúncios da mesma natureza, eram bem próximos.

Conforme o Anuário do ensino de 1907, havia, no Estado, um número considerável de escolas particulares, muitas delas estrangeiras. Essa especificidade, levantava uma preocupação recorrente no período, o ensino da língua nacional. Segundo os inspetores, não havia recursos humanos suficientes para garantir a visita regular a essas escolas, tornando impossível certificar-se se nelas, de fato, era ensinado a língua portuguesa e se o era por professores brasileiros. Vale considerar as observações do inspetor Miguel Carneiro Júnior, presentes no Anuário de 1907.

A lei n. 489 de 29 de dezembro de 1896 torna obrigatório o ensino da língua nacional, bem como o da geografia e da historia do Brazil, nas escolas estrangeiras. Como, porém, essa lei não esta regulamentada, o inspetor

escolar só pode averiguar si nessas escolas é ou não feito tal ensino. (SÃO PAULO, 1907, p.27)

A “educação nacional” era um projeto de formação moral e cívica do homem brasileiro, com o fim de prepará-lo para compor a nação. Nos pareceres de Rui Barbosa, de 1882, a instrução é concebida como o meio mais eficaz para a formação intelectual e moral de “um povo-criança ignorante”, que, por isso, precisa de uma “elite ilustrada disposta a irradiar suas luzes com vistas à prosperidade da nação arquitetada”. A escola reformada, ou a educação nacional seria o antídoto da rebelião das massas, porque asseguraria não apenas o ensino do conhecimento, mas também das normas de conduta socialmente aceitas. Nesse sentido, a instrução era pensada em um horizonte mais amplo, o da educação cívica. A ação moralizadora estaria contida nas entrelinhas de cada matéria ensinada. (BOTO, 1999).

O programa proposto por Rui Barbosa para as escolas primárias, segundo Souza (2009) e Valdemarim (2000), visava alterar, de maneira profunda, a cultura escolar em vigor. Essa alteração substituiria a escola fundamentada na leitura, escrita, cálculo e doutrina cristã, por outra, pautada na educação do corpo e nas noções científicas dos saberes instrumentais para o trabalho. Tal projeto pretendia contribuir para a construção de uma nação com valores republicanos e modernos, e pensava a escola como lugar privilegiado e central na promoção da transformação da realidade nacional.

Em 1907, Oscar Thompson, em seu discurso quando da entrega de diplomas aos professores normalistas, duvida da nacionalização dos filhos dos estrangeiros⁶⁰. Considerava a possibilidade somente com a criação de uma legislação que fiscalizasse o ensino particular.

Segundo dados do Anuário do Ensino em 1908, havia no Estado 14.826 alunos matriculados nas escolas particulares e, em 1909, esse número chegava a 28.648, portanto, um aumento de 13.822 alunos no período de um único ano. Em Rio Claro, no mesmo ano, o Anuário informa a existência de 6 (seis) escolas particulares, com 268 alunos no ensino primário, dos quais 54 não eram pagantes. Nos relatos dos inspetores de ensino do período, percebe-se a recorrência da ideia da educação entendida como a responsável pela unificação de um povo, de uma nação, a ser fortalecida também pela

⁶⁰ Eis: “a necessidade de nacionalizar, os filhos de imigrantes é para mim, o magno problema da actatualidade” (SÃO PAULO, 1917, p.68).

língua falada e escrita. Veja-se, por exemplo, a opinião de João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, em 1914, então diretor geral da instrução:

Ha uma lei tornando obrigatorio nessas escolas o ensino da lingua portugueza e o da historia e geographia do Brazil, mas esse ensino, si nalgumas se faz, é deficiente, improductivo, inefficaz. Ministrado, no geral, por estrangeiros desconhecedores da nossa lingua, é adulterada, deturpada em sua terminologia e syntaxe, de modo que póde ser tudo, menos portuguez. (...) Como poderão essas crianças amar a patria de que são filhos, si não conhecem a lingua que nella se fala, as tradições nacionaes, a historia de seus heroes, a sua grandeza moral e geographica, as riquezas naturais que possui, o futuro glorioso que a aguarda? Crescerão ignorantes de tudo, não podendo collaborar connosco, convencidamente, patrioticamente, nas nossas aspirações de progresso e engrandecimento nacional (SÃO PAULO, 1914, p. 20.).

Os problemas relacionados à nacionalização dos estrangeiros, pelo ensino da língua portuguesa, aparecem nos relatórios até os anos 20, para os quais, aparentemente, não se encontrou soluções efetivas.

Na cidade de Rio Claro, as escolas particulares eram em número significativo. Para fins didáticos, podem ser organizadas em cinco categorias: subvencionadas; escolas estrangeiras; confessionais; maçônicas e instituições e aulas particulares. Na última categoria as escolas recebiam diferentes denominações, colégio, instituto, internato, exeteranto, escolas primária. Todas elas ofereciam instrução primária, embora algumas delas pudessem oferecer também outros serviços.

3.1 Escolas subvencionadas

No dicionário Aurélio (1988:615) a palavra subvenção significa “auxílio pecuniário, por via de regra concedida pelos poderes públicos”. A ideia de subvenção aparece em diversos documentos oficiais relacionados à instrução pública. Esses documentos indicam que a subvenção poderia se dar em forma de dinheiro, material escolar, infraestrutura, pagamento de professores, alojamento, entre outros. As instituições poderiam ser subvencionadas pelo Estado, pelo Município, por Associações de Classes e pela Sociedade Civil. Dada a complexidade do termo, neste trabalho, foram consideradas escolas subvencionadas apenas as que foram assim designadas no Anuário de Ensino Paulista, e que receberam recursos financeiros do Estado. Em Rio Claro, durante o período estabelecido para o presente estudo, foram localizadas apenas duas escolas nesses moldes, a escola do Gabinete de Leitura e a do Centro Operário.

A primeira, que funcionava nos períodos diurno e noturno, no térreo do Gabinete de Leitura, recebia, anualmente, desde o início da República, a quantia de 1:000\$000. , A segunda recebia o mesmo subsídio anual, a partir de 1911.

O Gabinete de Leitura de Rio Claro foi fundado pelo padre Flamínio Alvares de Vasconcelos e por Souza Leão, em 1876, por iniciativa dos cafeicultores do município.

Segundo as Atas da Câmara Municipal, o Gabinete recebia ajuda para a manutenção da escola noturna também durante o Império. Em 15 de dezembro de 1883, a Ata menciona que *“por indicação do Snr D.r B. Prado foi contemplado a verba de R.s 500\$000 para a aula nocturna do Gabinete de Leitura”*⁶¹. Em 1884, na ata da sessão de 12 de outubro, mais uma vez, tem-se: *“Por indicação do mesmo Snr Freitas Junior foi auctorizado o Procurador á pagar ao Gabinete de Leitura a verba de quinhentos mil reis votada no orçamento para auxiliar a eschola noturna”*⁶².

Nos anos de 1885, 1887 e 1888, segundo as Atas da Câmara, além dos quinhentos mil réis, o Gabinete recebeu mais duzentos réis para a compra de livros para as crianças pobres.

4.a Sessão Ordinaria em 30 de Maio de 1887

De Francisco de Paula Campos, Procurador da Directoria do Gabinete de Leitura Rio Clareense, que tendo essa Ill.ma Camara connsignado no orçamento vigente auxilio ao mesmo Gabinete da quantia de quinhentos mil reis, e duzentos mil reis , para compra de livros de instrucção primaria para os meninos pobres da Cidade e não tendo o mesmo Gabinete recebido dictas quantias, vem o Supplicante requerer a VV. SS.as ordem de pagamento. Informe o Secretario.

Em 1889, e nos anos posteriores, o provimento aumenta para mil réis. O novo prédio do Gabinete, que então se inaugurava, impunha novos gastos, justificando a necessidade do aumento no auxílio.

Acta da sessão extraordinaria em 11 de Novembro de 1889.

Requerim.to do Presidente interino do Gabinete.

Ill.mos Snr.es e mais Vereadores da Camara Municipal.

O abaixo assignado Vice presidente do Gabinete de Leitura Rio Clarence, que se acha funcionando effectivamente nesta cidade vem respeitosamente requerer a V. S.as a graça de concignarem no orçamento do exercicio proximo vindouro uma subvenção em auxilio do mesmo Gabinete, subvenção que o Supplicante ousa esperar que não seja inferior a um conto de R.s 1:000\$000.

O Gabinete de Leitura Rio Clarencce não é mais uma utopia, o seu magestoso edeficio em vias de concluzão ahi está attestando os esforços dos homens de boa vontade e amantes do progresso e da educação do povo; edeficio que hoje é a gloria desta cidade e o único em seu genero em toda a Provincia.

⁶¹ Grifos nossos.

⁶² Grifos nossos.

A directoria do Gabinete, no intuito de concluir o mais breve possível as obras do edifício e franquear-o ao público desta cidade, abrindo suas escolas, contrahio sérios compromissos, e é por isto que o abaixo assignado vem implorar desta respeitável Camara uma subvenção.

O abaixo assignado, certo de que esta Camara sabe aquilatar o progresso e bem estar de seus municipes, ousa esperar que a parca subvenção, se outra maior não lhe for concedida, não será recuzada a uma instituição que tão bons serviços já tem prestado a este municipio durante 13 annos de sua existencia proficua.

Assim pois, P. a V. S.as favoravel deferimento. E. R. M.ce. Rio Claro 28 de Agosto de 1889. O Vice presidente do Gabinete – José Ignacio de Figueiredo. A Camara approvou por unanimidade de votos.

Em 11 de maio de 1890, como mencionado, o Gabinete de Leitura ganha um prédio próprio, considerado um dos melhores palacetes da época e construído, basicamente, com donativos de sócios e da população em geral. Durante o período estudado, o Gabinete foi administrado por diferentes diretorias e passou por diversas crises.

Gabinete de Leitura

Devido às dificuldades financeiras que atualmente atravessa essa instituição, a Diretoria em reunião efetuada ontem, resolveu apelar para a boa vontade dos srs. Sócios que se acham atrasados no pagamento de suas mensalidades pedindo que até o fim do corrente mês façam o pagamento das mesmas, pedido este que esperamos (O Alpha, 16/02/1902, p.2).

Ao completar 26 anos de existência na cidade o jornal *O Alpha* reservou a primeira página para homenagear o Gabinete. O artigo logo nos primeiros parágrafos evidenciava a importância para a cidade: *“Mais um ano de existência conta a utilíssima instituição criada nessa cidade e tão amparada pelos que primeiro avaliaram a sua importância. Vinte e seis anos de profícua e eficaz laboração na união da família rio clarense e na educação do povo” (O ALPHA, 23/07/1902, p.1).*

Em 1904, o jornal *O Alpha* fez uma série de matérias noticiando as dificuldades financeiras enfrentadas pela entidade, e solicitando recursos e donativos para a reforma da biblioteca e para o pagamento do professor que ministrava as aulas diurnas e noturnas.

Fundado a 23 de julho de 1876, o Gabinete de Leitura Rio Clarense, enfrentando os maiores sacrifícios manteve até o anno passado aulas noturnas, gratuitas, onde menores e adultos que não dispunham de tempo durante as horas diurnas por applicarem aos misteres para aquisição do pão corporal, recebiam os mais salutaes, princípios da educação, iluminando seu espirito para luta da existência. (...) O Gabinete de Leitura não pode e nem deve morrer! Apelemos para a altruísta população (...) (O Alpha, 24/02/1904, p. 1).

As crises financeiras eram mesmo constantes. Por isso, as diretorias, de forma recorrente, noticiavam nos jornais da cidade a situação do caixa da entidade e solicitavam auxílio para a manutenção da biblioteca, renomada da cidade.

Apesar dessas crises, durante o período escolhido para esta pesquisa, as escolas diurna e noturna não deixaram de funcionar. Nas correspondências entre o Gabinete e a Câmara Municipal, há sempre solicitação de subvenções para o pagamento dos professores e para a compra de material. Nas notícias de jornais, a subvenção Estadual de 1:000\$000 é apontada como recurso mínimo, suficiente apenas para a manutenção dos serviços prioritários, no caso, o quadro de funcionários — sempre mantido — isto é, o pagamento dos vencimentos da bibliotecária e da professora. Esses funcionários foram sempre mantidos independentes da crise financeira e do não repasse das verbas públicas.

A foto a seguir mostra a fachada do prédio do Gabinete, que atualmente abriga uma biblioteca municipal. Foi considerado Patrimônio Histórico da cidade tombado pela Secretaria do Estado da Cultura – Condephaat⁶³.

**Fotografia 10: Gabinete de
Leitura – Rio Claro**

*Fonte: Arquivo Público Histórico e
Pedagógico – Oscar de Arruda
Penteado - Rio Claro*

⁶³ A ficha do processo de tombamento pode ser vista em anexo.

Em 1916, por ocasião do 40º aniversário do Gabinete, o jornal *O Alpha* publicou uma nota lamentando a ausência de eventos comemorativos. Devido às dificuldades que hoje luta para a sua manutenção, nenhum festejo solenizará o seu quarto decênio. É razoável. Não fora, em nossos dias, a boa vontade dos homens que o cercam, não teria ele as suas portas abertas. (...) E a ordem é esperar por melhores dias, como todos nós fazemos. (O Alpha, 24/07/1916, p. 2).

A falta de recursos financeiros e a dificuldade de manutenção da estrutura do Gabinete, e da própria escola proporcionou que a gestão de 1920 tomasse a providência de passar a responsabilidade da escola noturna para o Estado. Esse fato foi noticiado no jornal,

Escola

A escola mantida pelo Gabinete, longe de trazer benefícios, só embaraçava as finanças. Suprimi-a, e consegui do sr. major Ignácio de Mesquita a transferência para a sede, da escola noturna estadual, regida pelo sr. professor José Minervino, e eis como aos antigos alunos do Gabinete continuam recebendo instrução sem o mínimo de despesa para o cofre social. (O Alpha, 27/12/1920, p. 1).

A Escola do Centro Operário de Instrução e Beneficência, por sua vez, foi fundada em 01 de maio de 1901, com sede na Rua 2, nº 30. Publicava nos jornais a abertura de vagas e o período de matrícula. A partir de 1911, passou a receber subvenção do Estado, no mesmo valor do Gabinete de Leitura, ou seja, mil réis.

A escola, de acordo com os anúncios, era aberta à comunidade local, embora priorizasse os associados. Considere-se, por exemplo, a publicação do jornal *O Alpha*, em 03 de janeiro de 1906: “*De ordem do sr. Presidente comunico aos sr.s sócios e bem assim às pessoas que desejarem matricular seus filhos que se chama a mesma aberta a rua 2, nº 30, sede social, continuando as aulas no dia 7 corrente*”.

A classe operária começava a se organizar nas cidades, devido ao processo de industrialização. Em Rio Claro, além da empresa têxtil, que recebeu um número grande de mulheres da cidade, a ferrovia foi também um campo de trabalho importante, nesse caso, sobretudo, para os homens.

A saída da família para o trabalho mudou já no início do século XX a configuração tanto do lar e quanto da escola, no que se referem ao papel da mulher trabalhadora na família e a necessidade da escola para complementar a educação dos seus filhos. O Centro Operário de Rio Claro, além de organizar a escola, proporcionava espaço de lazer, encontros para discutir as condições de trabalho, entre outras atividades.

O Centro Operário estava inserido na sociedade rioclarense e mantinha relações com o poder público, convidando-o para as cerimônias de festividades ou para os exames finais da escola, conforme documento a seguir.

Secretaria do Centro Operário de Instrução e Beneficência em 15 de novembro de 1908.

Ilmo. Sr. Major José Jacyntho de Moraes

M. D. Prefeito Municipal de Rio Claro

A diretoria deste Centro, tem a honra de vos convidar para assistir os exames das escolas mantidas por esta associação, a realizarem-se no dia 21 do corrente as 11 horas da manhã, devendo serem examinados prioritariamente os alunos da escola mixta que funciona rua 2 n° 74 e depois os alunos que frequentam as aulas da escola que funciona em sua sede social, a rua 2 n° 30. Contando com sua presença, a diretoria de ante-mão envia os mais sinceros agradecimentos.

Jesus, honra e trabalho.

Pela diretoria o 2° Secretário

Joaquim J. Santos⁶⁴.

Em praticamente todas as edições dos jornais da cidade de Rio Claro, no dia 1° de Maio, o Centro convidava os sócios e a comunidade para os festejos em comemoração ao aniversário da Instituição.

3.2 Escolas estrangeiras

As escolas estrangeiras eram instituições organizadas por imigrantes. Elas tinham um número significativo desses estabelecimentos na capital e nas cidades do interior, algo que preocupava o setor de fiscalização do Estado de São Paulo. Em Rio Claro, a imigração preponderante foi de alemães, seguidos por italianos. Quanto às organizações escolares na cidade se constituíram três grupos, alemães, italianos e espanhóis.

No relatório de 1913, elaborado por João Chrysostomo Bueno dos Reis Júnior, diretor da instrução pública, apresentando ao secretário do interior, a preocupação com o cumprimento da legislação, que previa o ensino de História e Geografia do Brasil e de língua portuguesa, é sensível.

Attendendo-se que os homens são a feitura de sua educação, o que esperar de futuros cidadãos aos quaes é um mysterio o conhecimento dos nossos grandes homens, das nossas tradições, da nossa língua, da grandeza e pujança

⁶⁴ Documento disponível no Arquivo Público de Rio Claro.

do nosso territorio, das nossas instituições, de todos esses factos, enfim, que caracterizam a nossa nacionalidade? Essa interrogação é o bastante para se considerar urgente necessidade o ensino obrigatorio das materias acima, nas escolas estrangeiras. Cumpre, pois, que se torne effectiva tal medida, e que jamais deixe de ser fiscalizada a sua observancia. (SÃO PAULO, 1913, p. 23).

Os relatórios indicam, com frequência, uma certa autonomia no estabelecimento do programa de ensino nas escolas particulares. Por isso, os inspetores se mostravam receosos com o aumento dessas escolas no Estado. Ademais, a República apostava na escola como espaço para legitimar seu regime. Esses elementos levavam os inspetores a considerar imprescindível a implementação de uma fiscalização efetiva nessas instituições,

João Chrysostomo Bueno dos Reis Júnior, por exemplo, em 1914, salienta que, sem uma ação efetiva do Estado, as escolas particulares se transformariam em casas comerciais, visando apenas ao lucro, sem as devidas preocupações com a formação do cidadão.

Na cidade de Rio Claro, foram localizadas 5 (cinco) escolas estrangeiras, duas alemãs, duas italianas e uma espanhola. Duas dessas escolas, uma italiana e uma alemã, ainda existem. As escolas estrangeiras também anunciavam nos jornais a abertura de vagas, os exames, as convocações de diretoria e as festas. No entanto, esses anúncios eram publicados em língua estrangeira, reforçando a preocupação dos inspetores com a formação da nacionalidade brasileira.

O Diretor da Instrução Geral, João Chrysostomo Bueno dos Reis Júnior, ainda em 1914, ao encontrar um panfleto de uma escola italiana, escreveu: Lembro-me, a proposito, que me chegou, há dias, as mãos, um vistoso cartaz, publicado por uma sociedade italiana desta Capital, onde se propõe a vista das crianças italianas, em termos ardentes e persuasivos, a grandeza moral, fazendo-lhes ver que, em tempo algum, em qualquer paragem em que se achem, não devem esquecer a Itália, e sim, amá-la com ardor, honrá-la com entusiasmo, engradece-la com desvanecimento, trazendo sempre o seu nome glorioso indelevelmente gravado no seu coração e no seu espírito. Far-se à a mesma cousa com relação ao Brasil? (SÃO PAULO, 1914, p.20).

O interesse em manter presente a lembrança da terra natal entre os filhos de imigrantes nascidos no Brasil era uma característica comum das escolas estrangeiras. Logo, a demanda atendida pela escola estrangeira era diferente. A iniciativa particular demarcou um espaço no qual atendia a outra clientela, diferente daquela da escola pública, que aspirava por outro tipo de conhecimento. O que passou a ser uma preocupação dos poderes públicos do Estado de São Paulo e posteriormente do

Presidente da República do Brasil. Nos jornais da cidade, por exemplo, como se mencionou, a escola italiana e a escola espanhola publicavam, respectivamente, em língua italiana e espanhola. Somente a escola alemã publicava em português. Além disso, conforme o anúncio a seguir salienta seguiam programas diferenciados.

Figura 13: Anúncio Scuola italiana – Rio Claro

ANNUNCIOS

Scuola italiana

Il sottoscritto insegnante Patentato fa noto alla patriottica colonia italiana di questa città ed al pubblico in generale che giovedì 15. corrente mese aprirà la sua scuola sita nella rua 4, n. 45 impartendo agli alunni l'insegnamento delle materie conforme ai programmi per le scuole del regno d'Italia.

Si augura perciò dai padri de famiglia il loro valido appoggio, mandando con premura i loro figli alla suddetta scuola per convincersi e vedere la breve i frutti che si ricavano dal vero insegnamento.

ORARIO

Dalle 10 del mattino alle 3 pomeridiane.

Rio Claro li 8, maggio, 1902.

L'Insegnante
Prof. Gaetano Greppi

237

Fonte: O Alpha, 09/05/1902. Arquivo Histórico e Pedagógico – Oscar de Arruda Penteado – Rio Claro

Os relatórios dos inspetores de ensino se referiam, de modo recorrente, ao aumento do número de escolas estrangeiras, principalmente, italianas. Mencionavam

também a existência de quadros docentes com professores estrangeiros, e de livro e cadernos de exercícios estranhos ao nosso meio. Em 1917, Oscar Thompson, escreveu:

(...) a decoração de suas paredes de aula, assim como os quadros que ornam os seus corredores e salões de recepção, são todos calcados em motivos estrangeiros: - nada ali se vê de brasileiro. A língua que se fala em aula e no recreio é a estrangeira, e – o que sempre acontece – o ensino da língua portuguesa é entregue a direção de um professor estrangeiro, que muito mal a fala e quase sempre procura explica-la na língua de sua nacionalidade. Há muitas dessas escolas que não possuem uma bandeira brasileira, um quadro de um vulto brasileiro notável, nem motivos nacionais que lembrem a infância que ali se educa que ela se prepara para viver no Brasil e colaborar com os brasileiros na luta pela vida. (SÃO PAULO, 1917, p. 292-293).

Na imagem abaixo, a escola italiana de Rio Claro. Essa imagem vai ao encontro das considerações de Oscar Thompson. Nela, é possível encontrar, afixado no fundo da sala, o mapa da Itália, e não o do Brasil.

Fotografia 11: Escola Italiana – Rio Claro

Fonte: Arquivo Público Histórico – Oscar de Arruda Penteado – Rio Claro

Foram localizadas apenas duas imagens referentes à escola italiana. Segundo registros do Arquivo Público da cidade, estas imagens referem-se à escola da Sociedade Italiana. O ano de fundação da escola italiana em Rio Claro é 1901, segundo os registros que aparecem nos jornais.

Hoje finalmente a Colônia Italiana pode contar com uma escola, de fato era um sonho que se concretiza Graças a Deus. Hoje esta na Rua 2 nº 30, aqui em Rio Claro, com 3 anos de existência, que diariamente recebe aproximadamente 100 crianças. Prof. Foragnani (O Alpha, 03/09/1901, p.3).

Vale destacar que, durante 1901-1920, a Sociedade Italiana manteve a escola de primeiras letras.

Fotografia 12: Escola Italiana – Rio Claro – Professora Lucia Capri Pignatoro.

Fonte: Arquivo Público Histórico – Oscar de Arruda Penteado – Rio Claro

No mesmo mês, setembro, de 1901, um outro anúncio, noticia a abertura de uma segunda escola italiana, desta vez, de iniciativa de um professor, Faustino Colli, na mesma rua da Sociedade Italiana, porém com numeração diferente: “*Começa dia 9 a escola Italiana na Rua 2, nº 21*”. *Horário: Das 11 da manhã às 3 da tarde. Escola Noturna: Das 7 às 9 horas. Faustino Colli*’ (O Alpha, 07/09/1901).

Nos registros dos Anuários de Ensino, consta uma única escola estrangeira italiana, porém as notícias de jornais permitiram identificar a existência de mais de uma organização desta natureza.

Até o ano de 1906, os anúncios da escola italiana e demais estrangeiras, saíam publicadas em uma coluna intitulada “Secção Alheia”. Essa nomenclatura, por si só, remete à imagem que se tinha destas organizações, ou seja, elas eram vistas como alheias ao considerado oficial. A partir de 1907, a “Secção Alheia” desaparece e os anúncios dessas escolas passam a ser publicados em outra coluna, intitulada “Secção Livre”.

O subtítulo de *Scuola Sociale* permite indagar sobre os alunos que frequentavam esse espaço. Não foi possível encontrar registros como livros de matrícula ou frequência dessas escolas, e, nos anúncios publicados também não há qualquer indicação de valores de mensalidades. Tratava-se de uma associação com sócios, os quais pagavam

mensalidades. Dessa forma, acredita-se que os alunos eram filhos dos sócios da sociedade italiana. A instituição como tantas outras existentes na cidade publicava suas reuniões de diretoria e as chamadas para pagamento dos encargos dos sócios. Anúncios da abertura do ano letivo, exames escolares e festividades da escola também eram publicados com frequência, conforme o que se segue:

Figura 14: Anúncio Escola Italiana – 1908

**Società Italiana di Benefi-
cenza**
SCUOLA SOCIALE
Realizandosi domenica pros-
sima 20 del corrente, la chiu-
sura dell'anno scolastico 1908,
invito ai genitori degli alunni
ed ai soci in generale, inter-
venire alla modesta cerimonia,
alle ore 11 a. m. di detto gior-
no.
Contando com la presenza
di tutti, anticipatamente rin-
grazio.
Rio Claro, 17 Dicembre
1908.
L'Ispettore Scolastico
Antonio Larese
3-2

Fonte: O Alpha, 19/12/1908 – Arquivo Público Histórico – Oscar de Arruda Penteado – Rio Claro

Os recursos materiais das escolas estrangeiras também não eram vastos. Não era incomum que a escola Italiana realizasse concursos para a construção de bancos escolares. Esses concursos tratavam-se de uma cerimônia na própria sociedade na qual os pais dos alunos eram convidados a participar. De acordo com os anúncios não havia premiação em dinheiro para esses concursos, era apenas para a manutenção da própria escola, até porque o número de alunos matriculados acompanhava o número de bancos escolares disponíveis.

Società Italiana Beneficenza – Rio Claro
Concorsi per la costruzioni di banchi scolari
Questa Società Italiana chiama di oggi el sr. Mazzo no concurso per la
construcone di 16 banchi scolari quelle devanno essere per il posto el o
alunni egouno.
Gli interessati si ponteramo rivolzere per informacione a questa begeregiara.
Antonio Larese – segretario. (O Alpha, 04/03/1905, p.3).

A escola do Centro Espanhol de Beneficência também anunciava nos jornais em espanhol. Funcionou, primeiro, apenas como escola primária, mas já com o ensino de língua espanhola. Pode-se identificar a data da fundação do Centro, 15 de agosto de 1899, em função de uma notícia de 1906, em comemoração aos sete anos do Centro. Biccas (2012) em pesquisa realizada sobre o Centro Espanhol de Santos, identificou que só depois de 3 anos de fundação da instituição é que foi criada a escola, existindo antes apenas uma biblioteca.

Desde 1901, nos jornais, na “Secção Alheia”, é possível encontrar notícias sobre o Centro de Instrução, como convocações de reuniões, eleições de nova diretoria, entre outros, conforme se vê abaixo.

Figura 15: Anúncio Centro Espanhol - 1901

Fonte: O Alpha, 31/08/1901 – Arquivo Público Histórico – Oscar de Arruda Penteado – Rio Claro.

A memória anual mencionada no anúncio e outros documentos relacionados a essa organização não foram localizadas. Também não se tem registros quanto aos documentos escolares da escola que dispunham. Apenas foram localizados anúncios nos jornais de abertura de matrícula, convites para os exames finais, resultados dos exames nos quais eram mencionados os nomes dos alunos e o número de participantes. Esses registros podem trazer indícios para pesquisas quanto às trajetórias desses alunos, algo

que não foi explorado nesse trabalho. Além disso, no Arquivo de Rio Claro, foi possível encontrar nas correspondências da Câmara convites enviados para participações nas festividades da cidade e respostas da Sociedade Espanhola como documento a seguir:

Sociedade Espanhola de Instrução e Beneficência

Ilmos. Srs. Membros da Câmara Municipal de São João do Rio Claro.

A sociedade espanhola de Instrução e Beneficência nesta cidade, tendo a subida honra de receber um convite de vossa ilustre e democrática corporação, que tão dignamente a distingue, vem declarar que se fará representar por uma comissão de três membros da mesma, lamentando não acompanhar a bandeira social, porque não há possuímos.

Porém independente desta falta involuntária, essa sociedade vos oferece seu incondicional para o festival de hoje 15 de novembro que representa para esse Colosso da América, uma era de liberdade e progresso dentro da esfera democrática, pela forma do Governo Republicano Federativo.

Viva o 15 de Novembro!

Viva a República!

Viva a Nação Brasileira!

Salve os heróis da Pátria!

Primo Rivera – Presidente

15/11/1895⁶⁵.

A comemoração que se tratava o convite é a da Proclamação da República, momento em que a cidade organizava desfiles nas ruas com a participação de alunos das escolas, representantes do setor militar e demais entidades. Cabe ainda fazer uma ressalva quanto presidente na época da Sociedade Espanhola. Primo Rivera, foi professor de desenho por muitos anos na cidade. De origem espanhola, trabalhou na Cia. Paulista e manteve suas aulas de desenho no prédio da loja maçônica. O curso era destinado a homens e meninos e segundo registros localizados, era mantido pela Loja Maçônica e mensalidades pagas pelos alunos. A foto a seguir traz a imagem do professor Primo Rivera e alguns de seus alunos.

⁶⁵ Documento disponível no Arquivo Público de Rio Claro.

Fotografia 13: Primo Rivera e seus alunos de desenho.

Fonte: Museu Histórico e Pedagógico – Amador Bueno da Veiga – Rio Claro.

Conhecer a trajetória desses personagens permite entender os espaços em que circulavam e quais as relações que mantinham com essas organizações. No caso de Primo Rivera, observa-se que ficou a frente da Sociedade Espanhola, pertencia à maçonaria, era professor e funcionário da empresa de ferrovia, ou seja, estava em diversos setores da sociedade rioclarense.

Em 1905, o Centro amplia suas atividades educativas e adota um novo nome, “Novo Externato Centro Espanhol”.

Novo Externato Centro Espanhol

Scientifico os senhores sócios bem assim como os srs. pais de família que nesta data começa a funcionar o Externato em 3 cursos: primário, intermediário e secundário, este último regido pelo professor Carlos Baroni atualmente residente nesta localidade e os outros dois pelo Diretor abaixo assinado.

Cujo externato já funcionava de 20 de fevereiro último, porém nos primeiros cursos. Sito a rua 3, n. 80.

O Diretor

Antonio R. Manga. (O Alpha, 05/03/1905).

Até 1905, os anúncios relativos ao Centro eram publicados em espanhol. A partir desse ano, com a abertura de novos cursos, os anúncios em jornais são publicados em português. A mudança pode indicar uma estratégia comercial. Com anúncio em língua

portuguesa, mais leitores poderiam ser alcançados, aumentando a probabilidade de novos alunos.

Em Rio Claro, existiam, ainda, duas escolas alemãs, a Escola Allemã e a Escola Alleman, conforme os anuários de ensino. Adiante, contudo, elas se unem em uma única escola, o Colégio Koëlle.

A primeira escola alemã é fundada em 1883, e foi dirigida pelo professor Theodoro Koëlle. Nela, a língua alemã faz parte dos quadros obrigatórios de ensino.

As primeiras iniciativas da escola alemã se deram nas fazendas Angélica e Ibicaba, de propriedade do senador Vergueiro, em função da imigração. Foi necessária a criação da escola para atender os filhos do grande número de colonos suíços e alemães (Colônia de Bury e Boa Vista). Por certo, isso não se deu de imediato. Segundo Koëlle (2010), as condições de vida desses colonos eram precárias. Por exemplo, ao final de um ano de trabalho, os colonos deviam à loja da fazenda mais do que tinham direito a receber como salário.

Não havia escolas para os filhos, as condições de habitação e trabalho não eram muito diferentes das que se oferecia aos escravos. Assim foi que um professor que fazia parte do grupo agregado à Fazenda Ibicaba, Thomas Davatz, escreveu um relatório em que descrevia as mazelas de Ibicaba, e que se tornou um best-seller na Alemanha. O fluxo de imigrantes caiu significativamente a partir de 1860, e as instituições alemãs e suíças se preocuparam em enviar missionários ao Brasil, especificamente à região de Ibicaba, para criar as estruturas (igrejas e escolas) que pudessem assegurar aos colonos e a seus filhos um mínimo de assistência e sobrevivência cultural. (KOELLE, 2010, p.43).

A escola recebeu, ao longo de sua existência, diversas denominações, Deutsche Schule (1883-1910); Deutsch-Evangelisches Internat (1910-1917); Escola Particular Theodoro Kölle (1917-1918); Escola Evangélica de Rio Claro (1918-1938); Instituto Kölle (1939-1945); Ginásio Koëlle (1945-1985); Colégio Koëlle - Educação Infantil – 1º. e 2º. Graus (1985-1998); Colégio Koëlle (1998 aos dias atuais).

A escola recebia crianças de diferentes idades e de ambos os sexos, no entanto, tinham aula em ambientes separados. Abaixo, fotos da escola, de 1900 à 1902. As fotografias seguem o padrão de retratos escolares do período, ou seja, os alunos perfilados com olhares sérios e o professor da turma ao lado. Esse padrão também é encontrado nas fotografias das escolas de iniciativa pública.

Fotografia 14: Alunos da Escola Alemã em 1900.

Fonte: Museu da Imigração – Acervo Digital

Da primeira fase da escola, cuja nomenclatura era Deutsche Schule (1883-1910), foi possível localizar uma imagem de seu espaço físico no museu da imigração. A foto, sem autoria registrada, mostra crianças nas janelas e seus professores. No centro da imagem, alguns senhores bem trajados. Se considerarmos os modelos de retratos escolares da época, é possível que esses senhores sejam os diretores e os proprietários da escola. A imagem segue uma simetria também padronizada na época a área central e duas janelas com crianças de cada lado, sendo que de um dos lados há uma árvore dificultando o seu enquadramento. O prédio com janelas grandes era comum nas construções escolares, para auxiliar na iluminação e arejamento dos espaços, algo também comum nos grupos escolares, bem como colocar o nome do estabelecimento ao centro da construção.

Fotografia 15: Escola Alemã de Rio Claro.

Fonte: Museu da Imigração – Acervo Digital

Os anúncios da escola alemã também eram comuns nos jornais. Publicavam as datas de exames, o inícios das aulas, e convidavam a população para festas e exposições.

A Comissão encarregada dos festejos da Escola Alemã desta cidade e da quermesse em benefício do prédio onde funciona as aulas, científicas aos interessados, que foram as mesmas transferidas para o dia 7 de Setembro p. vindouro. Rio Claro 30 de Julho de 1910. A Comissão. (O Alpha, 08/08/1910).

Contudo, a divulgação da Escola Alemã não se restringia ao jornal local. A própria instituição organizava postais com fotos da escola e da igreja a serem enviados aos parentes e amigos. No arquivo da escola, foi possível encontrar pelo menos cinco modelos diferentes destes postais. Os postais abaixo possuem sempre a mesma frase “Die Besten Glückwünsche zur vermählung!” a tradução possível para ela seria “O melhor (sem tradução) de se casar”. Trazem as imagens da escola e da igreja e sempre com muita arborização, característica também marcante na região conhecida como Vila Alemã em que moraram muitos imigrantes alemães. Aparentemente o lugar arejado, espaçoso e com o contato da natureza, faziam parte da proposta desses imigrantes. Além disso, a construção desse prédio ficava localizada a aproximadamente dez quadras do primeiro grupo escolar e também fora do quadrante da época localizado com o área mais central.

Fotografia 16: Postal 01 da Escola Alemã de Rio Claro

Fonte: Arquivo do Colégio Koëlle – Rio Claro.

Fotografia 17: Postal 02 da Escola Alemã de Rio Claro

Fonte: Arquivo do Colégio Koëlle – Rio Claro.

Em 1917, após o Brasil declarar guerra à Alemanha, o presidente mandou fechar as escolas estrangeiras que não ministrassem o ensino de português. Segundo relatório de Oscar Thompson, verificou-se, no mesmo ano, que 37 escolas no estado de São Paulo não cumpriam o requisito. Em Rio Claro, a escola alemã continuou funcionando normalmente, embora tenha alterado o nome, de Deutsch-Evangelisches Internat (1910-1917) para Escola Particular de Theodoro Koëlle (1917-1918). Essa mudança de nome pode ser um indício para o seu não fechamento uma vez que mantinha um nome em alemão e passou a funcionar com o nome de seu proprietário.

Essas escolas tiveram de se adequar ao novo cenário político, exigência de que é indício a charge do jornal “A Picareta”.

Figura 16: Charge sobre a Escola Alemã – Rio Claro

Fonte: A Picareta, 16/09/1917, p. 1.

Observa os alunos como soldados vestidos iguais e o professor com traços também parecidos, alguns símbolos da Alemanha na parede, incluindo o mapa e a seguinte frase abaixo: “*Amar o Kaiser sobre todas as coisas e o dinheiro como nós mesmos; só considera com digno a da nossa espécie os que exibam um cheque ou possuam um pergaminho; nunca esquecer que o patriotismo são palavras muito belas para iludir os tolos e nunca estender as nossas mãos aos operários, que afinal não nos podem oferecer um banquete e nem proteção... E viva a pandega*⁶⁶!”

Segundo a frase expressa na charge os alemães devem amar o Imperador e o dinheiro, além disso, só consideravam pessoas dignas os seus próximos que possuíam dinheiro e uma formação, não devendo os aproximar-se aos operários considerados pobres e sem a capacidade intelectual e financeira que eles possuíam. A superioridade alemã foi muito marcante e as escolas poderiam ser reprodutoras dessas orientações.

⁶⁶ Pandega segundo o dicionário Aurélio pode ser entendido como um termo que se destina a festa, bagunça, festa ruidosa.

Dessa forma, ordenou-se o fechamento das mesmas, até porque como a charge ainda alerta as questões de moral e civismo no caso brasileiro era para tolos.

3.3 Escolas confessionais

As escolas confessionais eram organizações que seguiam uma crença religiosa. Em Rio Claro, essas escolas também foram localizadas. Caberia neste item também incluir a escola Alemã. No entanto, por se tratar de uma escola confessional e também estrangeira, fez-se a opção por apresentá-la no item anterior. Dessa forma, a escola relacionada a este item é a Escola Puríssimo Coração de Maria, dirigido por irmãs católicas.

As escolas confessionais católicas atendiam prioritariamente meninas em sistema de internato ou externato, com a finalidade de preservar a moral e a instrução da mulher para o lar. Segundo dados dos Anuários de ensino essas escolas tinham uma postura diferente das estrangeiras. Para João Chrysostomo Bueno dos Reis Júnior em relatório apresentado no ano de 1914 essas escolas eram diferenciadas quanto aos programas, mas primavam pela moral que ensinavam.

As escolas dirigidas por irmãs de caridade estrangeiras não merecem censura, ao contrário, são dignas de aplausos pela fina educação moral que proporcionam. Pena é que, em geral, desconheçam aos princípios da didática moderna e por isso deixem de seguir no ensino os processos, que se recomendam.

Há nessas casas de educação a preocupação tão somente com o cultivo da memória; por isso, a não ser uma ou outra língua estrangeira, que ensinavam a falar falando e prendas domésticas, em que as irmãs muito se esmeram, o ensino poderia ser mais bem feito.

Confessam, entretanto, os srs. Inspetores que, apesar disso, bons serviços essas escolas vem prestando ao Estado.

Há da parte das irmãs, ninguém contesta, desejo de melhorar suas escolas, tanto que solicitam instruções dos srs. Inspetores escolares (SÃO PAULO, 1914, p. 38-39).

A escola confessional de Rio Claro – Puríssimo Coração de Maria, instalada em 1909 sempre utilizou os jornais da época para publicar seus anúncios. No mesmo ano da fundação publicou durante diversos meses no Alpha o programa do colégio reforçando dados apresentados pelo inspetor na citação anterior.

Programa do Externato “Puríssimo Coração de Maria”
Primeira Parte
1 e 2 annos

Doutrina, História Sagrada, Leitura, Aritmética, Lições de cousas, Escrita, Canto, Trabalho com Agulha.

Mensalidade 3\$000

3 e 4 annos

Doutrina, História Sagrada, Leitura, Aritmética, Gramática, Composição, Desenho, Caligrafia, Geografia, Canto, Geometria, Trabalho com Agulha.

Mensalidade 5\$000

5 e 6 annos

Doutrina, História Sagrada, Leitura, Aritmética, Gramática, Composição, História da Pátria, Desenho, Caligrafia, Geometria, História Natural, Pysica, Trabalhos.

Mensalidade 10\$000

Horário das aulas: das 10 e ½ às 3 e ½ .

Segunda Parte

FRANCEZ E ALLEMÃO

Instrumentos – Piano, Harmonium, Bandolin, Volino e Cythara.

Trabalho com Agulha.

Aceitam-se meninos até 10 annos de idade.

As matrículas podem ser feitas na casa n.10 da avenida 3 ou na avenida 7, n. 21. Em sala separada há uma aula grátis para as crianças reconhecidamente pobres.

Nota: O ensino de segunda parte é particular e leciona-se com prévio ajuste.

A Diretora – Irmã Juliana de S. S. Sacramento (O ALPHA, 02/06/1909, p.3).

Segundo os dados apresentados no anúncio a escola tinha uma preocupação frequente com a doutrina cristã e história sagrada, além dos trabalhos com agulha. Aceitava meninos somente até os 10 anos de idade. A segunda parte do programa poderia ser alterada por tratar-se de profissionais contratados para ministrarem esses conteúdos.

Para Leonardi (2004), a fundação do *Puríssimo* foi mais um dos símbolos que construíram as representações do progresso da cidade, e, especialmente, das famílias de elite. A elite rioclarense precisava ser vista e reconhecida como estimuladora da cultura, empreendedora e defensora do progresso. A fundação do *Colégio* servia a esse fim e supria a necessidade de escolarização para as meninas dessas famílias.

Moura (2002) afirma que, até a data da fundação do *Colégio Puríssimo*, havia somente quatro escolas católicas na região, em Araras, Campinas, São Carlos e Sorocaba. Já nos dez anos seguintes (de 1909 à 1919), o número de fundações de colégios, escolas ou obras sociais católicas praticamente dobrou. Nos dez anos seguintes, esse crescimento se manteve e, em 1929, havia 12 fundações católicas.

Fotografia 18: Colégio Puríssimo Coração de Maria – Rio Claro

Fonte: Arquivo Público e Histórico – Oscar de Arruda Penteado - Rio Claro

Leonardi (2004) desenvolve considerações sobre o significado do nome do colégio. A ideia de *puro* se liga, inicialmente, ao substantivo *coração*, sede da alma, do sentimento e da coragem, como em Homero, e da consciência, como no budismo. Em Rio Claro, diz-se frequentemente *o Puríssimo*. A ideia de *puro* desligou-se do *coração de Maria* para ligar-se à instituição, ao substantivo *Colégio*, direcionando a ele o adjetivo e compondo uma imagem: a do *Colégio Puríssimo*.

O símbolo da escola, no qual, talvez, a ligação da ideia de pureza ao *Colégio* seja mais evidente, foi desenhado pelo professor Roberto Leonardo, titular da cadeira de Desenho, por volta de 1940. O símbolo evoca o coração de Maria, mas liga-o ao conhecimento. O livro, a pena e a tinta representam o conhecimento. Os livros sustentam a lâmpada, com a luz que ilumina o mundo. A lâmpada apresenta ainda um sentido dúbio: a luz pode advir da religião e/ou do conhecimento. O coração de Maria está presente, trespassado por uma espada, mas, ao mesmo tempo, dele brota uma flor. Os dizeres *Per Deum et Patriam* remetem ao ideário do período em que o símbolo foi criado, escolas projetadas para fora de seus muros, colaborando para a construção simbólica e para o espetáculo do Estado Novo, no culto à pátria e, ao mesmo tempo, construindo suas próprias representações. Nesse período, os dois poderes, espiritual e

temporal, apoiavam-se mutuamente em suas construções simbólicas e ritualísticas, a fim de se fortalecerem.

Figura 17: Símbolo da Escola Puríssimo Coração de Maria – Rio Claro

Símbolo do Colégio (Fonte: arquivo da biblioteca do Colégio)

Fonte: Leonardi, 2004, p. 84

No ano de 1909, o Colégio publicou, diariamente, nos meses de junho e de julho, no jornal “O Alpha”, a seguinte notícia: “*Externato do Puríssimo Coração de Maria que abrir-se há brevemente nesta cidade*”.

A frequência dos anúncios permite considerar estarmos diante de uma estratégia para angariar o maior número de alunos possível. Há que salientar que os anúncios do Puríssimo concorriam com os de outros externatos, como o Externato Fonseca e o Colégio Brasil, os quais também publicavam diariamente.

Nesses anúncios, era comum a publicação do programa de ensino, do corpo docente e de algumas descrições quanto ao espaço físico da escola.

Externato Puríssimo Coração de Maria

Estão abertas desde hoje, 12 do corrente as matriculas do Externato Puríssimo C. de Maria. As aulas começam em 1 de fevereiro. Recebe-se também internas. Aos alunos que frequentarem o ano passado, deverão se apresentar para serem matriculados de novo, sem isso não terão lugar reservado. Rio Claro 12 de Janeiro de 1910.

Irmã Juliana S. S. Sacramento – Superiora. (O Alpha, 11/01/1910)

Collégio Puríssimo Coração de Maria

Estão funcionando desde o dia 15, as aulas deste Colégio para meninos e meninas. Recebe-se alunos internos, semi-internos e evita-se proposto a quem pedir. Ensina-se neste estabelecimento, Francês, música, pintura,

pyrografia, frutas artificiais e diversas qualidades de trabalho com agulha. Aceitam-se encomendas de pintura e roupas brancas.
A Diretora – Irmã Juliana. (O Alpha, 24/01/1914)

Somente um grupo muito restrito tinha acesso ao ensino no Colégio *Puríssimo Coração de Maria*. Leonardi (2004) mostra, com base na *Chronica*, que as crianças *pobres* seriam recebidas somente em *número reduzido*, o que dá indícios do público atendido pela escola. Em 1911, no livro de matrículas da escola, estão registrados 32 alunos, enquanto o Grupo Escolar Joaquim Salles, por exemplo, atendia a 571 crianças.

Considerando os anúncios dos jornais e os programas de ensino neles contidos, é possível dizer que o colégio tinha a função de formar as meninas, filhas da elite rio-clarense⁶⁷.

3.4 Escola Maçônica

A Maçonaria jamais constituiu uma ordem homogênea e monolítica. Marcada por rivalidades internas, experimentou seguidas divisões. Dentre as razões de dissidências, destaca-se as diferentes concepções sobre qual deva ser a atuação da instituição na sociedade. Durante sua história no Brasil, alternaram-se fases de perseguições policiais, de proibições oficiais de existência e de funcionamento, e períodos de tolerância, permissão e participação ativa de autoridades (CARNEIRO, 2008).

Na investigação realizada por Carneiro (2008), constatou-se que, na segunda metade do século XIX, a Maçonaria foi uma instituição decisiva no sucesso da organização do Partido Republicano Paulista, especialmente, no que diz respeito à arregimentação de seus membros e no que se refere à difusão das ideias republicanas na província de São Paulo. Por meio das reuniões em suas lojas, da divulgação de seu ideário e do princípio de auxílio mútuo entre os Irmãos, promoveu uma ligação entre as elites paulistas espalhadas pela província, e foi fundamental para a estruturação e manutenção do PRP, filiando novos membros e mantendo a coesão do partido, mesmo ao longo dos calorosos debates sobre a questão escravista.

A estruturação da Maçonaria paulista deu-se concomitantemente à difusão do movimento republicano na província. Em Rio Claro, ela começou a funcionar em 1868,

⁶⁷ A escola ainda existe e, tal como antes, considerado um colégio de elite.

com a fundação da sua primeira Loja, Fraternidade, a qual, em 1895, passa a ser denominada “Estrela do Rio Claro”. Se compararmos os nomes dos veneráveis da Loja e dos cafeicultores da época, nota-se que as pessoas mais influentes da cidade fizeram parte da maçonaria.

Os jornais noticiavam o campo de atuação das lojas, convocações de reuniões, escolha de venerável, organização de eventos, entre outros.

O Jornal *O Alpha*, de propriedade de Eduardo Leite, também maçom, publicava, diariamente, as convocações de reuniões. Na leitura dos anúncios, encontram-se indicações que nesses encontros eram eleitos, inclusive, os representantes da Assembleia Constituinte⁶⁸.

A'Gl.: do Gr.: Arch.: do Univ.:

Estrella do Rio Claro

Sess.: Con.:

De ordem desta Arg.: Off.: convido todos os Mn.: do quad.: a comparecerem sexta-feira, 26 do corrente no lugar e às horas de costume, para assistirem uma AP com e proceder-se à eleição de dois representantes à Assembleia Constituinte.

Pede-se o comparecimento de todos os Mn

José Pereira dos Santos

Secret.: 3 :. (O Alpha, 25/01/1906, p.3).

A educação para a Maçonaria paulista ocupava um lugar central na mudança política que se pretendia articular. Para os maçons era preciso formar cidadãos esclarecidos, levar a luz do conhecimento para a população analfabeta e, assim, combater o obscurantismo e a ignorância, representados pela situação política do Império, durante o qual o poder era exercido de modo centralizado e apoiado pela Igreja Católica. O caminho para alcançar a liberdade e o progresso era difundir a educação, parte do projeto das lojas maçônicas paulistas.

Segundo Carneiro (2008), a grande campanha pela instrução do povo foi deflagrada na Província de São Paulo pela maçonaria republicana e, posteriormente, pelos clubes republicanos. As lojas maçônicas foram as primeiras a criar, na província, escolas ou aulas noturnas para alfabetização de adultos, trabalhadores livres e escravos.

A Ata da “Estrela do Rio Claro”, de 27 de março de 1903, relata a vontade e a necessidade de atuarem no campo educacional.

Escusado é justificar a proposta que vou submeter a vossa apreciação; ella é uma tentativa para o primeiro passo para o principio de um empreendimento que todos nós temos o maior desejo, o maior empenho em realizar, a criação de uma eschola onde os nossos filhos e os desfavorecidos da sorte, possam encontrar ou receber o pão do espírito. As dificuldades financeiras com que

⁶⁸ A Loja 21 de Abril era também anunciante frequente. Porém, não foi localizada nenhuma sua ação no setor educacional.

temos estado com a construção do nosso templo e que ainda perdurarão por algum tempo, não permitem realizarmos de pronto esse desideratum, entretanto, podemos sem sacrifício algum ir desde já fazendo alguma coisa, in desde já dispondo o terreno para esse grande empreendimento, lançando as primeiras bases para mais tarde vermos realizados nossos desejos (...) J.J. Moraes.

A leitura da sequência das Atas do Arquivo da Loja Estrela do Rio Claro indica que, no mesmo ano, a construção da escola começou. A Ata de 15 de julho de 1904 mostra, em suas primeiras linhas *“Considerando que em 31 de maio do corrente ano fez um ano que participou a construção de uma casa para funcionar a escola de instrução primária, e como até esta data ainda não teve começo”* ⁶⁹.

No mesmo documento, foi solicitado donativos para o término das obras, estabelecendo o início das atividades da escola para o mês de agosto, sob uma administração provisória.

A Ata de 11 de janeiro de 1907 confirma a atuação da escola em Rio Claro: *“Ella funciona desde 1º de setembro até a data presente”* ⁷⁰. Ainda em 1906, o jornal confirma o funcionamento da escola publicando a data dos exames finais.

Escola Maçônica
Estrela do Rio Claro
De ordem da Diretoria Provisória da Escola, os exames primários terão lugar no dia 18 do corrente, às 10 horas da manhã, na sala do prédio onde funcionam as aulas.
Rio Claro, 12-12-1906
O membro relator J. A. Q. (O Alpha, 15/12/1906, p.2).

O regulamento da escola foi discutido no encontro de 25 de janeiro de 1907, conforme respectiva Ata, e aprovado sem emendas. Segundo as disposições do regulamento, a escola era para meninos, filhos de membros da maçonaria e da comunidade geral, desde que reconhecida a necessidade. A escola ofereceria o curso preliminar, com quatro anos de duração, compreendendo as disciplinas de primeiras letras, literatura, escrita e caligrafia, aritmética elementar, gramática portuguesa, educação cívica, noção de geografia geral, noções de geografia do Brasil e noções de história do Brasil. Cabia ao professor programar e distribuir as matérias do ensino progressivamente para os quatro anos. Eram previstos o calendário acadêmico, exames, mobiliário para escola, livros de matrícula e de exames, além de inúmeras tarefas docentes.

⁶⁹ Grifos nossos.

⁷⁰ idem.

A escola funcionou em uma área anexa à sede da Maçonaria. A fotografia a seguir apresenta a estrutura da Loja Estrela — ainda hoje, a loja mantém os mesmos padrões arquitetônicos.

Fotografia 19: Loja Estrela do Rio Claro.

Fonte: Arquivo Público e Histórico – Oscar de Arruda Penteado - Rio Claro

As escolas particulares estavam submetidas a mesma legislação que regulava as escolas públicas. No caso das escolas particulares, a dificuldade estava, como se mencionou, na fiscalização desses espaços. A escola maçônica, conforme disposto em seu regulamento, possuía uma fiscalização própria, por meio da qual era fiscalizado não apenas o cumprimento do programa de ensino, como também o comportamento do professor.

Na escola primária da Loja Estrela do Rio Claro, estavam previstos, no quadro de funcionários da escola, um diretor, um vice-diretor, professor e servente. Cada um tinha suas atribuições previamente estipuladas e todos eram nomeados pela direção da Loja Maçônica.

O Anuário de 1917 menciona o papel da maçonaria no setor educacional, a qual, por vezes, chegava a se responsabilizar pela manutenção de grupos escolares e de escolas isoladas.

A Loja Maçônica “7 de Setembro” mantém, nesta Capital, sob a direção do Sr. Nelson Teixeira, 5 Grupos Escolares e 20 Escolas Isoladas, calcadas nos nossos programas e nos nossos regulamentos. Estas escolas estão repletas de alunos. Onde quer que se abra, logo se lhe preenche a lotação. No entanto, a referida loja oferece casa e material didático ao professor e lhe paga apenas

2\$000 mensais por aluno frequente. Esses professores não ganham por mês mais de 100\$000, as suas salas de aula não são superiores as das nossas escolas isoladas e o seu material didático às vezes utilizado, é fornecido pelo Estado. Indagado o Sr. Nelson Teixeira, as causas do êxito de seus institutos de ensino, respondeu-nos ele a sorrir, que os seus professores não são vitalícios, que a fiscalização da escola é uma realidade, e que, diariamente, os fiscais destas escolas levam a seu conhecimento as ausências dos professores e a suspensão das aulas, o que combina perfeitamente com as comunicações que os próprios professores lhe trazem. Quando os professores não ensinam bem, vão praticar nos Grupos Escolares, e, se apesar disso, continuam a ensinar mal, são despedidos, assim como também o são quando pecam pela falta de assiduidade a escola. (SÃO PAULO, 1917, p. 267).

Espanta o número de grupos escolares e escolas isoladas mantidas pela Maçonaria na Capital, cabe destacar que Nelson Teixeira então diretor da Maçonaria na época em São Paulo, no mesmo anuário traz um quadro quanto ao número de alunos que mantém nessas escolas que totalizavam 1.927. Ao que tudo indica, no fragmento apresentado anteriormente, essas escolas assim que abriam já possuíam uma lotação de alunos. O sucesso para o desempenho dessas escolas, segundo o Sr. Nelson era que além de casa e material para o professor lhe pagavam por aluno frequente. Outro ponto de destaque foi a crítica que fez ao sistema de fiscalização do estado, apontando que nas escolas mantidas pela maçonaria ela era uma realidade, os professores não eram vitalícios e os mapas de frequência correspondiam ao número exato de alunos na sala, algo muito frágil nos relatórios públicos e alvo de muitas indagações do estado.

Na cidade de Rio Claro, não foi localizado livro de matrícula ou frequência dos da escola, contudo, em São Paulo, no Anuário de 1917, Nelson Teixeira apresentou um relatório detalhado quanto à profissão dos pais, nacionalidade e o número de alunos nas escolas isoladas e grupos escolares. A maioria dos alunos eram filhos de italianos, seguidos por brasileiros, portugueses e espanhóis. As profissões eram prioritariamente empregados e operários, sendo alguns negociantes e militares. As atas da cidade de Rio Claro permitiram identificar que os membros da maçonaria estavam quase sempre em ocupações de destaque da cidade como políticos, donos de jornal, negociantes, proprietários de comércios. Como o regulamento⁷¹ da escola mencionava que prioritariamente receberiam os filhos de maçons, pode-se imaginar que essa era a característica de seus alunos rioclarenses.

No tocante ao material didático utilizado nessa escola e programa de ensino, o próprio regulamento da cidade de Rio Claro evidenciava seguir o modelo do estado de

⁷¹ Regulamento da Escola em anexo.

São Paulo, cabendo ao professor distribuir as matérias de acordo com a duração do curso primário que deveria ter quatro anos. Essa distribuição era avaliada e autorizada pelo diretor da escola e só depois colocada em prática. Nelson Teixeira salientava que nas escolas da Capital também seguiam os programas de ensino do Estado com regras mais intuitivas e práticas.

3.5 Instituições e Aulas particulares

A categoria Instituições e Aulas particulares foram criadas para agrupar todas as escolas não contempladas nas categorias anteriormente descritas (subvencionas, estrangeiras, confessionais, maçônica), revelam organizações das mais variadas formas por professores individuais, grupos de docentes e ainda outros tipos de organização de civis cujo objetivo era a escolarização primária. Foram localizadas 49 instituições de dessa categoria.

Os anúncios dos jornais, mais uma vez, mostraram-se fontes imprescindíveis para coleta de dados, indicando a diversidade das propostas de escolarizações. Abaixo, são apresentadas algumas das características dos estabelecimentos mais destacados na cidade. Em alguns casos, foi possível localizar somente o ano de fundação e o nome do diretor da escola, outras vezes, pode-se encontrar apenas o endereço e o nome do estabelecimento. Em outras ocasiões, pouco ou quase nada constava nos arquivos. Assim, o trabalho abaixo resulta do cruzamento de informações oriundas de diferentes fontes de pesquisa.

Collégio Sant'Anna

Surgiu de uma antiga escola de Educação Infantil, fundada na cidade em 1894. O colégio era dirigido por Ana de Almeida Campos e permaneceu com o título de escola infantil até 1901 conforme localizado nos jornais. Era uma escola para ambos os sexos com curso primário, complementar primário e secundário. Inicialmente funcionava na Avenida 2, casa 23 conforme descrições do anúncio a seguir:

Figura 18: Escola Infantil – 1901 – Rio Claro.

Fonte: Jornal "O Rio Claro", 26/05/1901 – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Em 1902 os anúncios aparecem já com o nome de Colégio Sant'Anna, fazendo menção a antiga escola infantil, conforme transcrição a seguir:

Colégio Sant'Anna
ANTIGA ESCOLA INFANTIL-- Fundada em 1894 em RIO CLARO
Avenida 1, n°60 (PROVISORIAMENTE)
Aceitam-se alunos de ambos os sexos, sendo internos somente do sexo feminino. Contribuições: Internos 40\$ 45\$ e 50\$ mensais. Externos 24\$ 30\$ e 36\$, por trimestre Rio Claro, Outubro 1902. A Direção. (O Alpha, 19/08/1902 p.2).

Ao que tudo indica, o colégio funcionava na Rua 2, n° 60, alguns meses depois, transferiu-se para o número 68 da mesma rua. Tinha curso primário e secundário, admitia alunos externos, de ambos os sexos e, internos, somente do sexo feminino.

Atheneo de Rio Claro: Internato e Externato

O Atheneo de Rio Claro: Internato e Externato, como o nome indica, funcionava nas modalidades de internato e externato, oferecendo curso primário, secundário e noturno. No início, usava o nome Atheneo Litterario, Foi dirigido por Nivaldo Teixeira Braga (1895 – 1902). No verso de um recorte de um seu anúncio no jornal *Diário do Rio Claro*, de 16 de outubro de 1895, encontramos, manuscrita, a sua localização. A

escola estava localizada na rua 7, esquina da Avenida do “Largo Riachuelo”, ou seja, avenida 10. As observações encontradas no verso do recorte foram anotadas por Oscar de Arruda Penteado.

Um ponto interessante do anúncio é que o diretor deixa claro que não tem nada a ver com as brigas políticas da cidade de Rio Claro (na época em questão Marcello Schimdt e Joaquim Salles), estando afastado das questões partidárias. Declara ser adepto da república parlamentar, mas não entra nas discussões de republicanos paulistas e históricos.

Figura 19: Atheneo Litterario – 1895 – Rio Claro

ATHENEO LITTERARIO

Este estabelecimento de educação physica, moral e intellectual reabrir-se-á na cidade a 1º de Setembro subsequente e funcionará todos os dias uteis das 8 horas da manhã ás 9 horas da noite, em dois cursos distinctos, — diurno e nocturno.

O curso diurno comprehenderá o ensino elemental primario bem como todas as especialidades precisas á admissão de alumnos á matricula em qualquer das Academias da Republica; e o nocturno, tão somente as seguintes disciplinas. — Portuguez, Contabilidade, Géographia e Escrita Mercantil.

O Atheneo Litterario admitirá em sua matricula tão somente alumnos menores de quatorze annos (excepto os nocturnos que podem ser adultos), morigerados e sadios, mediante as seguintes pensões trimestraes :

Externo primario a	30\$000
Externo secundario a.	60\$000
Externo nocturno a	0\$0090

cujas pensões trimestraes deverão ser pagas adiantadamente e sem direito algum á restituição pela retirada prévia do alumno, desde que uma tal hypothese se dê por motivos extranhos ao estabelecimento.

Os estatutos do Collegio serão distribuidos entre todos os pais, paes de familias que tivessem filhos a matricular no Atheneo Litterario.

Outrosim, aproveito a oportunidade para tambem declarar que nada tenho que ver com a odiosidade pessoal subsistente entre ambas as parcialidades partidarias militantes nesta prospera cidade, não só porque sou adepto da Republica Parlamentar, como tambem porque presentemente estou completamente afastado da lucta partidaria e das lides politicas.

Rio Claro, 15 de agosto de 1895.

O Director,
Nivaldo Teixeira Braga.

Este estabelecimento funcionava no prédio do Sr. J. J. de Almeida, na Rua 7 esquina da Av. do Largo Riachuelo

Fonte: Arquivo Público e Histórico – Oscar de Arruda Penteado - Rio Claro

Publicava com frequência nos jornais da cidade, principalmente referente a datas de matrícula e exames. Quanto ao período de funcionamento, os registros dos jornais permitiram estabelecer um percurso do ano de 1895 a 1905, momento em que a escola também muda de endereço.

Em 1904, João Camara Leme, colaborador do jornal *O Alpha*, publica um artigo na primeira página evidenciando uma nova proposta do Atheneo de Rio Claro. Segundo

ele, a frente do projeto estava o professor Líbero Braga, conhecido na cidade e docente do colégio.

A Educação

(...) Hoje, embalado pelas mesmas idéias o “Atheneo de Rio Claro” pretende erguer-se à altura de um estabelecimento de ensino, apropriado para sua cidade, já bastante desenvolvida como esta e coloca a frente seu propagandista o professor Libero Braga, esse incansável combatente pela causa da instrução. (...) Para isso porém precisamos do auxilio e boa vontade de todas as classes sociais, pois para realização de nossa obra não fazemos distinção de classe.

O nosso futuro colégio é para todos; será ele como a luz do sol, que tanto brilha no castelo orgulhoso do rico e na choupana modesta do pobre!

A ciência que dele há de emanar é como perfume suave das auras que afaga todas as flores. (...) João Camara Leme (O Alpha, 30/12/1904, p.1).

Segundo notícia publicada no jornal *O Alpha* em 20 de março de 1905 “O Sr. Professor Honório Hermeto Motta, transferiu o seu estabelecimento de educação denominado ‘Atheneo Rio Claro’ para o vasto prédio nº 76 da av. 1 sobrado, onde funcionou o banco do Sr. Joaquim Teixeira das Neves”. Mais uma vez, conforme as descrições do local a escola estava em um espaço central da cidade.

Tratava-se de uma escola que oferecia o curso primário superior, já que preparava os alunos para os exames preparatórios.

Atheneo Rio Claro

INTERNO E EXTERNO

Desde o dia 8 do corrente mês de Janeiro, acham-se abertas as matriculas deste estabelecimento de ensino primário superior, onde se preparam alunos para prestar exames de preparatórios. Como já se acha completo o corpo docente passamos a apresenta-los afim de que os sr.s pais e mais interessados tenham conhecimento para seu governo:

Matérias:

Português, Latim e Francês – Honório Hermeto Motta

Frances, Geografia, Aritmética e Álgebra – João Camara Leme

Geometria, História Universal e do Brasil – Líbero Braga

Escrituração Mercantil – João de Campos

Música – Paschoal Guila

Rio Claro, 08 de janeiro de 1905.

João Camara Leme (O Alpha, 12/01/1905, p. 3).

A mudança de prédio e encerramento das atividades da escola são noticiadas pelo jornal. Em 30 de março de 1905, Honório Hermeto Motta, diretor e professor da escola, publica a seguinte nota no Jornal o Alpha: “*Communico aos srs. Paes dos alunos do Atheneo que encerram-se definitivamente as aulas deste estabelecimento de ensino. Agradeço-lhes muito a confiança que prestaram-me, durante o meu magistério no ‘Atheneo’*”⁷².

⁷² Grifos nossos.

Instituto de Ciências e Letras

Antes de receber esse nome em 1905, era conhecida como Língua e Ciências, fundado em 1904, pelo professor João Francisco da Cruz. A escola funcionava em sua própria casa e a princípio como cursos preparatórios para os exames da União.

Em 1905, quando se torna Instituto, publica no *Alpha* a seguinte notícia:

Instituto de Ciências e Letras

Com esta denominação ao dia 04 de abril terá aberto nesta cidade um collegio sob a direção de João Francisco da Cruz, com o fim de promover a educação physica, intelectual e moral dos que frequentam este estabelecimento, facilitando assim os paes na educação dos seus filhos.

O collegio terá internato e externato mixto e mantendo-o como primeiras letras e secundário preparando aquele que se destina a qualquer curso superior em qualquer faculdade do paiz.

Para tal fim o seu diretor tem já organizado um corpo docente capaz de desempenhar os fins que o collegio tem em vista.

Cada aluno pagara no internato por semestre 300\$000.

No externato cursando as primeiras letras, pagará 10\$000 por mez e 20\$000 se tiver no curso secundário.

O pagamento será sempre feito adiantadamente sendo o primeiro no ato da matrícula.

No dia 02 de abril, será aberta a matrícula secretaria do collegio na av. 1, número 10, das 11 horas as 3 da tarde.

O externato será aberto das 10 horas até as 3 da tarde. Para maiores informações o interessado deve se dirigir ao diretor.

Envia-se prospecto.

O Diretor – Revd. João Francisco da Cruz

O curso primário será dirigido pela exma. Sra. Francisca Ribeiro dos Santos. (O Alpha, 20/03/1905, p.3).

Considerando o anúncio acima, é possível identificar, nas iniciativas particulares, a preocupação em estabelecer uma educação segundo os princípios do setor público, capaz de promover a educação do corpo, do intelecto e da moral, e de preparar o aluno para o ensino superior. Para atingir essas metas, o Instituto contava com um corpo docente capacitado e comprometido com os objetivos da escola. A escola provavelmente encerra suas atividades em 1907 — esse é o último ano em que encontramos anúncios de matrícula e de exames do Instituto.

O Instituto foi o único a associar ao seu anúncio uma imagem da arquitetura da escola. As descrições do espaço físico eram recorrentes nos anúncios, mas raramente havia imagens dos prédios⁷³.

⁷³ Nas coleções de jornais do *Alpha* do Arquivo do Estado de São Paulo e de Rio Claro, no exemplar de 24 de julho de 1906, algo havia sido recortado da página 03. Após diversas idas ao Arquivo de Rio Claro, logramos localizar a parte da página que havia sido recortada. O recorte estava colado em uma folha de sulfite, com anotações sobre o corpo docente do colégio. Comparamos a data manuscrita junto ao recorte

Figura 20: Instituto Ciências e Letras – Rio Claro - 1906

Fonte: Arquivo Público e Histórico – Oscar de Arruda Penteado - Rio Claro

Em 1906, o colégio passou por grandes problemas, acusado de esbofetear alunos. Em agosto de 1906, *O Alpha* publicou uma Carta Aberta de João Aranha, professor do Instituto. O professor se despedia de suas atividades docentes e, ao fazê-lo, enaltece o trabalho do reverendo João Francisco da Cruz na sociedade rioclarense, durante o espaço de tempo em que o instituto funcionou.

Os elogios ao professor João Francisco da Cruz nascem do debate que se travou em diversas edições no jornal *O Alpha* sobre o tratamento recebido por meninos e meninas no colégio. Cornelio Ribeiro, cirurgião dentista e pai de um dos alunos do colégio também participara do debate. O conteúdo de suas considerações exemplifica o teor das acusações feitas ao colégio:

Instituto de Ciências e Letras

A todo o extremoso pai de família que desejar collocar seus filhos em collégio onde o diretor esbofeteia as crianças, meninos e meninas, recommendo aquelle Instituto, desta cidade.

Rio Claro, 30 de julho de 1906.

Cornelio Ribeiro (*O Alpha*, 31/07/1906, p. 3.).

Dias depois da publicação da Carta Aberta de João Aranha, na “Secção Livre” do *Alpha*, aparecem inúmeras cartas de pais apoiando o diretor do colégio.

e a data do jornal cujo recorte faltava. O recorte encontrado colado na folha de sulfite correspondia exatamente à parte que falta do exemplar do *Alpha*, de 24 de Julho de 1906.

11 de julho de 1906.

Ilmo. Amigo Sr. Dr. João Francisco da Cruz.

Peço-lhe o favor de esperar-me amanhã, 12, a passagem do trem descendente, pois resolvi que meu filho prosseguisse em seus estudos sob a sua hábil direção e desejo entrega-lo nessa ocasião; demais efetuei o pagamento dos extraordinários até 30 de julho e da pensão até 30 de setembro.

Affectuosas saudações.

Theophilo Tavares Paes. (O Alpha, 02/08/1906, p3.).

Ilmo. Sr. João Francisco da Cruz

Prezado Sr.

Em tempo recebi sua prezada carta na qual me dava a grata notícia do aproveitamento que vai tendo em seus estudos o meu filho Eduardo e para provar-lhe a minha satisfação por esse motivo, resolvi retirar do Collégio Diocesano o outro filho Alvaro de Godoy Pereira, a fim de interna-lo em seu colégio. Rogo-he matriculado ... Com estima e consideração

Eduardo da Silva Pereira. (O Alpha, 02/08/1906, p. 3.).

O diretor do Instituto também publicou sua defesa, ainda em 1906. Dizia que o colégio possuía 85 (oitenta e cinco) alunos matriculados, nove internos, dois semi-internos e setenta e quatro externos. Apresentou também um abaixo assinado, com 29 assinaturas de pais que apoiavam sua posição, um dos quais era o proprietário do jornal *O Alpha*, Eduardo Leite.

Escola de São Benedito

A escola de São Benedito funcionava em uma sala da igreja de São Benedito. Segundo os documentos localizados, foi organizada pela irmandade local.

As irmandades tiveram grande influência no acolhimento e fortalecimento dos negros no império e no início do período republicano. Dean (1977, p. 89) afirma que, em Rio Claro, a irmandade de São Benedito existia desde 1884 e, segundo o vigário da época, a “tolerava por muitos anos”. Os membros eram na maioria escravos e libertos, provavelmente quase todos moradores da cidade. “Mantinha no fundo da paróquia, constituído de contribuições que se aplicava numa celebração anual. Irmandades religiosas eram uma importante instituição social e política”.

A irmandade publicava anúncios no jornal da cidade *O Alpha* desde 1901, com convocações de reuniões, nomeação de nova diretoria, solicitação de ajuda para outros irmãos, festividades e demais atividades.

No ano de 1904, anuncia a escola de São Benedito:

Escola de São Benedito

Acha-se instalada em um dos compartimentos da igreja de nossa igreja de São Benedito a escola de primeiras letras conforme foi anunciado. Preço, 3\$000 mensais. Frances, prático 5\$000 mensais. Avisa-se aos senhores pais

que a matrícula acha-se aberta desde hoje na mesma igreja. Rio Claro, 12 de janeiro de 1904. Hygino Martinez. (O Alpha, 12/02/1904, p.3).

Porém, a escola funcionou apenas por alguns meses, logo em seguida, o professor Hygino Martinez transfere-se para outro espaço, abrindo uma escola particular.

Escola Particular

Comunico ao público e aos meus amigos que transferi para a rua 1, nº 50 me agrado ser chefes de família, que me confiaram aos alunos á irmandade de S. Benedito que gentilmente cedeu-me o seu tempo de funcionar alguns meses. No novo local aguardo o indispensável concurso do público e especialmente meus amigos. Rio Claro, 25 de Abril de 1904.

Hygino Martinez. (O Alpha, 12/04/1904, p.2).

A irmandade inicialmente ficou relacionada a igreja da Boa Morte, uma vez que a que a construção da Igreja de São Benedito não estava pronta. Conforme apontado anteriormente foi um espaço privilegiado para a comunidade negra da cidade, que se organizou durante muito tempo auxiliando muitos moradores por meio de arrecadações financeiras. A fotografia a seguir mostra a igreja de São Benedito e conforme documentos localizados a Irmandade e a escola funcionaram em salas da própria igreja.

Fotografia 20: Igreja de São Benedito – 1901.

Fonte: Museu Histórico e Pedagógico – Amador Bueno da Veiga – Rio Claro.

Colégio Brasil

O Colégio Brasil surgiu em 03 de abril de 1907 e, como escola primária, encerrou suas atividades no ano de 1914. O diretor e proprietário foi Ernesto Leão Brasil. Oferecia instrução primária, secundária e especial. Os regimes eram de internato, externato ou semi-internato. Funcionava na área central da cidade e publicava com frequentemente anúncios de aberturas de vagas e resultados dos exames dos alunos.

COLLEGIO “BRASIL”

Instituto de instrução primária, secundária e especial. Diretor - o professor tenente coronel Ernesto Leão Brasil. Rua 5 nº53. Estão matriculados e frequentes 53 alunos. Admite-se alunos externos e internos. (O Alpha, 02/10/1907, p. 1).

Quando os alunos do colégio eram admitidos em escolas de Campinas, de São Paulo ou de outra importante cidade, noticiava-se a admissão desses alunos na primeira página do jornal. Desse modo, os resultados dos exames dos alunos eram enaltecidos, mas o colégio fazia-se também então tornar pela qualidade e pela experiência de seu proprietário e diretor.

Collégio Brasil

INTERNATO E EXTERNATO

Instituto de instrução primária, secundária e especial.

Diretor o tenente coronel Ernesto Leão Brasil, professor de instrução primária e secundária, aprovado pela instrução pública do Rio de Janeiro, com 25 anos de prática do magistério. Neste colégio preparam-se candidatos a matrícula nos exames Gymnasio da República e para os exames do 1º, 2º, 3º anos desses estabelecimentos de ensino e bem assim para a matrículas nas escolas de Farmácia, do Comércio, Normal e Complementares do estado. (O Alpha, 18/04/1909, p. 3).

A partir de 1910, os anúncios do Colégio passam por uma nova diagramação e o conteúdo também sofre alterações. Nesses novos anúncios, o endereço também passa a ser publicado, assim como os resultados dos últimos exames, sinalizando a excelência do ensino da escola.

Collégio Brasil

Rua 3, n. 22

Instituto de instrução primária, secundária e especial.

A 7 do corrente reabriram-se as aulas deste instituto, fundado a 3 anos nesta cidade. Estão em funcionamento com toda regularidade, as classes dos cursos primário, secundário, especial e noturno, frequentados por 60 alunos matriculados até hoje.

Prepara-se candidatos á matrícula nos estabelecimentos de ensino superior e para exames do 1º, 2º, 3º anos dos ginásios, conforme resultados por seus distintos alunos nos exames de 1908 e 1909.

Para a carreira comercial há um curso especial, em conformidade ao Regulamento da Escola do Commercio da capital, sendo que o aluno sai preparado para os exames daquele estabelecimento de ensino superior, foi

aprovado com distinção em todas as matérias e exames, isto é, português, francês, inglês e aritmética.

Deste curso tem feito parte alunos que já auxiliam seus paes nos respectivos estabelecimentos mercantis desta cidade.

Condições de admissão

Internos – 15\$000 por trimestre

Externos – curso primário – 5\$000 mensaes

– curso secundário – 10\$000 mensaes

– curso especial – 15\$000 mensaes

Rio Claro, 21 de janeiro de 1910.

O Diretor – Ernesto Leão Brasil.

Não havia grande diferença nos valores cobrados pelas diversas escolas particulares, para o curso primário. Algumas escolas realizavam descontos de acordo com o número de alunos da mesma família.

É importante destacar que os anúncios sofrem alterações quanto a diagramação e conteúdo também quando o jornal publica diversas notícias da mesma natureza. Os Institutos, Colégios e demais escolas de Rio Claro publicavam ao lado de escolas de outras cidades, como Jaú, Campinas, Limeira, Araraquara, São Carlos, entre outras.

Essa concorrência fez com que os anúncios fossem construídos em certo padrão de forma e conteúdo. As escolas que não eram de Rio Claro, além do programa de ensino e do corpo docente, acrescentavam estar de acordo com as leis gerais da União, e publicavam o horário dos trens.

No Arquivo Público da cidade, encontramos um boletim do colégio. O documento indica que o número de alunos aprovados nos exames era mesmo um dado importante para a obtenção de novos alunos.

**Figura 21: Boletim Mensal Colégio
Brasil - 1912 – Rio Claro**

Fonte: Arquivo Público e Histórico – Oscar de
Arruda Penteado - Rio Claro

Figura 22: Colégio Brasil – Rio Claro

Fonte: Arquivo Público e Histórico – Oscar de Arruda Penteadó - Rio Claro

O encerramento das atividades da escola foi também noticiado pelo jornal *O Alpha*. Na ocasião, o diretor, também advogado, explicava os motivos do fechamento do internato e da continuidade de apenas dois dos cursos.

Collegio Brasil

Aos interessados

Por motivo justo, não realizarão no dia 20 do corrente, como fora noticiado, os exames dos alumnos deste estabelecimento de ensino que a mais de 8 anos, fundei e tenho dirigido na cidade.

Aos alumnos que, durante o ano letivo, se prepararam para os exames de admissão a matricula nas escolas superiores do Estado e da República, serão entregues os competentes atestados de habilitação, conforme o que tem sido feito anualmente.

Tendo em consideração os serviços forenses a meu cargo, e atendendo ao melindroso estado de saúde de pessoa da minha família, fica desde já extinto o internato.

Reabriremos as aulas, haverá apenas 2 cursos para externos: um para os candidatos a matricula nos estabelecimentos de ensino superior ou Academia; outro para os que se destinam a carreira comercial.

As férias colegiais começam no dia 20, e findar-se-ão a 10 de janeiro próximo.

Rio Claro, 18 de dezembro de 1914.

O Diretor – Ernesto Leão Brasil. (O Alpha, 18/12/1914, p. 3).

Considerando que o foco deste trabalho diz respeito as estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro, deixamos de investigar a trajetória do colégio após o encerramento do curso primário, ao final de 1914. Vale dizer que, de fato, em 1915, o colégio manteve a decisão publicada no jornal e não reabriu o curso primário.

Externato Fonseca

O externato Fonseca, localizado a Rua 6, número 42, oferecia instrução primária e secundária. Levando em conta os anúncio dos jornais da cidade e, principalmente, os do *Alpha*, publica pela primeira vez em 1909, mantendo anúncios até o ano de 1910. Foi dirigido por Manoel Caio da Fonseca, que já havia trabalhado, como professor, nas escolas da Capital.

Externato Fonseca
Rua 6, n. 42
Instrução primária e secundária
Prepara-se alumnos para Escola Normal. Pharmácia, Commercio e Gynasios.
O curso primário compreende o ensino de callegrafia, leitura, contabilidade, frases orais e escritas, de acordo com o desenvolvimento.
O curso intermédio – Callegrafia, leitura, gramatica, noções de geografia e história Pátria, noções sobre sciências, elementos da geometria, francês e aritmética.
O secundário – geometria, aritmética, álgebra, francês, português, história Pátria, Ditado, analyses, caligrafia, leitura e contabilidade diariamente.
MENSALIDADES
PRIMÁRIO..... 5\$000
INTERMÉDIO.....10\$000
SECUNDÁRIO.....15\$000

O professor – Manuel Caio da Fonseca, com prática de 12 anos de ensino na Capital. Aceita lições a domicilio. (O Alpha, 02/06/1909, p. 3).

O anúncio acima revela um pouco do ideal da escola e sua forma de trabalho. Muitas vezes, em seus anúncios, as escolas da iniciativa particular enfatizavam os cursos preparatórios para escolas da capital. Não foi possível localizar anúncios do externato a partir de 1911. Mas, como já indica o anúncio em análise, o professor aceitava lições a domicilio. O externato funcionou apenas por dois anos, porém o professor manteve-se em atividade docente, segundo outros anúncios, a serem analisados adiante.

Externato São José

O Externato São José oferecia curso primário, secundário, especial e noturno, para ambos os sexos. Foi uma das únicas escolas particulares localizadas nos distritos da cidade de Rio Claro. Localizada em Itirapina, foi noticiada pela primeira vez no ano de 1914. Os anúncios aparecem apenas nos anos de 1914 e de 1915. Não foram localizados outros registros que confirmassem o tempo de vida do estabelecimento.

Externato São José

Itirapina

Curso PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E ESPECIAL

SEXO MASCULINO E FEMININO

O Professor Emilio de Campos com grande prática a mais de 25 anos e conhecido no Estado Bacharel do Antigo colégio D. Pedro II resolveu abrir em Itirapina um modesto externato. Espera receber e conta com a proteção dos corações benignos e generosos, sem distinção de classe politica. Tem curso especial de Português, Francês e Inglês.

Horário:

Curso primário – Das 10 às 2 da tarde.

Curso noturno – Das 6 ½ às 8 ½ da noite.

Curso primário – 5\$000

Curso secundário – 10\$000

Especial (fora do horário) – 15\$000

A domicilio - 20\$000

Francês - 10\$000

Inglês - 10\$000

Diretor – Professor – Emílio de Campos

PS: Aceita internos a preços modestos. (O Alpha, 01/04/1914, p. 3).

Conforme o anúncio, o externato oferecia várias modalidades de cursos e horários de aulas. A região de Itirapina, distrito de Rio Claro, era considerada como zona rural, devido aos períodos de colheita e trabalho na lavoura é provável que houvesse procura nesse horário alternativo. Tal fato é um indicativo que nos lugares mais afastados da cidade as oportunidades de escolarização pública eram mais difíceis.

Gymnasio de Rio Claro

O Gymnasio de Rio Claro oferecia cursos primário, secundário e preparatório. Estava localizado na Avenida 5, n. 55, anexo à escola de Pharmácia da cidade. Em 1915, o diretor do colégio era o farmacêutico Diego Cavalcanti de Albuquerque. Segundo as descrições dos anúncios de jornal, a escola “funcionava em vasto, hygienico e confortável prédio, com todas as comodidades e seletto corpo docente de comprovada

competência. Disciplina firme e paternal (...) com métodos pedagógicos dos mais aperfeiçoados” (O Alpha, 29/01/1915, p. 4).

Em 1916, a direção do ginásio passa para Arthur Bilac, cujo vice era Ernesto Napoleão Sette. A partir do ano seguinte, não há notícias sobre a escola. Por outro lado, foi possível encontrar anúncios do ano de 1917, sobre o próprio Artur Bilac, nos quais divulgava que ministraria aulas em sua residência.

Todas as escolas elencadas anteriormente fazem parte do rol de iniciativas particulares que surgiram na cidade de Rio Claro, bem como em seus distritos. Como já foi mencionado anteriormente devido ao número de escolas localizadas e a dificuldade de encontrar registros de todas elas não foi possível apresentá-las uma a uma. Desta forma, optou-se por aquelas que se conseguiu um maior número de documentos. Algumas destas instituições anunciavam com frequência nos jornais consultados para pesquisa e outras aparecem apenas uma ou duas vezes. Além dessas iniciativas foram criadas inúmeras aulas particulares elencadas durante o recorte temporal da pesquisa. Os anúncios a seguir apresentam algumas dessas iniciativas.

Aulas diurnas e noturnas

Ensino primário, complementar e secundário para meninos e adultos, em seções e hora diferentes. À avenida 3, n. 42, provisoriamente. Professor Libero Braga (O Alpha, 09/01/1902, p. 2).

Alumnos

Aceitam-se em escola particular, diurna e noturna, ensinam-se as primeiras letras. Rua 6, n. 75, esquina da avenida 6 (O Alpha, 10/08/1902, p. 3).

Professor

O Professor Antonio Faucon, residente a Avenida 3, n. 48 leciona francês, geometria, geografia, etc, durante o dia e também abriu uma aula noturna, para o que desde já aceita alunos (O Alpha, 3/05/1902, p. 3).

Escola Particular

A escola para ambos os sexos, que funcionava a rua 2, n. 71, transferiu-se para a rua 5, n. 73, funcionando as aulas das 9 horas da manhã às 4 da tarde. Mensalidade 8\$ e 4\$ (O Alpha, 3/05/1902, p. 3).

Aula Particular

Aparecida de Monte Alto

Diretor: Vicente Picarelli

Mensalidade:

Um Aluno 5\$000

Dois alunos mesma família 8\$000

Três 10\$000

Gratuita para os pobres a quem se lhe dará também livros, cadernos se for preciso (O Alpha, 04/04/1904, p. 3).

Escola

Abaixo assinado no di 3 de fevereiro abre uma escola diurna e noturna na rua 3, casa 81. Para matricular-se todos os dias, das 10 horas ao meio dia. Dá também lições particulares de língua italiana.

Faustino Colli (O Alpha, 16/01/1907, p. 2).

Alumnas

Candida de Sá Negreiros, estando de novo residindo nesta cidade à avenida 4, nº 6 aceita alunas para o ensino de primeiras letras garantindo a leitura em 3 meses, à razão de 4\$000 mensalidade. Também leciona piano, a 10\$000 mensalidade, fornecendo piano para as lições (O Alpha, 15/02/1909, p. 3).

Professor

Laudelino de Oliveira Lima voltando ao magistério e fixando sua residência nesta cidade oferece, os seus serviços aos pais de família e outras pessoas que deles necessitarem. Leciona francês e inglês teórica e prática, e outras matérias de curso primário e de preparatórios para a matrícula em Gymnasios e escolar complementar. Residência Av. 10 nº 5 (O Alpha, 07/01/1910 p. 3).

Professor

Um professor de preparatórios dispõe de algumas horas vagas, à lições em sua residência, das seguintes matérias: Português, Aritmética, Geografia, História Geral, e do Brasil, Álgebra e Geometria, etc. Também dá lições noturnas para adultos. Rua 8, 91. Rio Claro (O Alpha, 07/01/1910 p. 3).

Aula Particular

O professor José Minervino, diplomado pelas escolas normais, primária e secundária da capital, leciona particularmente matérias do curso primário e prepara alunos para os cursos normais e superiores. Para mais informações dirigir-se ao Hotel Pergola em frente a estação (O Alpha, 10/04/1915 p. 2).

Anúncios dessa natureza foram localizados durante todo o recorte temporal da pesquisa, como no próximo capítulo será apresentado todas essas iniciativas, foram selecionados apenas alguns exemplos para ilustrar as iniciativas de aulas particulares.

Não se pode negar que a iniciativa particular teve fundamental importância no processo de escolarização neste período estudado e que desde o seu surgimento fez uso das mídias para divulgar seu trabalho.

As análises dos jornais da cidade permitiram identificar essa diversidade de estratégias escolares, o corpo docente de diversas escolas, uma vez que era habitual publicar quem fazia parte da instituição, a localização na cidade, os recursos materiais (livros didáticos e de leitura etc) e programas de ensino, a questão do espaço físico utilizado entre outras características. Desta forma, surgem inúmeras outras entradas de pesquisas que podem ser construídas a partir destes anúncios de jornais. Neste trabalho especificamente focamos na trajetória dos professores e como estes circulavam nos ambientes públicos e particulares, uma vez que foi frequente observar professores do ensino público atuando ou oferecendo em sua residência ensino domiciliar.

A uma verdadeira explosão de iniciativas de escolarização primária na cidade de Rio Claro durante os anos de 1889 a 1920. Essa multiplicidade de escolas particulares seja de vinculação com religiões, estrangeiros, organizações civis, maçonaria entre outras propiciam uma cobertura as crianças de de ambos os sexos nas mais diversas idades escolares, além de oferecem ainda possibilidade de cursos noturnos para adultos. A seguir será possível identificar os sujeitos e seus espaços de escolarização na educação rioclarense, observando suas mobilidades nesses espaços.

Educação

“Educar” não é apenas ensinar. Educar é amar, é amparar, é ser pai. O educador cria almas novas, como o floricultor cria novas flores.

Não é educador quem se limita a passar do seu espírito para o espírito de educando noções de ciências ou artes. Isso é por assim dizer, a parte Mecânica do Ensino, que o trato de bons livros pode dar por si só.

O papel do educador é mais nobre; ele forma o espírito, afeiçoa o coração, transforma a alma e o corpo, equilibra os nervos, rebustece os músculos, aperfeiçoa o cérebro, apura a inteligência, desenvolve a justiça, afervora a coragem; ele tira em suma, da criança o homem, como se tira do carvão negro o diamante claro, e do petróleo asqueroso a luz radiante.

Assim, o educador é pai desvelado, que limita o amor a sua prole, mas estende-o e alarga-o com esses rios de águas fecundas que fertilizam em torno de seu leito léguas e léguas de terra.

Olavo Bilac

(O ALPHA, 13/01/1905, p. 1).

4 Sujeitos Rioclarenses: mobilidade e espaços escolares.

O objetivo deste capítulo é apresentar e analisar os sujeitos (docentes e alunos) e seus espaços de escolarização. O propósito é mostrar como se deu a mobilidade de alguns docentes na cidade do Rio Claro, que ora estavam trabalhando em instituições educacionais públicas, ora nas particulares. Em muitos casos, esses profissionais trabalhavam simultaneamente nesses dois tipos de instituições. Encontramos ainda, aqueles que ministravam aulas particulares nas suas próprias casas.

Nos capítulos anteriores, foi possível verificar que no período de 1889 a 1920, foram criadas uma multiplicidade de instituições que ofereciam a escolarização primária na cidade de Rio Claro. Como será apresentado neste capítulo, os docentes tinham uma mobilidade frequente em vários espaços escolares devido a inúmeros problemas relacionados às condições de trabalho, tais como: baixos salários, falta de material didático, falta de mobiliário, falta de espaço físico adequado as aulas etc. No tocante aos alunos nem sempre foi possível localizar documentos capazes de caracterizá-los. Logo, os indícios encontrados permitem realizar algumas análises sobre quem era a clientela de algumas dessas modalidades de escolarização.

Este capítulo aborda ainda, o mapeamento das escolas públicas e particulares na perspectiva de caracterizar como eram os lugares e os espaços ocupados por essas instituições (isoladas, subvencionadas, estrangeiras, maçônicas, confessional, entre outras) que funcionavam na cidade, buscando assim demonstrar como era realizada de fato a escolarização das crianças. Conhecer a localização desses espaços, permite compor o cenário da cidade, entender o seu processo de urbanização e o lugar dos grupos sociais na escolarização primária. Identificar esses espaços e os sujeitos da escola, possibilitam muitas indagações para trabalhos futuros no tocante às práticas de ensino, os programas, a própria formação docente e suas trajetórias, por exemplo.

4.1 Mobilidade Docente nos espaços públicos e particulares.

A mobilidade dos professores nos espaços escolares foi observada com muita frequência, principalmente nas escolas isoladas. Os inspetores a relatavam praticamente em todos os anos. Para eles, era necessário a constituição, pelo Estado, de um plano de

carreira docente, de modo a estimular os professores a permanecer mais tempo nas escolas.

Segundo Oscar Thompson, em relatório de suas viagens, apresentado no Anuário de 1908, o ponto fraco do sistema escolar estava na falta de professores e na constante mudança de escolas.

Estes professores não permaneciam mais de seis meses nessas escolas, e isso perturbava extraordinariamente o ensino. Deliberou-se, então, depois de acurado estudo, que só seriam nomeados para essas escolas os candidatos que, por meio de contrato, garantissem sua permanência no lugar, ao mesmo por um ano (SÃO PAULO, 1908, p. 28).

Por que os professores permaneciam pouco tempo nas escolas isoladas? Esta deve ser uma importante indagação, pois ao que parece é sempre um problema tanto para o professor quanto para o gestor. No caso do professor, não podemos esquecer que ele precisa trabalhar, muitas vezes, longe da sua cidade de origem, longe dos seus familiares, com salários diferenciados, menores em relação aos professores que trabalhavam nos grupos escolares. Além disso, a falta de materiais, infraestrutura pouco adequada para o funcionamento de uma escola e outras condições adversas já descritas neste trabalho, não incentivava a permanência de professores. Assim, o docente ficava sempre a espera de uma oportunidade para solicitar a sua transferência para um lugar mais próximo da sua família, do seu lugar de moradia, ou para uma instituição que oferecesse melhores condições de trabalho e de salário. Do ponto de vista do gestor, sabemos pelos relatórios, que a cada pedido de transferência, desencadeava um problema administrativo, burocrático e também no que se refere à busca de novos recursos humanos, ou seja, encontrar profissionais dispostos a iniciar ou prosseguir sua carreira docente nas condições oferecidas.

Os grupos escolares não sofriam com a troca constante de professores, pois contavam com um rol de professores substitutos. Ainda, eles representavam o local almejado pela maioria dos professores iniciantes, em função da sua localização (área central), instalações, materiais didáticos e pedagógicos e condições higiênicas.

Cabe ressaltar que a formação desses professores deveria acontecer na escola normal. De 1890 à 1910, o Estado de São Paulo organizou cinco escolas normais, a maioria localizada na cidade de São Paulo. Rio Claro solicitou a implementação dessa modalidade escolar para o município, mas a sua instalação deu-se na cidade de Piracicaba. Além da Escola Normal, para a formação dos professores foi também

instituída a escola complementar, cujo custo de implementação era significativamente menor. Na época, essas escolas, como as isoladas, foram severamente criticadas pelos profissionais do magistério, os quais não as consideravam capazes de garantir a qualificação profissional dos professores.

A formação oferecida pelas escolas complementares gerava uma série de outros problemas, quando o professor nela formado assumia uma classe, em especial, se fosse essa do tipo isolada. Sem experiência e conhecimentos adequados, diante das dificuldades impostas pelo modelo das escolas isoladas, o professor na primeira oportunidade, se removia para outros locais.

O desvirtuamento do projeto de formação dos professores demonstra claramente os limites do projeto republicano de modernização educacional. A dualidade de escolas de formação e o confronto com a Escola Normal e as escolas complementares põem de manifesto a adoção de uma política educacional paradoxal – a convivência de instituições de excelência com instituições precárias, a diversidade de escolas e o atendimento seletivo, quando o pressuposto básico era a difusão da educação popular. Ao impor um projeto modernizador, o Estado republicano manteve algumas poucas instituições modelares que simbolizavam o desejo fáustico de inovação e propagandeavam as realizações do novo regime, enquanto boa parte do sistema de ensino público padecia de enormes problemas (SOUZA, 1998, p. 69).

Considerando o número de escolas isoladas vagas, a formação de professores se tornou um elemento fundamental para solucionar parte dos problemas educacionais.

O jornal local da cidade de Rio Claro noticiava as escolas isoladas, sem professores. O poder local se sentia pressionado, mas, ao mesmo tempo, lembrava que o problema não era específico da cidade.

Escola de Ferraz

A secretaria da Agricultura oficiou ao secretário do interior solicitando os seus bons ofícios no sentido de ser provida a escola pública da secção Ferraz, do Núcleo Colonial “Jorge Tibiriçá”, visto a professora nomeada não ter tomado posse do lugar (O Alpha, 07/12/1907, p.3).

As questões salariais também fizeram parte dos debates políticos e podem ser apontadas como uma das razões da mobilidade dos professores. Segundo os Relatórios dos Inspetores, em 1911, os vencimentos dos docentes das escolas isoladas urbanas e rurais estavam defasados (250\$, urbanas; 200\$, rurais). Em diversas regiões, como em Rio Claro, nas quais o café impulsionou o mercado, o preço do aluguel era especialmente alto. Assim, algumas Câmaras Municipais propuseram-se mesmo a custear parte desses encargos.

Em setembro de 1912, *O Alpha* de Rio Claro, publicou um artigo de um de seus colaboradores da cidade de Brotas, Coelho Cintra, sobre o tema da equiparação salarial dos professores. O artigo defendia iguais rendimentos para professores complementares e normalistas⁷⁴.

Os baixos rendimentos levaram que muitos professores a acumular funções, ministravam aulas nas escolas públicas, mas também ministravam aulas particulares e abriam cursos preparatórios, ora em suas casas, ora em outros locais.

Em Rio Claro, foi possível identificar alguns desses espaços nos quais circularam muitos docentes. O número de docentes localizados no período estudado totalizou 161⁷⁵ (cento e sessenta e um) indivíduos. Assim, optou-se por uma análise ilustrativa da trajetória desses docentes, selecionando alguns professores, daqueles que circularam por espaços públicos e particulares. Grande parte desses professores mantinha mais de um local de trabalho concomitantemente⁷⁶:

Ernesto Napoleão Sette, professor de formação complementarista, trabalhou da escola Isolada do bairro Samambaia nos anos de 1905 e 1906. No período de 1908 à 1915, atuou como professor complementarista do 1º Grupo Escolar da cidade; de 1916 à 1919 trabalhou com vice-diretor do Ginásio de Rio Claro.

Armando Bayeux da Silva, professor complementarista, foi diretor do 1º Grupo Escolar da cidade de 1912 à 1918. A partir de 1914, concomitantemente, ministrava aulas particulares, relativas ao curso primário, secundário e preparatório. Foi professor do Instituto de Ciências e Letras (a partir de 1916) e, no mesmo ano, mudou o lugar de suas aulas particulares, antes, na rua 6, nº 69 e, então, na Av. 2, nº 48. Conforme anúncio do jornal ministrava aulas de Português, Geografia, Francês, Álgebra, Anatomia, Aritmética, História e Desenho. O valor cobrado em suas aulas particulares era de 20\$000 por mês.

Architclínio dos Santos, normalista secundário, foi professor do Instituto de Ciências e Letras. A partir de 1916, professor da Escola da Cia Paulista. Ministrava aulas particulares na Av. 3, nº 32, e trabalhou na 2ª Escola Noturna estadual para adultos da cidade. Atuou como professor de aulas particulares em conjunto com o

⁷⁴ Na verdade, não tendo conseguido o Estado formar todos os professores pela Escola Normal, ele não deixava de ser também o responsável pelo nascimento da contenta sobre a equiparação salarial.

⁷⁵ Em apêndice, encontra-se um quadro com o nome de todos os professores.

⁷⁶ Foi organizada uma lista com o nome de todos docentes, sua formação e local de trabalho, a qual pode ser consultada em apêndice.

professor Armando Bayeux, ministrando os mais variados conteúdos com mensalidade de 20\$000.

José Minervino, professor normalista, diplomado pela Escola Normal Primária e Secundária da Capital, ministrou aulas particulares no período de 1915 a 1920 (primária e preparatório). Foi professor do Ginásio Rio Claro, a partir de 1916 e assumiu em 1917 a docência na Escola Noturna estadual.

Faustino Colli, sua carreira em Rio Claro começou em 1901 com aulas de italiano, na Escola Italiana. Sempre trabalhou com aulas particulares de primeiras letras e, em 1906, foi nomeado professor da Escola Isolada Municipal de Corumbataí.

Cândida de Sá Negreiros, a partir de 1906, professora da escola isolada municipal localizada na área central da cidade. A escola foi reunida a outras duas escolas para a criação do Grupo Escolar Municipal “Barão de Piracicaba”, em 1908. Não há registros quanto ao tipo de sua formação, se normalista ou complementarista. Em 1909, a professora passou a ministrar também aulas particulares. Eis o anúncio no *Alpha*, em 12 de junho de 1909: “Professora Particular: Cândida de Sá Negreiros, com 12 anos de prática, leciona primário e letras das 11 às 3 horas da tarde. A 4, nº 6 Rio Claro. Cândida de Sá Negreiros”.

Arthur Bilac, diplomado em Ciências Comerciais, atuou na cidade como professor particular, mantendo aulas preliminares e curso noturno de comércio, a partir de 1914. Foi diretor do Ginásio de Rio Claro, a partir de 1916. E, em 1918, abriu o Externato Bilac.

Líbero Braga, professor e agente fiscal de imposto. Em 1901 passa a ministrar aulas na Escola Noturna do Gabinete de Leitura e no Colégio Atheneo. Na cidade, atuou também como professor particular até 1905, ocasião em que se mudou da cidade. Em 1906, retorna a cidade e volta a trabalhar com aulas particulares.

Honório Hermeto Motta, diretor do jornal o *Comércio* e professor. Atuou na cidade, desde 1902, na escola Atheneo (ministrando as disciplinas de Português, Latim e Inglês) e, a partir de 1906, também como professor particular ministrando aulas em sua residência.

João Francisco da Cruz, professor e diretor do Instituto de Ciências a partir de 1904. Atuou paralelamente como docente particular, ministrando aulas dos cursos

preliminar e preparatório. Abriu, ainda, um curso noturno no Instituto em que foi diretor. Anunciava periodicamente no jornal da cidade.

Arthur Fontes, proprietário de um Externato em 1902, no qual atuava também como professor. Em 1906, foi professor da Escola Noturna do Gabinete de Leitura e, a partir de 1914, do Centro Operário 1º de Maio.

Manoel Caio da Fonseca, segundo notícia do jornal em 1909, contava com mais de 12 anos de experiência no ensino na Capital. Foi professor e proprietário do Externato Fonseca, que proporcionava ensino primário e secundário, preparando alunos para a Escola Normal, Farmácia, Comércio e Ginásios. Além disso, oferecia aulas particulares preparando alunos primários intermédios e secundários.

Aurea Paixão, durante os anos de 1908 e 1909, atuou na escola isolada do Quilombo (feminina e mista), de formação complementarista. Ao ingressar, em 1910, no 2º Grupo Escolar de Rio Claro, sua formação já era de normalista. Permanece neste estabelecimento até 1915, quando se remove para o 1º Grupo Escolar, nele atuando até 1920.

Luiza Botti, professora complementarista, formada pela Escola Complementar da cidade de Itapetininga. Atou em diversas escolas isoladas até efetivar-se no Grupo Escolar. Nos anos de 1910 e de 1911, foi professora da Escola Isolada do Núcleo Colonial Jorge Tibiriçá – Corumbataí, em uma sala feminina. Em 1912, na Escola mista de Santa Gertrudes; de 1913 à 1917, na Escola da Cidade Nova. Em 1918, substituiu professores no 1º e 2º Grupo Escolar e efetivou-se como adjunta, em 1919, no 1º Grupo Escolar da cidade.

Carolina Leite de Araújo professora complementarista, iniciou sua carreira docente em 1900 como substituta do 1º Grupo Escolar. Permaneceu na instituição até 1907, quando se removeu para a Escola Isolada em Santa Gertrudes. De 1909 à 1911, atuou na Escola Isolada do Bairro Cidade Nova. A partir de 1914, aparece com o nome de casada, retirando o Leite do seu sobrenome e incluindo o Moraes no final. Formou-se normalista e atuou de 1914 à 1915 no 1º Grupo Escolar. A partir de 1916, efetiva-se como adjunta no 2º Grupo. Em 1918, remove-se novamente para o 1º Grupo, no qual permaneceu até 1920.

Francisca Ribeiro dos Santos foi professora do Instituto de Ciências e Letras de Rio Claro, responsável pelo ensino primário a partir de 1906. Atuou como professora da

escola isolada, no Bairro Lavapés, de 1915 a 1918. Em 1909, efetivou-se no 2º Grupo Escolar de Rio Claro, sua formação era de normalista secundária.

Margarida Hummel atuou em 1907, na escola isolada, do Núcleo Colonial Jorge Tibiriçá, em Ferraz, sua formação era normalista. A partir de 1908, transferiu-se para o 1º Grupo escolar de Rio Claro.

Perpétua Cândida Salles, normalista. Em 1902, foi professora da 5ª escola pública. No mesmo ano, essa escola foi anexada ao 1º Grupo Escolar. Tornou-se substituta até o ano de 1909, deste grupo. De 1910 a 1920, trabalhou como professora efetiva no 2º Grupo Escolar da cidade.

Irene de Carmargo, atuou como professora normalista da escola isolada, do Bairro Santa Cruz, no ano de 1917. No ano seguinte, trabalhou como substituta em diversas escolas isoladas da cidade. Em 1919 conseguiu se efetivar no 1º Grupo Escolar de Rio Claro.

A tabela a seguir permite visualizar com maior clareza a mobilidade dos professores nos espaços escolares. Ela está dividida em duas cores para fazer a separação entre homens e mulheres:

Tabela 20: Mobilidade de professores em Rio Claro – 1889-1920.

Nome Prof (a)	Escola Isolada	Escola Noturna	Grupo Escolar	Ginásio	Aulas Particulares	Instituto de Ciência*	Escola Cia Paulista	Gabinete de Leitura*	Escola Italiana	Atheneu	Externato	Centro Operário 1º maio	Curso Noturno Comercial
Ernesto Napoleão Sette	X		X	X									
Armando Bayeux da Silva			X		X	X							
Architíclínio dos Santos		X			X	X	X						
José Minervino		X		X	X								
Faustino Colli	X				X				X				
Arthur Bilac				X	X						X		X
Líbero Braga					X			X		X			
Honório Hermeto Motta					X					X			
João Francisco da Cruz					X	X							
Arthur Fontes								X			X	X	
Manoel Caio da Fonseca					X						X		

Candida de Sá Negreiro	X		X		X								
Aurea Paixão	X		X										
Luiza Botti	X		X										
Carolina Leite de Araújo	X												
Francisca Ribeiro dos Santos	X		X			X							
Margarida Hummel	X		X										
Perpétua Cândida Salles	X		X										
Irene de Carmargo	X		X										

* Estas instituições tinham cursos noturnos

Fonte: Anuários de Ensino, Jornais da Cidade e documentos escolares.

Fica evidente na tabela 20 que os professores homens tiveram maior mobilidade do que as professoras. São os que mais transitam nos espaços públicos e particulares, e, além disso, quase todos mantêm aulas particulares de disciplinas bastante variadas, tanto para os cursos secundários, de comércio e etc. A formação desses professores também é bastante diferenciada se comparada a das mulheres, são, na maioria das vezes, professores primários e secundários, formados em escola do comércio, atuando no ensino de língua estrangeira. Quando apresentado o quadro no capítulo anterior das iniciativas particulares e analisando a tabela 20 verifica-se que atuam no Ginásio, Internato/Externato, Colégio Atheneu, Instituto de Ciências e no Comércio, com aulas diurnas e noturnas. Quanto às disciplinas trabalhadas são desde as primeiras letras, até Geometria, Aritmética, Álgebra, Noções de História Natural, Geografia, Noções Pátria, Desenho, Contabilidade, entre outras, preparando os alunos para as escolas secundárias e superiores.

É importante salientar que a questão salarial torna-se uma dimensão muito importante para compreendermos os diversos lugares e espaços ocupados por esses docentes. As aulas particulares que davam por conta própria e as que ministravam nas instituições particulares, parecem que ofereciam um melhor rendimento financeiro do que os pagos pelo setor público. No caso dos homens, as informações coletadas mostram que todos deram aulas particulares, o que pode indicar a necessidade de buscar melhores recursos para se manter e possivelmente suas famílias.

Outro ponto bastante interessante é que poucos homens circularam nas escolas isoladas e nos grupos escolares e quando estão no grupo ocupam a função de diretor. No estado de São Paulo, os cargos de diretores e inspetores nessa primeira fase da República ficaram sob a responsabilidade do sexo masculino. As mulheres, no entanto,

foram as que mais ocuparam os espaços na escola isolada e no grupo escolar. É o que constatamos com as informações coletadas nos anúncios dos jornais e nos anuários. É visível também a tentativa de sair das escolas isoladas para tentar chegar ao grupo escolar, o que certamente asseguraria não só o *status* social, mas também melhores condições de salário e de trabalho. Alguns casos de professoras identificadas demonstram que para muitas as remoções aconteciam várias vezes até conseguir trabalhar em grupos escolares. Outros só se estabeleciam no grupo no final de sua carreira docente, o que pode significava a busca de uma melhor aposentadoria. Além disso, a formação dessas profissionais era quase sempre complementarista ou normalista e isso dificultava o trânsito em outros espaços, principalmente particular. Das professoras elencadas na tabela 20, somente uma professora (Candida de Sá Negreiros) oferecia aulas particulares em sua casa e, Francisca Ribeiro Santos que estava também no espaço particular, uma vez tinha uma formação diferenciada das demais, ou seja, professora primária e secundária.

A utilização do trabalho feminino na educação já havia ganhado força no final do século XIX. João Baralho Uchoa Cavalcanti, mencionado por Souza (1998), em uma de suas atas e pareceres do Congresso da Instrução do Rio de Janeiro em 1884 destaca:

Sabe-se que a mulher tem mais facilidade, mais jeito de transmitir aos meninos os conhecimentos que lhes devem ser comunicados. Maneiras menos rudes e secas, mais afáveis e atraentes que os mestres, aos quais incontestavelmente vence a paciência, doçura e bondade. Nela predominam os instintos maternos e ninguém como ela possui o segredo de cativar a atenção de seus travessos e inquietos ouvintes, sabendo conseguir que as lições, em vez de tarefa aborrecida, tornem-se lhes como uma diversão, um brinco ... Acresce que a professora em geral é mais assídua que o professor, a quem outras ocupações e negócios necessariamente distraem, e não digo em desabono deles, porque vejo como são mal retribuídos (CAVALCANTI apud SOUZA, 1998, p. 63).

Mais uma vez verifica-se a justificativa das mulheres ocuparem a função do magistério primário. Aos homens a necessidade de receberem salários melhores era a grande responsável por acúmulo de funções normalmente justificável à eles. Desta forma, sobressai o apelo à natureza da mulher o seu instinto maternal, ao cuidado que já tem com os filhos e pode também ter com os alunos.

Outro aspecto importante de ressaltar, refere ao fato de que os docentes que deveriam atuar nos grupos escolares, conforme os regulamentos, deveriam ser normalistas, mas por falta de professores com esta formação, dependendo do lugar, foram efetivadas professoras com formação complementar.

Quanto as fotográficas de professores, na maior parte dos momentos em que foram retratados estão com o grupo de alunos. Momentos que marcam o encerramento de ano letivo geralmente. Nos jornais da cidade somente uma foto de professor foi localizada no período de 1889 a 1920. Tratava-se de uma professora do 1º Grupo Escolar se dirigindo ao trabalho. A imagem foi realizada por outro professor, Arthur Fontes, que atuou na escola noturna do Gabinete de Leitura, com aulas particulares e na escola do Centro Operário 1º de Maio.

A foto esta na primeira página, mas não há qualquer notícia relacionada a imagem, somente traz uma legenda com nome da professora Julia Hellmeister, a caminho do 1º Grupo Escolar, em que dirigia uma sala. Menciona ainda que a foto foi um trabalho amador. A professora Júlia atuou com substituta no grupo por pouco tempo. A imagem não é muito nítida, no entanto, aparenta que a professora estava de calça comprida, sapatos, uma blusa e uma camisa por cima, além de segurar uma bolsa. Os cabelos parecem estar presos.

RIO CLARO — (S. Paulo) — Domingo, 1 de setembro de 1912

Se:horita Julia Hellmeister em caminho do 1.º grupo escolar,
onde dirige uma sala.
(Trabalho photographico do habil amador sr. professor Arthur Fontes)

Fotografia 21:
Professora a
caminho da
Escola – 1912.

Fonte: O Alpha,
01/09/1912, p. 1.

Outras duas imagens foram localizadas, sendo do corpo docente do 1º e 2º Grupo Escolar da cidade. Os grupos escolares e algumas das escolas particulares possuem um acervo maior de iconografia e estão preservados. Quanto às escolas isoladas nos anos de

1889 a 1920, não foi localizada nenhuma foto, seja ela de arquitetura, grupo de alunos ou professores.

As duas fotografias a seguir, como mencionado, são docentes dos grupos escolares de Rio Claro. A primeira tem como cenário a área interna do colégio – o pátio. Aparentemente o espaço foi organizado com disposição de cadeiras para realizar a imagem. Nas duas imagens observa-se o diretor ao centro mostrando o poder e a hierarquia administrativa do Grupo Escolar e as mulheres ao lado. Na primeira imagem ainda, os professores das seções masculinas também aparecem ao centro próximo do diretor e somente depois as professoras.

O Anuário de 1920 mencionava que o 1º Grupo Escolar, mantinha 18 (dezoito) salas em dois períodos⁷⁷, totalizando 18 (dezoito) professores efetivos e 05 (cinco) substitutos. Como na imagem estão retratadas 30 (trinta) pessoas, sendo 07 (sete) homens e 23 (vinte e três) mulheres, e devido à falta de anotações ou legenda na imagem não há como dizer se todos eram ou não docentes, mas como a maioria eram mulheres, enfatiza-se que profissão docente tinha uma tradição mais feminina.

**Fotografia
22: Corpo
Docente do
1º Grupo
Escolar –
1920.**

*Fonte: Museu
Pedagógico
Amador Bueno
da Veiga – Rio
Claro*

⁷⁷ São elencados como professores efetivos, segundo o Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, da escola os senhores: Fernando Leite Junior – complementarista; Ernesto Napoleão Sette – complementarista; Felisbina von Atzingen – normalista; Leopoldina de A. Ramalho – normalista; Izabel von Atzingen – normalistas; Mirandolina de Paula –normalista; Carlonina de A. Moraes – normalista; Maria von Atzingen –normalista; Ida Botti Cartolano –complementarista; Maria do Carmo Braga – normalista; Adelina Sette – normalista; Maria Cardoso Negreiros – normalista; José Pinto Neves – complementarista; Francisca Braga Botelho – normalista; Florentina Motta – normalista; Luiza Botti – complementarista; Albertina Aurora Fernandes – normalista; Irene de Camargo – normalista.

Professoras substitutas: Elisa Penteado – normalista; Sebastiana Pilla – normalista; Maria Anastacia Gomes – normalista; Perola Pereira –normalista; Flora Cassavia – normalista.

Fotografia 23: Corpo Docente 2º Grupo Escolar – 1913.

Fonte: Arquivo Público e Histórico – Oscar de Arruda Penteado - Rio Claro

A fotografia 23, diferente da primeira, esta em um espaço interno da escola. Provavelmente a sala dos professores, tendo em vista o cenário ao fundo. Foram retratados o corpo docente do 2º Grupo Escolar: são 10 (dez) professores, ao centro figura o diretor professor Antonio Sebastião da Silva. Quanto ao quadro docente, observa-se apenas 03 (três) do sexo masculino e 06 (seis) do sexo feminino⁷⁸. O Anuário do Ensino mencionava no mesmo ano que a escola mantinha 14 (quatorze) salas de aula, com 10 (dez) professores efetivos. Como não há indicação no verso da imagem não podemos saber se o grupo retratado era composto apenas dos efetivos ou se tinham também professores substitutos. Os professores do sexo masculino efetivo eram apenas dois e na imagem aparecem três, indiciando que poderia ter a presença de

⁷⁸ O Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, no ano de 1913, indicava que o 2º Grupo Escolar possuía 10 (dez) professores efetivos, 06 (seis) substitutos, sendo um sem atribuição de sala. Os nomes desses docentes eram: Efetivos – Pedro Fonseca – complementarista; Aurea Paixão – normalista; Perpétua Candida Salles – normalista; Elisa Hummel – normalista; Amélia Correia Fontes – complementarista; Letícia Correia Dias ; Lucilia de Toledo Ramos; Orlando Goulart; Maria Esther Marques Goulart; Marietta Leite Ewbank. Substitutos com sala: Sarah de Toledo – complementarista; Evelina Botti – complementarista; Otília de Toledo Ramos – normalista; Maria Correixas; Antonio Alves Cruz. Substituta sem sala: Evelina Botti – complementarista.

substitutos. No total, de docentes identifica-se, que são poucos os homens que permanecem na função de professor primário. O salário de professor, como já mencionado, eram uma das razões para a feminilização da profissão. Além disso, acreditava-se que a mulher tinha as características que mais se ajustavam à atividade educacional.

O diretor era visto com uma autoridade do governo. Para Souza (1996) a figura do diretor era observada como expoente máximo da autoridade do ensino em muitas cidades, fazendo parte da plêiade de pessoas ilustres da localidade juntamente com o presidente da Câmara, o vigário, o juiz, o delegado. O cargo de diretor e inspetor, facultado à profissional do sexo masculino, reforçavam as desigualdades de relações de gênero estabelecidas no universo social mais amplo.

Observando as trajetórias dos professores anteriormente citados (tabela 20), é possível entrever algo das tensões que sofriam e das especificidades que enfrentavam em cada local de trabalho. Os professores das escolas isoladas eram os de maior mobilidade. Almejavam chegar, e, se estabilizar em um Grupo Escolar, o que era possível apenas após um longo período na carreira. Em 1914, um colaborador do jornal *O Alpha* escreveu um artigo relatando algo das angústias vividas pelo professor.

O PROFESSOR PRIMÁRIO

De todas as profissões, quiçá a mais penosa seja do magistério público primário. Muitas vezes, após longos lustros de um trabalho insano em prol de uma causa sublime da santa Instrução, (...) recebe a mais completa indigência e a mais cabal indiferentismo!

A nobre profissão do médico tem seus espinhos, porém, é prodigamente recompensada.

A advocacia, a engenharia e outras também têm os seus ossos; mas quase sempre são bem remunerados.

Eis o que se dá perfeitamente:

Um aluno faz um rápido progresso, não falta quem diga – também não era de esperar, quando foi a escola, já estava bem adiantado, e em casa, á noite, recebe boas lições, pois sua mãe é uma senhora bastante preparada.

Se pelo contrário não apresenta resultado satisfatório – o professor não presta, só faz jus ao ordenado, é um afilhado do chefe político, etc.

Se o professor é enérgico e não deixa a anarquia penetrar no recinto escolar é logo taxado de malvado, e ouve-se: já vão longe os tempos de castigos, etc, ...etc.

Se por ventura faz vistas gordas não se incomodando com a falta de disciplina e com os feios e detestáveis vícios do jogo, do fumo, é um malandro, viciado, onde se viu! Os meninos de hoje fumam nas barbas dos pais, de pessoas idosas e dos seus mestres não dizem nada!

Se fica doente e dá ponto, olhem! Não houve aula hoje, assim é que se ganha dinheiro do governo; não há como ser empregado público!

Se cumpre o seu dever e o seu regulamento, dando aulas em dias considerados santificados pela igreja católica, ouve bem alto – é um protestante, um hereje, precisa ser queimado vivo.

Se promove festas escolares em dias feriados, em datas memoráveis, é um político, um gastador, um especulador.

Se anda bem trajado é porque ganha dinheiro fora do seu mister, prejudicando o ensino.
 Se anda modesto, é um relaxado, e é por isso que os seus alunos andam sujos e nem sabem o que é higiene!
 Se recusa matricular aluno, porque o número da matrícula esta elevado, é por que quer ter pouco serviço, lecionando para meia dúzia de meninos.
 Se aceita um grande número é obrigado a desdobrar sua escola, é um acumulador, um ambicioso.
 Se elogia um aluno é porque o seu pai é rico e tem outro interesse
 Iriamos longe se fossemos enumerar as tremendas acusações contra os preceptores da infância.
 Homens que se dedicam a outras carreiras, depois de alguns anos de trabalho podem dizer: no futuro meus filhos poderão herdar algo, para viver independente.
 Os professores primários com sacrifício, só poderão legar a seus filhos uma secundária instrução.
 Porém, aqueles que lutam heroicamente, transmitindo aos futuros cidadãos da Pátria Amada, lições e civismo e que compreendem com seu dever, não olhando e nem esperando recompensas monetárias, deixarão aos seus queridos filhos o exemplo nobre e santo do trabalho e de uma vida útil aos seus semelhantes. (...)
 De todas as profissões a menor considerada e a menos remunerada é inquestionavelmente a do magistério público primário. (...)
 Santa Eudoxia, maio de 1914. L. C. (O Alpha, 12/01/1914, p.1).

O artigo aborda as tensões da profissão docente, suas incertezas e dificuldades na prática cotidiana. Logo no início do artigo chama atenção a questão do desprestígio da profissão docente em relação aos outros profissionais como médicos, engenheiros e advogados. Além disso, o desenvolvimento do aluno quando obtinha êxito era responsabilidade da família, na figura da mãe que o incentivou desde o começo, e, caso contrário, quando o mesmo não tinha sucesso, esse fracasso era responsabilidade do professor que não ministrava suas aulas a contento. Se os professores exigiam muito eram extremamente rigorosos e severos e não consideravam o aluno. Se se vestiam bem eram perdulários e ganhavam muito bem. Casos contrários eram relaxados e não tinham atenção as questões higiênicas. Quando elogiavam um aluno, logo achavam que quisessem algo em troca. Tinham dificuldades de encontrar um espaço para dar suas aulas e morar, gastavam muito com essas tarefas e o pouco que ganhavam não poderiam sonhar com altos planos para os seus próprios filhos, restando a esses uma educação secundária. Todos esses quesitos reforçam o sacrifício da profissão docente e o descaso em relação às outras profissões. Os docentes rioclarenses como todos os outros, também, conheciam essas situações, as quais por muitas vezes forçaram mudanças para outros espaços de ensino. Alguns dos temas levantados continuam na pauta da formação do professor até os nossos dias e podem propor discussões quanto à profissionalização do magistério.

Observou-se que, nos jornais locais, em especial no *Alpha*, sobre o qual foi possível constituir um conjunto mais expressivo de documentos, quase diariamente eram publicadas notas ou artigos relacionados à educação, sobretudo, ao papel do professor. No mapeamento das estratégias de escolarização primária, diferentes perguntas podem ser feitas. Quem eram esses docentes? Qual a sua formação e trajetórias de trabalho? De que espaços escolares e não escolares faziam parte? Essas questões podem gerar novas investigações, cujos resultados poderiam oferecer subsídios para uma nova maneira de abordar a história da escolarização no Brasil.

De qualquer modo, faz-se necessário, ainda, entender a dimensão espacial das escolas e seu papel na urbanização da cidade.

4.2 Os espaços escolares: públicos e particulares de Rio Claro

Neste item, a questão do espaço escolar não se restringirá a tentativa de descrever o prédio da escola ou a disposição das salas, dos pátios e de outros segmentos da escola, quereremos compreender também o lugar da escola na composição urbana da própria cidade.

Diversos autores, entre eles Faria Filho (1998, 2000) e Vidal (2000), tem abordado a questão do espaço escolar, ora como objeto para a história da educação, ora como um elemento do processo de institucionalização da escola primária no Brasil. Não se pode negar que a construção do espaço escolar criou uma nova forma de ver e pensar a escola, proporcionando inúmeros outros temas de pesquisa.

A proposta dos republicanos de uma nova educação estava articulada ao projeto de modernização das relações sociais, indispensáveis para garantir e ampliar o movimento produtivo do capital. Entre as reformas aclamadas (jurídica, política, social e econômica), a educacional era considerada, pelos republicanos, como a mais fundamental. Fazia-se necessário erradicar a ignorância, por meio da instrução do povo.

De acordo com o ideário liberal republicano, só através da educação era possível transformar o indivíduo em cidadão produtivo e consciente de seus direitos e deveres cívicos, capaz – portanto – de exercer a liberdade propiciada pela cidadania (VIDIGAL MORAES, 1996, p. 133).

Os edifícios escolares seguiam um tipo padronizado, um modelo organizado. A uniformidade não se restringia, portanto, aos planos de ensino, mas também às construções escolares. Wolf (2010) afirma que a arquitetura escolar paulista extrapola a

perspectiva estrita do funcionamento de seus programas, pois constituiu-se como forma de promover a concretude e a excelência da ação governamental.

Para Faria Filho (2000), há uma relação intrínseca entre a arquitetura escolar e a importância do ensino. Buscava-se tornar a presença dos grupos escolares na cidade como um dos elementos que compunham e produziam a cidade moderna.

Os Grupos Escolares significaram não só a organização do espaço, como também a do tempo escolar. Para Souza (1998), a escola tinha que ter um lugar, e, os grupos escolares foram os estabelecimentos de ensino mais representativos dessa confirmação da escola como lugar.

(...) os edifício dos primeiros grupos escolares puderam sintetizar todo o projeto político atribuído à educação popular: convencer, educar, dar-se a ver! O edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente (SOUZA, 1998, p. 123).

Dessa forma, a arquitetura escolar propunha dimensões simbólicas e pedagógicas. Esse espaço escolar exercia uma ação educativa dentro e fora dos seus contornos. A construção do Grupo Escolar em Rio Claro foi objeto dessas discussões, uma vez que o grupo não poderia ser alojado em qualquer espaço. Várias foram às correspondências trocadas entre vereadores e deputados estaduais para a escolha do local. A maior parte dos arranjos decorrentes dessas negociações foi publicada no jornal local *O Alpha* — como será, adiante, apresentado. Nesse sentido, a imagem a seguir é ilustrativa.

Fotografia 24: Vista aérea da Cidade de Rio Claro – 1920.

Fonte: Arquivo Público e Histórico – Oscar de Arruda Penteadó - Rio Claro

A seta verde indica a construção do 1º Grupo Escolar Estadual da cidade, fundado em 1900. A seta vermelha, o Colégio Confessional Puríssimo Coração de Maria, fundado em 1911 e, ao lado, indicado pela seta azul, está igreja do Colégio.

Para Souza (1998), as construções dos edifícios escolares elevou à altura a importância atribuída à educação naquele momento histórico.

Nas cidades do interior, o grupo escolar encontrava-se localizado, geralmente, no centro do núcleo urbano ou em suas imediações, ocupando uma trama urbanística um lugar de destaque ao lado de outras instituições públicas: a igreja, a coletoria, o correio, a Câmara Municipal, o que denota o grau de importância desses estabelecimentos de ensino. Elemento de convergência, o grupo reunia crianças de todos os cantos da cidade, inclusive alguns da zona rural. Dessa forma, o ir e vir da escola correspondia a uma apropriação do espaço urbano, um itinerário de reconhecimento da cidade por meninas e meninos, a coabitação das ruas, praças, calçadas por diferentes grupos sociais (SOUZA, 1998, p.126).

Em abril de 1902, o jornal *O Alpha* publicou a seguinte nota, sobre a circulação das crianças no espaço urbano.

GRUPO ESCOLAR

Do sr. major Ladeira, digno diretor do grupo escolar desta cidade, esperamos as necessárias providências para que cessem as degradantes correrias dos alunos, pelas ruas da cidade, ao saírem do grupo, sendo muitas vezes, como temos visto, os menores maltratados pelos maiores (O Alpha, 24/04/1902).

Conforme a citação anterior, o andar pelas ruas da área central da cidade sofrem modificações com o funcionamento do grupo escolar. A questão da disciplina, do rigor que a escola deveria proporcionar é frequentemente cobrada pelos munícipes. Há ainda, outras notícias no ano de 1904 e 1905, no mesmo jornal, que também focam a bagunça produzida pelos alunos na saída da escola, o que estaria prejudicando o comércio local. Esses fatos revelam a apropriação desse espaço urbano por diferentes grupos sociais.

O espaço físico era fundamental para as questões higienistas do período. Assim, os grupos escolares eram tidos como verdadeiros templos, organizados seguindo as normas de arejamento, ventilação, entre outras. Algumas escolas particulares em Rio Claro, também possuíam prédios específicos, entre eles o Colégio Koëlle (escola estrangeira – alemã) e o Colégio Puríssimo Coração de Maria (escola confessional – católica), as outras iniciativas, como as escolas isoladas públicas ficaram organizadas em espaços adaptados e provisórios. Em diversos anúncios de aulas particulares eram informados que as mesmas aconteciam no quarto de um hotel, na sala anexa à farmácia, em sua sala alugada no prédio do banco, em outras condições.

Escolano (1993) afirma que a arquitetura é forma de uma escritura do espaço. Ela é por si mesma um discurso que institui em sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora, e toda a semiologia que abrange diferentes símbolos estéticos, culturais e ideológicos. Sendo assim, é preciso refletir que escritura essas escolas que funcionavam em espaços improvisados deixavam a população.

A falta de uniformidade nas escolas, isto é, as dificuldades relacionadas à organização do espaço escolar — pense-se, por exemplo, nas diferenças de recursos materiais e humanos entre os grupos escolares e as escolas isoladas — foi um problema crucial no início do período Republicano. Ademais, mesmo a situação de alguns grupos escolares poderia ser bastante similar a de algumas escolas isoladas, como salientavam alguns inspetores de ensino. Em alguns grupos escolares, era possível encontrar salas de aula que funcionavam como escolas isoladas, ou seja, em cada sala de aula estava a funcionar uma escola diferente, ainda que os programas de ensino fossem unificados. Para os inspetores de ensino, a organização da uniformização do ensino, prevista pela reforma de 1897, dependia de uma ação conjunta, na qual os papéis dos responsáveis pela educação estivessem previamente estabelecidos. A questão motivou o Inspetor Geral, João Lourenço Rodrigues, a organizar uma comissão de trabalhos, que resultou na publicação das “Instruções para execução dos programas dos Grupos Escolares”. Consideremos as palavras do Inspetor:

Unidade do ensino — eis a magna questão.

Como consegui-la?

Combatendo o isolamento, responde sem a menor hesitação.

Para conseguir a uniformidade do ensino, senhores, necessário é que voltemos ao espírito da reforma de 1891 e procuremos, tanto quanto possível, ampliar a esfera de acção da escola modelo.

Ella está ahi, hoje como outrora, confiada a uma orientação superior e francamente progressista. Seu digno director, nosso illustre collega Sr. Dr. Oscar Thompson, acompanha com natural interesse o movimento pedagógico mundial, e mediante os ensaios a que procede a escola-modelo, está no caso de dizer-nos com segurança aquilo que se adapta mais ou menos às condições de nosso meio escolar. Posto isto, o problema que nos occupa póde ser formulado nestes termos: uniformisação dos grupos da Capital, tendo por base a escola-modelo; uniformisação dos grupos do interior, tendo por base os grupos da Capital; uniformisação das escolas reunidas e isoladas por meio dos grupos quaesquer (SÃO PAULO, 1907, p. 16)

Na mensagem enviada por Francisco de Paula Rodrigues Alves à Assembleia Legislativa, em 07 de abril de 1901, registra-se o crescimento das escolas isoladas, assim como das escolas vagas. No mesmo documento, problemas recorrentes

relacionados às escolas isoladas são também mencionados, como falta de professores e de materiais e a baixa frequência de alunos. Os Grupos Escolares não deixam de ser citados, neste caso, de modo elogioso: “excelente criação (...) continuam a produzir magníficos resultados. O número crescente de alunos que todos os anos concorrem à sua matrícula e o empenho louvável com que os poderes municipais solicitam a instalação de novos grupos provam sua excelência” (p.18).

As questões do tempo e do espaço escolar eram prioritárias para a escola republicana e isso compreendia não apenas o prédio escolar e sua localização como também os programas e métodos de ensino, ou seja, a uniformidade escolar.

A organização temporal marcou o ensino primário paulista. O tempo foi dividido em horários pré-definidos, na duração do ano letivo e na jornada escolar. Mas, por certo, os programas de ensino, a hierarquização de poderes e a divisão de trabalhos também fizeram parte da identidade escolar.

Segundo Souza,

(...) o grupo escolar republicano inaugura uma nova ordenação do tempo escolar. O tempo é, agora, marcado pelo relógio, presença obrigatório na parede de cada sala de aula. O emprego do tempo ganha importância e significado na organização racional de ensino da escola primária republicana. Em relação ao uso do tempo, várias prescrições são estabelecidas pela reforma da instrução pública em São Paulo: a proposição do calendário escolar que fixará o início e o término do ano letivo, as férias, as interrupções devido a feriados, o horário das aulas e as pausas para descanso: (1998a, p. 214).

O tempo escolar também era diferenciado nos espaços públicos e particulares. Embora as escolas particulares estivessem sempre anunciando estar de acordo com as normas do Estado de São Paulo, observou-se que os horários de funcionamento tinham tempos diferentes. Previam-se os momentos de intervalo, mas em muitos casos o calendário escolar seguia outra programação. A escola maçônica, por exemplo, começava seu ano letivo no mês de julho. Além disso, as aulas particulares iniciavam a qualquer mês do ano, bastando ter alunos. Desse modo, o tempo escolar sofria alterações de acordo com o espaço que estava inserido.

Faria Filho (1998, p. 3), ao comentar a urbanização de Belo Horizonte, também considera acertado pensar que os Grupos Escolares eram construídos para serem vistos, admirados e reverenciados. Acrescenta que eram modeladores de hábitos, atitudes e sensibilidades, propunha, assim, um novo comportamento às pessoas, a começar pelas

crianças. *“A cultura das populações pobres não era considerada adequada ao convívio social no mundo urbano e caberia à escola realizar essa transformação⁷⁹”*.

A população pobre então deveria ter acesso a esses estabelecimentos, do contrário, não haveria quaisquer transformações. Todavia, no caso de Rio Claro, observamos que, nas primeiras décadas da República, os bancos do Grupo Escolar não eram ocupados por crianças pobres, mas sim por crianças oriundas de classes de maior poder aquisitivo.

O espaço escolar, nesse sentido, ganha destaque como local de socialização e de inserção das crianças no mundo urbano. Por isso, as escolas públicas, mais especificamente, os grupos escolares, foram construídos em locais de destaque nas cidades, ou seja, nas áreas centrais. Em Rio Claro, não foi diferente. Em 1900, foi criado o 1º Grupo Escolar, cuja construção foi finalizada em 1904. O grupo foi alocado em um espaço privilegiado da cidade, compondo a área urbana central.

A inserção dos grupos escolares no cenário urbano permitia que fossem vistos como um dos elementos que compunham e produziam a cidade moderna, possibilitando a identificação de projeções político e culturais republicanas (FARIA FILHO, 2000), assim, como eram difusores de valores e normas sociais (VIDAL, 2006), tornando-se, portanto, um dos espaços da ordem, da moral, da formação do bom caráter e da transmissão de elementos básicos da cultura.

Em 1893, o mapa da cidade de Rio Claro apresenta uma área central que compreende da Rua 2 até a 7, entre as avenidas 4 e 7. Neste espaço, estavam localizados a Igreja Protestante, o Gabinete de Leitura, o Jardim Público, o Teatro, a Santa Casa de Misericórdia, a Philarmônica, a Igreja Matriz, a Câmara Municipal e o Mercado. O comércio local, como farmácia, tabacarias, cervejarias, hotéis, lojas de secos e molhados, gráficas, a sociedade italiana, a estação ferroviária e a cadeia também faziam parte desse quadrante, embora não sejam mencionados na legenda desse mapa.

O espaço urbano agregava a diversidade populacional de Rio Claro, principalmente, formada pelos imigrantes. Dessa forma, a alocação do Grupo Escolar não poderia ser em outro senão nesse quadrante.

Segundo Corrêa (1991), cerca de 170 edifícios foram construídos entre 1890 e 1920, todos com alto padrão arquitetônico. No entanto, esses empreendimentos se limitaram à zona urbana.

⁷⁹ Grifos nossos.

A instituição, o rápido crescimento e o sucesso dos grupos escolares, específicos dos centros urbanos, indicavam-nos que as condições favoráveis e efetivas – fossem demográficas, econômicas, sociais e políticas – de disseminação da instrução primária existiam em São Paulo, mas limitavam às zonas urbanas (Costa, 1983, p. 11).

No mapa a seguir, o quadrante que representava a área urbana central da cidade de Rio Claro, perímetro no qual a maioria das escolas, como também o Grupo Escolar, estavam instaladas.

Figura 23: Mapa da cidade de Rio Claro em 1893.

Fonte: Museu Histórico e Pedagógico – Amador Bueno da Veiga – Rio Claro.

A relação entre a educação escolar e a cidade, levando em conta os espaços, os prédios e a população, teve por consequência a construção de monumentos que se impusessem aos demais. Para Faria Filho (1998), no tocante as escolas isoladas, é preciso destacar que:

Diferentemente do espaço ocupado/usado pelas escolas isoladas, estruturado em sua origem para atender outras finalidades – domésticas ou religiosas, por exemplo -, e que traziam consigo a atualizavam no dia-a-dia escolar outros símbolos, signos e, portanto, valores, sensibilidades, enfim, outras culturas, os grupos escolares deveriam significar, ao mesmo tempo que um distanciamento deste mundo doméstico e religioso, a criação de uma nova cultura escolar que evidenciasse, simbólica e materialmente, a vinculação da escola com o mundo secular, público e urbano (FARIA FILHO, 1998, p. 4).

Logo, os Grupos Escolares eram construções para os centros urbanos. As escolas isoladas, por sua vez, foram as grandes responsáveis pela escolarização da população da zona rural e dos bairros mais distantes da área central.

Os capítulos dois e três apontaram as estratégias de escolarização tanto no setor público como particular e neste momento, faz-se necessário identificar como elas estavam distribuídas no espaço urbano de Rio Claro. Desta forma, a seguir poderá ser observada nas tabelas a localização dessas escolas e a sua disposição espacial.

Tabela 21: Escolas públicas (municipal e estadual) identificadas com endereço.

Nº	Escolas Públicas	Endereço
1	Escola Cidade Nova	Bairro
2	Escola Santa Cruz	Bairro
3	Escola Bairro do Quilombo	rua 1 - Av. 14 e 16
4	Escola Boa Morte	Bairro
5	Escola da Samambaia	rua 8, 106
6	Escola São Benedicto	próximo à igreja
7	Rua 2, 11	Centro
8	Rua 2,9	Centro
9	Grupo Escolar Marcello Schimdt	Av. 1 - rua 5
10	Grupo Escolar Joaquim Salles	Rua 7 - Av. 5 e 7
11	Grupo Escolar Barão de Piracicaba	Rua 2 – Av. 1 e 2

Fonte: Anuários de ensino e jornais da cidade.

Logrou-se localizar a maioria das iniciativas particulares. Como anunciavam com frequência nos jornais da cidade, não foi difícil encontrar os indícios dos lugares em que se estabeleciam. O ensino particular era previsto por lei, no entanto, a

fiscalização desses espaços sempre foi um problema. Segundo os inspetores de ensino, essas escolas aumentavam dia a dia, multiplicando-se no Estado de São Paulo.

Dessa forma, a fiscalização era fundamental, em especial, porque a grande maioria dessas escolas negligenciava o ensino de língua portuguesa. Assim, sem a fiscalização, nada poderia ser feito para garantir o ensino da língua portuguesa e de história e geografia brasileiras.

João Chrysostomo B. Reis Junior, no Anuário de 1917, sobre o ensino particular, acrescenta:

Sobre este importante assunto, reporto-me ao que já tenho dito em meus relatórios anteriores. As escolas particulares, salvo raras exceções, por isso mesmo muito honrosas, não preenchem satisfatoriamente os seus fins. Os seus diretores e professores não oferecem provas de sua capacidade moral e técnica para o ensino; não instalam suas escolas em prédios com as condições higiênicas e pedagógicas exigidas; não estabelecem programas e horários, concordes com a idade e as condições das crianças, não fornecem dados estatísticos nas épocas regulamentares (SÃO PAULO, 1917, p. 12).

No caso de Rio Claro, vimos, havia várias escolas particulares. Delas, poucas com instalações próprias. A grande maioria funcionava em locais como quartos de hotel, cômodos anexos às farmácias, sedes sociais de entidades, cômodos alugados em casas, entre outros espaços, confirmando as considerações do inspetor sobre as condições das instalações dessas iniciativas. Ocorre que as escolas isoladas de iniciativas públicas dispunham de condições similares. As escolas particulares foram também localizadas no mapa da cidade de Rio Claro. Veja-se:

Tabela 22: Escolas Particulares de Rio Claro – Identificadas com Endereço.

Nº	Nome	Professor/Diretor	Endereço
1	Escola Alemã	Theodoro Koëlle	Rua 5,1827
2	Gabinete de leitura	João Torres Junior	Av. 4 nº 13
3	Centro Espanhol	----	Rua 2, 70
4	Collegio Sant'Anna	Anna de A. Campos.	Av. 1 nº 60 e 68
5	Aulas diurnas e noturnas	Libero Braga	Av. 3 nº 42
6	Atheneo de Rio Claro: Internato e Externato	Honório Hermeto Motta	Av. 1, nº 76
7	Escola Particular	----	Rua 2, 71 / Rua 5, 73
8	Escola particular Hygino Martinez	Hygino Martinez	Rua 1, nº 50
9	Escola São Benedicto	Hygino Martinez	Igreja São Benedito
10	Instituto de Ciências e Letras	João Francisco da Cruz Prof. Joseph Cire Arollá	Av. 1 - Rua 5
11	Aulas Particulares	João Aranha	Rua 8, 47

12	Externato Coração de Jesus	Luiza e Jose Lamenha	Rua 8, 59
13	Escola Maçonica	Estrela do Rio Claro	Av. 9 - rua 4
14	Centro Operário Beneficente Instrutiva	----	Rua 2,30
15	Escola Italiana	Faustino Coli	Rua 3, 81
16	Escola Primária	----	Rua 7, n. 41
17	Colégio Brasil - Externato Brasil	Ernesto Napoleão Sette	Rua 5, n° 53
18	Externato Fonseca	Manoel Caida da Fonseca	Rua 6, n° 42
19	Escola Particular	Candida de Sá Negreiros	Av. 4, n° 6
20	Professor Particular	Manoel Fonseca	Avenida 1
21	Professor Particular	Estudante de preparatório	Rua 8, n° 91
22	Colégio Puríssimo Coração de Maria	Maria Clemente dos Anjos (irmã)	Largo da Matriz
23	Professor Particular	Laudelino de Oliveira Lima	Rua 9 n° 27 – Av. 1 Av. 10, n° 5
24	Escola dos Empregados da Cia Paulista	Architicleo Santos	Rua 9 n° 33
25	Escola Particular Paulo Hintz (diurna)	----	Rua 6, 75 esquina av.6
26	Escola Analia Franco	Analía Franco	Av. 1, n° 78
27	Instituto Commercial	Salomão Ferraz	local Gabinete de Leitura
28	Gymnasio de Rio Claro	Diogo Cavalcanti de Albuquerque	Av. 5, n° 55
29	Aulas Particulares	José Minervino	Rua 7, n°27
30	São Vicente de Paulo	1918 - Clara de Jesus (irmã) 1919 - Irmã Isabel	Vila de São Vicente
31	Escola noturna feminina	----	Av. 5, n° 26
32	Curso Preparatório e Comercial	José Minervino	Av. 1 n° 33 / 1919 - Av. 2 n° 62
33	Escola Evangélica	Theodoro Koëlle	Av. 14
34	Curso Particular	Ernesto Napoleão Sette	Av. 3 n° 22
35	Curso de Preparatórios	Architicleo Santos	Av. 3 n° 32
36	Externato Bilac	Arthur Bilac	Av. 5 n° 14
37	Escola da Sociedade Beneficente Italiana	Paschoal de Giovanni	Rua 3 / rua 8 esquina av. 8
38	Curso de desenho e pintura	Lucia Cerêda Lima	Rua 8 n° 30
39	Escola Santo Antônio	Martinho Hunger Filho	Horto Florestal
40	Escola Sete de Setembro	Daniel Candido	Rua 1 n° 12
41	Escola Lamenke	Francisca e L. Lamenha	Rua 8 n° 57
42	Escola Saibreiro	Zozimo Ferraz	Saibreiro
43	Aula Particular	Hilda Von Krieger	Av. 3 n° 58

Fonte: Anuários de ensino e jornais da cidade.

No mapa seguinte⁸⁰, a localização de todas as escolas mencionadas nas tabelas, de iniciativa pública e particular, e a demarcação dos pontos conhecidos como áreas de negros e imigrantes, da cidade de Rio Claro⁸¹.

Figura 24: Mapas das Escolas primárias públicas e particulares de Rio Claro.

⁸⁰ No decorrer do trabalho, dados recolhidos das fontes pesquisadas permitiram a construção de um novo mapa da escolarização da cidade de Rio Claro. Esses dados foram encontrados não apenas na documentação legal, mas também em documentos relativos às iniciativas de escolarização promovidas por pessoas comuns, as quais, com objetivos próprios, também pensaram e organizaram os espaços de escolarização, no início da República, em Rio Claro.

⁸¹ Na introdução, dissemos que interessava-nos investigar também o processo de escolarização dos negros, em Rio Claro. No entanto, a ausência de documentação sobre o tema, conduziu a pesquisa para outros caminhos. Sabemos, contudo, que as estratégias de escolarização de imigrantes, operários e negros se organizavam de outra forma. Essa parcela da população não recorria necessariamente a escolarização oficial, oferecida pelo poder público. Esses espaços escolares nos obrigam a ampliar a compreensão do processo de escolarização primária paulista. Conhecer os territórios conhecidos como espaços de negros ou de imigrantes nos auxiliaram a entender a distribuição geográfica das escolas que atendiam a essa população. Do mesmo modo, auxiliaram a compreender de que modo essa população se apropriava desses espaços escolares, impondo-lhes as características de cada um desses grupos étnicos.

Quanto às iniciativas de escolarização primária localizadas na zona rural, foi possível por meio de um mapa apresentado por Dean (1977), identificar esses espaços. Trata-se de um mapa de 1905, no qual a extensão territorial de Rio Claro compreendia diversos distritos, hoje cidades vizinhas. Inicialmente são apresentadas as tabelas com o nome de todas as estratégias primárias encontradas.

A população rural sempre esteve nos temas dos relatórios dos inspetores de ensino. Segundo eles, era necessário criar uma educação para que essa população se fixasse à terra. As mudanças na legislação paulista com a criação das escolas agrícolas e rurais foram iniciativas dessa proposta, até porque como afirmou Oscar Thompson no Anuário de 1917, nas zonas oeste e nordeste do Estado de São Paulo, a população rural era maior, e, na sua grande maioria descendente de estrangeiros. Nesse sentido, era necessário criar escolas nesses espaços, cujo primeiro ensinamento deveria ser o ensino da língua, e o conhecimento dos homens e da terra brasileira.

A tabela 23 apresenta as iniciativas públicas no qual é possível identificar que 16 (dezesesseis) escolas estavam na área rural. Da escola de adultos, não se conseguiu qualquer indício da sua localização, outras duas estavam inseridas uma no distrito de Santa Gertrudes e outra no bairro São Vicente.

Tabela 23: Escolas Públicas de Rio Claro – Endereço não localizado.

Nº	Nome da escola	Endereço
1	1ª e 2ª Escola para Adultos	não localizada
2	Escola 1ª e 2ª Lopes	zona rural
3	Escola 1ª e 2ª Santa Gertrudes	distrito
4	Escola 1ª Ipojuca	zona rural
5	Escola Bairro da Assistência	zona rural
6	Escola de Ityrápina	zona rural
7	Escola do Cabeça	zona rural
8	Escola do Santa Rita do Passa Cinco	zona rural
9	Escola Estação de Morro Grande	zona rural
10	Escola Fazenda Santa Ignácio	zona rural
11	Escola Itaquery da Serra	zona rural
12	Escola Lavapés	zona rural
13	Escola Morro Grande	zona rural
14	Escola Núcleo Colonial Jorge Tibiriçá - Corumbataí	zona rural
15	Escola Núcleo Colonial Jorge Tibiriçá – Ferraz	zona rural
16	Escola Santa Cruz da Invernada	zona rural
17	Escola São Vicente	bairro

18	Santa Cruz Passa Cinco e inverno	zona rural
19	Núcleo Colonial – Cascalho	zona rural

Fonte: Anuários de ensino e jornais da cidade.

Como as escolas públicas isoladas, as iniciativas particulares dos lugares mais afastados não se conseguiram registros de endereços, identificando-as apenas como situadas em regiões da zona rural ou de distritos. Assim a tabela a seguir apresenta quais eram essas instituições:

Tabela 24: Escolas Particulares de Rio Claro – Sem localização de endereço.

Nº	Nome	Professor/Diretor	Endereço
1	Aula Particular Aparecida de Monte Alto	Vicente Picarelli	----
2	Escola particular - fazenda	Francisco Ferraz Mesquita	Zona rural
3	Escola Particular Noemia Martins	Noemia Martins	----
4	Escola Mista Clotilde Bueno	Clotilde Bueno	----
5	Escola Maria Cavali	Maria Cavalari	----
6	Bairro dos Lopes	----	Zona rural
7	Escola Boa Vista	----	Zona rural
8	Escola Elementar	Fausto Bordowsky	Fazenda Boa Vista
9	Escola Santa Gertrudes	----	Distrito
10	Externato São José	Emilio de Campos	Ityrapina

Fonte: Anuários de ensino e jornais da cidade.

O mapa traz as disposições das escolas primárias elencadas nas tabelas anteriores. Diferente do primeiro mapa, foi identificado que, nos locais mais afastados as iniciativas públicas eram maiores do que a particular, ou seja, tinham 19 (dezenove) públicas e 10 (dez) particulares.

Cabe destacar que, a criação das escolas também não garantia o seu provimento. Várias escolas ficavam por muito tempo sem professores, como mencionamos nos capítulos anteriores. Conforme pode ser observado na tabela 24 as escolas particulares eram motivados por um único professor. Das 10 (dez) apresentadas acima, somente o externato São José contava com outros professores em seu corpo docente, segundo dados coletados nos anúncios de jornais. Do total de iniciativas, somente 03 (três) foram localizadas no mapa, uma vez que as demais não trouxeram informações mais consistentes.

Outro ponto interessante, é que as escolas na sua maioria estavam localizadas próximas ao percurso da linha férrea, uma vez que, em alguns pontos existiam estações de parada, nas quais se formavam pequenos vilarejos.

Fotografia 25: Mapa das estratégias públicas e particulares da zona rural

Fonte: Mapa – Dean (1977), p. 43 e 44. Informações das escolas: Anuários do Ensino do Estado de São Paulo e Jornal da Cidade de Rio Claro.

Legenda:

Escolas Isoladas Públicas

Escolas Isoladas Particulares

Mapear esses espaços escolares, amplia a visão de escolarização e proporciona olhares para as iniciativas das mais variadas formas. No decorrer do trabalho indícios oferecidos pelas fontes de pesquisa levaram a construção de um novo mapa da cidade de Rio Claro, não apenas a partir da documentação legal e suas iniciativas como também por meio de iniciativas de pessoas comuns, as quais cada uma com objetivos próprios pensou e organizou espaços de escolarização primária no início da república nessa cidade. Cabe ainda verificar os sujeitos que frequentavam esses espaços. Nesse sentido, a seguir identificamos algumas das características dessa população escolar.

4.3 Os alunos nos espaços públicos e particulares de escolarização primária.

A caracterização dos sujeitos que frequentavam as mais diversas modalidades escolares é reveladora para compreender quais grupos sociais foram atendidos. As escolas primárias, conforme apontado nos capítulos anteriores foram estratégias de escolarização que não se limitaram as iniciativas públicas do estado e do município. As iniciativas particulares foram importantes para esse período pesquisado.

A tabela 25 apresenta a taxa de crescimento de matrículas no período de 1910 a 1929. Os dados apresentados na tabela evidenciam a importância da iniciativa particular no processo paulista de escolarização.

Tabela 25: Matrícula no curso primário (1910-1929).
(Estado de São Paulo - Anos Selecionados)

Matrículas nas Escolas Primárias	1910	1929	Taxa de Crescimento (%)
Estaduais	99.203	345.490	248,27
Municipais	10.178	11.430	12,30
Particulares	36.786	44.455	20,85

Fonte : Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo, Apud Costa (1983), p. 72

Os primeiros anos republicanos, paralelamente à criação de escolas preliminares, promoveu frequentemente o remanejamento de outras escolas, por exemplo, realocando em outro município as escolas já existentes. Na tabela 25, é possível perceber, entre os anos de 1910 e 1929, o crescimento da iniciativa pública estadual, no caso, 248% de crescimento. No mesmo período, o crescimento das escolas públicas municipais foi de apenas 12%. O fato pode ser explicado pela ausência de recursos experimentada pelas administrações municipais. A responsabilidade pelo avanço educacional ficava mesmo a cargo do Estado. Por tratar-se dos dados gerais do Estado, observamos que o município tinha uma pequena representatividade na participação, mas quando, nos aproximamos com uma lente de aumento na cidade de Rio Claro, foi possível identificar a importante participação do município. O mesmo ocorre com as iniciativas particulares, no quadro geral tiveram uma representação pequena. Os dados da cidade estudada permitiram constatar que município e iniciativa particular eram imprescindíveis na escolarização rioclarenses.

Rene Barreto, em 1908, mais uma vez, chamava a atenção para o caso das escolas isoladas, afinal elas estavam presentes nos locais não atendidos pelos Grupos.

Cellula mater de toda a educação popular e base atual de nossas instituições de ensino, elas deveriam merecer atenção toda especial das autoridades governistas, de modo que dessem o que podem dar, principalmente nos centros menos populosos e nas regiões rurais: - uma sólida e educativa instrução preliminar. (...)

Tudo progrediu no departamento do ensino: apenas a escola isolada permaneceu quasi a mesama que era ha cinquenta anos. Estacionou no mesmo lugar, com todos os seus erros e defeitos de origem. Com effeito, quando se observam as escolas complementaeres e o funcionamento logico dos grupos escolares – o typo mais perfeito de organização escolar – e se entra por acaso em uma escola isolada, o coração do educador fica profundamente consternado e ao seu espirito acode insensivelmente a crítica severa contra os responsáveis pela sua permanência (SÃO PAULO, 1908, p. 82).

A partir dos dados estatísticos presentes no Anuário Paulista, foi possível criar um quadro ilustrativo das escolas da cidade de Rio Claro, assim como do número de alunos matriculados em cada uma das modalidades escolares. A análise desses dados nos permite afirmar que foram as escolas isoladas, as iniciativas municipais e as particulares as que maior contribuição ofereceram para a escolarização rioclarense.

O quadro a seguir apresenta o número de escolas e o número de matrículas em cada modalidade escolar, no período de 1909 à 1920. Em alguns anos, não foi possível localizar o número de escolas existentes. Do mesmo modo, por vezes, não se identificou o número de alunos matriculados.

Tabela 26: Modalidades de Escolas Primárias e suas respectivas matrículas.

Ano	Grupo Escolar Estadual		Escolas Isoladas Estaduais		Escolas Municipais		Escolas Particulares	
	Qtd. Escola	Nº Alunos Matriculados	Qtd. Escola	Nº Alunos Matriculados	Qtd. Escola	Nº Alunos Matriculados	Qtd. Escola	Nº Alunos Matriculados
1909	1	468	13	430	7	287	7	303
1910	1	575	14	620	7	229	8	299
1911	2	1113	10	544	9	404	9	597
1912	2	1118	8	313	11	472	14	1247
1913	2	1113	8	534	10	296	17	1239
1914	2	1170	13	693	10	368	-	545
1915	2	1261	25	1312	10	402	-	549
1916	2	1208	26	1441	10	405	-	416
1917	2	1258	-	-	-	-	-	-
1918	2	1578	24	916	7	411	-	510

1919	2	1686	-	817	11	360	-	727
1920	2	1741	18	1643	-	-	-	-

Fonte : Anuários de Ensino, Livros de Matrícula e Jornais da Cidade.

Se dispostos em representação gráfica, os números acima podem mais facilmente serem compreendidos.

Gráfico 7: Modalidades de escolas primárias em Rio Claro e número de matrículas.

Fonte : Anuários de Ensino, Livros de Matrícula e Jornais da Cidade.

Nos anos de 1909, 1910, 1915, 1916 e 1920, o número de crianças matriculadas no Grupo Escolar e nas Escolas Isoladas estavam bem próximos. Apesar disso, o número de instalações de escolas isoladas era extremamente superior ao do Grupo, o que reforça a ideia do Grupo escolar como modelo administrativo e pedagógico, capaz de reunir muitas crianças em um mesmo espaço físico. Ainda assim, já que poucos eram os grupos escolares, as escolas isoladas estaduais e municipais, ao lado das escolas particulares foram mesmo as grandes responsáveis pela escolarização primária em Rio Claro.

Embora, na maioria dos anos, o Grupo Escolar possua o maior número de alunos matriculados, somados, os números de matrículas das outras modalidades escolares esses são sempre superiores. Nos anos de 1910, 1915 e 1916, comparado aos números do Grupo Escolar, as escolas isoladas alcançam o maior número de matriculados. Nos

anos de 1912 e 1913, as escolas particulares tem um crescimento espantoso na cidade, e superam os números das iniciativas públicas, estaduais e municipais. Ocorre que, a partir de 1905, há o processo de industrialização, mais intensificado, na cidade de Rio Claro.

Com a chegada dos anos de 1910, cresce também o número de pessoas que trabalhavam nas empresas de tecelagem e na ferrovia – Cia. Paulista. A classe operária passa a partir desse período a integrar o Grupo Escolar. Possivelmente, então, a partir de 1910, os filhos das famílias com maior poder aquisitivo, fazem o percurso inverso, ou seja, participam das iniciativas particulares, já que, nesse momento a cidade dispunha de Colégios, Ginásios, Institutos, Internatos e Externatos.

Em 1906, a cidade de Rio Claro assistiu a primeira greve do setor ferroviário. Antes em 1901, já havia sido registrado na cidade um dia de paralização dos ferroviários, reivindicando melhores salários e uma jornada menor de trabalho. Da primeira paralização, surge o Centro Operário, fundado em 1901. Mas, em 1906, a greve ganhou novas proporções e resultou, segundo Santos (2000), na criação da Liga dos Ferroviários da Cia Paulista, entidade de âmbito estadual. A greve contou com a colaboração de fazendeiros e de comerciantes da cidade, além da adesão do jornal *O Alpha*, que publicava diariamente notícias sobre o acontecimento. Essas manifestações transformaram a cidade, colocando-a no cenário estadual das discussões políticas, como no caso das transferências das oficinas da Cia. Paulista de Rio Claro para Jundiaí. Com um grande número de trabalhadores morando na zona urbana, o perfil dos alunos das escolas públicas também se modificava, em especial, o do Grupo Escolar.

Faz necessário, então, entender quais eram as pessoas que ocupavam o espaço escolar do Grupo Escolar de Rio Claro e das escolas isoladas, para que possamos melhor compreender como a mudança do perfil dos moradores da cidade, também transformariam a escola. De acordo com os livros de matrícula, foi possível identificar a nacionalidade dos pais dos alunos e suas profissões. Foram consultados os livros de matrícula de 1900 à 1920, das classes masculina e feminina, do 1º Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles.

Algumas profissões eram recorrentes em praticamente todos os anos, outras deixam de constar dos livros com o decorrer do tempo. Inicialmente, o Grupo atendia prioritariamente os filhos de negociantes, proprietários da cidade e lavradores. Em seguida, o número de filhos de operários, funcionários da Cia. Paulista, atendidos pelo grupo cresce significativamente. A escola continua atendendo aos filhos de negociantes

e lavradores, mas, a partir dos anos de 1910, aumenta consideravelmente o número de filhos de outros profissionais atendidos por essa modalidade escolar. Vejamos a tabela:

Tabela 27: Profissões dos pais dos alunos do Grupo Escolar Joaquim Salles.

	1900	1905	1910	1915	1920
Profissão do Pai	Quantidade alunos	Quantidade alunos	Quantidade alunos	Quantidade alunos	Quantidade alunos
Açougueiro	4	---	---	---	---
Advogado	1	2	4	3	3
Agente	37	15	15	1	2
Agricultor	2	4	---	---	1
Ajustador	1	8	3	---	---
Alfaiate/Costureira	20	9	15	20	32
Artista	---	6	9	5	6
Barbeiro	1	8	11	3	5
Capitalista	3	2	3	1	---
Carpinteiro	17	10	21	12	24
Cocheiro	8	4	10	17	33
Cozinheiro	2	---	1	3	4
Dentista	1	2	5	4	---
Doméstica	---	20	8	20	39
Empregado Cia. Paulista	25	42	38	16	69
Engenheiro	1	6	2	3	2
Farmacêutico	1	4	3	3	1
Ferreiro	5	1	6	8	3
Funcionário Público	7	3	24	21	22
Funileiro	7	6	4	2	1
Guarda Livros	3	2	6	5	5
Jornalista	---	5	6	5	5
Jardineiro	2	4	3	2	3
Lavrador	32	24	41	59	91
Marceneiro	12	16	4	13	13
Mecânico	14	4	12	18	9
Médico	3	6	2	2	1
Militar	---	---	---	9	5
Negociante/Proprietário	121	121	176	108	144
Operário	7	4	66	121	230
Pedreiro	16	10	21	25	40
Pintor	5	5	13	15	13
Professor	2	4	3	3	6
Sapateiro	11	15	15	17	15
Outros	10	32	25	31	32

TOTAL	381	404	575	575	859
--------------	------------	------------	------------	------------	------------

Fonte: Livro de Matrícula – Grupo Escolar Joaquim Salles.

Ressaltamos ainda que, o quesito “outros” diz respeito às profissões que apareceram apenas uma vez, como caixeiro, banqueiro, torneiro, administrador de fazenda, relojoeiro, corretor, doceira, músico, eletricista etc.

As profissões em destaque se referem as que mais chamam atenção no decorrer do período analisado. Os negociantes e proprietários mantêm-se durante todo o período com grande representatividade, o mesmo acontece com as profissões de prestações de serviços como pintor, pedreiro, marceneiro, mecânico entre outros.

O gráfico 8 foi construído para possibilitar essa visualização de forma mais precisa. Foram selecionados os anos de 1900, 1910 e 1920, para perceber o acréscimo ou diminuição de algumas dessas profissões.

Gráfico 8: Profissões dos pais de alunos – 1900 -1920 – 1º Grupo Escolar

Fonte: Livro de Matrícula – Grupo Escolar Joaquim Salles

Conforme apontado anteriormente, os negociantes e proprietários são representativos nos vinte anos da pesquisa. A partir de 1910 a classe operária ganha destaque, e, em 1920 tem um aumento de mais de 200% se comparado ao ano de 1900.

Os lavradores, que no início não estavam no grupo escolar, ganham maior destaque a partir dos anos 1920, o mesmo ocorre com os funcionários da Cia. Paulista e

as domésticas. Essa última trazendo um alerta da mulher enquanto chefe de família, uma vez que, no livro de matrícula a filiação ficava somente com o nome da mãe do aluno ou aluna.

Portanto, o Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles recebeu uma clientela bastante diversificada, que pode ser dividida em dois grandes blocos. Na primeira fase (1900-1910), essa clientela caracterizava-se por filhos de negociantes, lavradores, agentes⁸² e alguns funcionários da Cia. Paulista, um público com maior poder aquisitivo e influente na sociedade. Na segunda fase (1910-1920), o grupo recebia, sobretudo, filhos de empregados e funcionários, atendendo uma população mais abrangente.

A fotografia 26 retrata os alunos de uma sala masculina do Grupo Escolar Joaquim Salles no ano de 1915. Essa nova fase pode ser percebida pela simplicidade dos trajes dos alunos na sua maioria.

Quanto à idade desses alunos observamos pelos livros de matrícula que eram bem variadas. Os primeiros anos recebiam alunos de 6 a 16 anos, segundo Souza (1998, p.115) “*Os pais decidiam quando mandar seus filhos à escola, quando podiam liberá-los do trabalho doméstico ou prescindir do trabalho infantil para compor a renda familiar ou quando vinham residir na cidade*”⁸³. Os alunos entravam mais tarde na escola. No livro de matrícula do Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles, localizou-se crianças com 14 e 15 anos, na primeira série. Com o passar dos anos analisando as matrículas até 1920, identificamos que as crianças mais velhas no primeiro ano diminuem, sinalizando a entrada de alunos mais novos na escola. No entanto, as salas não possuíam ainda um padrão quanto a idade e série. Segundo Fonseca (2007) a presença de negros nas escolas do século XIX é um dos temas que vem mobilizando as pesquisas em história da educação e foi objeto de análise de várias pesquisas como Veiga⁸⁴ (2004), Barros⁸⁵ (2005), Demartini⁸⁶ (1989), Santos⁸⁷ (2002), Peres⁸⁸ (2002), entre outros.

⁸² Agente segundo dicionário Aurélio é: Aquele que é encarregado dos negócios de outrem; preposto, mandatário.

⁸³ Grifos nossos.

⁸⁴ Cynthia Greive Veiga “Crianças negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar, Minas Gerais, século XIX”.

⁸⁵ Surya Aronovich Pombo de Barros “Negrinhos que por ai andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)”.

⁸⁶ Zeila de Brito Fabri Demartini “A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX”.

O movimento em favor da escolarização da população negra não ocorreu sem conflitos. Para Demartini (1989):

Os negros percebiam sua condição de segmento discriminados na sociedade paulistana, e a situação de disputa em que se achavam inseridos ao lado de grupos imigrantes em situação econômica semelhante. Alguns deles, que passaram a organizar-se em entidades negras, achavam que o caminho para ascensão social era a escola, mas sua própria vivência como elementos discriminados os levava a cogitar que eles próprios tinham que batalhar por esta causa. De um lado, porque a República criava muitas escolas, e muitos negros freqüentavam escolas públicas, mas havia entraves colocados por estas escolas ao processo de escolarização dos negros pertencentes a famílias mais pobres, ou sem família; de outro lado, porque verificavam que havia uma acomodação de parcela desta população às condições impostas pela escravidão, uma quase aceitação do fato de não ter seus direitos (como o da escolaridade obrigatória gratuita) efetivados. (DEMARTINI, 1989, p.60).

Os estudos apresentam de forma contundente que os negros estiveram presentes nos diferentes momentos da constituição do processo educacional no Brasil. As imagens a seguir proporcionam indícios de crianças negras, embora os documentos oficiais não façam qualquer menção a esse dado. No livro de matrícula não existia o quesito cor, assim, os alunos eram apenas diferenciados por filhos de brasileiros e estrangeiros como veremos nos quadros a seguir.

Observando a fotografia 26, na qual foram fotografados 30 (trinta) alunos, é possível identificar a presença de negros por meio das suas características físicas. Mas para checar esses dados seria importante, confrontar outras fontes de pesquisa tais como, os registros de bastimos, que na época traziam a informação quanto a cor das pessoas.

A subjetividade da imagem nos aponta indícios, revelando que os negros de Rio Claro, também participaram da escolarização primária pública. O aprofundamento nesta perspectiva não foi possível neste momento da pesquisa, mas registros documentais e relatos de história oral coletados pelo Arquivo Público da cidade sinalizam esse fato.

⁸⁷ José Antônio dos Santos “Etnicidade nação e cultura: intelectuais negros – educação e militância”.

⁸⁸ Eliane Peres “Sob (re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação no tratamento das questões étnico-raciais”.

Fotografia 26: Alunos do 1º Grupo Escolar de Rio Claro – classe masculina – 1915.

Fonte: Arquivo Público e Histórico – Oscar de Arruda Penteado - Rio Claro

A fotografia 27 trata-se também da escola Joaquim Salles, no entanto, de uma classe feminina com data provável de 1915. Como na classe masculina não há um uniforme padronizado. Elas estão com roupas simples, na maioria vestidos com tecidos dos mais variados, organizadas em fileiras ao lado do professor da escola. Na classe feminina, dada a nitidez da imagem pode-se perceber a presença de crianças negras em maior número se comparada a classe masculina. A maioria delas encontra-se na última fileira da foto. Outro fato interessante são os tamanhos das crianças, proporcionam indícios quanto à idade dessas meninas. Mais uma vez, observamos idades bem diferentes na mesma sala de aula. Além disso, todas as crianças dispostas nas primeiras filas estão calçadas, mas, sabemos que muitos iam à escola sem sapato e nas ocasiões de fotos ficavam ao fundo. As imagens proporcionam conhecer um pouco mais da clientela que a escola recebia neste período.

Fotografia 27: Alunos do 1º Grupo Escolar de Rio Claro – classe feminina – 1915.

Fonte: Arquivo Particular de ex-aluna da escola.

No tocante as nacionalidades dos pais dos alunos dessa escola foram organizadas tabelas a partir dos livros de matrícula. O recenseamento de 1895, já havia nos mostrado que o número de imigrantes nas escolas públicas era pequeno e, mais uma vez, esse fato se confirma, ou seja, no Grupo Escolar eles também eram a minoria. Isso reforça a ideia de que esses grupos populacionais frequentavam as escolas de iniciativas particulares.

A tabela 28 apresenta que apenas nos primeiros anos de funcionamento do Grupo Escolar, foram identificados alguns imigrantes, na maioria italianos, mas nos anos de 1915 e 1920 esses não aparecem mais. As demais nacionalidades são bem esporádicas como mostra a tabela a seguir:

Tabela 28: Profissão dos pais dos alunos do Grupo Escolar Joaquim Salles.

	1900	1905	1910	1915	1920
Profissão do Pai	Quantidade alunos	Quantidade alunos	Quantidade alunos	Quantidade alunos	Quantidade alunos
Italianos	19	18	2	---	---
Alemães	1	---	---	---	---
Argentinos	---	---	---	2	1
Estados Unidos	---	---	---	---	1

Francês	---	---	---	1	1
Inglês	---	---	5	1	---
Portugueses	6	---	---	---	---
Espanhóis	1	2	---	4	2
Austríaco	1	---	---	---	---
Subtotal	28	20	7	8	5
Brasileiros	353	384	568	567	854
Estrangeiros	28	20	7	8	5
Total	381	404	575	575	859

Fonte: Livro de matrícula – Escola Joaquim Salles.

Ademais, os livros de matrícula do 1º Grupo Escolar de Rio Claro, indicam que os endereços dos alunos estavam, quase todos, localizados na área central da cidade⁸⁹.

Sobre a população que ocupava os espaços escolares das escolas isoladas, foi possível localizar informações, relacionadas apenas a algumas escolas de iniciativa pública na esfera municipal. Observando as tabelas a seguir, verificamos que nessas escolas o rol de profissões preponderantes era bem diferente ao do grupo escolar. Aqui, prevalecem as profissões típicas da classe trabalhadora e de prestadores de serviços. O nome das mulheres, com frequência, aparece como responsáveis pelos filhos e há um acréscimo na profissão de doméstica.

Tabela 29: Profissões dos pais dos alunos da Escola Isolada Municipal - Samambaia.

	1906	1907	1908	1909	1910	1911
Profissão do Pai	Quantidade alunos	Quantidade alunos	Quantidade alunos	Quantidade alunos	Quantidade alunos	Quantidade alunos
Amolador	1	1	---	---	---	---
Ajustador	1	1	---	---	---	---
Alfaiate/Costureira	1	---	---	4	---	---
Carteiro	1	2	---	---	---	7
Carpinteiro	1	---	---	4	3	---
Cocheiro	1	2	2	---	1	---
Conferente	---	2	---	---	---	---
Dentista	---	---	---	1	---	6
Doméstica	3	2	8	3	5	---
Empregado Cia. Paulista	5	2	---	11	5	11
Farmacêutico	---	---	---	2	---	---
Ferreiro	1	---	---	---	---	---

⁸⁹ Um ponto que merece destaque, é que alguns alunos indicavam o endereço como Quilombo, trazendo mais um indício da presença de negros nesses espaços.

Jornalista	1	2	---	---	---	---
Jardineiro	1	---	---	1	1	---
Lavrador	12	11	---	2	10	1
Marceneiro	1	1	---	---	---	---
Mecânico	1	---	---	---	---	---
Negociante/Proprietário	6	12	14	1	4	4
Operário	6	8	---	---	---	---
Pedreiro	3	3	---	2	---	---
Padeiro	3	1	---	---	---	---
Pintor	1	---	---	2	1	---
Sapateiro	1	1	---	---	---	---
Seleiro	1	2	---	---	---	2
Tipografo	1	1	---	---	1	---
TOTAL	53	58	32	33	34	42

Fonte: Livro de Matrícula da Escola Municipal Samambaia – Arquivo Público de Rio Claro.

As profissões com maior destaque foram de lavrador, negociante, empregados da Cia. Paulista e Doméstica. Verifica-se ainda uma grande diversidade de prestadores de serviços e operários, identificando uma clientela com menor poder aquisitivo em relação ao grupo escolar, no mesmo período.

No caso da escola isolada municipal do bairro do Cabeça, a clientela é evidentemente, composta, em sua maioria, de lavradores, sinalizando uma população rural, dada a localização da escola. No detalhamento do endereço, todos indicam o mesmo, ou seja, bairro do Cabeça. Essa região era distante do centro urbano, localizada na zona rural da cidade.

Tabela 30: Profissões dos pais dos alunos da Escola Isolada Municipal – Cabeça.

	1906	1909	1910
Profissão do Pai	Quantidade alunos	Quantidade alunos	Quantidade alunos
Carteiro	3	---	---
Cocheiro	6	---	---
Fotografo	1	---	---
Funcionário Público	1	---	---
Lavrador	16	39	25
Militar	1	---	---
Negociante/Proprietário	3	---	---
Pedreiro	4	---	---
Padeiro	1	---	---
TOTAL	38	39	25

Fonte: Livro de Matrícula da Escola Municipal Cabeça – Arquivo Público de Rio Claro.

Analisando as profissões nesses diferentes contextos (grupo escolar e escola isolada), alguns tipos de funções são marcantes em ambos os espaços, tais como negociante/proprietário, lavrador e doméstica. No entanto, quando nos aproximamos a cada uma dessas realidades, fica evidente que o grupo escolar na primeira fase da república priorizou um grupo social mais organizado financeiramente, diferente das escolas isoladas. Além disso, as escolas isoladas, por estarem afastadas não tinham grande diversidade em seu público discente, ou seja, recebia apenas a clientela local, o resultando em menor número as profissões de proprietários e negociantes, que geralmente, era o dono da fazenda onde a escola estava instalada ou de algum comércio do bairro em que a escola se situava.

Nesse sentido, as escolas isoladas da zona rural ficavam restritas a clientela do seu entorno. O problema mais frequente dizia respeito aos grandes períodos em que essas escolas ficavam vagas, dificultando o acesso da população à escolarização primária⁹⁰.

No Arquivo Público de Rio Claro localizou-se, ainda, um livro de matrícula do 2º Grupo Escolar da cidade do ano de 1918, com 70 (setenta) alunos matriculados. Os dados do Anuário do Ensino apresentam um número maior de matrículas para o mesmo grupo, em mesmo ano. Na verdade, o livro localizado esta incompleto, mas indica elementos interessantes para pesquisa. Diferente do 1º Grupo Escolar, no qual o número de brasileiros era preponderante, nessa pequena amostragem de 70 (setenta) alunos, constava um número expressivo de imigrantes, 11(onze) portugueses, 17 (dezessete) italianos, 2(dois) russos, 2 (dois) espanhóis e 1 (um) suíço. Talvez, o 2º Grupo Escolar da cidade atendesse a um público mais heterogêneo. Quanto às profissões dos pais dos alunos, 2º Grupo também apresentava um grande número de pais operários, empregados da Cia. Paulista, e comerciantes.

A fotografia a seguir representa uma classe masculina do segundo ano com data provável de 1918. Os alunos estão organizados em fileiras e a cada um dos lados dois professores da escola, sendo um homem e uma mulher. Observamos que as crianças melhores vestidas estão na primeira fileira. As crianças com trajes mais simples ou sem sapato ficavam no fundo (a seta vermelha indica pelo menos 03 alunos sem sapatos). A

⁹⁰ O que pode ser verificado nos quadros, em apêndice, sobre a nomeação de professores para cada uma dessas localidades.

imagem é um indicativo que o 2º Grupo Escolar, neste período, estava recebendo uma população mais diversificada, composta de filhos de operários e trabalhadores.

Fotografia 28: Alunos da classe masculina do 2º Grupo Escolar – 1918.

Fonte: Arquivo Público e Histórico – Oscar de Arruda Penteado - Rio Claro

Quanto às iniciativas particulares, não foram localizados nenhum livro de matrícula. No entanto, os anúncios dos jornais traziam diversas pistas da clientela que recebiam. Como praticamente todos tinham valores de mensalidades que poderiam ser pagas por mês ou trimestre, isso já restringia o seu público alvo. Geralmente eram filhos de fazendeiros, proprietários de estabelecimentos comerciais, profissionais autônomos que prestavam serviços na cidade e outros que tinham condições financeiras para dispendir parte com a escolarização dos filhos.

O Colégio Brasil, por exemplo, comandado por um Tenente Coronel, anunciava com frequência o número de alunos que faziam parte do seu colégio. Nos momentos dos exames finais ou distribuições de prêmios aos melhores alunos, era uma prática não só desse estabelecimento como outros particulares, publicarem o nome dos alunos e suas respectivas famílias. Em julho de 1912 o jornal publicou a seguinte nota: “O Collégio Brasil recebeu mais uma alumno interno: João Martins, filho do finado Sérgio Martins, recomendado pelo Sr. José Ribeiro de Almeida Santos Filho. Actualmente conta aquelle

estabelecimento com 23 alunos internos” (O ALPHA, 23/07/1912, p.2). A notícia evidenciava a quantidade de alunos e a indicação para internos. Nesse mesmo ano o Colégio Brasil possuía 23(vinte e três) internos e 59 (cinquenta e nove) externos, totalizando 82 (oitenta e dois) alunos.

No mesmo ano, na festa de encerramento o Colégio Brasil, o jornal publicou que para presidir a cerimônia dos exames foi convidado o Sr. Dr. Achilles de Oliveira Ribeiro, então juiz direito da Comarca de Rio Claro. Além do discurso do juiz, enaltecendo o bom ensino da escola, tiveram presença registrada alguns ex-alunos, que foram admitidos nas escolas secundárias e superiores do Estado de São Paulo. Ressalta a notícia do jornal que a festa foi regada a doces e cerveja. Essas características reforçam o imaginário, de que, os alunos que frequentavam esses espaços tinham um poder aquisitivo diferenciados. Ocorre ainda, que nas mesmas notícias relacionadas às escolas públicas contavam com o diretor e outros professores para presidir as seções de trabalho, geralmente professores das classes que não estavam sendo avaliadas. Já as escolas particulares estavam sempre com presenças ilustres de personalidades da cidade, tais como: juiz, prefeito, delegado, jornalistas entre outros. Há outros registros de que alunos de outras cidades frequentavam os espaços particulares da cidade de Rio Claro.

A escola alemã, dirigida por Theodoro Koëlle, também possuía um clientela bem restrita, geralmente filhos de imigrantes alemães. A fotografia a seguir trata-se de algum momento de festividade da escola por aglomerar todos os alunos com o seu fundador. Embora a legenda colada na imagem traga a informação da foto ter sido tirada em 1902, a flamula que aparece no fundo da imagem traz o nome da escola o ano de fundação 1883 e o ano de 1887, que pode também ser o ano em que a foto foi realizada. Essas são algumas das hipóteses das motivações para esses retratos que podem ainda ter outras razões de existência e permanência nos arquivos.

Ao centro da imagem identifica-se o professor e diretor Theodoro Koëlle e sua esposa, com mais duas possíveis professoras. São ao todo 67 (sessenta e sete) alunos do colégio retratados, sendo 34 (trinta e quatro) do sexo masculino e 33 (trinta e três) do sexo feminino. Não há registros no verso da foto se esses alunos eram todos do internato ou externato, no entanto, são alunos do colégio. A foto foi tirada no pátio da escola que possuía uma grande área verde, típica das organizações dos imigrantes alemães. Não se verifica pela imagem, a presença de nenhum aluno negro. Todos estão bem vestidos, os meninos na maioria com gravatas e as meninas além dos vestidos todos com babados, fitas no cabelo e até chapéu. A escola de acordo com os registros

localizados, e, as imagens encontradas atendia uma clientela privilegiada de Rio Claro e região, pois no internato, recebiam alunos da cidade de Campinas, São Paulo entre outras localidades.

Fotografia 29: Escola Alemã – Rio Claro – 1902

Fonte: Arquivo Público Histórico e Pedagógico – Oscar de Arruda Penteado - Rio Claro

O colégio Puríssimo Coração e Maria, também particular, conforme relatos do trabalho de Leonardi (2002) recebia uma clientela da alta sociedade rioclarense principalmente preocupados com a educação da mulher. A fotografia a seguir é de 1911 (data provável) mostra um pouco desses alunos que na maioria eram meninas. Todos sempre uniformizados, além da presença das irmãs do colégio. Ao centro encontra-se a Irmã Juliana diretora no período.

Fotografia 30: Alunos do Colégio Puríssimo Coração de Maria – 1911.

Fonte: Leonardi, 2002, p. 36.

As caracterizações desses alunos ajudam a definir o perfil das estratégias de escolarização primária implementadas na cidade de Rio Claro. Fica claro que, a clientela com maior poder aquisitivo pode escolher o espaço para escolarização de seus filhos. Já a classe menos favorecida, teve que procurar a iniciativa pública quando essa existia em sua proximidade.

Considerações Finais

O estudo das estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro lança novas luzes sobre a questão educacional da cidade. A construção da tese foi desafiadora, exigindo a mobilização de um rol diversificado de fontes. Consideramos que os caminhos trilhados pela pesquisa podem motivar novas investigações, mesmo por outros pesquisadores. Os percursos da pesquisa, afinal, como quer Ginzburg aponta, deixam rastros, pistas que podem vir a ser explorados.

O período delimitado para pesquisa (1889-1920), sabíamos, é pouco explorado, se o objeto investigado é outro que não os grupos escolares. Assim, o diálogo com os diversos autores e as fontes de pesquisa estava por ser construído. A análise do local, por meio da perspectiva proposta pela micro-história, nos permitiu apreender certas particularidades, como o clamor popular por escolarização, as reações dos políticos da cidade, quando pressionados por criação de escolas, a adaptações de casas, mobília e material pedagógico, os vencimentos dos professores etc.

Os estudos do papel da Câmara Municipal no processo de escolarização nos possibilitou conhecer algo desse espaço político e entender seus limites no setor educacional, no início do período republicano. Pudemos, ainda, identificar de que modo as pessoas comuns realizavam propostas ao governo local, para solucionar alguns problemas educacionais.

Se hoje discutimos temas como os da obrigatoriedade de ensino, das questões orçamentárias, do atendimento aos alunos, dos métodos de ensino, dos tempos e dos espaços escolares, vimos que esses debates foram também travados em outros momentos. Da promulgação de uma lei a sua implementação, há inúmeros conflitos e tensões a serem considerados.

No primeiro capítulo, vimos que, apesar da lei de obrigatoriedade do ensino, em São Paulo, não havia como obrigar as famílias pobres, moradoras da zona rural, a colocarem seus filhos na escola. Como fiscalizar o cumprimento da exigência legal se não existiam escolas públicas próximas à residência dessas famílias? Acrescente-se que a própria legislação permitia que a educação fosse antecipada pela família. Dessa forma, observam-se grandes períodos de contradições. As multas previstas em lei para a família que não colocasse seu filho na escola quase nunca era aplicadas. No entanto, como

aponta Hilsdorf (2013) não se pode negar que, nas décadas de 1870 e 1880, além de um renovado debate sobre a importância de firmar a educação escolar como estratégia, houve um crescimento significativo de iniciativas de ensino primário e secundário, públicas e particulares.

No segundo capítulo, abordamos os espaços de escolarização primária criados pela iniciativa pública. Os Grupos Escolares implementaram um modelo administrativo e pedagógico para a escola primária. No entanto, nas cidades do interior paulista e, principalmente, em Rio Claro, não foram eles os responsáveis pela escolarização em massa. Essa afirmação nos leva a pensar as escolas sob nova perspectiva, no caso do setor público, envolve uma reavaliação da importância das escolas isoladas.

A construção dos Grupos Escolares, no início do período republicano, foi uma estratégia para a consolidação da República. Entre 1890 e 1920, cerca de 170 edifícios foram construídos, conforme mencionado no capítulo dois. A maior parte deles, instalados em São Paulo. Mas as cidades do interior, com “desenvolvimento promissor”, também receberam estas construções.

A demanda por escolarização estava estreitamente relacionada à manutenção do regime republicano. Com o crescimento populacional nos centros urbanos, faz-se necessária a instrução e uniformização da massa populacional.

Para Vicentini e Gallego (2006) apontam que com a instauração da República, inúmeras iniciativas foram tomadas no sentido de convencer a população da importância da escola pública, cuja organização estava em curso e que precisava se legitimar.

Entre tais iniciativas, destacaram-se as visitas dos professores às casas dos alunos para convencer os pais a matriculem e manterem seus filhos na escola, multas àqueles que não o fizessem, o efetivo controle da frequência, a adequação de horários nas escolas rurais e a realização de festas diversas (inaugurações dos grupos escolares, encerramento do ano letivo, exames finais públicos, comemorações cívicas e campeonatos com a participação de autoridades e familiares), cuja função era dar visibilidade ao incipiente sistema público de ensino, que buscava minimizar a fragmentação e a falta de controle advinda da diversidade das escolas – em sua maioria, instituições isoladas, com um só professor – e seus funcionamentos. Assim, pretendia-se difundir a superioridade do trabalho realizado pelas escolas públicas em relação às particulares, religiosas e imigrantes, para o que as estratégias mencionadas acima (que integraram as campanhas de propagandas realizadas no período) cumpriram um papel precioso. Talvez, pelo êxito desse movimento, cada vez mais a escola tornou-se uma instituição incorporada às práticas sociais (VICENTINI, GALLEGO, 2006, p. 3423-3424).

O ideário republicano democrático considerava a educação popular imprescindível para a consolidação do novo regime. Estávamos diante de um regime político que se pensava como do povo, cuja existência dependia de uma sólida organização escolar, capaz de oferecer a formação política republicana para todos os cidadãos. A difusão da educação popular deveria ser, portanto, o primeiro dever do Estado. Garantida a liberdade do ensino, entendida como liberdade de abrir escolas, cabia ao Estado a responsabilidade de promover a educação do povo.

Para Carvalho (1998), regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, era o que se esperava da educação. Ela era pensada como a redenção nacional. A “educação nacional” foi um projeto de formação moral e cívica do homem brasileiro, preparando-o para compor a nação.

Há que lembrar que a Constituição Republicana de 1891 alterou os critérios de participação eleitoral, influenciando diretamente a demanda por escolarização. Antes, a participação eleitoral era baseada em critérios de renda, agora, passava a se basear também em critérios educacionais. A participação eleitoral ficava então restrita aos alfabetizados.

A educação pelo voto e pela escola foi instituída por eles como a grande arma da transformação evolutiva da sociedade brasileira, e assim oferecida em caução do progresso prometido pelo regime republicano: a prática do voto pelos alfabetizados e, portanto, a frequência à escola que formaria o homem progressista, adequado aos tempos modernos, é que tornaria o súdito em cidadão ativo (HILSDORF, 2003, p. 60).

O Grupo Escolar destaca-se como modalidade capaz de reformar e modernizar o ensino, entretanto, as escolas isoladas e outras modalidades de ensino existiam concomitantemente, e eram as responsáveis por atender grande parte da população brasileira.

Como o nome indicavam, essas escolas ficavam isoladas dos centros urbanos. Consideremos a definição de Rene Barreto, Inspetor de Ensino, em relatório apresentado ao Anuário de 1908:

Isoladas, esquecidas, funcionado em salas sem o necessário espaço, nem condições de luz e de hygiene; desprovidas de materiais, sem terem muitas vezes um banco em que o alumno posso sentar-se, ou tendo-o improprio, sem o indispensável encosto; confiadas em sua maior parte a professores inexperientes, recém – formados –as escolas produzem beneficios que ficam assás aquém dos sacrificios que custam ao professor e ao tesouro (SÃO PAULO, 1908, p.47).

Nesse sentido, vale considerar também um artigo publicado no jornal *O Alpha*, que expressa algo das dificuldades e tensões enfrentadas pelos professores de bairro.

O professor de Bairro

“São Paulo é o paladino da instrução”, eis a frase chapa de toda aquele que lê, sem procura detalhes, o nosso movimento escolar. O método analítico é estupendo, a forma tal é magnífica, isto ou aquilo deve ser adotado nas escolas isoladas, é o que se ouve a cada passo, da boca dos nossos pedagogos. E ninguém, mais ninguém conhece as coisas do bairro.

Um moço qualquer com brilhantismos de uma das nossas numerosas escolas normais. Cheio de esperança repleto de pedagogia e metodologia, é nomeado para reger a escola do bairro *** do município de ****. Lá vai o nosso herói iniciar o magistério. Chega ao lugar depois de andar 15 leguas a cavalo. Decepção, não conhece ninguém, ninguém estava ciente da sua nomeação. Lugar magnífico: uma rua, um lago e uma Santa Cruz. Campanha enorme para arranjar salas. Depois de uma semana de trabalho, arranja um quartinho. Lá se vai as primeiras ilusões – o preceito higiênico.

Aparecem os alunos, mas falta o material. Pedidos e mais pedidos ao almoxarifado. O professor desespera. Um dia chega uma carta da “Instrução Pública”. O mestre alegre-se: chegou o material. Nervoso, abre a feliz missiva, lê e quase tem um ataque. Eis o que rezava a carta:

Sr. Professor,

De hoje em diante sois obrigado a adaptar o método analítico e as cartas de Pasker, etc, etc.

Si alguém estivesse perto, veria o desditoso mestre sentado no chão porque nem uma cadeira possuía ... Não ria, leitor bondoso, eu estou falando sinceramente. O professor de bairro é o pior remunerado e é o que mais trabalha. Geralmente em pontos longinguos, transporte dificultoso, se acham as escolas de bairro. Ah! O professor é responsável pelo número de alunos, pelo pagamento da sala, pelo material (quando existe) e outras coisas mais.

Quanto a aplicação do método é um desastre. Se usa o analítico a criança não possui vocabulário, e se possui é muito restrito. O professor fica sem jeito. Usando esse método precisa usar seis ou sete meses conversando com o menino e pai que não compreende e tira o filho da escola porque “o mestre não presta”. Se usa outro método que não esteja de acordo com o progresso da instrução primária, doí-lhe a consciência e esta sujeito a uma advertência do inspetor escolar.

Pobre mestre escola! “Preso por ter cães, e amarrado por não o ter”.

Por fim o infeliz trabalho por dois anos, já no fim do mundo, onde até a civilidade se vai pela influência do meio, e devido ao péssimo clima o desgraçado adoece, requer uma licença de dois meses nomeiam “dezoito” juntas médicas e depois de muito trabalho, tendo provado que esta doente consegue quinze dias de licença (*O Alpha*, 01/03/1919, p. 1).

O trabalho docente nas escolas isoladas era dificultado por diferentes complicadores. Assim, cumprido o tempo necessário de permanência na escola isolada, esses professores preferiam a remoção para os grupos escolares, ou para outras escolas isoladas, localizadas em áreas mais urbanas.

Finalmente, consideramos adequado retomar as questões iniciais propostas para pesquisa, para avaliar em que medida foi respondê-las.

Entre as perguntas que motivaram essa pesquisa, estava aquela que questionava se, de fato, era possível afirmar que as estratégias de escolarização primária

empreendidas pelo governo paulista ocorreram em todas as cidades do interior. No caso de Rio Claro, podemos dizer que algumas, mas não todas, as modalidades escolares se efetivaram. O grupo escolar, escola modelar, tão esperada, não foi construído em larga escala. Distribuídos, a princípio, sem levar em conta a necessidade local. A construção dos grupos dependia mesmo da pressão política. Por outro lado, a cidade estudada contou com outras estratégias públicas, como as escolas isoladas - urbanas e rurais.

Perguntávamos, ainda, se o grupo escolar, como instituição modelar (administrativa e pedagógica), fora uma estratégia criada para também atender a lei da obrigatoriedade do ensino. Nossa investigação indica que, nas cidades do interior, ao menos, o grupo não tinha esse objetivo. Em Rio Claro, por exemplo, o grupo representava a escola modelar, administrativa e pedagogicamente. Os inspetores de ensino consideravam que os professores das escolas isoladas deveriam conhecer as práticas do grupo escolar. Os anúncios dos jornais também auxiliam a esclarecer o papel do grupo na cidade, ou seja, mostrar o poder do novo regime político e fazer-se ver pela população.

As festas realizadas pelo grupo, como comemorações⁹¹ em datas cívicas, exposição de trabalhos, festividades do Dia da Árvore, quadro de honras, eram publicadas periodicamente nos jornais, convidando a população para conhecer o espaço, cujo papel disciplinador se dava para além dos muros da escola.

Dessa forma, ao questionarmos qual tenha sido o impacto da criação do grupo escolar para as outras modalidades de educação já existente e para as posteriormente fundadas, consideramos que, fundamentalmente, fora o papel de escola modelar, de exemplo de aplicabilidade dos métodos de ensino, de organização pedagógica e administrativa. Em algumas escolas isoladas de Rio Claro, foi possível identificar também a organização de exposições de trabalhos e de outras festividades nos moldes do Grupo Escolar, também anunciadas no jornal. Na maioria das vezes, convites para essas atividades eram encaminhados ao diretor do Grupo Escolar. Esse modelo de escola também influenciou as iniciativas particulares, que acabaram por organizar práticas similares. Um excerto encontrado no Anuário de Ensino de 1917, sobre uma escola primária mantida pela maçonaria, evidencia, uma vez mais, o caráter modelar do grupo escolar: “Quando os professores não ensinam bem, vão praticar nos Grupos Escolares”.

⁹¹ Esses anúncios podem ser conferidos em anexo.

Propusemo-nos, ainda, a investigar como os municípios haviam se organizado de modo a implementar a lei de obrigatoriedade do ensino. Nos Relatórios de Província e de Inspectores de Ensino, o poder local é costumeiramente convocado a auxiliar no setor educacional. A Câmara Municipal de Rio Claro teve um papel importante nesse setor. Porém, as propostas relacionadas à educação não foram, inicialmente, iniciativas do poder local, mas sim dos munícipes. Por exemplo, pais organizavam abaixo-assinados pedindo escolas, professores para as escolas isoladas, mobília e material escolar, e organizações civis buscavam subvenções. Na Câmara de Rio Claro, os projetos de lei, versando sobre a obrigatoriedade de ensino, só aparecem nas pautas de 1920, muito depois de várias cidades vizinhas.

Interessava-nos, também, saber se a sociedade civil organizara e criara mecanismos para atender demandas por escolarização. Em Rio Claro, há registros de mobilizações da sociedade civil. E, na ausência de soluções de iniciativa pública, a sociedade civil encontrava caminhos para garantir estratégias de escolarização. Por outro lado, mesmo em espaços no qual se fazia presente a iniciativa pública, a sociedade civil também organizava suas estratégias, dividindo esses espaços. As estratégias dos imigrantes, da população da zona rural, dos maçons, dos negros e de outros sujeitos tinham propostas diferentes, mas todas elas tentavam seguir uma tradição escolar, com professores, alunos, material pedagógico, instrumentos de inspeção etc.

Sobre a população que frequentava essas escolas, as de iniciativas públicas e as de iniciativas particulares, seria necessário um estudo mais detalhado. A escassez de livros de matrícula impuseram dificuldades para a compreensão desse elemento. Todavia, outros estudos, analisando as trajetórias dos alunos, podem auxiliar a melhor compreender o perfil dos alunos atendidos por essas escolas.

À guisa de considerações finais, surgem outras indagações. Novas pesquisas poderiam ser empreendidas, por exemplo, se tomarmos por objeto de investigação os sujeitos envolvidos no processo de escolarização, professores e alunos, ou se o objeto for, agora, a escolarização em espaços não escolares. Nesse sentido, mapear a escolarização do social, ampliando os lugares da educação primária, ofereceria contribuições significativas para compreender o espaço da cidade de Rio Claro.

O mapeamento dos espaços de escolarização dos negros e imigrantes, como clubes, igrejas e associações, ainda está por ser feito e, renderia, portanto, estudos futuros. Do mesmo modo, resta por fazer a investigação da maneira por meio da qual se organizavam as classes populares em reivindicação pela educação.

Consideramos que uma das importantes contribuições dessa nossa pesquisa foi a realização do mapeamento não apenas das estratégias públicas de escolarização primária, mas também das estratégia da iniciativa particular, mostrando sua efetiva participação no processo de escolarização paulista.

Fontes

Relatórios e Mensagens de Presidente de Província

SÃO PAULO. *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província, José Fernandes da Costa Pereira Junior*, em 2 de fevereiro de 1872. Paulo, Typ. Americana, 1871.

_____ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial por João Theodoro Xavier, presidente da província, no dia 5 de fevereiro de 1873. S. Paulo, Typ. Americana, 1873.

_____ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da província, João Theodoro Xavier em 5 de fevereiro de 1874. S. Paulo, Typ. Americana, 1874.

_____ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de S. Paulo por. João Theodoro Xavier, presidente da província, no dia 14 de fevereiro de 1875. S. Paulo, Typ. do "Diário," 1875.

_____ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da província, Sebastião José Pereira, em 2 de fevereiro de 1876. S. Paulo, Typ. do "Diário," 1876.

_____ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província, Francisco de Paula Rodrigues Alves, no dia 10 de janeiro de 1888. São Paulo, Typ. a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1888.

_____ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província, Pedro Vicente de Azevedo, no dia 11 de janeiro de 1889. São Paulo, Typ. a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1889.

_____ Exposição apresentada à Jorge Tibiriçá, por Prudente J. de Moraes Barros, no dia 18 de outubro de 1890. São Paulo, Typ. Vanordex e Comp., 1890.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 7 de abril de 1896, pelo Presidente do Estado Bernardino de Campos. São Paulo: Typ. do Diário Official, 1896.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 7 de abril de 1896, pelo Presidente do Estado Campos Salles. São Paulo: Typ. do Diário Official, 1897.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 7 de abril de 1898, pelo Presidente do Estado Francisco A. Peixoto Gomide. São Paulo: Typ. do Diário Official, 1898.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 7 de abril de 1899, pelo Presidente do Estado Fernando Prestes de Albuquerque. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1899.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 7 de abril de 1901, pelo Presidente do Estado Francisco de Paula Rodrigues Alves. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1901.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 7 de abril de 1903, pelo Presidente do Estado Domingos Corrêa de Moraes. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1903.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 7 de abril de 1904, pelo Presidente do Estado Bernardino de Campos. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1904.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1906, pelo Presidente do Estado Jorge Tibiriçá. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1906.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1908, pelo Presidente do Estado M. J. Albuquerque Lins. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1908.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1910, pelo Presidente do Estado Fernando Prestes de Albuquerque. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1910.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1911, pelo Presidente do Estado M. J. Albuquerque Lins. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1911.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1912, pelo Presidente do Estado Francisco de Paula Rodrigues Alves. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1912.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1913, pelo Presidente do Estado Francisco de Paula Rodrigues Alves. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1913.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1914, pelo Presidente do Estado Carlos Augusto Pereira Guimarães. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1914.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1915, pelo Presidente do Estado Francisco de Paula Rodrigues Alves. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1915.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1915, pelo Presidente do Estado Francisco de Paula Rodrigues Alves. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1915.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1915, pelo Presidente do Estado Francisco de Paula Rodrigues Alves. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1915.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1916, pelo Presidente do Estado Altino Arantes Marques. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1916.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1916, pelo Presidente do Estado Altino Arantes Marques. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1916.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1917, pelo Presidente do Estado Altino Arantes Marques. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1917.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1918, pelo Presidente do Estado Altino Arantes Marques. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1918.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1919, pelo Presidente do Estado Altino Arantes Marques. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1919.

_____ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1920, pelo Presidente do Estado Washington Luis Pereira de Sousa. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1920.

Anuários de Ensino do Estado de São Paulo

SÃO PAULO. *Annuários de Ensino do Estado de São Paulo: 1907-1908*. Publicação organizada pela Diretoria da Instrução Pública, por ordem do governo do Estado, São Paulo: Augusto Siqueira & C., 1908.

_____ *Annuários de Ensino do Estado de São Paulo: 1908-1909*. Publicação organizada pela Diretoria da Instrução Pública, por ordem do governo do Estado, São Paulo: Augusto Siqueira, Salles & C., 1909.

_____ *Annuários de Ensino do Estado de São Paulo: 1909-1910*. Publicação organizada pela Diretoria da Instrução Pública, por ordem do governo do Estado, São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1909.

_____ *Annuários de Ensino do Estado de São Paulo: 1910-1911*. Publicação organizada pela Diretoria da Instrução Pública, por ordem do governo do Estado, São Paulo: Typ. Siqueira, Nagle & C., 1910.

_____ *Annuários de Ensino do Estado de São Paulo: 1911-1912*. Publicação organizada pela Diretoria da Instrução Pública, por ordem do governo do Estado, São Paulo: Typ. Siqueira, Nagle & C., 1911.

_____ *Annuários de Ensino do Estado de São Paulo: 1913*. Publicação organizada pela Diretoria da Instrução Pública, por ordem do governo do Estado, São Paulo: Typ. Siqueira, 1913.

_____ *Annuários de Ensino do Estado de São Paulo: 1914*. Publicação organizada pela Diretoria da Instrução Pública, por ordem do governo do Estado, São Paulo: Typ. Siqueira, 1914.

_____ *Annuários de Ensino do Estado de São Paulo: 1916*. Publicação organizada pela Diretoria da Instrução Pública, por ordem do governo do Estado, São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C., 1917.

_____ *Annuários de Ensino do Estado de São Paulo: 1917*. Publicação organizada pela Diretoria da Instrução Pública, por ordem do governo do Estado, São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C., 1917, v.1.

_____ *Annuários de Ensino do Estado de São Paulo: 1917*. Publicação organizada pela Diretoria da Instrução Pública, por ordem do governo do Estado, São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C., 1917, v.2.

_____ *Annuários de Ensino do Estado de São Paulo: 1918*. Publicação organizada pela Diretoria da Instrução Pública, por ordem do governo do Estado, São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C., 1918.

_____ *Annuários de Ensino do Estado de São Paulo: 1919*. Publicação organizada pela Diretoria da Instrução Pública, por ordem do governo do Estado, São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C., 1919.

_____ *Annuários de Ensino do Estado de São Paulo: 1920-1921*. Publicação organizada pela Diretoria da Instrução Pública, por ordem do governo do Estado, São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C., 1921.

Leis e Decretos

SÃO PAULO. *Lei n° 88, de 08 de setembro de 1892*. Reforma da instrução pública de São Paulo. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Typ. do Diário Oficial, 1897.

_____ *Decreto n° 144-B, de 30 de dezembro de 1892*. Aprova o Regimento da Instrução Pública. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Typ. do Diário Oficial, 1897.

_____ *Lei nº 160, de 07 de agosto de 1893.* Adita diversas disposições à lei nº 88, de 08 de setembro de 1892. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Typ. do Diário Oficial, 1913.

_____ *Decreto nº 218, de 27 de novembro de 1893.* Aprova o Regulamento da Instrução Pública para execução das leis de nº 88, de 08 de setembro de 1892, e nº 169 de 07 de agosto de 1893. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Typ. do Diário Oficial, 1913.

_____ *Lei nº 295, de 19 de julho de 1894.* Modifica as leis de nº 88, de 08 de setembro de 1892, e 169, de 07 de agosto de 1893. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Typ. do Diário Oficial, 1913.

_____ *Decreto nº 518, de 11 de janeiro de 1898.* Aprova e manda observar o Regulamento para execução da lei de nº 520, de 26 de agosto de 1897. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Typ. do Diário Oficial, 1989.

_____ *Decreto nº 1.216, de 27 de abril de 1904.* Aprova e manda observar o Regimento Interno dos grupos escolares e das Escolas Modelo. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Typ. do Diário Oficial, 1904.

_____ *Lei nº 930, de 13 de agosto de 1904.* Modifica várias disposições das leis em vigor sobre instrução pública do Estado. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Typ. do Diário Oficial, 1905.

_____ *Decreto nº 1.281, de 24 de abril de 1905.* Aprova e manda observar o programa de ensino para a Escola Modelo e para os grupos escolares. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Typ. do Diário Oficial, 1906.

_____ *Decreto nº 1.577, de 21 de fevereiro de 1908.* Cria uma escola modelo, que servirá de padrão às escolas isoladas, a qual ficará anexada a Escola Normal. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Typ. do Diário Oficial, 1909.

_____ *Decreto nº 2.004, de 13 de fevereiro de 1911.* Aprova o Regimento Interno das Escolas Isoladas Anexas a Escola Normal de São Paulo. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Typ. do Diário Oficial, 1912.

_____ *Lei nº 4, de 06 de fevereiro de 1889.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____ *Decreto nº 105, de 17 de dezembro de 1890.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____ *Lei nº 100- A, de 22 de setembro de 1892.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____ *Lei nº 101, de 24 de setembro de 1892.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 247, de 04 de setembro de 1893.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n°262, de 30 de abril de 1894.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 308, de 26 de junho de 1894.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 330, de 18 de janeiro de 1896.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n°613, de 26 de maio de 1899.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n°706, de 23 de agosto de 1900.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 813, de 31 de outubro de 1901.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 975, de 20 de dezembro de 1905.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 981, de 27 de dezembro de 1905.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 1.011, de 13 de outubro de 1906.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 1.066, de 09 de março de 1907.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 1.119, de 28 de dezembro de 1907.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 1.159, de 28 de dezembro de 1908.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 1.182, de 30 de novembro de 1909.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n°1.195, de 24 de dezembro de 1909.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 4, de 06 de fevereiro de 1889.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 1.251, de 18 de agosto de 1911.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 1.297, de 27 de dezembro de 1911.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Decreto n° 2.225, de 16 de abril de 1912.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 1.401, de 22 de dezembro de 1913.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 1.430, de 04 de dezembro de 1914.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 1.452, de 29 de dezembro de 1914.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 2.555, de 05 de março de 1915.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 1.527, de 27 de dezembro de 1916.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 1.540, de 30 de dezembro de 1916.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 1.579, de 19 de dezembro de 1917.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 1.635, de 31 de dezembro de 1918.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 1.642, de 31 de dezembro de 1918.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 1.669, de 03 novembro de 1919.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

_____*Lei n° 1.750, de 08 de dezembro de 1920.* Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm. Acessado em 09/02/2013.

Atas – Câmara Municipal de Rio Claro

RIO CLARO. *Ata da Câmara Municipal – Livro 7: 1868-1873.* CD- ROM, Arquivo Público de Rio Claro.

_____*Ata da Câmara Municipal – Livro 8: 1873 – 1874.* CD- ROM, Arquivo Público de Rio Claro.

_____*Ata da Câmara Municipal – Livro 9: 1874 -1875.* CD- ROM, Arquivo Público de Rio Claro.

_____*Ata da Câmara Municipal – Livro 10: 1876-1877.* CD- ROM, Arquivo Público de Rio Claro.

_____*Ata da Câmara Municipal – Livro 11: 1877 - 1880.* CD- ROM, Arquivo Público de Rio Claro.

_____*Ata da Câmara Municipal – Livro 12: 1880 – 1883.* CD- ROM, Arquivo Público de Rio Claro.

_____*Ata da Câmara Municipal – Livro 13: 1883 – 1886.* CD- ROM, Arquivo Público de Rio Claro.

_____*Ata da Câmara Municipal – Livro 14: 1886 – 1887.* CD- ROM, Arquivo Público de Rio Claro.

_____*Ata da Câmara Municipal – Livro 15: 1888-1890.* CD- ROM, Arquivo Público de Rio Claro.

_____ *Ata da Câmara Municipal – Livro 16: 1890.* CD- ROM, Arquivo Público de Rio Claro.

Jornais

A Gazeta Rio – Clareense - de 15 de julho de 1877, 23 de dezembro de 1877 e 20 de fevereiro de 1878.

Diário do Rio Claro - 1894, 1887, 1898-1899, 1901, 1921, 1894, 1897-1899, 1912 e 1919.

O Alpha – 1901-1920.

O Rio Claro -1900-1916.

O Rio Clarinho - 24 e 28 de dezembro de 1903 e 16 de janeiro de 1904.

O Comércio - 03, 06, 10, 13, 17, 20, 24 e 27 de fevereiro, 26 de maio e 04 de junho todos do ano de 1908.

A Alvorada - 12 e 25 de dezembro de 1909.

A Picareta - de 22 de outubro, 05 e 26 de novembro, 24 de dezembro de 1916; 21 de janeiro, 18 e 25 de março, 08 de abril, 20 de maio, 03 e 24 de junho e 19 e 27 de setembro de 1917.

O Echo do Povo – 23 de fevereiro, 31 de julho e 11 de setembro de 1973.

Referências Bibliográficas

ANTUNHA, H. C. G. **A instrução Pública no Estado de São Paulo: a reforma de 1920**. São Paulo: FEUSP, 1976.

BARROS, S. A. P. **Negrinhos que por ahi andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, 2005.

BENCOSTTA, M. L. A. Desafios da Arquitetura Escolar: construção de uma temática em História da Educação. In: OLIVEIRA, M. A. T. (Org.). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BICCAS, M. S. Emigrantes galegos e a educação em Brasil no alvorecer do século XX: entre São Paulo e Santos. In: **Revista Galega de Educacìon**, n. 53, 2012, p. 54-57.

BLOCH, M. **Introdução à História**. Portugal: Europam, 1997.

BOTO, C. A escola primária como tema do debate às vésperas da República. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 19, n. 38, p. 253-282, 1999.

BURKE, P. **A escrita da História**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CARNEIRO, L. C. A Maçonaria e o Partido Republicano Paulista (1868 – 1889). In, **Anais do XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão**. ANPUH/SP, USP, 2008.

CARVALHO, M. M. C. **Molde Nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CAVALIERE, A. M. Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma de 1920. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, jan/jun, 2003, p. 27-44.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1990.

CHAPOULIE, J. e BRIAND, J. P. A instituição escolar e a escolarização: uma visão de conjunto. In: **Educação & Sociedade**, n. 47, abril, 1994, p. 11-59.

CORRÊA, M. E. P. **Arquitetura escolar paulista: 1890-1920**. São Paulo: FDE. Diretoria de Obras e Serviços. 1991.

COSTA, A. M. I. **A escola na República Velha**. São Paulo: EDEC, 1983.

DAVIDS, N. C. **Poder Local: Aparência e Realidade**. Tese de Doutorado apresentada à Cadeira de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro da Universidade de Campinas. Rio Claro: 1968.

DEAN, W. Rio Claro: **Um sistema brasileiro de grande lavoura**. Tradução de Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEMARTINI, Z. de B. F. A escolarização do negro na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século. In: **Revista da Ande**, n. 14, 1989.

DÓRIA, S. **A reforma de 1920 em São Paulo**. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1923.

ESCOLANO, A. Tiempo y Educación. Notas para una genealogia del almanaque escolar. In: **Revista de Educación**, nº 298, 1992, p. 55-79.

FARIA FILHO, L. M. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**, Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, L. M. e BERTUCCI, L. M. Experiência e Cultura: contribuições de E. P. Thompson para uma história social da escolarização. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, jan/jun, 2009, p. 10-24.

FARIA FILHO, L. M. e GONÇALVES, I. A. Processo de escolarização e obrigatoriedade escolar: o caso de Minas Gerais (1835-1911). In: FARIA FILHO, L. M. (org.) **A infância e sua educação, materiais, práticas e representações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 159-187.

FARIA FILHO, L. M. e VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, mai/jun/jul/ago, nº 14, 2000, p. 19-34.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FERRAZ, J. R. **História de Rio Claro: a sua vida, os seus costumes e os seus homens**. São Paulo: Hennier Irmãos, 1922.

FITTIPALDI, I. L. **A imprensa rio-clarense no século XIX**. Arquivo do Município de Rio Claro, 1986.

FONSECA, M. V. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. Tese de doutorado. USP, São Paulo, 2007.

GARCIA, L. B. R. **Rio Claro e as oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro: Trabalho e Vida Operária (1930-1940)**. Tese de doutorado, apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 1992.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, P. C. C. **Formação do trabalhador e ensino profissional: a Escola Profissional Masculina de Rio Claro**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2001.

GUNA, K. Colégio Koëlle – Breve história de uma instituição centenária. In: **Revista do Arquivo de Rio Claro**. Outubro, 2010, p. 41-46.

HILSDORF, M. L. S. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Thompson, 2003.

_____. A doce violência: notas para a história do ensino obrigatório na província de São Paulo. In: VIDAL, D. G., FIGUEIREDO SÁ, E., SILVA, V. L. G. **Obrigatoriedade Escolar no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2013, p. 321-340.

LEONARDI, P. Puríssimo Coração: uma escola de elite e sua imagem. In: **Pro-Posições**, v. 15, nº2 (44), maio/ago 2004.

_____. **Puríssimo Coração: um colégio de elite em Rio Claro**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2002.

MACIEL, L. O. **Projeto de Digitalização “O Alpha”**. Rio Claro, 2004.

MATE, C. H. **Dimensões da educação paulista nos anos 20: inquirindo, reformando, legitimando uma escola nova**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

MOLINA, T. C. **Almanak de São João do Rio Claro para 1873**, Gazeta de Campinas: Campinas, 1981.

MOURA, Pe. L. D. **A educação católica no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PENTEADO, O. **Rio Claro – 1964**. Rio Claro: Edição Conselho Municipal de Turismo e Cultura, 1964.

_____. **Vultos da História Rioclarense (resumos bibliográficos)**. Rio Claro: Lions Clube Rio Claro, 1978.

PERES, E. Sob(re) o silêncio das fontes . A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento da questões étnico – raciais. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Educação. Junho-dezembro, n. 4, 2002.

REIS FILHO, C. **A educação e a Ilusão Liberal: origens do ensino paulista**. Campinas: Autores Associados, 1981.

REVEL, J. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, G. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, F. A. **Rio Claro: uma cidade em transformação – 1850-1906**. Dissertação de Mestrado. Campinas, 2000.

SANTOS, J. A. Etnicidade, nação e cultura: intelectuais negros – educação e militância. In: **Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação**. Rio Grande do Norte: Natal, 2002.

SOUZA, R. F. **O direito à educação: lutas populares pelas escolas em Campinas**. Campinas: Editora Unicamp: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998a.

_____. **Alicerces da Pátria: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

_____. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998b.

_____. As escolas públicas paulistas na Primeira República: subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil. In: ARAÚJO, J.C.S, SOUZA, R. F., PINTO, R. N. (orgs). **Escolas Primárias na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2012, p.23-77.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **A miséria da teoria. Ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

TROPPEMAIR, Helmut. **Aspectos Históricos e geográficos de Rio Claro**. Rio Claro: Arquivo Municipal, 1993.

VALDEMARIN, Vera T. **O liberalismo demiurgo. Estudo sobre a reforma educacional projetada nos pareceres de Rui Barbosa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

VEIGA, C. G. Crianças negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar, Minas Gerais, século XIX. In: **Congresso Brasileiro de história da Educação**, 3, 2004, Anais, Curitiba, Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004.

_____. Crianças negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar, Minas Gerais, século XIX. In: **Congresso Brasileiro de história da Educação**, 3, 2004, Anais, Curitiba, Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004.

VICENTINI, P. P., GALLEGOS, R. C. Um, dois, três turnos? Os embates acerca da redução do tempo diário de aula e a configuração do ensino primário paulista (1908-1932). In: **Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2006.

VIDAL, D. G. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: grupos escolares em foco. In: _____ (org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 - 1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

_____. Mapas de frequência a escolas de primeiras letras: fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Educação. n° 17 maio/ago. 2008.

VIDAL, D. G. e BICCAS, Maurilane de Souza. As múltiplas estratégias de escolarização do social em São Paulo (1770-1970) Cultura e práticas escolares. In:

VIDAL, Diana Gonçalves (org). **Educação e Reforma: O Rio de Janeiro nos anos 1920-1930**. Belo Horizonte, Argymentvm, 2008.

VIDIGAL MORAES, C. S. Ensino Médio e Qualificação Profissional: uma perspectiva histórica. In: BRUNO, L. (org) **Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Ed. Atlas S. A. 1996.

VIÑAO, A. La renovación de la organización escolar: la escola graduada. In: SAUTER, G. O. (coord.). **Psicología y pedagogia en a primeira mitad del siglo XX**. Madri: UNED, 2003, p. 73-104.

WOLFF, S. F. S. **Escolas para a República: Os primeiros passos da Arquitetura das Escolas Públicas Paulistas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

Anexos

Anexo 01: Autorização da Assembleia de São Paulo para Construção do 1º Grupo
Escolar de Rio Claro – 1900

PODER EXECUTIVO

No.
13

N: 54 de 1900.

For. e Instr. em 8-8-900

Governo Municipal de S. João do Rio Claro

ESTADO DE S. PAULO

Para venta genal de abonos
de bovista

7 de Agosto de 1900
 Officio da Camara Municipal de S. João
 do Rio Claro, representando sobre a ne-
 cessidade de ser construido um edificio
 para o funcionamento do Grupo Escolar
 daquella cidade e pedindo um auxilio
 de 200.000 fros.

A Camara Municipal de São João do Rio Claro,
 representada pelos vereadores abaixo assignados,
 tem a honra de sollicitar a vossa preciosa atten-
 ção para a necessidade urgente e inadiavel de ser
 construido, nesta florescente e adiantada cidade,
 um edificio apropriado d' installação e funcio-
 namento do Grupo Escolar aqui existente, o
 qual funciona actualmente em um predio
 acanhadissimo e sem as necessarias condições
 de conforto e hygiene para um estabelecimento
 d' esta natureza, por falta absoluta de outro
 predio adaptavel a esse fim, tendo sido neces-
 sario separar as duas secções - masculina
 e feminina - que funcionam em predios
 distinctos.

Corresp: 1900

doc 35 / WC 213 p. 01

democraticos, a Camara Municipal af-
ferece o terreno necessario para a edifi-
ciao e suas dependencias, e sollicita do pa-
triotico Congresso do Estado a rotaçao de
uma verba de duzentos contos de reis desti-
nada ás construcções.

Saude e Fraternidade

Aos illustres cidadãos representantes
do Estado no Congresso Legislativo.

Claudio Luiz da S.^a Bragança
Presidente

José de Campos Negreiros.

Marcelo Guimarães

Mauricio de Almeida

Francisco de Santa Cruz Negreiros

Luiz de Souza

João Figueira

Anexo 02: Solicitação de Verba para Construção do 1º Grupo Escolar de Rio Claro - 1901

25

N.º 53 L.º de 26 de Setembro de 1901
 Fax. em 26-9-90
Camara Municipal de S. João de Rio Claro
 (ESTADO DE S. PAULO)

Officio da Camara Municipal de S. João de Rio Claro, solicitando a discussão de uma verba de R\$ 100.000 para a construção de um prédio para o grupo escolar daquela cidade.

Mestres Cidadãos.

A Camara Municipal de Rio Claro, por seus membros abaixo assignados, vem respectivamente solicitar do patristico Congresso do Estado a concessão de uma verba de R\$ 100.000 para a edificação de um prédio com as necessarias accommodações e condições hygienicas para o funcionamento das duas secções do Grupo Escolar do Coqueiro de Salles, que actualmente se acha installado em predios separados e inteiramente inadequados e impróprios, sem a necessaria Capacidade e condições hygienicas, por não existirem nesta Cidade edificios apropriados.

A Camara Municipal, como auxilio, offerece o terreno necessario para as edificações e para que esta illustrada assembleia attenda a seu justo pedido, a exemplo do que tem feito em outras localidades do Estado, com o que prestará assignalado serviço á Causa da instrucção popular nesta florescente e prospera Cidade.

com esp. 1901
 dec 21 cd 213
 p. 01

Bo Dignissimo Congresso do Estado.

Os Senhores:

José 2.º Campos Vergueiro
Presidente.

Manoel P. Silva Barnim
Vice-Presidente

Leopoldo H. de Rocha Junqueira
V. Th. de 1.ª Classe (Principal)

Germanno Müller
Manoel Guimarães

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Anexo 03: Quadro de honra – Alunos do Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles

<p align="center">Grupo Escolar «CORONEL JOAQUIM DE SALLES»</p>	
<p align="center">Quadro de honra</p>	
<p>Alunos que mais se distinguiram durante o mez de outubro, em comportamento, applicação e assiduidade:</p>	
<p align="center">Secção feminina</p>	
<p align="center">1.º ANNO A</p>	
1.ª—Benedicta Cruz	
2.ª—Otilia Teixeira	
3.ª—Yolanda Giovanni	
<p align="center">1.º ANNO B</p>	
1.ª—Hilda Maria Moga	
2.ª—Anna Aurelia Ribeiro	
3.ª—Adria Elisa Moga	
<p align="center">2.º ANNO</p>	
1.ª—Olga da Viinha	
2.ª—Magdalena C. Pereira	
3.ª—Leonor Casella	
<p align="center">3.º ANNO A</p>	
1.ª—Diva de Arruda Penteado	
2.ª—Bertha Piromm	
3.ª—Maria Jandyrá Teixeira	
<p align="center">3.º ANNO B</p>	
1.ª—M. Antonieta Juliano	
2.ª—Hilda de Almeida Ferraz	
3.ª—Maria Daesy Zoega	
<p align="center">4.º ANNO</p>	
1.ª—Risoleta Pereira	
2.ª—Maria José Godoy	
3.ª—Paula Ornelas Hatz	
<p align="center">Secção masculina</p>	
<p align="center">1.º ANNO A</p>	
1.º—Ubicajara Teixeira Neves	
2.º—Benone Ribeiro	
3.º—Iolindo Pavão	
<p align="center">1.º ANNO B</p>	
1.º—Pedro Luiz D'Onofrio	
2.º—Carlos Serpa	
3.º—Heraclito Leite	
<p align="center">2.º ANNO A</p>	
1.º—Alvaro de Arruda Leite	
2.º—Julio Gomes da Cunha	
3.º—Iracly Leme	
<p align="center">2.º ANNO B</p>	
1.º—Antonio Ribeiro	
2.º—Francisco Meyer	
4.º—Lincoln A. Günther	
<p align="center">3.º ANNO</p>	
1.º—Manuel da Silva Mello	
2.º—José A. Callado	
3.º—Carlos Penazzi	
<p align="center">4.º ANNO</p>	
1.º—Paschoal Padula	
2.º—Alfredo Joras	
3.º—José Krüger	
<p>Movimento de alumnos do mesmo estabelecimento durante o mez de outubro:</p>	
<p>Matriculados:—479, sendo 249 do sexo masculino e 230 do sexo feminino.</p>	
<p>Estrangeiros:—2 do sexo masculino e 6 do sexo feminino.</p>	
<p>Matriculados no mez:—2 do sexo masculino.</p>	
<p>Eliminados no mez:—2 do sexo masculino e 1 do sexo feminino.</p>	
<p>Frequência média:—483.5</p>	
<p>Média de alumnos por classe:—39,9</p>	
<p>Porcentagem de frequência média:—90.5.</p>	

Fonte: O Alpha, 13/11/1913, p. 3.

Anexo 04: Exposição de trabalhos – Alunos do Grupo Escolar Coronel Joaquim

Salles

GRUPO ESCOLAR "CORONEL JOAQUIM DE SALLES"

Exposição de trabalhos

Franqueada ao publico nos dias 10, 11 e 12, das 11 horas da manhã ás 4 da tarde.

SECÇÃO FEMININA

4.º ANNO — Professora Maria C. Braga.

Lista dos trabalhos que serão expostos :

1 camisa crivada, Anna Esposto; 1 camisa e 1 corpinho (bordado inglez) Ali e Leonhardt; 1 centro de mesa (bordado branco), Antonietta Sá Barreto; 1 camisa crivada e 1 touca de crochet, Anna Rosa Ribeiro; 1 avental bordado e 1 almofada (setim), Bernardina Cunha; 1 centro de mesa bordado branco, Concilia Teixeira; 1 fronha, bordado branco, Dora Golovaty; 1 fronha, 1 camisa e 1 babadouro, Guilhermina Olivetti; 1 centro de mesa bordado, Izaura Peragallo; 1 centro de mesa bordado inglez, Izaura Rocha; 1 camisa crivada e uma capa de lã, Julia J. Ferreira; 1 porta-camisola bordado branco e 1 vestidinho de lã, Judith Lemenhe; 1 centro de mesa crivado, Leonor Carneiro; 2 fronhas, 1 avental e 1 toalha bordado branco, Lydia Pavão; 1 gola de camisa, e 1 porta toalha bordados a branco, Maria Aparecida da Silva; 1 avental bordado e 1 almofada bordada a seda, Maria Faustina Miranda; 1 avental crivado e 1 paletot de lã, Maria Cortinhas; 1 centro de mesa bordado a branco e 1 paletot, Maria José Godoy; 1 camisa crivada e 1 avental bordado inglez, Maria Macha; 1 fronha bordada, Maria Pilla; 1 vestidinho, 1 par de sapatinhos de lã, 1 porta-camisola bordado inglez e 1 touca de crochet, Olga Fadul; 1 avental bordado inglez, Olga Teixeira; 1 camisa bordada, 1 fronha bordada, 1 paletot de lã e 1 touca de crochet, Paula O. Aatz; 1 camisa e 1 fronha, bordada, Rosa Tavares; 1 centro de mesa bordado e 1 quadro porta-retrato, a seda, Risoleta Pereira.

SECÇÃO MASCULINA

1.º ANNO A — Professora Renée Guimarães Malheiros.

Jayme Pacheco Chagas, João Roldão Pereira, Ubirajara Teixeira das Neves, Manoel Corrêa Fontes, Angelo Heleno, Alexandre Tognola, cada um, 1 porta-toalha; Miguel Mucillo, Americo Pereira da Silva, Antonio Castellano e João Roldão Pereira, cada um, 1 porta-cartões; Francisco Italiani e Antonio Dardes, cada um, 1 porta-retrato.

Além dos trabalhos mencionados, os alumnos têm também cadernos de dobraduras, de caligraphia, de exame e de linguagem.

1.º ANNO B — Professora Leonor Ramalho.

1 carteira e 1 pasta, Pedro Donofrio; 1 carteira, Carlos Serpa; 1 porta-cartões, João Mucillo; 1 leque e 1 porta-cartões, Osorio Leme; 1 porta-toalha e 1 caderno de dobraduras, Adelbal Serpa; 1 leque, Leocadio dos Santos; 1 porta-relogios, Euclides Moreira; 1 caderno de dobraduras, Alberto Moreira; 1 argola de guardanapo, Achilles Stancatti; 1 porta-cartões, Orlando Penteado; 1 argola de guardanapo, Carlos Fabbri; 1 carteira, Candido Lemenhe; 1 carteira, Paulino Thim; 1 pasta, Tarciso Arnold; 1 porta-cartões, Domingos Massullo; 1 carteira e 1 caderno de dobraduras, Nagib Haick; 1 porta-relogio, Heraclito Leite; 1 carteira, Floriano de Lima; 1 argola de guardanapo, João Secanho; 1 porta-toalhas, José Marconi; 1 leque, Antonio da Silva; 1 argola de guardanapo, Carlos Wagner; 1 carteira, Alfredo Mucillo.

Além dos trabalhos apresentados, os alumnos têm também cadernos de dobraduras, linguagem, caligraphia e provas de exames.

2.º ANNO A — Professora Carolina A. Moraes.

1 quadro e 1 porta-cartões, Antonio Fontes; 1 porta-retrato e 1 porta-cartões, Alvaro Leite; 1 quadro e 1 porta-toalha, Iracy Leme; Oscar Penteado, Waldemar V. Silva e Ismael Tedesco, cada um 1 quadro; Arlindo Fontes, Sebastião Franco, Antonio Fabbri e Gumerindo P. Sampaio, cada um, 1 porta-toalha; Antonelli Franco e Antonio Cortinhas, cada um 1 porta-escovas; Ary Franco, Juvenal de Góes, Olyntho M. Teixeira e Julio G. Cunha, cada um, 1 porta-cartões; Guilherme Kleiner, 1 quadro e 1 porta-toalha; Adalberto Fischer, 1 porta-cartas.

Além dos trabalhos mencionados, os alumnos têm também cadernos de dobraduras, linguagem, desenho e provas de exame.

2.º ANNO B — Professora Ida Botti Cartolano.

Theodomiro Garcia, Edgard Costa, Sebastião Góes, Armando Ursais, Alexandre Mucillo, Aristides Tavares, Elias Marchesano e Adelino Maciel, 1 porta-toalha cada um; Theodoro Pompeu, Luiz Mucillo, Jacob Huppert, Lincoln Günther, Antonio Biotto, Francisco Mazullo, Alfredo Pesqueira e Alexandre Mucillo, 1 porta-cartões cada um; David Pires, 1 porta-escovas; Frederico Soares, Elias Marchesano, Francisco Leonhardt e Antonio Ribeiro 1 quadro cada um, e Alcebiades Leme, 2 quadros.

Além dos trabalhos mencionados, os alumnos têm também cadernos de desenhos, dobraduras, caligraphia, lingua-gem e de exames.

Fonte: O Alpha, 11/12/1913, p. 1.

Anexo 04: Festa de Encerramento Grupo Escolar Barão de Piracicaba

O grupo escolar «Barão de Piracicaba», ao encerrar as suas aulas no dia 12, realizou uma festa escolar numa das salas daquelle estabelecimento, obedecendo ao seguinte programma :—«Hymno Nacional», cantado por todos os alumnos; «Nossa Terra», por todos os alumnos; «Avante!»; «Hymno á Tiradentes»; e escolhida cançoneta pelas alumnas Mariana dos Santos e Maria Bianchi.

O sarau litterario, foi o seguinte : Poesias pelas alumnas Eugenia Chagas, Iolanda Bianchi, Jandyra Junqueira, Francisco Corrêa, Maria Bi-

anchi, Maria Marques, Zahira Junqueira, Naír dos Santos, Arthur Nersa, Paulo Mesquita, R. Gonçalves, Brazilia Fonseca, J. Corrêa, Hernani dos Santos, Helena Casagrande, Maria da Silva, Philomena de Moraes, J. Versa, Francisca Lucca, E. Formaglio, Maria Marques e Mariana dos Santos.

Fonte: O Alpha, 15/06/1913, p. 3.

Anexo 05: Festa da Escola Alemã

O sr. professor Theodoro Kölle, director da *Deutsche Schule Rio Claro*, teve a gentileza de endereçar-nos amavel convite para assistirmos a festa escolar que será realisada a 15 do corrente. Summamente gratos.

Fonte: *O Alpha*, 10/08/1913, p. 2.

Anexo 06: Festa da Árvore – Grupo Escolar Joaquim Salles

Grupo Escolar
CEL. JOAQUIM DE SALLES
Festa das arvores
Dia 6, ás 11 horas da manhã
PROGRAMMA
1.ª parte – Sessão literaria

- 1.º—**HYMNO A'S FLORES**
- 2.º—**As varetas** (scena em verso) por 7 alumnos do 1.º anno
- 3.º—**O presbyterio** (poesia) por Alzira Soares
- 4.º—**Os dedos** (poesia) por Jayme Pacheco
- 5.º—**7 de Setembro** (dialogo) por Alfnosina Bifoni e Maria Russo
- 6.º—**HYMNO INDEPENDENCIA**
- 7.º—**O baptizado da boneca** (scena em verso) por varias alumnas do 1.º anno A
- 8.º—**O Alphabeto** (poesia) por Carlos Herling
- 9.º—**A arvore da rua** (poesia) por Olga da Vinha
- 10.º—**Dialogo** por José Pimentel e Iracy Leme
- 11.º—**Independencia** (discurso) por Druzolina Pezzotti
- 12.º—**Um grande homem** (monologo) por Julio Cunha
- 13.º—**HYMNO A'S ARVORES**. Plantação de mangueiras
- 14.º—**O brinquedo das arvores** (scena em verso) por 7 alumnas do 2.º anno
- 15.º—**Mentiras** (dialogo) por Edgard Costa e Alexandre Muccillo
- 16.º—**O espelho** (cançoneta) por Jordelina Pereira
- 17.º—**A S. Paulo** (poesia) por Carlos Penazzi
- 18.º—**7 de Setembro** (poesia) por Thereza Monaco
- 19.º—**HYMNO "SETEMBRO"**
- 20.º—**Santos amores** (poesia) por Iscira Teixeira
- 21.º—**O que eu sou** (monologo) por Helena Casella
- 22.º—**Ao Brasil** (poesia) por André Godoy
- 23.º—**A's escondidas** (cançoneta) por Maria José Godoy
- 24.º—**As armas** (poesia) por Wolney Ribeiro
- 25.º—**HYMNO DA PROCLAMAÇÃO**
- 26.º—**Os tres reinos** (poesia) por 3 alumnas do 2.º anno
- 27.º—**O ervaão e a rosa** (poesia) por Risoleta Pereira
- 28.º—**Paixão pela dança** (cançoneta) por Julia Minieri
- 29.º—**A arvore** (excerpio) por Hugo Chagas
- 30.º—**Primavera** (poesia) pelo alumno Roberto Fabiano
- 31.º—**Pelas arvores** (poesia) por Maria José Godoy
- 32.º—**HYMNO NACIONAL**

2.ª parte – Jogos sportivos

- 1.º—**Gymnastica com cantos**, pelas alumnas do 1.º e 2.º annos
- 2.º—**Corridas com um pé**, pelos alumnos do 1.º anno
- 3.º—**Corridas em velocidade e corridas com 3 pernas**, pelos alumnos do 2.º anno
- 4.º—**Corridas com oves em colheres**, pelas alumnas do 3.º anno
- 5.º—**Pulos em distancia e corridas em saccos**, pelos alumnos do 3.º anno
- 6.º—**Pulos em altura e corridas de resistencia**, pelos alumnos do 4.º anno.
- 7.º—**Basket-baal**, pelas alumnas do 4.º anno.

Fonte: O Alpha, 13/09/1913, p. 2.

Anexo 07: Ofício Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração do Estado de São Paulo

Cidadão!

Informando o requerimento dos moradores do Quilho do Canhalho, pedindo terrenos p.^o construções de uma capella, escola e de um cemiterio, cumpre-me dizer-vos que já foi demarcado pelo Sr. auxiliar Domingos Lopes a area necessaria p.^o uma capella. O local achá-se na praça onde está a casa de administração.

Quanto ao terreno p.^o uma escola acho conveniente ceder o terreno denominado "Meucão" que hoje se acha vago em vista da desistência do concessionario Antonio José dos Santos. A posição central do referido terreno muito se presta ao fim desejado, caso que o Governo não resolva estabelecer uma escola mista no proprio edificio da administração, que convenientemente concertado contém muito lugar tanto p.^o as aulas como p.^o moradia dos professores.

Julgo que a metade do lote suburbano N.^o 58 (13419^m²) dará area sufficiente p.^o o cemiterio que já se acha estabelecido no mesmo lote - concedido ao colono Guilherme Rolf.

Como até ultimo ainda não fez, julgo conveniente passar porante a metade do lote reservando a outra metade p.^o o cemiterio.

São estas as informações que vos posso dar e junto aqui as informações a respeito do Sr. Encargado do Quilho.

Respeito e fraternidade

Ao Cidadão Dr. Leandro Dupré. M.^o D.^o Inspector
de Terras, Colonização e Imigração
do Estado de São Paulo.

S. Paulo 4 de Novembro de 1893.

João Krichbaum
Chefe da 1.^a Seção

**Anexo 08: Regulamento da Escola Primária – Loja Estrella do Rio Claro –
Maçonaria**

Regulamento Interno – Escola Loja Estrella do Rio Claro

Capítulo I

Artigo 1º - A escola será para o sexo masculino para filhos de mações, e para os profanos reconhecidamente necessitados.

Artigo 2º - Ela terá um curso preliminar que durará quatro anos e compreenderá as seguintes matérias: Primeiras letras, literatura, gramática portuguesa, educação moral e cívica, noções de geografia geral, noções de geografia do Brasil e noções de história do Brasil.

Artigo 3º - O professor fica obrigado a organizar o programa e dividir as matérias do ensino progressivamente pelos quatro anos do curso.

Artigo 4º - Esse programa deverá previamente ser por ele apresentado e só executado depois de aprovação pelo Diretor Escolar.

Capítulo II

Material Escolar

Artigo 5º - Além do mobiliário fixo a escola terá livros para ensinamentos, pequenas lousa, papel, cadernos de escrita, tinta e todos os objetos necessários ao ensino, afim de gratuitamente fornecer aos seus pobres.

Artigo 6º - Ficam sob a guarda e responsabilidade do professor todos os objetos pertencentes à escola, passando recibo de tudo o que receber.

Artigo 7º - Fica ao critério do professor permitir que os alunos levem para suas casas os livros de que fazem uso, o cuidado e zelo que os meninos tratarem os mesmos livros.

Artigo 8º - Para ressaltar a sua responsabilidade o professor é obrigado a consignar no livro de tombo todas as observações relativas aos estragos dos livros e utensílios escolares fornecidos aos alunos.

Artigo 9º - O professor deverá empregar todos os meios possíveis á boa conservação da mobília e mais objetos escolares, proibindo expressamente que os alunos escrevam ou desenhem nas paredes do prédio, nas bancas ou carteiras.

Capítulo III

Da Matrícula

Artigo 10º - é facultada a matricula gratuitamente a todos os filhos dos membros da loja, aos de maçons, exta-muros e profanos que não tenham meios de educa-los, não havendo preferências, e sendo feitas na ordem em que forem apresentadas imediatamente.

Artigo 11º- É impedida a matrícula:

- a) Aos menores de 7 e aos maiores de 12 anos;
- b) Aos que não forem vacinados;
- c) Aos que sofrerem de moléstias contagiosas ou repugnantes.

Artigo 12º- O número de matriculas estará em proporção à mobília e recursos disponíveis para o custeio da escola, nunca excedendo, porém, de cinquenta.

Artigo 13º- A matrícula é feita perante o diretor escolar:

- a) Para os filhos dos membros da loja com a apresentação por seus pais, que declararão e provarão, se necessário for não terem algum dos impeditivos do artigo 11º;
- b) Para filhos de profanos, além dos requisitos exigidos na letra a, documentos que atestem a sua boa moral e comportamento, falta de recursos ou qualquer outro motivo justificável pelo qual seus filhos não possam receber a educação em qualquer outro estabelecimento de ensino.

Artigo 14º- É indispensável a matrícula ao aluno que tiver frequentando a escola no curso anterior, devendo, porém, o professor fazer as anotações da passagem do aluno de um para outro ano, ou a repetição do ano.

Artigo 15º- Serão eliminados da matricula os alunos:

- a) Que por seus pais ou responsáveis forem retirados da escola;
- b) Que, sem causa justificada, faltarem consecutivamente as aulas durante 15 dias;

- c) Que, depois de repetirem o mesmo ano, não fiquem habilitados a passar para o ano seguinte;
- d) Os que, por incorrigíveis, não possam continuar na escola;
- e) Os que completarem o curso.

Artigo 16º- O professor deverá apresentar ao diretor da escola que tornará efetiva a eliminação, e depois as anotações no respectivo livro.

Artigo 17º- Da admissão ou eliminação da matrícula, bem como de todas as questões que se necessitarem a respeito haverá recurso para a loja, o qual deverá ser apresentado dentro do prazo de 15 dias pro qualquer de seus membros.

Capítulo IV

Da disciplina escolar

Artigo 18º- A disciplina escolar deverá ser baseada na afeição do professor para com os alunos, de modo a serem estes dirigidos não pelo temor, mas pelo conselho e persuasão assustosa.

Artigo 19º- Como meio disciplinar secundário, quer correccional, quer de estímulo, é autorizada a aplicação de castigos e prêmios.

Artigo 20º- Podem ser admitidos como prêmios, além de outros que melhor pareçam ao professor:

- a) O elogio perante a classe;
- b) O elogio perante a classe reunida e a presença do diretor;
- c) A distribuição de cartões de boas notas;
- d) A inclusão do nome do aluno em quadro denominado de “mérito”.

Artigo 21º- Os alunos ficam sujeitos as seguintes penas cuja aplicação será gradativamente feita pelo prudente arbítrio do professor, conforma a gravidade da falta:

- a) Admoestação particular;
- b) Retirada de cartões de boas notas;
- c) Privação de recreio;
- d) Repreensão em comunidade;
- e) Repreensão pelo diretor em comunidade;
- f) Exclusão do quadro de mérito;
- g) Exclusão da escola por incorrigível.

Artigo 22º- Nenhuma outra punição será permitida.

Artigo 23º- O emprego dessas penas deverá ser aplicado com todas as prudências e moderação e, quanto à última, exclusão da escola, será aplicada pelo diretor:

- a) Quando, apesar da aplicação das penas anteriores, o aluno continuar a cometer faltas graves e prejudiciais a disciplina;
- b) Depois de admoestado que a sua conduta será levada ao conhecimento dos pais;
- c) Depois de aviso feito pelo diretor ao pai ou responsável pelo aluno, a quem do diretor justificará a aplicação da pena.

Artigo 24º- Na aplicação das penas o professor deve guiar-se somente pela sua própria observação, e não pela declaração dos alunos, prevenindo assim que se desenvolva entre as crianças o habito de delação e espionagem.

Capítulo V

Do funcionamento escolar

Artigo 25º- A escola começará a funcionar, isto é, começará os trabalhos do ano letivo no primeiro dia útil do mês de julho e terminará no dia 31 de maio do ano seguinte.

Artigo 26º- Serão feriados:

- a) Os domingos;
- b) Os dias de festividade da maçonaria;
- c) Os dias de festa nacional;
- d) Os dias de carnaval;
- e) Os dias de quinta, sexta e sábado da Semana Santa;
- f) Os dias compreendidos entre 25 de dezembro e 06 de janeiro;
- g) Os dias de todo o mês de junho.

Artigo 27º- O exercício das aulas diárias deve começar às 10 horas da manhã e terminar as 3 ½ horas da tarde.

Artigo 28º- No meio de temo das aulas haverá um intervalo de ½ hora para descanso e recreio dos alunos.

Artigo 29º- A divisão e emprego das horas escolares será feito elo professor que o sujeitará a apreciação do diretor e depois de aprovado por este, fará um quadro de horário que será colocado na aula.

Artigo 30º - O professor deverá comparecer 15 minutos antes da hora determinada para o começo da aula, a fim de assistir a entrada dos alunos, bem assim, o tempo necessário à saída dos alunos com o fim de evitar atropelos e gritos.

Artigo 31º - No ultimo dia de cada mês o professor organizará a chamada diária dos alunos no livro de ponto para mês seguinte, tomando por base o numero de alunos da matricula do mês anterior.

Artigo 32º - Às 10 horas precisas o professor fará diariamente a chamada dos alunos e consignará nas colunas competentes as notas de presença ou falta com a letra P e F e em seguida, em coluna especial, assinará o seu nome.

Artigo 33º - O aluno que por qualquer motive retirar-se antes de findar a aula será anotada a sua retirada nas observações e não contada a sua presença na soma de frequência.

Artigo 34º - Ao terminar a aula o professor fará a soma da frequência e das faltas do dia, lançando o numero que as representar nas respectivas colunas.

Artigo 35º - No fim de cada mês ou de cada trimestre o professor organizará um mapa de frequência media diária dos alunos, dividindo a soma de toda frequência pela dos dias de trabalho, e o remeterá ao diretor.

Capitulo VI.

Dos exames

Artigo 36º – No primeiro domingo de julho de cada ano haverá os exames gerais que serão feitos em presença do Ven.º por uma comissão composta do diretor, dois examinadores por este nomeados e o professor.

Artigo 37º – Os exames serão públicos e o diretor dará a maior solenidade ao ato, comunicando as autoridades, famílias e pessoas gradas, com o fim de despertar maior interesse pela educação da infância.

Artigo 38º – O professor apresentará à comissão examinadora um mapa de cada classe ou dessas com o nome dos examinados, contendo as descrições e espaços necessárias para a nota sobre cada material.

Artigo 39º – Terminados os exames a comissão fará a apreciação das provas exibidas pelos alunos e das notas do mapa classificando o resultado do julgamento em 4 graus.

- a) Distinção ao aluno que obtiver unanimidade de notas favoráveis e por proposta do professor que levará em conta a aplicação e comportamento do aluno durante o ano letivo.
- b) Plena a aprovação que obtiver unanimidade de notas favoráveis.
- c) Simples a aprovação que tiver um voto contrario.
- d) Reprovado ao aluno que tiver empate ou maioria de notas desfavoráveis.

Artigo 40º – O diretor poderá instituir prêmios para os alunos que mais se distinguirem, consistindo elas em livros, objetos de uso escolar, diplomas, etc.

Artigo 41º – Para distribuição de prêmios o diretor determinará o dia que mais convier precedendo anúncios e convites.

Artigo 42º – Concluído o exame e julgamento, será lavrada uma ata acta pelo professor onde fique circunstanciadamente descrito o que houver ocorrido assim como quais os alunos que passaram de um para outro ano e os que completaram o curso.

Artigo 43º – Além dos exames finais, haverá exames trimestrais, feitos pelo diretor e professor.

Capitulo VII

Dos funcionários da escolar.

Artigo 44º – A escolar terá um diretor, um subdiretor, um professor e um contínuo, cuja nomeação deverá se feita pela Loj.∴ pelo menos por que ela determinar e recair em pessoa reconhecidamente habilitadas para desempenhar essas funções.

Artigo 45º – O diretor, cargo de confiança e não remunerado, é o responsável pela boa ordem e o bom andamento da escolar, e assim tem fiscalização imediata e direta sobre os demais empregados.

Artigo 46º – Ele é o intermediário direto entre a Loj.∴ e a escola.

Artigo 47º – A ele compete:

- a) Aceitar e receber pedidos de matricula e expedir guias para o professor inscrever no respectivo livro os nomes dos alunos que estiverem nas condições exigidas;
- b) Examinar os programas de ensino e horários apresentados pelo professor, alterando-os ou modificando-os de acordo com o mesmo professor e fazer executa-los fielmente;

- c) Visitar variadas vezes a escola deixando escrita em livro especial a impressão de sua visita;
- d) Atender ao chamado do professor todas as vezes que a sua presença seja necessária.
- e) Atender às reclamações do professor, pais e responsáveis dos alunos, providenciando no sentido de manter a ordem e a disciplina escolar;
- f) Advertir ao professor e ao contínuo sobre qualquer incorreção e representar à Loj.: no caso de reincidência;
- g) Prevenir aos pais e responsáveis dos alunos do mau comportamento destes e elimina-los da matrícula no caso de não se corrigirem;
- h) Examinar mensalmente o livro de ponto e mapas de frequência e em visita das quais dar uma guia para o professor receber seus honorários;
- i) Presidir os exames parciais e finais;
- j) Requisitar da Loj.: os livros e objetos necessários à escolar;
- k) Providenciar nas faltas momentâneas do professor, a fim de não interromper os trabalhos escolares;
- l) Adaptar, de acordo com o professor, os compêndios mais vantajosos ao ensino;
- m) Abrir, encerrar e rubricar os livros da escrituração da escolar;
- n) Fazer um relatório, no fim de cada ano, do andamento, frequência e todas as ocorrências que se deram na escolar, e apresenta-lo à Loj.:

Artigo 48º – O subdiretor, cargo não remunerado, substitui o diretor em seus impedimentos e assim tem as mesmas atribuições e responsabilidades quando em exercício.

Artigo 49º – Poderá também auxiliar o diretor quando por ele seja chamado.

Artigo 50º – Ao professor compete:

- a) Organizar o programa de ensino e horários, sujeitando-os à apreciação do diretor;
- b) Fazer a matrícula e toda escrita da escolar a seu cargo;
- c) Manter a ordem e disciplina empregando sempre a maior prudência, carinho, meios brandos e necessários;

- d) Comparecer todos os dias úteis, 15 minutos antes do começo das aulas, assistindo a entrada dos alunos e depois assistir a sua saída prevenindo aglomerações e atropelos;
- e) Fazer remeter ao diretor, mensal ou trimestralmente os mapas de frequência;
- f) Representar e reclamar do diretor providencias no sentido de, esgotados os recursos ao seu alcance, tornar efetivas a disciplina escolar;
- g) Requisitar do diretor livros, papel, tinta e o que mais for necessário ao ensino;
- h) Comunicar antecipadamente o seu não comparecimento e apresentar pessoa idônea que o possa substituir nos seus impedimentos;
- i) Assistir e fiscalizar o recreio não consentindo questões e desavenças entre os meninos;

Artigo 51º – O professor terá o ordenado mensal de 130\$000 que receberá por mês ou trimestres vencidos, do Thes.: da Loj.: com guia do diretor visada pelo Ates.:.

Artigo 52º – Serão descontados os dias em que não comparecer à escola revertendo para o seu substituto os honorários correspondentes a esses dias.

Artigo 53º – Ao continuo ou servente incubem-se:

- a) Abrir a casa para os trabalhos habituais meia hora antes daquela determinada e, em todas as horas e ocasiões em que for preciso;
- b) Varrer, lavar, e fazer toda limpeza da casa, seus moveis e dependências;
- c) Distribuir tinta, papel, etc. de modo que nas horas de trabalho nada falte;
- d) Distribuir e receber a correspondência da escolar;

Artigo 54º – O contínuo terá o ordenado de 20\$000 que receberá por mês ou trimestre vencido, do Thes.: da Loj.: , com guia do diretor, visada pelo Ven.:.

Artigo 55º – Serão descontados os dias em que não comparecer, revertendo para o seu substituto os honorários correspondentes a esses dias..

Artigo 56º – Designará o livro de ponto. d’onde se extrairá a guia para o seu pagamento.

Capítulo VIII

Da escrituração escolar.

Artigo 57º – A escolar terá para a sua escrituração os seguintes livros: Livro de matrícula; Livro de ponto; Livro de tombo, Livro de termos e atas de exame e Livro de visitas.

Artigo 58º – O professor escreverá no livro de matrícula: o número de ordem de cada aluno; o nome, o de seus pais; residência; naturalidade; idade e data da matrícula compreendendo dia, mês, e ano.

Artigo 59º – No livro de ponto será organizada a chamada a chamada de acordo com o Artigo 31, tendo as colunas precisas para cada dia do mês, para classe a que pertencer o aluno, para assinatura do professor, do continuo e para observações.

Artigo 60º – No livro de tombo será circunstanciadamente mencionada a existência, a entrada e saída de todos os objetos e utensílios da escolar.

Artigo 61º – No Livro de termos e atas serão consignadas a abertura e instalação da escolar, atas de exames e de todas as solenidades que se realizarem no edifício da escolar.

Artigo 62º – No livro de visitas o diretor lavrará o respectivo termo, declarando nele tudo o que lhe parecer digno de lavrar ou de censurar; bem como será apresentado a todos os visitantes que deixarão escritas nele as impressões que tiveram sobre o funcionamento da escolar.

Artigo 63º – Todos esses livros serão abertos, encerrados e rubricados pelo diretor.

Capítulo IX

Disposições diversas

Artigo 64º – A sala da escolar será facultada a qualquer Ir.: que queira voluntariamente instale algum curso literário, ou fazer conferencias publicas sobre assumpto de instrução;

Artigo 65º – Essas concessões só poderão ser feitas pelo diretor, em horas que não prejudiquem a marcha do curso primário.

Artigo 66º – Os concessionários se responsabilizarão por qualquer dano ou avaria causada nos utensílios da escolar.

Artigo 67º – É vedada a entrada a pessoas estranhas que não apresentarem um bilhete do diretor, durante o funcionamento das aulas.

Artigo 68º – Os alunos não poderão falar com pessoa alguma senão nas horas do recreio.

Artigo 69º – Os alunos deverão apresentar-se com asseio, vestidos embora modestamente, mas com roupas limpas e decentes.

Artigo 70º – É permitido ao professor, com ciência do diretor, convidar qualquer aluno de ano ou classe superior para auxiliá-lo no ensinamento das classes inferiores, sem prejuízo porem dos seus estudos.

Artigo 71º – Três dias antes de começar o ano letivo o professor deverá achar-se na escolar a fim de fazer a matricula, examinar os meninos para a sua classificação e organizar todo o serviço.

Capitulo X

Disposição transitória

Artigo 72º – Fica desde já em execução o presente “Regulamento” em todas as suas disposições que forem aplicáveis ao funcionamento da escolar no período contado da data da sua aprovação até o fim do corrente ano letivo.

Or.: do Rio Claro, 17 de janeiro de 1907 (E.: Vr.:)

João B. de Olivr^a Garcia, 32.:

João C. Macedo, 30.:

Anexo 08: Ficha de Tombamento do Gabinete de Leitura – Rio Claro

DA 1024

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO BEM TOMBADO		Nº PROCESSO: 22297/82
NOME: EDIFÍCIO DO ANTIGO "GABINETE DE LEITURA", ATUAL SEDE DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE RIO CLARO.		Res. 63- 14/11/85 DATA HOMOLOG.: n.º 19/11/85
ENDEREÇO: Avenida 04, nº 427.		CIDADE: Rio Claro
Pressupõe-se pertencer a	Gabinete	OBSERVAÇÃO: Inserção nº 245, Livro do Tombo Histórico, p. 66, (22/01/87).
PROPRIET. ORIGINAL: Maçonaria	USO ORIGINAL: de leitura biblioteca	
PROPRIET. ATUAL: Prefeitura Municipal	USO ATUAL: municipal	
CONSTRUTOR E AUTOR DO PROJETO: Antônio Rodrigues Pinto		
	DATA CONSTR.: 1889	
TÉCNICA CONSTRUTIVA: alvenaria de tijolos	Nº PAVTOS.: dois	

DADOS HISTÓRICO/ARQUITETÔNICOS: <p>O Gabinete de Leitura Rioclarense foi criado com o propósito de servir à vida cultural da cidade e de suprir a carência escolar do município, desenvolvendo, neste sentido, várias atividades que consistiram na manutenção de uma biblioteca e de uma escola noturna gratuita. Sua fundação, em 1876, deu-se no bojo de um processo cultural porque passou o Brasil na segunda metade do século XIX, como também no auge da produção do café, culminando numa incipiente aparelhagem técnica do país, como estradas de ferro, instalações das primeiras manufaturas e no desenvolvimento urbano. Rio Claro, cidade de cafeeira, marcadamente liberal, participou dessa modernização, encontrando-se os representantes da nova camada urbana em ascensão na Diretoria da Biblioteca do Gabinete. A sede definitiva foi concluída em 1889, mas a inauguração deu-se no ano seguinte, sob a República. A arquitetura deste edifício é um exemplar do ecletismo republicano que caracterizou o urbanismo do fim do século passado, opondo-se à arquitetura vigente, ao introduzir o tijolo e utilizando mão de obra livre. O edifício sofreu duas reformas (1911 e 1966), que, por visarem apenas à sua manutenção, não o descaracterizaram.</p>	ILUSTRAÇÃO:
--	--

Fonte: Arquivo Público Histórico de Rio Claro.

Apêndices

Apêndice 01: Jornal “O Rio Claro”

Jornal - "O Rio Claro"

Ano	Data	Mês
1900	30	novembro
1901	26	maio
1903	30	agosto
1903	27	setembro
1904	13	novembro
1905	26	dezembro
1906	12	janeiro
1909	8,11	abril
1909	19,23	setembro
1909	30	dezembro
1910	6,10,13,17,20,25,27,31	janeiro
1910	2,8,10,14,17,22,25	fevereiro
1910	5,7,11,15,18,21,25,28	abril
1910	28	julho
1910	29	agosto
1910	6	setembro
1910	14,17,28	novembro
1910	1	dezembro
1911	2,6	fevereiro
1911	3,6	março
1911	6,10,24,27,31	julho
1911	7	agosto
1913	11	maio
1913	20, 24,31	julho
1914	16	julho
1915	3,10	janeiro
1915	14	março
1915	2,6,9,13,27	maio
1915	4,11	julho
1915	10,24,28	outubro
1916	2	março

Apêndice 02: Jornal “O Alpha”

Ano: 1901					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Julho	44			18,21,22,23,24,29	
Agosto	124			2,16	
Setembro	120	5			
Outubro	124			26	
Novembro	120			24	
Dezembro	82				21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31
Total	614				

Ano: 1902					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	116	16	5,7		1,3,4,5,6,7,9,10,11,13,16,19,21,22,25,27,28,29
Fevereiro	112	10,11	2		1,2,4,12,19
Março	124		8		22
Abril	??				
Maio	124	1,17,24	8		7,1
Junho	120				22,29,30
Julho	120	6,17			1,2,3,5,10,25
Agosto	108	3,5,6,7,9,10,13,14,15,16,17,19,20,21			
Setembro	96	3,28	11	9,18	1,8,15,16,22,29
Outubro	108				6,13,20,27
Novembro	104	27		7	3,10,17,24,31
Dezembro	104			23,25,28,31	7,14,21,26,29
Total	1236				

Ano: 1903					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	104	24		1,29	2,5,12,19,26
Fevereiro	88			1,15	2,9,16,23,25
Março	103	24			2,9,16,23,30
Abril	96				6,11,13,14,20,27
Maio	96				2,4,11,14,18,22,25
Junho	86	18	16		1,8,12,15,19,22,25,29
Julho	104	8		2,3,4,8,9	6,7,13,20,27
Agosto	96				3,5,10,17,19,24,31
Setembro	96				7,8,14,21,25,28

Outubro	100	24	18	16	5,12,14,19,26
Novembro	?				
Dezembro	?				
Total	969				

Ano: 1904					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	104			1,9,12,13,14,16,17,19,21,22,23,24,26,27,28,29,31	2,4,11,18,25
Fevereiro	86		28	5,6,7,9,11,12,14,20,23,26,28	1,3,8,15,17,22
Março	96		23	6,8,9,10,22	3,4,7,14,21,28,31
Abril	88	3			1,2,4,9,11,18,22,25
Maio	92				2,4,9,14,16,18,23,30
Junho	88			29	3,6,10,13,20,25,27,30
Julho	96			1,3,17,26,27,28,29,31	4,9,11,15,18,22,25
Agosto	88			9	1,8,15,16,22,25,29
Setembro	94		4		5,8,12,16,9,26
Outubro	94		26	26	3,5,10,14,17,24,31
Novembro	88			2,10	3,7,8,14,16,21,24,28
Dezembro	104			4,31	5,12,19,26
Total	1118				

Ano: 1905					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	100			1,3,4	2,9,16,23,26,30
Fevereiro	92				6,13,17,20,27
Março	100		14	30	3,6,13,17,20,27
Abril	92				3,7,10,17,21,22,24
Maio	92				1,2,4,8,15,19,22,29
Junho	92			29	5,9,12,19,23,26,30
Julho	92			1	3,7,10,15,17,24,27,31
Agosto	60		15		1,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,14,16,17,21,28
Setembro	88	28	14		4,5,8,11,18,21,25,29
Outubro	96				2,9,13,16,20,23,30
Novembro	88				3,6,10,13,16,20,27,30
Dezembro	92			30	4,9,11,18,20,25,26,31
Total	1084				

Ano: 1906					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	96			1,3,4	2,7,8,15,22,26,29
Fevereiro	84				3,5,12,16,19,23,26

Março	100			13,25,28	2,5,12,19,23,26
Abril	84			1,17,21	2,5,9,13,14,16,20,23,30
Maio	84			9	2,7,14,18,19,20,21,22,23,24,25,28
Junho	88	2		10,26,28	4,11,13,18,23,25,27,29
Julho	96	18		1,3,4,11,15,22,24	2,9,12,16,20,23,30
Agosto	108			2	6,13,20,27
Setembro	92		1	7	3,6,10,17,21,24,28
Outubro	92				1,8,15,19,22,29
Novembro	88				3,5,9,12,16,19,23,26
Dezembro	100			30	3,10,17,24,26,31
Total	1112				

Ano: 1907					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	100		1,2	3,4,5,6,8,9,10,11,12,13,16,17,18,20,22,23,29	7,14,21,28
Fevereiro	92			10,14	4,8,11,18,25
Março	96		1,2		4,11,15,18,25,29,30
Abril	92			10,13	1,8,11,15,22,27,29
Maio	92				4,6,13,14,20,23,27,31
Junho	96			9,21	3,7,10,17,24,25
Julho	96		12	3,4,6,7,11,12,16,17,18,21	1,5,8,15,19,22,29
Agosto	100			1,2,13	5,9,12,16,19,26
Setembro	92		17		2,8,9,16,21,23,30
Outubro	104				7,11,14,21,28
Novembro	98		22		2,4,11,16,18,25
Dezembro	94			28,29	2,9,11,16,23,26,30,31
Total	1152				
Ano: 1908					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	104			1,2,3,4,7,8,10,11,12,15	6,13,17,20,27
Fevereiro	96		16		8,10,17,21,24
Março	97			14	2,4,9,16,19,23,30
Abril	96			23,25,26,28	6,13,18,20,24,27
Maio	104				2,4,11,18,25
Junho	92			23,24,26,30	1,6,8,15,22,25,29
Julho	100	21,28		1,2,4,19,23,31	6,13,18,20,27,29
Agosto	104		6		3,10,17,24,31
Setembro	100	4,6	9		7,14,21,25,28
Outubro	108				5,12,19,26

Novembro	100				3,9,16,23,30,
Dezembro	96				7,11,14,21,26,28,31
Total	1197				

Ano: 1909					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	105		5	1,12	4,11,7,18,25
Fevereiro	96			7	1,8,15,22
Março	96			5	1,8,15,22,26,29
Abril	96			9,11	5,10,12,19,26,30
Maio	96				3,10,14,17,21,24,31
Junho	96	18		27	7,14,17,21,28,30
Julho	96			1,2,3,4,6,30,31	5,12,15,19,20,26,29
Agosto	100			1,3,4,5,6,10	2,7,9,16,23,30
Setembro	100				6,13,20,27
Outubro	104				4,11,18,25,29
Novembro	96				1,3,8,15,22,29
Dezembro	100			18	3,6,13,16,20,27
Total	1181				

Ano: 1910					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	104			1,2,4,5,6,7,8,9	3,10,17,24,31
Fevereiro	96			17	7,14,21,28
Março	104				7,14,21,26,28
Abril	106				4,11,18,25
Maio	104				2,9,16,23,30
Junho	100				6,13,20,27
Julho	108			1,7	4,11,18,25
Agosto	104			3,19,30	1,8,15,22,29
Setembro	?				
Outubro	?				
Novembro	?				
Dezembro	104			17,18,20,21,22,23,24,25,27,28,29,31	5,12,19,26,30
Total	930				

Ano: 1911					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	100			1,3,4	2,7,9,16,26,30
Fevereiro	92				3,6,13,20,27
Março	104				3,6,13,20,27
Abril	92	5,6			3,10,14,15,17,22,24
Maio	100			12	1,8,15,22,26,29

Junho	100				05,12,19,26,30
Julho	100				03,10,17,20,24,31
Agosto	108				07,14,21,28
Setembro	100				04,09,11,18,25
Outubro	100				02,09,13,16,23,30
Novembro	96				03,06,13,16,20,27
Dezembro	104				04,11,18,25,26
Total	1196				

Ano: 1912					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	100			1	02,08,15,22,26,29
Fevereiro	96				05,12,19,21,26
Março	108				04,11,18,25
Abril	96			3	01,06,08,22,29
Maio	100	23			02,06,13,20,25,27
Junho	100			28,29	03,10,17,24,30
Julho	98	5,18		4	01,08,15,22,29
Agosto	104				05,12,16,19,26
Setembro	100				02,09,16,23,30
Outubro	108				07,14,21,28
Novembro	96				03,04,11,16,18,25
Dezembro	100			17	02,09,16,23,26,30
Total	1206				

Ano: 1913					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	104				2,6,13,20,27
Fevereiro	92				3,5,10,17,24
Março	100				3,10,17,22,24,31
Abril	100				7,14,21,22,28
Maio	106				5, 12, 14, 19, 26
Junho	100				2,9,16,23,30
Julho	108				7,14,22,28
Agosto	110			10	4,11,18,25
Setembro	90				1,5,8,12,13,15,22,29
Outubro	104				6,13,20,27,31
Novembro	104				3,10,17,24
Dezembro	102				1,8,15,22,26,29
Total	1220				

Ano: 1914					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	104				2,5,12,19,26

Fevereiro	92		18,19,20	26	2,5,9,16,23
Março	104				2,9,16,23,30
Abril	96			25	6,11,13,20,24,27
Maio	108				4,11,18,25
Junho	100				1,8,15,22,29
Julho	104			1,2	6,13,20,27,30
Agosto	104				3,10,17,24,31
Setembro	100				7,14,21,25,28
Outubro	100				3,5,12,19,23,26
Novembro	92				2,3,9,16,23,27,30
Dezembro	104				7,14,21,26,28
Total	1208				

Ano: 1915					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	104			5,6,7,16	2,4,11,18,25
Fevereiro	88				1,5,8,15,17,22
Março	100			7	1,8,15,22,26,29
Abril	96				3,5,12,19,22,26
Maio	100				3,10,14,17,24,31
Junho	100				7,11,14,21,28
Julho	104	23			5,12,15,19,26
Agosto	100			17,28	2,9,16,20,23,30
Setembro	100			14,18,22,24,26,28,29	6,8,13,20,27
Outubro	98		20		4,11,13,18,25,27
Novembro	92				1,3,8,11,15,22,29
Dezembro	102	8,25	8		6,13,20,26,27
Total	1184				

Ano: 1916					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	104				3,10,17,24,31
Fevereiro	100			6	7,14,21,28
Março	104			23	6,8,13,20,27
Abril	100		27		3,10,17,22,24
Maio	96				1,4,8,12,15,22,29
Junho	100				2,5,12,19,26
Julho	96				3,10,12,17,22,24,31
Agosto	104			8	7,14,18,21,28
Setembro	96				4,8,11,15,18,25
Outubro	96			17,22	2,9,10,16,23,26,30
Novembro	84			1	3,6,13,16,20,27,28,29,30
Dezembro	88				1,2,3,4,5,6,11,18,25

Total	1168				
--------------	-------------	--	--	--	--

Ano: 1917					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	102		2,30	2,3,4	1,8,15,22,29
Fevereiro	92			1,22	5,12,19,21,26
Março	92		30,31		5,12,19,26,29
Abril	100		19	5	2,6,7,9,30
Maio	98		10,27	20	4,7,14,18,21,28
Junho	100			26,3	4,11,18,25,29
Julho	106				2,9,16,23,30
Agosto	104				6,13,16,20,27
Setembro	102		4	11	3,8,10,17,24
Outubro	100				1,8,13,15,22,29
Novembro	96				3,5,12,16,19,26
Dezembro	100			29	3,10,17,24,26,31
Total	1192				

Ano: 1918					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	104				3,7,14,21,28
Fevereiro	88			17,20,22	4,11,13,18,21,25
Março	100			12,14,21,22,24,26,28	4,11,18,25,29,30
Abril	100			2,3,4,6,7,9,11,12,13,14,16,18,19,20,25,26,27,28,30	1,8,15,22,29
Maio	96			1,3,8,11,12,16,18,21,22,23,24,29,30	4,6,13,14,20,25,27
Junho	96			1,2,6,21	3,7,10,17,24,26
Julho	96			6	1,5,8,15,19,22,29
Agosto	96				1,5,12,16,19,26,29
Setembro	96				2,9,16,21,23,30
Outubro	80				7,14,17,19,20,21,22,24,25,26,28,
Novembro	100			21	3,10,15,17,24
Dezembro	92			28	1,8,9,13,16,23,26,30
Total	1144				

Ano: 1919					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	96			1,3,4,10,21,25,29	2,6,7,13,20,22,27
Fevereiro	84			4,7,9,12,15,16,18,19,20,22,23,25,26,27,28	3,6,10,13,17,21,24

Março	88			1,2,4,6,7,8,9,11,13,14,15,16,18,19,21,22,23,25,27,28,29,30	3,5,10,12,17,20,24,26,31
Abril	92			1,3,4,5,6,8,9,10,11,12,13,15,16,17,18,20,23,24,25,26,27,29,30	2,7,14,19,21,22,28
Maio	88			1,3,4,6,7,8,10,11,13,15,16,17,18,20,21,28	2,5,9,12,14,19,23,26,30
Junho	84			8,28	2,5,9,12,16,19,23,25,30
Julho	100			1	7,14,16,22,28,30
Agosto	92	10			4,6,11,13,18,20,25,27
Setembro	84	17		16	1,5,8,10,15,18,22,26,29
Outubro	104			16	6,13,20,22,27
Novembro	94	8			3,4,10,14,17,24,28
Dezembro	92			31	1,3,8,15,19,22,26,29
Total	1098				

Ano: 1920					
Mês	Total de páginas	Original ilegível	Falta de páginas	Texto Deteriorado	Circulação não editada (dias)
Janeiro	100			9,14	2,5,7,12,19,26
Fevereiro	92				2,9,16,18,23
Março	101		22, 30	13,31	7,14,21,28,30
Abril	98				2,4,11,14,18,25
Maio	108	12,21		14,27	2,9,16,23,30
Junho	102	3,10,12,14,16,17,18,19,21,23,25,26,28,29			6,13,20,24,27
Julho	96	3,6			1,4,11,14,18,21,25
Agosto	92	2,4,5,7,9,12,13,14,16,17,19,21,24,25,26,27,28,30	17		1,6,8,11,15,20,22,29
Setembro	96	3,13,17			5,7,12,19,22,26
Outubro	94	1,15	29	9,11,13,20,21	3,10,12,17,22,24,31
Novembro	92		25		2,7,14,15,21,25,28
Dezembro	108				5,12,19,26
Total	1179				

Apêndice 03: Direção e Professores do Grupo Escolar Joaquim Salles

Grupo Escolar - Coronel Joaquim Salles

Ano de Exercício	Diretor	Formação	Observações
1900 - 1906	Joaquim Antonio Ladeira		
1906	Arthur Raggio Nóbrega		14/03/1906 – no mesmo mês foi removido para o Grupo Escolar de Leme.
1906 - 1907	Theodoro J. Rodrigues		
1908 - 1911	João Augusto de Toledo		
1912 - 1918	Armando Bayeux da Silva	Complementarista	1914 - aulas particulares na rua 6,69; 1916 - Professor do Instituto de Ciências e Letras; 1916 - aulas particulares na Av. 2, n.º 48.
1919 -	Luiz G. de Camargo Feury	Normalista	

Ano de Exercício	Nome	Formação	Observações
1900 - 1909	Antonio A. de Campos Azevedo	Normalista	
1900 - 1909	Antonio Sebastião da Silva	Normalista	
1900 - 1909	Margarida Hummel	Normalista	
1900 - 1909	Alberto Pacheco	Normalista	
1900 - 1909	Perpetua Cândida de Salles	Normalista	
1900 - 1915	Felisbina Von Atzingen	Normalista	
1900 - 1915	Leopoldina Almeida Ramalho	Normalista	1915 - substituir professora Esther Marques Goulart - 2º grupo
1900 - 1915	Izabel Von Atzingem	Normalista	1915 - 2 meses de licença
1900 - 1912	Eliza Hummel	Normalista	1913 - Foi removida de Leme para o 2º Grupo de Rio Claro
1909 - 1911	Maria Von Atzingem	Normalista	1915 - 2 meses de licença
1910 - 1915	Carolina de Araujo Moraes	Normalista	1914 - um mês de licença
1910 - 1915	Maria Elisa da Silveira	Normalista	1913 - 30 dias de licença
1910 - 1915	Renée Guimarães Cortiço	Normalista	1914 - dois meses de licença
1913 - 1915	Maria Von Atzingem	Normalista	
1913 - 1915	Maria do Carmo Braga	Normalista	
1913 - 1915	Adelina Sette	Normalista	
1914 - 1915	Mirandolina de Paula	Normalista	
1914 - 1915	Maria Cardoso Negreiros	Normalista	
1916 -	Evelina Botti	Normalista	
1916 - 1918	Áurea Camargo	Normalista	
1916 - 1918	Áurea Paixão	Normalista	1913 - licença de 2 meses do segundo Grupo Escolar; 1916 - 15 dias de licença
1916 - 1918	Maria Correixas	Normalista	
1916 - 1918	Marieta Leite Ewbank	Normalista	
1916 - 1918	Otilia Camargo Salles	Normalista	

1916 - 1918	Philomena Hermínia Ursaia	Normalista	
1916 –1918	Estella Miranda Azevedo	Normalista	
1917 – 1918	André Pinto Sampaio Neto	Normalista	
1917 - 1919	Adelina Sette	Normalista	
1917 - 1919	Carolina de Araujo Moraes	Normalista	1910 - professora da escola feminina da Cidade Nova; 1911 - licença de 60 dia da Escola Cidade Nova
1917 - 1919	Felisbina Von Atzingen	Normalista	
1917 - 1919	Izabel Von Atzingem	Normalista	
1917 - 1919	Maria Cardoso Negreiros	Normalista	
1917 - 1919	Maria do Carmo Braga	Normalista	1916 - um mês de licença
1917 - 1919	Maria Von Atzingem	Normalista	
1917 - 1919	Mirandolina de Paula	Normalista	
1917- 1918	Virginia Faucon	Normalista	
1917 –1918	Catharina Von Atzingen	Normalista	
1917-1919	Leopoldina Almeida Ramalho	Normalista	
1919 -	Maria Anastácia Gomes – 1919	Normalista	
1919 -	Albertina Aurora Fernandes	Normalista	
1919 -	Eliza Penteado	Normalista	
1919 -	Florentinha Motta	Normalista	
1919 -	Flora Cassavia	Normalista	
1919 -	Irene de Camargo	Normalista	
1919 -	Perola Pereira	Normalista	
1919 -	Sebastiana Pilla	Normalista	
1919 –	Francisca Braga Botelho	Normalista	

Ano de Exercício	Nome dos professores	Formação	Observações
1908 – 1915	Carmela Lombardi	Complementarista	
1908 – 1915	Ernesto Napoleão Sette	Complementarista	
1909 - 1915	Ida Botti Cartolano	Complementarista	1914 -1 mês de licença
1909 – 1915	Jenny Mello Franco	Complementarista	
1910 - 1915	Fernando Leite Junior	Complementarista	
1910 – 1915	Maria Luiza Guerra	Complementarista	
1914 – 1915	Margarida Pereira	Bacharel em Ciências e Letras	1915 -nomeada substituta efetiva do 1º grupo
1916 - 1918	Pedro Fonseca	Complementarista	
1916 – 1918	Amélia Correia Fontes	Complementarista	1917 - dois meses de licença
1916 – 1918	Sarah de Toledo Ramos	Complementarista	1913 - 15 dias de afastamento - segundo grupo escolar; 1915 - nomeada substituta efetiva no 2º Grupo Escolar; 1916 - 3 meses de licença
1916- 1918	Antonio Alves Cruz	Complementarista	
1916- 1918	Letícia Correia Dias	Complementarista	
1916- 1918	Maria Esther M. Goulart	Complementarista	
1916- 1918	Orlando Goulart	Complementarista	
1917 - 1918	Margarida Pereira	Bacharel em Ciências e Letras	
1917 - 1919	Ernesto Napoleão Sette	Complementarista	1916 - vice - diretor do Ginásio Rio Claro
1917 - 1919	Fernando Leite Junior	Complementarista	

1917 - 1919	Ida Botti Cartolano	Complementarista	
1919 -	José Pinto Neves	Complementarista	
1919 -	Luiza Botti	Complementarista	1912 - escola mista de Corumbatai foi removida para outra cidade

Ano de Exercício	Nome dos Professores Adjuntos	Formação	Observações
1900 - 1907	Carolina Leite de Araujo		
1900 - 1907	Helena de Vasconcellos		

Apêndice 03: Direção e Professores do Grupo Marcello Schimdt

Grupo Escolar - Coronel Marcello Schimdt

Ano de Exercício	Diretor	Formação	Observações
1910 -	Antonio Sebastião da Silva – normalista	Normalista	Foi professor do 1º Grupo Escolar de Rio Claro

Ano de Exercício	Nome	Formação	Observações
1910 - 1915	Perpétua Cândiada Salles	Normalista	1902 - Foi professora da escola isolada na Rua 2, 37, que no mesmo ano foi anexada ao Grupo Escolar Joquim Salles.
1910 – 1915	Áurea Paixão	Normalista	1913 - licenciou-se por dois meses. 1616 - por 15 dias.
1912 – 1913	Marieta Leite Eúbanck	Normalista	
1912 – 1915	José Jonas	Normalista	
1912 – 1918	Manuel A. de Oliveira Freitas	Normalista	
1913 - 1915	Elisa Hummel	Normalista	1901 - Professora do Joquim Salles; 1913 - Removida de Leme para o 2º Grupo Escolar de Rio Claro.
1913 – 1919	Otilia de Toledo Ramos	Normalista	
1914 – 1915	Marieta Leite Ewbanck	Normalista	
1915 - 1918	Philomena Hermia Ursaia	Normalista	
1915 – 1918	Stella de Miranda Azevedo	Normalista	
1915 – 1919	Evelina Botti	Normalista	
1915 – 1919	Áurea de Camargo	Normalista	1919 -licenciou-se por um mês.
1916 –	Maria Cardoso Negreiros	Normalista	
1916 – 1918	Felisbina Von Atzingen	Normalista	Foi professora do Grupo Escolar Joquim Salles.
1916 – 1918	Isabel Von Atzingen	Normalista	Foi professora do Grupo Escolar Joquim Salles.
1916 – 1918	Mirandolina de Paula	Normalista	
1916 - 1918	Leopoldina de A. Ramalho	Normalista	Foi professora do Grupo Escolar Joquim Salles. 1914 substituta da professora Rene Guimaraes; 1915 substituta professora Esther Marques Goulart
1916 – 1918	Adelina Sette	Normalista	

1916 – 1918	Maria Von Atzingen	Normalista	Foi professora do Grupo Escolar Joaquim Salles. 1915 - Licenciou-se por dois meses.
1916 – 1918	Maria do Carmo Braga	Normalista	1916 - Licenciou-se por um mês.
1916 – 1918	Bertha Moreira Guimarães	Normalista	
1916 – 1918	Carolina de Araujo Moraes	Normalista	Foi professora no Grupo Escolar Joaquim Salles e escola isolada Cidade. Em 1916 licenciou-se por um mês.
1916 – 1919	Virginia Focon	Normalista	
1917 - 1918	Perpétua Cândida Salles	Normalista	
1917 – 1919	Áurea Camargo	Normalista	1919 - licenciou-se por um mês.
1917 - 1919	Áurea Paixão	Normalista	1919 - licenciou-se por um mês.
1917 – 1919	Maria Correixas	Normalista	
1917 – 1919	Maria da Cruz Oriçanga	Normalista	
1917 – 1919	Laurinda Corrêa Fontes	Normalista	
1917 -1919	Elisa Hummel	Normalista	
1917 –1919	Elsa Ribeiro	Normalista	
1919 –	Angélica Martins	Normalista	
1919 –	Claudina de M. Passos	Normalista	
1919 –	Francisca Ribeiro dos Santos	Normalista	1919 - licenciou-se por dois meses.
1919 –	Dalila de Araujo Lima	Normalista	

Ano de Exercício	Nome dos professores	Formação	Observações
1910 – 1918	João de Deus Pinto	Complementarista	1918 - Substituto na escola isolada de Itirapina.
1910 – 1918	José Ganso	Complementarista	
1910 – 1918	Jenny de Mello Franco	Complementarista	1906 - Professor da Escola Isolada da Boa Morte.
1910 – 1914	Isaura Fonseca	Complementarista	1914 - Foi removida para Capital.
1910 – 1918	José Augusto de Souza e Costa	Complementarista	
1910 – 1911	Hercília Cilana de Arruda	Complementarista	
1910 – 1913	Amélia Krahenbüll	Complementarista	
1910 - 1918	Fernando Leite Junior	Complementarista	
1910 – 1919	Sarah de Toledo	Complementarista	1915 - licenciou-se por 15 dias. 1916 - licenciou-se por três meses.
1912 – 1918	Mario de Barros Boanova	Complementarista	
1912 – 1919	Pedro Fonseca	Complementarista	
1913 – 1919	Orlando Goulart	Complementarista	
1913 – 1918	Marietta Leite Eúbanck	Complementarista	
1913 – 1919	Maria Esther Marques Goulart	Complementarista	

1913 – 1919	Antonio Alves Cruz	Complementarista	
1913 - 1919	Leticia Correa Dias	Complementarista	
1913 -1918	Evelina Botti	Complementarista	1913 - Substituiu a professora Aurea Paixão e Sarah de Toledo.
1913 –1918	Lucilia de Toledo Ramos	Complementarista	
1916 -1918	Margarida Pereira	Bacharel em Ciências Sociais	
1917 – 1918	Amélia Corrêa Fontes	Complementarista	
1919 –	Julieta Fernandes	Complementarista	

Apêndice 04: Professores das Escolas Isoladas de Rio Claro – Estaduais e Municipais

Nome	Atendimento	Professores	Observações
Escola Isolada da Samambaia - Estadual	Masculina, Feminina e Mista a partir de 1916.	1908 - 1909 – D. Isaura Fonseca – complementarista (feminina)	Trabalho no 2º Grupo Escolar e em 1914 foi removida para Capital.
		1908 – Alberto Pacheco – normalista (masculina)	
		1909 - 1913 – vaga (masculina)	
		1910-1913 – vaga (feminina)	
		1914 – Rosa Pinto Nunes – normalista primária (masculina)	
		1917 -1918 - Rosa Pinto Neves – normalista secundária (mista).	
		1919 - Clarice Goulart (mista)	

Nome	Atendimento	Professores	Observações
Escola Isolada Santa Cruz	Feminina/mista	1910 – 1915– Florentina Motta –normalista (feminina)	
		1915 – 1917 - Albertina A. Fernandes – normalista secundária (mista) 1ª	
		1915 – 1917 - Irene Camargo – normalista primária (mista) 2ª	
		1916 – Florentina Mota – normalista secundária	1919 – Professora do 1º Grupo Escolar; licenciou-se por um mês.

Nome	Atendimento	Professores	Observações
Escola Isolada Cidade Nova - Estadual - A partir de 1918 foram anexadas ao Grupo Escolar Joaquim Salles	Feminina, masculina e mista	1907 -1908 – vaga (masculina)	
		1909 – Carolina Leite de Araujo – complementarista (feminina)	
		1909 – João de Deus Pinto – complementarista (masculina)	
		1910 – 1914 - vaga (masculina)	
		1910 -1912 – vaga (feminina)	
		1913 – 1917 - Luiza Botti – complementarista (feminina)	
		1913 – Rosa Pinto Nunes – complementarista (mista)	
		1914 – vaga (mista)	
		1915 – 1917 - Francisca Braga Botelho – normalista secundária – (mista)	
		1915 - 1917 – vaga (mista)	

Nome	Atendimento	Professores	Observações
Escola São Benedicto Estadual	Mista	1914 – vaga	
		1915 – 1918 - Saturnina Mendes Correa - normalista	
		1919 - Carlota de Padua Ferreira	

Nome	Atendimento	Professores	Observações
Escola Isolada Quilombo - Estadual	Masculina, Feminina e Mista	1907 – 1908 – vaga (vaga)	
		1908 – Áurea Paixão – complementarista (feminina)	
		1909 – 1912 - vaga (feminina)	
		1909 – Áurea Paixão – complementarista (mista)	
		1910 – 1917- Esther da Costa Neves – complementarista (mista)	
		1912 – 1919 - José A. de Souza Costa (masculina)	
		1913 – 1918 - Sylvia de A. Veigas - complementarista (feminina)	
		1913 - 1918 - Alice Gomes – complementarista (mista)	
		1919 - Esther da Costa Neves (mista)	
		1919 - Silvina Viegas de Oliveira (feminina)	

Nome	Atendimento	Professores	Observações
Escola Isolada Boa Morte Estadual	Masculina	1906 - 1908 – Jenny de Mello Franco – complementarista	
		1909 – vaga	
		1910 - 1917 – José Pinto Neves – normalista primário	

Nome	Atendimento	Professores	Observações
Escola Isolada São Vicente Estadual	Mista	1914 – vaga	
		1915 - 1919 – Aurora Viegas – normalista secundária	

Nome	Atendimento	Professores	Observações
Escola Isoladas 1ª e 2ª Noturna - Estadual	Masculina	1911 - 1915 - Ignácio H. Arruda Leite - Complementarista	
		1916 - José Minervino - normalista secundário	
		1916 - Architiclinio dos Santos - normalista secundário	

Apêndice 05: Professores das Escolas Isoladas (zona rural e distrito) de Rio Claro – Estaduais e Municipais

Nome da Escola	Atendimento	Professores	Observações
Escola de Ityrapina (Escola Isolada Municipal)	Masculina, Feminina e Mista	1905 - João Epaminondas Ferreira (masculina)	1905 – licenciado por dois meses; 1906 – removido para Boa Esperança.
		1906 - Armínio Leal (masculina)	
		1907 - 1909 - D. Rosa Montera – complementarista (feminina)	
		1907 - Ricardo Nagres – complementarista (masculina)	
		1908 - Lauro Paula Leite – complementarista (masculina)	
		1909 – Alberto Cortrin Dias – Complementarista (masculina)	
		1910 – 1912 – João Dutra – Complementarista (masculina)	1906 – atua como professor municipal em Ityrapina
		1910-1915 – vaga (feminina)	
		1913 - 1914- vaga (masculina)	
		1915 – 1916 - José Rios – normalista primário (masculina)	
		1915 – 1918 - Ester dos Santos Guimarães (mista) - normalista	
		1916 – 1917 - Rosa Montero – (1ª mista) – Complementarista	
		1917 - 1918 Maria das Dôres Pinto Oliveira (2ª mista) - normalista secundária	
		1917 - 1919 Joaquim de Toledo Camargo - normalista primário (masculina)	
		1919 -Rosa Montera (mista)	
		1920 - Sophia Silva Dias (mista)	

Nome da Escola	Atendimento	Professores	Observações
Escola Isolada Santa Rita do Passa Cinco ** Masculina – Mantida pelo Município Feminina e Mista – Mantida pelo Estado.	Masculina, Feminina e Mista a partir de 1914.	1906 – Aurora de Almeida Veigas – normalista (feminina)	
		1907 - D. Maria Pinto Fonseca – complementarista (feminina)	
		1907 - Fernando Leite Junior – complementarista (masculina)	
		1908 – vaga (feminina e masculina)	
		1909 – Fernando Leite Junior – complementarista (masculina)	
		1909 – Rosalina Montera – complementarista (feminina)	
		1910 – 1915 – vaga (masculina)	
		1910 -1913 – vaga (feminina)	
		1914 – Alice Gomes – normalista primária (mista)	
		1916 – 1918 - Maria José de Castro Negreiros (mista) – normalista secundária	
		1919 - Januario Domingues Júnior (masculina)	
		1919 - Marianna I. Vaz de Almeida (feminina)	
		1919 - Sophia Silva Dias (mista)	1920 – Removida para escola de Ityrapina

** Passa Cinco, Santa Cruz da Invernada, Santa Cruz da Boa Vista e Ipojuca, foram os nomes dados ao distrito hoje conhecido como a cidade de Ipeúna.

Mesmo com a mudança do nome do distrito algumas escolas continuaram existindo no mesmo período.

Nome da Escola	Atendimento	Professores	Observações
Escola Isolada de Ipojuca Mantida pelo Município	Masculina e Feminina	1908 – D. Maria Pinto da Fonseca – complementarista (feminina)	
		1908 - Fernando Leite Junior - complementarista (masculina)	
		1909 – vaga (masculina e feminina)	
		1910 – 1912 – Sylvio de Souza Aguiar – complementarista (masculina)	
		1910 – Elisa Certain – (feminina)	
		1911-1915 – vaga (feminina)	
		1913 -1915 – vaga (masculina)	
		1916 – 1917 - Januário Domingues Junior – normalista primário (masculina)	
		1916 – 1919 - Maria Inocência Vaz de Almeida – normalista secundária (feminina)	1919 – Licenciada por dois meses.

Nome da Escola	Atendimento	Professores	Observações
Escola Isolada de Itaquary da Serra Masculina – municipal Mista - estadual	Masculina e Mista	1907 - 1916 - vaga (masculina)	
		1901 - 1918 - vaga (mista)	
		1919 - Benedicta Fonseca (mista)	

Nome da Escola	Atendimento	Professores	Observações
Escola Rural Fazenda Santa Ignácio Estadual	Mista	1915 – 1917 - Melanie Nery Costa - normalista	
		1915 – 1918 - Aurora Veiga – normalista	1906 – Trabalhou na escola isolada de Santa Rita do Passa Cinco.
		1919 - Melanie Nery Costa - normalista	

Nome da Escola	Atendimento	Professores	Observações
Escola Isolada do Cabeça Estadual	Mista	1907 - D. Amélia Krahenbüll – complementarista	1913 – remove-se para a Capital.
		1908 – D. Maria de Souza Aguiar – complementarista	
		1909 – vaga	
		1910 – 1911 – Luiza Pinto Neves – normalista	
		1912 - vaga	
		1913 - 1914 – Luiza Pinto Neves – normalista	1915 – remove-se para escola mista de Corumbataí
		1915 – vaga	
		1916 – 1918 - Durvalina Braga – normalista secundária	
		1919 - Maria de Lourdes Freire de Carvalho Rodrigues	

Nome da Escola	Atendimento	Professores	Observações
Escola Isolada – Lavapés Estadual	Feminina e Mista	1914 – vaga	
		1915 - 1918 – Francisca Ribeiro dos Santos – normalista secundária	1919 – Removeu-se para o 2º Grupo Escolar.
		1919 - Durvalina Braga	

Nome da Escola	Atendimento	Professores	Observações
Escola Isolada de Santa Gertrudes Estadual	Mista e Masculina	1907 - Carolina Leite Araujo – normalista (2ª mista)	1900-1906 – professora Substituta do 1º Grupo Escolar.
		1907 – vaga (mista)	
		1908 – Anna Salles Mendonça – complementarista (2ª mista)	1909 – Remove-se para escola do Núcleo Ferraz.
		1908 – Carolina Leite de Araújo – normalista (mista)	1910 – Professora da Escola Isolada Cidade Nova. 1911 – licenciou-se 60 dias da Escola Isolada Cidade Nova. 1914 – licenciou-se um mês do 1º Grupo Escolar.
		1909 – Esther da Costa Neves – complementarista (mista)	1916 – Remove-se para escola do Quilombo.
		1909 – Maria de Souza Aguiar – complementarista (2ª mista)	
		1910 – 1911 - vaga (2ª mista)	1910 - Escola passou a ser classificada como Bairro.
		1910 – 1912 – Amélia Corrêa Fontes – complementarista (mista)	
		1912 – Luiza Botti – complementarista (2ª mista)	1912 - Removida para outra cidade.
		1912 – Mario Moreira Castello – normalista primária (masculina)	
		1913 – 1915 vaga (2ª mista)	
		1913 – 1917 - Elisa de Camargo (mista)	
		1916 – 1919 Elisa de Camargo – normalista secundária (2ª mista)	
		1916 – 1919 Antônio Lourenço Bunkly – normalista secundário (masculina)	

Nome da Escola	Atendimento	Professores	Observações
Escola Estação de Morro Grande Estadual até 1912 e depois Municipal	Feminina e Mista	1914 – 1915 - vaga (masculina)	
		1914 - 1916 vaga (feminina)	
		1912 - 1918 - vaga (mista)	
		1919 - Maria Paula Amaral (mista)	

Nome da Escola	Atendimento	Professores	Observações
Escola Núcleo Colonial Jorge Tibiriçá - Corumbatay Estadual até 1911 Municipal a partir de 1912	Feminina e Mista	1907 – vaga (mista)	
		1907 - Benedicta Pereira – complementarista (feminina)	
		1908 – 1909 – Ana Salles Mendonça – complementarista (mista)	
		1909 – Amélia Corrêa Fontes – complementarista (feminina)	
		1910 – 1913 – Mafalda Eulália Rosa – complementarista (mista)	1914 – Remove-se para Ferraz no mesmo núcleo colonial.
		1910 -1911 – Luiza Botti – complementarista (feminina)	1912 - Removida para outra cidade.
		1912 - Luiza Pinto Neves – normalista primária (feminina)	25/12/1912 – transferida para o escola isolada do Cabeça.
		1915 – 1919- Luiza Pinto Neves – normalista primária (mista)	

Nome da Escola	Atendimento	Professores	Observações
Escola Núcleo Colonial Jorge Tibiriçá – Ferraz – Estadual	Mista	1907 - Luiza Krahenbüll - complementarista	
		1908 – Margarida Hummel – complementarista	
		1909 – 1911 - vaga	
		1912 – Silvina de Almeida Veigas – complementarista	1914 – Removida para escola do Quilombo.
		1913 - vaga	
		1914 – 1919 - Mafalda Eulália Rosa - complementarista	

Apêndice 06: Professores Rioclarenses 1889-1920.

Nº	Nome dos professores
1	Adelina Sette
2	Albertina Aurora Fernandes
3	Alberto Cortrin Dias
4	Alberto Pacheco
5	Alice Gomes
6	Amélia Corrêa Fontes
7	Amélia Correia Fontes
8	Amélia Krahenbüll
9	Ana Salles Mendonça
10	Analia Franco
11	André Pinto Sampaio Neto
12	Angélica Martins
13	Anna de A. Campos.
14	Antonio A. de Campos Azevedo
15	Antônio Lourenço Bunkly
16	Antonio Sebastião da Silva
17	Architicleo Santos
18	Armando Bayeux da Silva
19	Armínio Leal
20	Arthur Bilac
21	Arthur Raggio Nóbrega
22	Áurea Camargo
23	Áurea Paixão
24	Aurora de Almeida Veigas
25	Aurora Veiga – normalista
26	Benedicta Fonseca
27	Benedicta Pereira
28	Bertha Moreira Guimarães
29	Candida de Sá Negreiros
30	Carlota de Padua Ferreira
31	Carmela Lombardi
32	Carolina de Araujo Moraes
33	Carolina Leite de Araujo
34	Catharina Von Atzingen
35	Clara de Jesus
36	Clarice Goulart
37	Claudina de M. Passos
38	Clotilde Bueno
39	Dalila de Araujo Lima
40	Daniel Candido

41	Diogo Cavalcanti de Albuquerque
42	Durvalina Braga
43	Elisa Certain
44	Elisa de Camargo
45	Eliza Hummel
46	Eliza Penteado
47	Elsa Ribeiro
48	Emilio de Campos
49	Ernesto Napoleão Sette
50	Estella Miranda Azevedo
51	Ester dos Santos Guimarães
52	Esther da Costa Neves
53	Evelina Botti
54	Faustino Coli
55	Fausto Bordowsky
56	Felisbina Von Atzingen
57	Fernando Leite Junior
58	Flora Cassavia
59	Florentinha Motta
60	Francisca Braga Botelho
61	Francisca e L. Lamenha
62	Francisca Ribeiro dos Santos
63	Francisco Ferraz Mesquita
64	Helena de Vasconcellos
65	Hercília Cilana de Arruda
66	Honório Hermeto Motta
67	Hygino Martinez
68	Ida Botti Cartolano
69	Ignácio H. Arruda Leite
70	Irene de Camargo
71	Isaura Fonseca
72	Izabel Von Atzingem
73	Januário Domingues Junior
74	Jenny de Mello Franco
75	João Aranha
76	João Augusto de Toledo
77	João de Deus Pinto
78	João Dutra
79	João Epaminondas Ferreira
80	João Francisco da Cruz
81	João Torres Junior
82	Joaquim Antonio Ladeira
83	Joaquim de Toledo Camargo
84	José Augusto de Souza e Costa
85	José Ganso

86	José Jonas
87	José Lamenha
88	José Minervino
89	José Pinto Neves
90	José Rios
91	Joseph Cire Arollá
92	Julieta Fernandes
93	Laudelino de Oliveira Lima
94	Laurinda Corrêa Fontes
95	Lauro Paula Leite
96	Leopoldina Almeida Ramalho
97	Letícia Correia Dias
98	Libero Braga
99	Lucia Cerêda Lima
100	Lucilia de Toledo Ramos
101	Luiz G. de Camargo Feury
102	Luiza Botti
103	Luiza Krahenbüll
104	Luiza Lamenha
105	Luiza Pinto Neves
106	Mafalda Eulália Rosa
107	Manoel Fonseca
108	Manuel A. de Oliveira Freitas
109	Margarida Hummel
110	Margarida Pereira
111	Maria Anastácia Gomes
112	Maria Cardoso Negreiros
113	Maria Cavalari
114	Maria Clemente dos Anjos
115	Maria Correixas
116	Maria da Cruz Oriçanga
117	Maria das Dôres Pinto Oliveira
118	Maria de Lourdes Freire de Carvalho Rodrigues
119	Maria de Souza Aguiar
120	Maria do Carmo Braga
121	Maria Elisa da Silveira
122	Maria Esther Marques Goulart
123	Maria Inocência Vaz de Almeida
124	Maria José de Castro Negreiros
125	Maria Luiza Guerra
126	Maria Paula Amaral
127	Maria Pinto da Fonseca
128	Maria Von Atzingem
129	Marianna I. Vaz de Almeida
130	Marietta Leite Eúbanck

131	Mario de Barros Boanova
132	Mario Moreira Castello
133	Martinho Hunger Filho
134	Melanie Nery Costa
135	Mirandolina de Paula
136	Noemia Martins
137	Orlando Goulart
138	Otilia Camargo Salles
139	Otilia de Toledo Ramos
140	Paschoal de Giovanni
141	Pedro Fonseca
142	Perola Pereira
143	Perpetua Cândida de Salles
144	Philomena Hermínia Ursaia
145	Renée Guimarães Cortiço
146	Ricardo Nagres
147	Rosa Montera
148	Rosa Pinto Nunes
149	Salomão Ferraz
150	Sarah de Toledo Ramos
151	Saturnina Mendes Correa
152	Sebastiana Pilla
153	Silvina Viegas de Oliveira
154	Sophia Silva Dias
155	Stella de Miranda Azevedo
156	Sylvio de Souza Aguiar
157	Theodoro J. Rodrigues
158	Theodoro Koelle
159	Vicente Picarelli
160	Virginia Faucon
161	Zozimo Ferraz